



Escola de Sociologia e Políticas Públicas  
Departamento de História

## Operações de Apoio à Paz no pós-Guerra Fria em África a sul do Saara

Carla Sousa Pinho

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de  
Doutor em História, Estudos de Segurança e Defesa

Orientador:  
Doutor Carlos Manuel Mendes Dias, Coronel  
Academia Militar, Lisboa

Outubro, 2018





Escola de Sociologia e Políticas Públicas  
Departamento de História

## Operações de Apoio à Paz no pós-Guerra Fria em África a sul do Saara

Carla Sousa Pinho

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de  
Doutor em História, Estudos de Segurança e Defesa

Júri:

Doutora Helena Carreiras, Professora Associada do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Sérgio Augusto Teixeira Travassos Vieira da Silva, Professor Associado da  
Universidade Lusófona

Doutora Maria Francisca Alves Ramos de Gil Saraiva, Professora Auxiliar do Instituto  
Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Doutora Mónica Alves Dias, Professora do Instituto de Estudos Políticos da Universidade  
Católica Portuguesa

Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues, Professor Associado com Agregação do ISCTE –  
Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Carlos Manuel Mendes Dias, Coronel da Academia Militar (Orientador)

Outubro, 2018



## **Agradecimentos**

Muitos foram os que se cruzaram comigo neste percurso cheio de desafios e que, de alguma forma, me deram alento para continuar. Foram sem dúvida anos marcantes na minha vida e no meu percurso académico.

A todos os que partilharam comigo este caminho, aos meus pais que estão sempre presentes, e que nunca deixam de me apoiar incondicionalmente, e à minha filha, grande companheira desta vida, o meu profundo agradecimento.

Ao meu querido orientador, Professor Doutor Carlos Mendes Dias, a minha sincera gratidão pois nada disto teria sido possível sem a sua ajuda, conhecimento e paciência.



## Resumo

As operações de apoio à paz são, inquestionavelmente, a atividade mais visível da ONU e, certamente, um dos maiores contributos para aquilo que na Carta está definido como “a manutenção da paz e segurança internacionais”. As OAP são, sem dúvida, desde a sua entrada na cena internacional, nos anos 40, um instrumento importante de gestão multilateral de crises. Pese embora a sua importância e visibilidade, será que podemos considerar que as operações de apoio à paz, depois da Guerra Fria, em África a sul do Saara, contribuíram para a criação de um clima de estabilidade traduzido em tendências positivas do desenvolvimento humano? Esta é a questão central deste trabalho de investigação, balizando-o temporal e geograficamente.

Avaliar o sucesso de uma OAP é, numa primeira abordagem, efetuado através da verificação, ou não, do cumprimento do seu mandato e, numa segunda instância, pela averiguação de qual o impacto direto que esta teve na melhoria das condições de vida das populações. O IDH é uma ferramenta essencial nesta medição pois agrega dados relacionados diretamente com a qualidade de vida das pessoas. Verificou-se que, em primeiro lugar, das dezassete missões analisadas apenas seis cumpriram o seu mandato e, concluiu-se, da análise efetuada, que não ocorreram melhorias nos IDH em todos os Estados intervencionados, mas naqueles que efetivamente a missão cumpriu o seu mandato verificou-se uma tendência positiva nos indicadores, pese embora de forma ligeira. Não se constatou qualquer correlação entre uma OAP e a melhoria das condições de vida das populações.

**Palavras-Chave:** Operações de Apoio à Paz, Desenvolvimento Humano, Reconstrução de Estados, Soberania, Segurança Humana.

## **Abstract**

Peacekeeping operations are unquestionably the most visible activity of the UN and certainly one of the greatest contributions to what is defined in the Charter as "peacekeeping and international security." Peacekeeping operations are, undoubtedly, since their entry into the international arena in the 1940s, an important instrument of multilateral crisis management. Despite its importance and visibility, can we consider that post-Cold War peacekeeping operations in sub-Saharan Africa have contributed to the creation of a climate of stability reflected in positive trends in human development? This is the central question of this research work, marking it temporal and geographically. Evaluating the success of a peacekeeping operation is, first, carried out through the verification of the fulfillment of its mandate and, second, by assessing the direct impact that it had on improving the living conditions of the population. The HDI is an essential tool in this measurement because it aggregates data directly related to people's quality of life. By the analysis that we made, it was verified that, first of all, of the seventeen missions examined, only six fulfilled their mandate, and there were no improvements in the HDI in all the intervened States, but in those that effectively fulfilled their mandate, there was a positive trend in the indicators, albeit slightly. No correlation was found between peacekeeping operations and improvement of the living conditions of the populations.

**Key words:** Peacekeeping Operations, Human Development, Post-conflict building, Sovereignty, Human Security.

## ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS.....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	viii
GLOSSÁRIO DE SIGLAS.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
Enquadramento, Importância e Metodologia de Investigação.....	1
Corpo de Conceitos.....	4
Relação com o Estado da Arte.....	36
CAPÍTULO 1 – ANGOLA.....	39
1.1 Enquadramento histórico.....	39
1.2 - As Missões: UNAVEM I, II, III e MONUA.....	42
1.3 - Indicadores de Desenvolvimento Humano.....	52
1.3 - Síntese conclusiva.....	64
CAPÍTULO 2 – MOÇAMBIQUE.....	67
2.1 Enquadramento histórico.....	67
2.1 - ONUMOZ.....	69
2.2 Indicadores de Desenvolvimento Humano.....	78
2.3 - Síntese Conclusiva.....	84
CAPÍTULO 3 – SOMÁLIA.....	87
3.1 - Enquadramento histórico.....	87
3.2 – UNOSOM I e II.....	91
3.3 - Indicadores de Desenvolvimento Humano.....	100
3.4 - Síntese conclusiva.....	105
CAPÍTULO 4 – RUANDA.....	109
4.1 - Enquadramento histórico.....	109
4.1 – As Missões.....	113
4.1.1 - UNOMUR.....	113
4.1.2 – UNAMIR.....	115
4.3 - Indicadores de Desenvolvimento Humano.....	128
4.4 - Síntese conclusiva.....	135
CAPÍTULO 5 – LIBÉRIA.....	137
5.1 - Enquadramento histórico.....	137

5.2 - UNOMIL.....	140
5.3 - Indicadores de desenvolvimento humano.....	149
5.4 - Síntese conclusiva.....	156
CAPÍTULO 6 – REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO.....	159
6.1 - Enquadramento histórico.....	159
6.2 – MONUC.....	160
6.3 - Indicadores de desenvolvimento humano.....	168
7. 4 - Síntese conclusiva.....	174
CAPÍTULO 7 – SERRA LEOA.....	177
7.1 - Enquadramento histórico.....	177
7.2 – UNOMSIL e UNAMSIL.....	178
7.3 - Indicadores de desenvolvimento humano.....	186
6. 4 - Síntese conclusiva.....	194
CAPÍTULO 8 – REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA.....	197
8.1 - Enquadramento histórico.....	197
8.2 – MINURCA.....	199
8.3 - Indicadores de desenvolvimento humano.....	207
8.4 - Síntese conclusiva.....	211
CAPÍTULO 9 – REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA E CHADE.....	215
9.1 - Enquadramento histórico.....	215
9.2 - MINURCAT.....	216
9.3 - Indicadores de desenvolvimento humano.....	227
9.4 - Síntese conclusiva.....	232
CAPÍTULO 10 – BURUNDI.....	235
10.1 - Enquadramento histórico.....	235
10.2 – ONUB.....	237
10.3 - Indicadores de desenvolvimento humano.....	244
10.4 - Síntese conclusiva.....	250
CAPÍTULO 11 – ETIÓPIA E ERITREIA.....	253
11.1 - Enquadramento histórico.....	253
11.2 – UNMEE.....	254
11.3 - Indicadores de desenvolvimento humano – Eritreia.....	263
11.4 - Indicadores de desenvolvimento humano – Etiópia.....	269

10.5 - Síntese conclusiva.....	274
CONCLUSÃO .....	277
BIBLIOGRAFIA.....	289

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1 Índice de Desenvolvimento Humano em Angola.....	54
Quadro 1.2 Indicadores de Angola, Senegal, Zâmbia e África subsaariana 2015 .....	55
Quadro 1.3 Angola – Indicadores (1990-2015 .....	56
Quadro 1.4 Evolução da Pobreza em Angola.....	59
Quadro 1.5 Proporção das crianças menor de 5 anos subnutridas .....	60
Quadro 1.6 Malnutrição em Angola .....	61
Quadro 1.7 Taxas de mortalidade em menores de 5 anos, infantil e cobertura vacinal contra o sarampo .....	63
Quadro 2.1 Moçambique - Indicadores (1990 -2015).....	79
Quadro 2.2 Indicadores de Moçambique, República Democrática do Congo, Costa do Marfim e África Subsaariana 2015.....	81
Quadro. 4.1 Ruanda - Indicadores (1990-2015).....	129
Quadro 4.2 Indicadores do Ruanda, Guiné, Togo e África subsaariana 2015 .....	130
Quadro 4.3 Ruanda - Principais indicadores de progresso.....	133
Quadro 5.1 Libéria - Indicadores (1990-2015) .....	150
Quadro 5.2 Indicadores da Libéria, Rep. Centro Africana, Guiné-Bissau e África subsaariana 2015.....	152
Quadro 6.1 RDC - Indicadores (1990-2015).....	169
Quadro 6.2 Indicadores da RDC, Etiópia, Nigéria e África subsaariana 2015 .....	171
Quadro 7.1 Serra Leoa - Indicadores (1990-2015) .....	188
Quadro 7.2 Indicadores da Serra Leoa, Burundi, Guiné e África subsaariana 2015.....	190
Quadro 7.3 Índice de Pobreza Multidimensional - Serra Leoa 2013 .....	193
Quadro 8.1 RCA - Indicadores (1990-2015).....	207
Quadro 8.2 Indicadores da RCA, Gâmbia, Libéria e África subsaariana 2015 .....	208
Quadro 9.1 Chade - Indicadores (1990-2015).....	228
Quadro 9.2 Indicadores do Chade, Burkina Faso, Nigéria e África subsaariana 2015 .....	229
Quadro 10.1 Burundi - Indicadores (1990 -2015).....	245

Quadro 10.2 Indicadores do Burundi, Senegal, Serra Leoa e África subsaariana 2015 .....	247
Quadro 11.1 Eritreia - Indicadores (1990 – 2015) .....	264
Quadro 11.2 Indicadores da Eritreia, Rep. Centro Africana, Serra Leoa e África subsaariana 2015.....	266
Quadro 11.3 Etiópia - Indicadores (1990-2015) .....	270
Quadro 11.4 Indicadores da Etiópia, Ruanda, Uganda e África subsaariana 2015.....	272
Quadro Síntese das Missões Analisadas.....	277

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 Mapa de Localização de Angola.....	39
Figura 1.2 Índice de Desenvolvimento Humano em Angola .....	55
Figura 1.3 Angola - Life expectancy at birth (1990-2015) .....	57
Figura 1.4 Angola - Expected years of schooling (1990-2015) .....	58
Figura 1.5 Angola - Mean years of schooling (1990-2015).....	58
Figura 2.1 Mapa de Localização de Moçambique .....	67
Figura 2.2 Moçambique – Índice de Desenvolvimento Humano (1990-2015).....	80
Figura 2.3 Moçambique Life expectancy at birth (1990-2015) .....	82
Figura 2.4 Moçambique Expected years of schooling (1990-2015) .....	83
Figura 2.5 Moçambique Mean years of schooling (1990-2015).....	83
Figura 3.1 Mapa de Localização da Somália .....	87
Figura 3.2 Somália - Índice de Desenvolvimento Humano (1990-96) .....	101
Figura 3.3 Somália - Esperança de vida à nascença (1990-96).....	102
Figura 3.4 Somália - Mortalidade infantil menores de 5 anos (1990-96) .....	103
Figura 3.5 Somália - Alfabetização de adultos % (1990-96) .....	103
Figura 4.1 Mapa de Localização do Ruanda .....	109
Figura 4.2 Ruanda – Índice de Desenvolvimento Humano (1990-2015) .....	130
Figura 4.3 Ruanda Life expectancy at birth (1990-2015) .....	131
Figura 4.4 Ruanda Expected years of schooling (1990-2015).....	132
Figura 4.5 Ruanda Expected years of schooling (1990-2015).....	132
Figura 4.6 Ruanda - Mortalidade infantil (1996-2012).....	134
Figura 5.1 Mapa de Localização da Libéria .....	137
Figura 5.2 Libéria – Índice de Desenvolvimento Humano (2000-2015).....	151
Figura 5.3 Libéria Life expectancy at birth (1990-2015).....	153

Figura 5.4 Libéria Expected years of schooling (2000-2015).....	154
Figura 5.5 Libéria Mean years of schooling (1990-2015) .....	154
Figura 6.1 Mapa de Localização da República Democrática do Congo .....	159
Figura 6.2 RDC Índice de Desenvolvimento Humano (1990-2015) .....	170
Figura 6.3 RDC Life expectancy at birth (1990 – 2015) .....	172
Figura 6.4 RDC Expected years of schooling (1995-2015).....	173
Figura 6.5 RDC Mean years of schooling (1995-2015).....	173
Figura 7.1 Mapa de Localização da Serra Leoa .....	177
Figura 7.2 Serra Leoa – Índice de Desenvolvimento Humano (1990-2015) .....	189
Figura 7.3 Serra Leoa Life Expectancy at Birth (1990-2015).....	191
Figura 7.4 Serra Leoa Expected years of schooling (1990-2015).....	192
Figura 7.5 Serra Leoa Mean years of schooling (1990-2015).....	192
Figura 8.1 Mapa República Centro-Africana .....	197
Figura 8.2 RCA – Índice de Desenvolvimento Humano (1990-2015).....	208
Figura 8.3 RCA Life expectancy at birth (1990-2015) .....	209
Figura 8.4 RCA Expected years of schooling (1990-2015) .....	210
Figura 8.5 RCA Mean years of schooling (1990-2015).....	210
Figura 9.1 Mapa de Localização da República Centro-Africana e Chade .....	215
Figura 9.2 Chade – Índice de Desenvolvimento Humano (1990-2015) .....	229
Figura 9.3 Chade Life expectancy at birth (1990-2015) .....	230
Figura 9.4 Chade Expected years of schooling (1990-2015).....	231
Figura 9.5 Chade Mean years of schooling (1990-2015).....	231
Figura 10.1 Mapa de Localização do Burundi .....	235
Figura 10.2 Burundi – Índice de Desenvolvimento Humanos (1990-2015).....	246
Figura 10.3 Burundi Life expectancy at birth (1990-2015) .....	248
Figura 10.4 Burundi Expected years of schooling (1990-2015) .....	249
Figura 10.5 Burundi Mean years of schooling (1990-2015).....	249
Figura 11.1 Mapa de Localização da Etiópia e Eritreia .....	253
Figura 11.2 Eritreia – Índice de Desenvolvimento Humano (2005-2015).....	265
Figura 11.3 Eritreia Life expectancy at birth (1990-2015) .....	267
Figura 11.4 Eritreia Expected years of schooling (1995-2015) .....	268
Figura 11.5 Eritreia Mean years of schooling (1995-2015) .....	268
Figura 11.6 Etiópia – Índice de Desenvolvimento Humano (2000-2015) .....	271

Figura 11.7 Etiópia Life expectancy at birth (1990-2015).....	272
Figura 11.8 Etiópia Expected years of schooling (1990-2015).....	273
Figura 11.9 Etiópia Mean years of schooling (1990-2015).....	274

## **GLOSSÁRIO DE SIGLAS**

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AMIB – African Mission in Burundi

BINUB – Bureau Intégré des Nations Unies au Burundi

BONUCA – United Nations Peace-Building Support Office in the Central African Republic

CIVPOL – United Nations Civilian Police

CNDD-FDD – Conselho Nacional para a Defesa da Democracia – Forças para a Defesa da Democracia

CNDP – National Congress for the Defense of the People

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

CSU – Congresso da Somália Unificada

DIS – Détachement Intégré de Sécurité

DPKO – Department of Peacekeeping Operations

ECOMOG – Economic Community of West African States Monitoring Group

ECOWAS – Economic Community of West African States

EEBC – Eritrea-Ethiopia Boundary Commission

EU – União Europeia

EUFOR – European Union Force

FAA – Forças Armadas Angolanas

FAO – Food and Agriculture Organization

FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FARDC – Forças Armadas da República Democrática do Congo

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNL – Forces Nationales de Libération

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FPR – Frente Patriótica Ruandesa

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

HRFOR – Human Rights Field Operation in Rwanda

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEMF – Interim Emergency Multinacional Force

INPFL – Independent National Patriotic Front of Liberia

IPM – Índice de Pobreza Multidimensional

JEM – Justice and Equality Movement  
LPC – Liberia Peace Council  
MACC – Mine Action Coordination Centre  
MCC – Military Coordination Commission  
MINURCAT – United Nations Mission in Central African Republic  
MINUSCA – United Nations Multidimensional Stabilization Mission in the Central African Republic  
MISAB – Inter-African Mission to Monitor the Implementation of the Bangui Agreements  
MONUA – United Nations Observer Mission in Angola  
MONUC – United Nations Mission in the Republic Democratic of Congo  
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola  
NMOG – Neutral Military Observer Group  
NPFL – National Patriotic Front of Liberia  
OAP – Operações de Apoio à Paz  
OIT – Organização Internacional de Trabalho  
OMS – Organização Mundial de Saúde  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
ONUB – United Nations Operation in Burundi  
ONUMOZ – United Nations Operation in Mozambique  
OUA – Organização de União Africana  
PBSO – Peacebuilding Support Office  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
RCD – Congolese Rally for Democracy  
RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana  
RUF – Revolutionary United Front  
TSZ – Temporary Security Zone  
UE – União Europeia  
ULIMO – United Liberation Movement of Liberia for Democracy  
UNAMID – United Nations African Union Mission in Darfur  
UNAMIR – United Nations Assistance Mission for Rwanda  
UNAMSIL – United Nations Mission in Sierra Leone  
UNAVEM – United Nations Angola Verification Mission

UNEF – First United Nations Emergency Force  
UNICEF – United Nations Children’s Fund  
UNITA – União Nacional de Independência Total de Angola  
UNITAF – Unified Task Force  
UNMEE – United Nations Mission in Ethiopia and Eritrea  
UNMIL – United Nations Mission in Liberia  
UNMIS – United Nations Mission in Sudan  
UNOL – United Nations Peacebuilding Support Office for Liberia  
UNOMIL – United Nations Observer Mission in Liberia  
UNOMSIL – United Nations Observer Mission in Sierra Leone  
UNOSOM – United Nations Operation in Somalia  
WFP – World Food Programme

## INTRODUÇÃO

### Enquadramento, Importância e Metodologia de Investigação

As operações de apoio à paz são, inquestionavelmente, a atividade mais visível da ONU e, certamente, um dos maiores contributos para aquilo que na Carta está definido como “a manutenção da paz e segurança internacionais”. As OAP são, sem dúvida, desde a sua entrada na cena internacional, nos anos 40, um instrumento importante de gestão multilateral de crises.

A Organização das Nações Unidas foi criada em 1945, na sequência do insucesso da Sociedade das Nações, com o objetivo de manter a paz e segurança internacionais. Atualmente é constituída por 193 estados-membros, número que espelha a sua amplitude e universalidade.

Apesar da ONU não ter o monopólio na condução de operações de apoio à paz, existem outros atores que o fazem, esta instituição é a mais importante no terreno, tendo conduzido mais missões durante mais décadas do que qualquer outro. Desde 1948, a ONU projetou 71 OAP<sup>1</sup>. De referir que 16 tiveram lugar durante a Guerra Fria e 55 após 1990.

O pós-Guerra Fria marcou de forma inegável as OAP verificando-se uma mudança em termos conceptuais nesta área. Um dos mais marcos mais importantes nesta matéria surge exatamente neste período, em 1992. Trata-se de um documento designado por Agenda para a Paz, redigido pelo então Secretário-Geral, Boutros Boutros-Ghali, e é, em grande medida, responsável pela introdução de novos conceitos e de uma nova perspetiva.

Pese embora a sua importância e visibilidade na cena internacional, será que podemos considerar que as operações de apoio à paz, depois da Guerra Fria, em África a sul do Saara, contribuíram para a criação de um clima de estabilidade traduzido em tendências positivas do desenvolvimento humano? Esta é a questão central deste trabalho de investigação, balizando-o temporal e geograficamente, associada diretamente ao objetivo geral deste nosso esforço, isto é, verificar, no tempo e espaço geográfico aludidos, se as OAP contribuíram para a criação de climas de estabilidade.

A escolha do período temporal e geográfico de análise justifica-se, em primeiro lugar, pelas mudanças conceptuais que ocorreram no campo das OAP no pós-Guerra Fria e, em segundo lugar, por tratar-se do período em que ocorreu o maior número de operações desde o seu início

---

<sup>1</sup> UNITED NATIONS PEACEKEEPING: 2016

nos anos 40, maioritariamente em África subsaariana. Devido a estes dois fatores, este campo de análise revelou-se de grande interesse para nós.

Pretende-se também compreender de que forma as referidas operações de apoio à paz contribuíram para a construção / reconstrução de Estados falhados tendo por consequência uma melhoria direta nos índices de desenvolvimento humano.

Desta forma e, em primeiro lugar, é necessário avaliar se as OAP conseguiram cumprir o seu propósito, ou seja, o que estava descrito no seu mandato e, em segundo lugar, se contribuíram para a melhoria das condições de vida das populações refletido no IDH do respetivo país.

Tendo este quadro de análise por referência, foram definidas dezassete missões, descritas posteriormente, algumas que surgem sequencialmente e no mesmo país.

De forma a dar resposta à questão central desta tese, dela declinámos perguntas de investigação que nos ajudam a balizar o trabalho e a manter o foco de análise. Estas indicam caminhos de procura, mantendo-nos orientados e evitando que nos dispersemos na investigação.

- 1) As operações de apoio à paz no quadro da ONU, depois da Guerra Fria, têm como objetivo imediato contribuir para a criação de climas de estabilidade nos Estados intervencionados?
- 2) O desenvolvimento humano é fomentado através da criação de climas de estabilidade?
- 3) Em todos os Estados africanos a sul do Saara em que ocorreu uma operação de apoio à paz no quadro da ONU houve uma melhoria do índice de desenvolvimento humano?
- 4) Existe uma correlação direta entre operações de apoio à paz e melhoria das condições de vida da população?

A cada uma delas se associará correspondente objetivo específico que de seguida, no seu conjunto, se discriminam: verificar se as OAP, após o final da Guerra Fria, têm na criação de climas de estabilidade o seu primeiro objetivo específico a atingir; verificar se o desenvolvimento humano, traduzido nos seus índices, é induzido por climas de estabilidade entretanto gerados; verificar da evolução do IDH nos Estados «intervencionados», no tempo e espaço referidos; verificar se existe uma relação entre as OAP e seus resultados/consequências e melhores condições de vida criadas para as populações.

Elencámos também hipóteses de trabalho, corporizando neste caso o método hipotético-dedutivo (nossa dedução com base, sobretudo, em conhecimento pré-adquirido) que mais não são do que respostas provisórias à pergunta de investigação e que têm como objetivo guiar o trabalho do investigador em todas as fases do projeto desde a recolha e análise de informação até ao seu teste. Estas devem ser confrontadas com dados de observação a fim de serem refutadas ou não.

- 1) As operações de apoio à paz criam climas de estabilidade devido ao seu contributo para a construção / reconstrução de Estados.
- 2) As operações de apoio à paz asseguram condições para a criação de uma paz duradoura devido ao seu contributo para a implementação de instituições eficazes.
- 3) O índice de desenvolvimento humano apresenta uma evolução positiva nos Estados intervencionados devido à promoção da segurança no território.
- 4) O índice de desenvolvimento humano dos Estados intervencionados melhorou como consequência das operações de apoio à paz.

Neste contexto, importa referir que a construção / reconstrução de Estados falhados implica restaurar a capacidade do mesmo de garantir um ambiente seguro à sua população, manter a ordem pública assim como o respeito pelos Direitos Humanos. Procura também o estabelecimento de instituições políticas legítimas e processos participativos, assim como, promover a recuperação e desenvolvimento económico.

Consideramos “climas de estabilidade” quando estão asseguradas condições que permitam às populações desenvolver as suas atividades com segurança e respeito pelos seus direitos, verificando-se a ausência de conflito ou guerra. De realçar que quando falamos em “paz duradoura” entendemos que se trata de uma paz autossustentada, com baixa possibilidade de ressurgimento do conflito. Para que isto se verifique é necessário que as causas endémicas do mesmo estejam a ser trabalhadas no sentido da sua resolução aquando do processo de paz. Este é um fator muito importante a ter em causa na análise das OAP.

Por último, acrescentar que consideramos evolução positiva do IDH quando se verifica um aumento do mesmo, sem considerar um mínimo para tal. Não existe um referencial nesta área, ou seja, não há um valor base a partir do qual podemos considerar como sendo “evolução positiva”.

Tendo em conta a magnitude da atividade de peacekeeping, consideramos de grande importância e utilidade a avaliação das operações realizadas neste âmbito. Importa perceber se

as OAP cumprem os propósitos a que são mandatadas e, acima de tudo, se conseguem ter algum impacto em termos de melhoria das condições de vida das populações. Esta segunda dimensão é aquela que nos parece mais interessante de ser analisada pois demonstra efetivamente o impacto que uma OAP pode ter no terreno e nas comunidades intervencionadas. A escolha por nós feita justifica-se, acima de tudo, por duas razões. Por um lado, o IDH é um indicador produzido anualmente, permitindo, assim, a criação de um quadro comparativo e, por outro lado, ao contrário dos indicadores normalmente utilizados até então, de carácter economicista como o PIB, este agrega dados relacionados diretamente com a qualidade de vida das pessoas. Parece-nos também como um bom indicador dos Estados pois apresenta medidas de referência em relação aos serviços e bens que este deve conseguir fornecer à sua população (educação, acesso ao trabalho, acesso a serviços mínimos de saúde, entre outros).

### **Corpo de Conceitos**

Considerando a temática deste trabalho, tomamos como ponto de partida da presente investigação uma reflexão sobre as questões associadas à soberania dos estados e ao princípio da não-intervenção. Tradicionalmente, o direito internacional clássico nunca procurou restringir o uso da guerra. Entre o século XVI e o século XIX, os Estados recorreram ao uso da força armada livremente e eram os únicos juízes dos objetivos (políticos ou jurídicos) que procuravam alcançar com essa ação.<sup>2</sup>

Mas muito tempo antes já existiam várias reflexões e práticas em contexto da licitude do fenómeno bélico: Santo Agostinho (354-430) “aborda o fenómeno do ponto de vista da legitimidade e da sua justiça”; Santo Tomás de Aquino (1225-1274) “aproxima as suas reflexões pelo tortuoso caminho da «guerra justa»”.<sup>3</sup> Abordando esta temática, o mesmo autor refere o seguinte:

O primeiro (Santo Agostinho), que morre na vila de Hippone cercada pelos Vândalos é, de facto, o fundador do corpo doutrinário da guerra justa e é com ele que a ideia da legitimidade da guerra se infiltra na consciência da cristandade<sup>4</sup>, que assim se assume, quando a razão da sua existência é a reposição das condições que propiciem a verdadeira

---

<sup>2</sup> DINH 2003: 953

<sup>3</sup> DIAS, 2010: 138

<sup>4</sup> NYS, 1882: 25

união entre os homens e, portanto, a procura da paz que reflita um ambiente de concórdia, de ordem entre os homens.<sup>5</sup>

O conceito de guerra justa procura trazer legitimidade ao ato de guerra quer pela forma da defesa própria quer pela perspectiva da salvaguarda dos interesses de uma comunidade. De referir também Hugo Grotius (1583-1645), jurista holandês e autor do Direito da Paz e da Guerra (*Jure Belli et Pacis*), que publica em 1625 em França, “onde se considera a guerra como um recurso coletivo à força”<sup>6</sup>, ou seja, é lícita se consistir-se num ato de defesa.

Ao longo dos séculos, assistimos a várias tentativas de limitação do uso da guerra, assumindo a Convenção Drago-Porter de 1907 especial importância pois, pela primeira vez, é proibido o uso da força militar por parte de um Estado com o objetivo de cobrar uma dívida, pese embora o facto da sua importância ter um alcance bastante reduzido. Uma segunda tentativa foi o Pacto da Sociedade das Nações onde os Estados permitiram uma “amputação” da sua competência “tradicional”, a *Jus Belli*, ao aceitarem “certas obrigações de não recorrer à guerra”. O passo decisivo foi dado pela Convenção de Paris de 26 de agosto de 1928, com o Pacto Briand-Kellog.

Atualmente o direito internacional proíbe o uso da força, exceto nos casos de legítima defesa ou ação coletiva autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, previsto no artigo 42º do Capítulo VII da Carta:

Se o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no artigo 41º seriam ou demonstraram ser inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas. Entenda-se uso da força não só como o emprego de meios militares, quer estes sejam terrestres, navais ou aéreos, mas também, tal como refere o artigo 41.º da Carta, inclui o uso de outros meios como interrupção total ou parcial das relações económicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radioelétricos, ou de qualquer outra espécie, e o rompimento das relações diplomáticas<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> DIAS, 2010: 138

<sup>6</sup> DIAS, 2010: 144

<sup>7</sup> Texto da Carta das Nações Unidas publicado no Diário da República I Série A, n.º 117/91, mediante o aviso n.º 66/91, de 22 de maio de 1991.

A referência à Carta das Nações Unidas justifica-se pelo seu importante papel enquanto fonte de direito internacional, tal como previsto no Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, no art.º 38.º nr.1 “O Tribunal, cuja função é decidir em conformidade com o direito internacional as controvérsias que lhe forem submetidas, aplicará: a) As convenções internacionais, quer gerais, quer especiais, que estabeleçam regras expressamente reconhecidas pelos Estados litigantes”<sup>8</sup>.

Segundo Christian Reus-Smith “Among other things, the Charter is the key legal document limiting the use of force to instances of self-defense and collective peace enforcement endorsed by the United Nations Security Council.”<sup>9</sup>

As Nações Unidas, desde a década de 70, que têm atuado no domínio do direito internacional mediante declarações de princípios. De referir uma das mais significativas, adotada pela Assembleia Geral em 1970, a Declaração relativa aos Princípios do Direito Internacional que regem as Relações Amistosas entre os Estados, conforme a Carta das Nações Unidas. Segundo Ian Browlie:

Subjacente aos seus antecedentes e prolongados travaux préparatoires jaz o reconhecimento da necessidade da coexistência pacífica dos diferentes sistemas políticos, económicos e sociais dos Estados. (...) A Declaração de 1970 desenvolve sete princípios, a saber: proibição do uso ou ameaça da força, solução pacífica de controvérsias, não-intervenção nos assuntos internos dos Estados, dever de cooperação internacional, igualdade de direitos e autodeterminação dos povos, igualdade soberana dos Estados, e boa-fé no cumprimento das obrigações internacionais.<sup>10</sup>

A Carta das Nações Unidas refere, nos seus artigos 2, 33 e 53, o mesmo princípio de obrigação de resolução dos conflitos por meios pacíficos. Atualmente, a interdição do emprego da força nas relações internacionais é uma norma imperativa, a qual tem valor absoluto para os Estados<sup>11</sup>. O mesmo documento refere ainda, na alínea 4, artigo 2º do Capítulo I, que os membros deverão abster-se nas suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao uso da força, quer seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objetivos das Nações Unidas.

---

<sup>8</sup> CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012

<sup>9</sup> REUS-SMITH, 2004: 282

<sup>10</sup> BROWLIE, 1997

<sup>11</sup> DINH, 2003

O princípio da não-intervenção e do respeito pela soberania dos países é uma das normas fundamentais e alicerçais da sociedade internacional, consubstanciando-se como um princípio geral de direito internacional.

As perspetivas sobre o alcance e papel da soberania dos Estados evoluíram consideravelmente nas últimas décadas e forneceram a base para a discussão sobre a responsabilidade de proteger. Apesar da proliferação de atores não-estatais resultantes da globalização, o Estado continua a ser o principal guardião dos direitos humanos e o pilar fundamental da sociedade internacional.

O debate em torno do direito / dever de ingerência em nome de valores humanitários não é algo novo nem sequer perto de conclusivo. O conceito de “direito de ingerência” encontra-se reconhecido na doutrina jurídica e, em certa medida, desde a Idade Média que tem sido prática internacional se considerarmos comparação com o conceito de “guerra justa”<sup>12</sup>. Como exemplo, podemos apontar várias intervenções no quadro das Nações Unidas: “tragédia humanitária” constituída pela situação na Somália (res. 733, 746 e 794 de 1992, res. 897 de 1994); guerras civis na Libéria (res. 738 de 1992), em Angola (res. 864 de 1993 e 1127 de 1997), no Afeganistão (declaração de 15 de Fevereiro de 1996), na região dos Grandes Lagos (res. 1080 de 1996), na Albânia (res. 114 de 1997), na República Centro-Africana (res. 1125 de 1997), na Serra Leoa (res. 1132 de 1997), entre outras.

A Carta das Nações Unidas contém obrigações internacionais coletivas e o Cap. VII demonstra que a soberania não é uma barreira intransponível à ação do Conselho de Segurança. O uso da força é permitido como defesa própria ou através de um mandato da ONU. Segundo o autor Nguyen Quoc Dinh:

A controvérsia sobre o «dever de ingerência» poderia ser resolvida, pelo menos em parte, desta maneira: a intervenção unilateral de um Estado permanece proscribida, o que acontece por razões humanitárias, mas ela torna-se lícita no quadro de uma operação autorizada pelo Conselho de Segurança após ter verificado a existência de uma ameaça contra a paz.<sup>13</sup>

A delimitação do direito de ingerência implica um equilíbrio, por vezes, difícil de alcançar, mas que deve ser o mais exato possível, entre a soberania do Estado, e o seu consequente esvaziamento em determinadas áreas, e a salvaguarda humanitária.

---

<sup>12</sup> DIAS, 2010: 138-144

<sup>13</sup> DINH, 2003: 1014

O insucesso da Sociedade das Nações e a Segunda Guerra Mundial vieram enfraquecer o movimento iniciado de consolidação das limitações ao uso da guerra. No entanto, contribuíram, especialmente a Segunda Guerra Mundial, para uma maior consciencialização da universalidade do dever de proteção dos seres humanos. Os primeiros quarenta anos das Nações Unidas privilegiaram a soberania estatal em detrimento dos direitos dos indivíduos, mas, este balanceamento alterou-se substancialmente nos anos 90. O CS aprovou o uso da força militar com o objetivo de proteger populações ameaçadas por conflitos. Boutros Boutros-Ghali refere na Agenda para a Paz que “The time of absolut state sovereignty...has passed”.<sup>14</sup>

Acresce a isto ainda o facto das ameaças à paz e segurança internacionais serem cada vez mais transversais, não se limitando a um território específico, tornando-se assim cada vez mais globais. Tradicionalmente estas eram confinadas a um espaço delimitado geograficamente e, dependendo dos meios e apoios, poderiam ultrapassar fronteiras, mas eram circunscritas a uma região. As ameaças à paz e segurança internacionais eram, em grande medida, desencadeadas pelo próprio Estado, pela ação dos governantes, ou por grupos armados dentro do seu território. Atualmente, esta situação alterou-se drasticamente:

Hoje está reforçada a consciência universal, de que o perigo é universal, e que a internacionalização do conflito não poderá ser apreciada apenas pelo critério da territorialidade, ainda que conjugado com o critério da nacionalidade. É a natureza do direito atentado, ou suscetível de ser atentado, e do dano provocado ou não evitado, que confere cariz internacional à matéria. A consciência universal ultrapassa a conceção esgotada na necessidade de impedir a exportação da violência. Há uma sociedade civil internacional, e forma-se uma opinião pública internacional, que proclamam a responsabilização na salvaguarda humanitária das gerações presentes e futuras, de acordo com padrões mínimos humanitários.<sup>15</sup>

O genocídio no Ruanda exaltou este debate devido à inaceitável inatividade da sociedade internacional gerando reflexões sobre os limites da soberania e em que quadro uma intervenção pode e deve ser levada a cabo. De forma a um melhor entendimento do assunto em estudo, importa agora esclarecer o que se entende por soberania.

Este conceito surgiu, no séc. XVI, com Jean Bodin (1530-1596). O autor entendia soberania como sendo aquele poder absoluto e perpétuo que é próprio do Estado. Ela é a força de coesão,

---

<sup>14</sup> BOUTROS-GHALI, 1992

<sup>15</sup> COELHO, 2003: 116

o instrumento político imprescindível à República. Portanto, na visão do seu principal formulador, é um poder absoluto, autossuficiente, isto é, não reconhece como superior nenhum outro poder (*summa potestas superiorem non recognoscens*) nem reconhece nenhum que seja superior para além do Divino. Para Jean Bodin o termo *República* significava “um reto governo, de várias famílias, e do que lhe é comum, com poder soberano.”<sup>16</sup>

A soberania, conforme Bodin, seria ainda perpétua, transcendente, pois é exercida para sempre, indivisível, na medida em que na sua essência é una, isto é, o soberano é a única autoridade com poderes para promulgar a lei para todos, ordenar ou proibir o que quiser, não responde perante qualquer outro poder sobre a terra<sup>17</sup>. Não há hipótese de soberania delegada, pois, se vier a ser, estará integralmente em cada delegação. O poder de fazer a guerra, celebrar a paz e, principalmente, fazer ou revogar leis, é exclusivo do soberano, pois esta competência só a tem quem não está ligado por vínculo algum de sujeição pessoal a quem quer que seja.

No entanto, Bodin não entendia a soberania como um poder sem restrições pois o governante submetia-se, em tese, aos Direitos Divino e Natural. Por outro lado, esta poderia ser conciliada com a obediência, o respeito e a subordinação a um conjunto de normas, o Direito, que fossem comuns a todos, ou seja, o Direito das Gentes, que origina mais tarde o Direito Internacional.

Importa referir que a conceptualização avançada por este autor surge num contexto de construção jurídica do Estado. O conceito de soberania desenvolve-se em conjunto com a afirmação do Estado Moderno, como unidade política independente, igualitária e livre de qualquer interferência interna ou externa. Assim, no nosso entender, a ordem internacional é estabelecida com base na igualdade soberana dos Estados, porque este pode submeter-se ao Direito, mas não deve abandonar os elementos que fundamentam a sua soberania.

Facilmente entendemos que, hoje em dia, o conceito de soberania como Bodin o descreve perdeu o seu sentido clássico como, por exemplo, em situação de fenómenos integracionistas, tipificados por relações verticais, como vai sendo o caso, nalgumas matérias, da União Europeia. Como exemplo, podemos apontar a Política Monetária Comum, a União Aduaneira ou a conservação de recursos biológicos do mar, matérias da exclusiva competência da União Europeia. O Tratado sobre o Funcionamento da UE define no artigo 2 o que são competências

---

<sup>16</sup> BODIN, 1992: 8

<sup>17</sup> Ibidem

exclusivas: 1. Quando os Tratados atribuem à União competência exclusiva em determinado domínio, só a União pode legislar e adotar atos juridicamente vinculativos; os próprios Estados-Membros só podem fazê-lo se habilitados pela União ou a fim de dar execução aos atos da União.<sup>18</sup>

Enquanto Bodin afirma a doutrina do poder supremo tendo em vista sobretudo as suas implicações nas relações com outros Estados, a teorização de Hobbes do poder soberano visa legitimar internamente a supremacia do monarca sobre os súbditos. Em Rousseau, como veremos adiante, a soberania é o poder supremo do povo (soberania popular). Para esses autores, não há Estado sem soberania.

Thomas Hobbes, matemático, teórico político e filósofo inglês, (1588-1651) na obra *Leviatã (1651)*, explanou os seus pontos de vista sobre a natureza humana e sobre a necessidade de existirem governos e sociedades. No estado natural, apesar de alguns homens poderem ser mais fortes ou mais inteligentes do que outros, nenhum se ergue tão acima dos demais por forma a estar além do medo de que outro homem lhe possa fazer mal. Por isso, cada um de nós tem direito a tudo e, uma vez que todas as coisas são escassas, existe uma constante guerra de todos contra todos (*Bellum omnia omnes*). No entanto, os homens têm um desejo, que é também em interesse próprio, de acabar com a guerra e, por isso, formam sociedades forjando um contrato social.

De acordo com Hobbes, tal sociedade necessita de uma autoridade à qual todos os membros devem render o suficiente da sua liberdade natural para que esta consiga assegurar a paz interna e a defesa comum. Este soberano, quer seja um monarca ou uma assembleia (que pode até mesmo ser composta por todos, caso em que seria uma democracia), deveria ser o *Leviatã*, uma autoridade inquestionável. Este autor defendia a ideia segundo a qual os homens só podem viver em paz se concordarem em submeter-se a um poder absoluto e centralizado<sup>19</sup>.

Na obra *Do Contrato Social*, publicada em 1762, Jean-Jacques Rousseau, (1712-1778), filósofo, teórico político, escritor e compositor, propõe que todos os homens façam um novo contrato social onde se defenda a liberdade, baseado na experiência política das antigas civilizações onde predomina o consenso, garantindo os direitos de todos os cidadãos<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> EUR-LEX, 2012

<sup>19</sup> HOBBS, 1651

<sup>20</sup> ROUSSEAU, ed. 2008

No primeiro livro, dos quatro que compõem a obra, este autor indaga como passa o Homem do estado natural ao civil e quais as condições essenciais desse pacto. Em primeiro lugar, aborda a liberdade natural do ser humano, como este a perdeu e como a poderia recuperar. Rousseau condena a escravidão, como algo paradoxal ao direito, referindo que, se recuperando a liberdade, o povo é quem escolhe os seus representantes. Este defende o pacto social como forma de defesa dos homens contra aqueles que fazem o mal. Feito o pacto pode-se discutir o papel do “soberano” e como este deveria agir para que a soberania verdadeira, que pertence ao povo, não seja prejudicada. Além de uma forma de defesa, na verdade, o principal motivo que leva à passagem do estado natural para o civil é a necessidade de uma liberdade moral, que garante o sentimento de autonomia do homem.

A Carta das Nações Unidas, no artigo 1 do Capítulo II<sup>21</sup>, evidencia o respeito pelo princípio da soberania no sentido tradicional vestefaliano, querendo com isto dizer que cada Estado detém a autoridade última sobre o respetivo território e não existe qualquer entidade acima dele no plano internacional. No entanto, a crescente preocupação pelo respeito dos direitos humanos e, mais recentemente, pela segurança humana, realça os limites dessa soberania. Este conceito ganhou relevância com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994 onde adquire novos contornos. Até aqui o conceito de segurança estava associado, em grande parte, aos Estados, mais do que aos próprios indivíduos, relacionado em parte com o espectro da guerra nuclear:

The concept of security has for too long been interpreted narrowly: as security of territory from external aggression, or as protection of national interests in foreign policy or as global security from the threat of a nuclear holocaust. It has been related more to nation-states than to people.<sup>22</sup>

Ao falarmos de segurança humana devemos ter em consideração quatro das suas principais características<sup>23</sup>:

- “human security is a universal concern”; Apesar da variação de intensidade das fontes de insegurança, a verdade é que a maior parte destas são comuns a todos os países, ainda que a sua perceção possa diferir, independentemente de serem países ricos ou pobres,

---

<sup>21</sup> Texto da Carta das Nações Unidas publicado no Diário da República I Série A, n.º 117/91, mediante o aviso n.º 66/91, de 22 de maio de 1991.

<sup>22</sup> PNUD, 1994: 22

<sup>23</sup> PNUD, 1994: 22.23

como por exemplo a fome, a poluição, a droga, a SIDA, o desemprego ou os conflitos étnicos;

- “the components of human security are interdependent.” Quando a segurança humana é posta em causa em determinado lugar no mundo, os seus efeitos, muito provavelmente, irão atravessar as fronteiras nacionais. As suas consequências são globais;
- “human security is easier to ensure through prevention than later intervention.” Os custos de prevenção são significativamente mais baixos do que os inerentes a uma intervenção;
- “human security is people-centered.” A tónica fundamental coloca-se em como as pessoas vivem, como exercitam as suas escolhas em liberdade, o acesso ao mercado de trabalho e se vivem num clima de paz e estabilidade ou em situação de conflito.

Kofi Annan, em 2000, numa comunicação proferida no âmbito da Comissão de Segurança Humana refere o seguinte:

Human security in its broadest sense embraces far more than the absence of violent conflict. It encompasses human rights, good governance, access to education and health care and ensuring that each individual has opportunities and choices to fulfil his or her own potential... Freedom from want, freedom from fear and the freedom of the future generations to inherit a healthy natural environment – these are interrelated building blocks of human and therefore national security.<sup>24</sup>

Esta nova abordagem coloca as pessoas como objeto da segurança, o que implica uma separação clara entre a segurança do indivíduo e a segurança do Estado.

Os Estados têm o dever de proteger a sua população (não esquecendo a finalidade teleológica da sua existência), o que significa que a responsabilidade primária de proteção cabe ao país em causa e apenas quando este é incapaz ou não quer assumir essa função de proteger, ou é ele próprio o autor dos atos de violação dos direitos humanos, passa então, na nossa opinião, a ser responsabilidade da sociedade internacional. O comportamento doloso ou negligente de um Estado, a sua permissividade ou incapacidade de salvaguarda da ordem pública ou dos direitos humanos, legitima a ação externa por parte de terceiros, levando a uma permeabilidade do conceito de fronteira intransponível. Segundo Teresa Leal Coelho “A natureza de *ius cogens*, do Direito humanitário, implica a existência de um sistema de garantia

---

<sup>24</sup> ANNAN, 2000

universal, donde decorrem deveres indisponíveis universais, entre os quais se integra o poder / dever de intervenção armada humanitária<sup>25</sup>. E mais que esta legitimidade de agir, entramos no campo da obrigação de intervir. Ou seja, a proteção da vida humana e da sua dignidade é uma responsabilidade da comunidade internacional.

Many writers argue that irrespective of what the law says, there is a moral obligation to intervene to protect civilians from genocide and mass killing. They argue that sovereignty derives from a state's responsibility to protect its citizens, and when a state fails in his duty, it loses its sovereign rights.<sup>26</sup>

As OAP começam a ser desenvolvidas, no âmbito das Nações Unidas, logo a seguir ao fim da Segunda Guerra Mundial. No entanto, com a queda do Muro de Berlim, assistimos a um conjunto de transformações e alterações no sistema internacional, nomeadamente no que diz respeito à própria natureza dos conflitos, que são cada vez mais internos e menos internacionais. Segundo Holsti no período temporal compreendido entre 1945 e 1995, ocorreram 164 guerras, das quais 77% foram internas, ou seja, "...where armed combat was not against another state but against the authorities within the state or between armed communities" "The main problem of war since 1945 has been within and about states"<sup>27</sup> e a origem terá assim que ser procurada no plano interno dos Estados, pese embora não se possa excluir influências externas.

Por outro lado, e curiosamente, a fragilização de um dos lados da contenda, que em certa medida chegou a utilizar a luta de classes como sofisma ideológico, veio originar o surgimento da ideia (apelativa) da paz no lado vencedor, utilizada ou podendo-o ser, muitas vezes, na mesma medida, lembrando-nos, por sua vez, que as RI e as ações que as materializam, nos diferentes domínios, extravasam a fronteira da «inocência» e ou do «idealismo»<sup>28</sup>.

O fim da Guerra Fria é um marco temporal a partir do qual a organização passou a ter um papel mais ativo nas questões da paz e segurança internacionais. Durante os anos da Guerra Fria, o uso constante do direito de veto, tanto por parte dos EUA como da União Soviética, limitou gravemente o funcionamento efetivo da ONU. Perto de metade dos vetos na história do CSNU foram da União Soviética, na sua grande maioria antes de 1965. Entre 1946 e 2008, o direito de veto foi emitido em 261 ocasiões. Os EUA usaram este poder em 83 ocasiões entre

---

<sup>25</sup> COELHO, 2003: 118

<sup>26</sup> TESÓN *apud* HOLZGRAFE, 2003:93-129

<sup>27</sup> HOLSTI 1996: 21-25

<sup>28</sup> DIAS, Carlos Mendes, Comunicação Pessoal.

1946 e 2012 e a Rússia em 128. O uso do veto foi predominante até ao fim da Guerra Fria, tendo-se verificado, por exemplo, que entre 1946 e 1995 os EUA vetaram 70 vezes e a União Soviética 121<sup>29</sup>.

O quadro normativo que regula as OAP consubstancia-se em quatro grandes referências: a Carta das Nações Unidas, Direitos Humanos, Lei Humanitária Internacional e os mandatos do Conselho de Segurança.

A Carta das Nações Unidas, assinada em 26 de junho de 1945 em São Francisco, foi estabelecida com o objetivo de manter a paz e segurança internacionais e “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra”<sup>30</sup>. As OAP, embora não estando referenciadas explicitamente na Carta, são um dos instrumentos principais da ONU para atingir este objetivo. A base legal para o estabelecimento de uma operação encontra-se nos capítulos VI, VII e VIII da Carta. No entanto, a verdade é que o CS não precisa fazer nenhuma referência direta a um capítulo da Carta quando emite uma resolução a autorizar uma OAP:

The Charter gives the UN Security Council primary responsibility for the maintenance of international peace and security. In fulfilling this responsibility, the Council may adopt a range of measures, including the establishment of a UN peacekeeping operation. Chapter VI deals with the “Pacific Settlement of Disputes”. UN peacekeeping operations have traditionally been associated with this Chapter. However, the Security Council need not to refer to a specific Chapter of the Charter when passing a resolution authorizing the deployment of a UN peacekeeping operation and has never invoked Chapter VI.<sup>31</sup>

Ao analisarmos, por exemplo, a resolução 797 de 1992, em que é estabelecida a operação de apoio à paz em Moçambique, denominada por ONUMOZ, em parte alguma do texto é feita qualquer referência a nenhum dos Capítulos da Carta, existindo apenas uma aprovação do relatório do SG e as suas recomendações. Da mesma forma, a resolução 1778 de 2007, que estabeleceu a operação de apoio à paz na República Centro Africana e no Chade, também não faz referência a nenhum dos Capítulos da Carta. Estes são apenas dois exemplos entre muitos.

Voltando um pouco atrás, as OAP no âmbito da ONU foram “desenhadas” no final dos anos 40, apesar de assentarem em experiências anteriores de operações multinacionais durante o período entre guerras mundiais, tal como a força multinacional da Sociedade das Nações

---

<sup>29</sup> GLOBAL POLICY FORUM, 2012

<sup>30</sup> CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945

<sup>31</sup> NAÇÕES UNIDAS, 2008: 10-11

“Saar Force” destacada para supervisionar o referendo Franco-Alemão em 1935. Desde essa altura que as operações de *peacekeeping* da ONU evoluíram de uma série de compromissos *ad-hoc*, com o objetivo de resolver situações específicas, para uma perspetiva mais alargada, mais visível e mais institucional. A primeira missão de observação, no final dos anos 40, destacada para a Palestina e Caxemira, era composta por apenas 100 militares. E foi só em 1956, no contexto da crise do Suez, que ocorreu a primeira operação que integrava um batalhão de infantaria.

A definição das OAP não foi uma tarefa fácil, sendo que as primeiras tentativas se centraram naquilo que seriam os “core principles” e os objetivos das mesmas. Ao olharmos para a Carta das Nações Unidas, em momento algum encontramos uma referência a este tipo de operações nem é mencionada a expressão “*peacekeeping*”.

As atividades de *peacekeeping* eram balizadas pelos princípios de consentimento (por parte do Estado intervencionado), imparcialidade/neutralidade e o mínimo de uso da força (apenas em legítima defesa). A partir dos anos 80, estes princípios e objetivos evoluíram, em parte, pelo crescente número de intervenções em contextos de guerra civil e complexos conflitos internos armados. No que diz respeito ao consentimento das partes, apesar de necessitarem de igual forma da anuência do Estado para o destacamento da missão, não é necessário consentimento de todas as partes em conflito, como movimentos rebeldes ou guerrilhas. Em segundo lugar, se inicialmente a imparcialidade era interpretada como a necessidade dos *peacekeepers* se manterem neutrais sobre a disputa em questão, no final dos anos 90, estes passaram a ser encarados como árbitros imparciais assegurando que as partes em conflito respeitem as regras do respetivo processo de paz, assim como, as normas e standards definidos pela Carta das NU e as leis internacionais referentes a conflitos armados. Por último, o princípio de não uso da força militar exceto em legítima defesa ganhou uma nova perspetiva, passando a ser autorizado o uso da mesma em casos de defesa do mandato da missão. Passou-se de um princípio de “self-defense” para “defense of the mandate”.

As OAP levadas a cabo a partir dos anos 80 obedeceram a uma ambição muito mais ampla do que as suas antecessoras. Pensadas como dispositivos de apoio à implementação de acordos de paz, foram-lhes apontados dois objetivos fundamentais: em primeiro lugar, a prevenção do ressurgimento do conflito e, em segundo lugar, a construção de uma paz duradoura e autossustentada, respondendo aos três défices agudos das sociedades devastadas por conflitos

internos: incapacidade político-constitucional, a debilidade económico-social e o trauma psicossocial. Daqui a tendência endémica de se eternizarem.

Multi-dimensional United Nations peacekeeping operations are increasingly involved in efforts to help countries emerging from protracted internal conflict re-build the foundations of a functioning State. The terms of a peace process and /or the Security Council mandate will shape the nature of a peacekeeping operation's role in this area. In some instances, state and local capacity may be so weak that the mission is required to temporarily assume certain functions, either directly, as in the case of transitional administration, or in support of the State. Other situations require less intrusive support to state authority, and sometimes no such support at all. The nature and scale of a particular United Nations peacekeeping operation's role will depend on its mandate, the gravity of the situation on the ground, the resources the international community is willing to invest and an assessment of the availability of capable, credible and legitimate partners within the host nation. Each of these variables may change during the course of a United Nations peacekeeping operation's lifetime and require adjustments in the peacekeeping operation's approach.<sup>32</sup>

As operações de apoio à paz ganharam força e foram amplamente robustecidas enquanto instrumentos de resolução de conflitos pois já não lhes incumbe apenas «congelar» os conflitos, mas construir e consolidar a paz negociada pelas partes. Isto acarreta, desde logo, uma ampliação da área de atuação incluída nos mandatos no que diz respeito às suas funções que vão muito para além do plano militar (supervisão do cessar-fogo, estabelecimento de zonas de interposição, mas também acantonamento, desmobilização, desarmamento e reintegração dos ex-combatentes bem como manutenção da ordem pública interna), incluindo-se preocupações de natureza política (a organização e monitorização de eleições, o apoio à formação e consolidação de partidos políticos e, em geral, a “capacitação institucional”) e de natureza humanitária (assistência ao repatriamento de refugiados, estabelecimento e proteção de corredores humanitários, fiscalização do cumprimento de direitos humanitários e outros).<sup>33</sup>

Durante a década de 90 do século anterior, assistimos a uma multiplicação inédita de operações de apoio à paz conduzidas pelas Nações Unidas. Das dezasseis operações<sup>34</sup> levadas

---

<sup>32</sup> NAÇÕES UNIDAS, 2008: 38-39

<sup>33</sup> FRIDE, 2007: 4

<sup>34</sup> United Nations Truce Supervision Organization, 1948 até ao presente;  
United Nations Military Observer Group in India and Pakistan, 1949 até ao presente;  
First United Nations Emergency Force, 1956-1957;  
United Nations Observation Group in Lebanon, 1958;

a cabo durante toda a Guerra Fria, passou-se para cerca de quarenta só na década seguinte ao seu fim. Mais do que o aspeto quantitativo importa também realçar a mudança de perfil das operações, correspondendo ao que se convencionou chamar de “segunda geração” de operações de paz.<sup>35</sup>

Até este período, as operações levadas a cabo pela ONU enquadravam-se no conceito de *peacekeeping* e eram limitadas ao envio de militares para exercício de «tarefas armadas» como, por exemplo, a monitorização do cumprimento de cessar-fogos, armistícios e a manutenção da integridade das zonas-tampão. O escopo destas operações era, portanto, limitado à separação de forças antagónicas. A partir dos anos 90, como já foi referido, a ONU passa a atuar com maior frequência em cenários de conflito intraestatais, onde as autoridades no poder, geralmente, não eram reconhecidas pelas outras partes, que também se julgavam como legítimas para consentir ou não a implementação de uma operação de paz.

Por outro lado, o uso da força por parte dos capacetes azuis da ONU foi flexibilizado porque as novas ações exigiam mais do que o uso de armamento ligeiro uma vez que algumas das tarefas autorizadas durante a década de 90, tais como a proteção de civis, exigia maior força militar.

As operações de *peacekeeping* foram, na verdade, uma criação vocacionada para contornar o bloqueio do CS em virtude do uso sistemático do direito de veto<sup>36</sup> por um dos cinco membros permanentes e, com ele, a paralisia de todo o regime previsto na Carta (capítulo VI e VII) em matéria de resposta a situações de ameaça e ou violação da paz ou ato de agressão. O Capítulo

---

United Nations Operation in Congo, 1960-1964;

United Nations Security Force in West New Guinea, 1962-1963;

United Nations Yemen Observation Mission, 1963-1964;

United Nations Peacekeeping Force in Cyprus, 1964 até ao presente;

Mission of the Representative of the Secretary-General in the Dominican Republic, 1965-1966;

United Nations India-Pakistan Observation Mission, 1965-1966;

Second United Nations Emergency Force, 1973-1979;

United Nations Disengagement Observer Force, 1974 até ao presente;

United Nations Interim Force in Lebanon, 1978 até ao presente;

United Nations Good Offices Mission in Afghanistan and Pakistan, 1988-1990;

United Nations Iran-Iraq Military Observer Group, 1988-1991;

United Nations Angola Verification Mission I, 1989-1991.

<sup>35</sup> NAÇÕES UNIDAS, 2010(a)

<sup>36</sup> Entre 1945 e 1990 o poder de veto foi utilizado 193 vezes (WEISS, 2003: 150)

VI enumera os meios pacíficos disponíveis para a resolução de conflitos através da negociação, mediação, conciliação e arbitragem. O Cap. VII abre a possibilidade do uso da força na aplicação de medidas para a resolução de conflitos considerados como uma ameaça à paz e segurança internacionais.

Neste contexto, as operações de manutenção da paz de primeira geração, obedeceram a um mandato pontuado pelos seguintes princípios: não emprego da força militar salvo em legítima defesa, contribuições voluntárias de pessoal militar e de apoio financeiro e logístico dos Estados membros, imparcialidade, controlo das operações pelo Secretário-Geral, ainda que com o apoio do CS. E, acima de tudo, uma missão de pura interposição entre os contendores.

As OAP da ONU também sofreram alguma transformação no que diz respeito à forma como são planeadas, organizadas, geridas e financiadas. Atualmente, estas operações são estabelecidas pelo CS da ONU através de uma resolução formulada com base num relatório do SG. Dentro do CS, os membros permanentes têm especial destaque pelo poder que detêm dentro deste órgão. Apesar de a partir dos anos 80 a aprovação das mesmas ser da competência exclusiva do CS, antes desta data isto nem sempre acontecia, havendo exemplos do papel principal na liderança das mesmas ter sido do SG ou da Assembleia Geral (UNEF I – 1956-67; a missão na Nova Guiné Ocidental – 1962-63; a missão de observação na Índia-Paquistão – 1965-66). A Assembleia Geral tem também um importante papel no que respeita à orçamentação das missões.

Depois de 1992, com a criação do DPKO (*Department of Peacekeeping Operations*) o processo de planeamento e gestão dos aspetos técnicos das missões passou para este núcleo, incluindo as necessidades iniciais de forças militares e policiais assim como questões orçamentais.

O financiamento das OAP teve também várias alterações ao longo das décadas e tem gerado sempre alguma discussão e controvérsia entre os estados membros. A primeira missão ocorreu sem que estivesse definido qualquer sistema de financiamento. Após várias modalidades e reformas, atualmente existe uma tabela com dez níveis de financiamento em que os membros são inseridos a fim de definir a contribuição de cada um para o orçamento desta área.

Tal como já foi referido, a Agenda para a Paz de 1992, e o seu suplemento em 1995, constituíram as expressões mais organizadas do esforço intelectual de redesenhar políticas de governação global em resposta a situações de crise. A velha dicotomia entre *peacekeeping* e *peace-enforcement*, apoiada na Carta das Nações Unidas, deu lugar a uma complexa rede de

conceitos e de políticas desde a manutenção da paz, à construção da paz (*peacemaking*) e à consolidação da paz (*peacebuilding*), servida por uma reformulação profunda da filosofia das operações de paz.

O debate em torno da terminologia e dos conceitos que abarcam as operações de paz tem sido bastante aceso. Tendo em conta que a Carta das Nações Unidas não faz referência explícita a este tipo de ação, passamos a enumerar os tipos de OAP tendo como base os documentos “Uma Agenda para a Paz”, de 1992, e “Suplemento de Uma Agenda para a Paz”, de 1995:

- **Diplomacia Preventiva** (*preventive diplomacy*): prevenção do surgimento de disputas entre Estados, ou no interior de um Estado, visando evitar a deflagração de conflitos armados ou o alastramento destes uma vez iniciados. Contempla ações autorizadas de acordo com o Capítulo VI da Carta da ONU;

- **Restabelecimento da Paz** (*peacemaking*): ações diplomáticas levadas a cabo após o início do conflito, que visam a negociação entre as partes para a suspensão das hostilidades. Baseiam-se nos mecanismos de resolução pacífica de disputas previstos no Capítulo VI da Carta da ONU;

- **Manutenção da Paz** (*peacekeeping*): ações realizadas por militares, polícias e civis no terreno do conflito, com o consentimento das partes, tendo como objetivo a implementação ou a monitorização de cessar-fogos, separação de forças e também de acordos de paz. Tais ações são complementadas por esforços políticos no intuito de estabelecer uma resolução pacífica e duradoura para o litígio. Enquadram-se, à semelhança das anteriores, no Capítulo VI da Carta;

- **Imposição da Paz** (*peace-enforcement*): estas operações incluem o uso de força armada na manutenção ou restauração da paz e segurança internacionais. São estabelecidas quando o CS identifica uma ameaça à paz, rutura da paz ou ato de agressão e não há consentimento das partes ou este é incerto / dúbio. Contempla ações autorizadas de acordo com o Capítulo VII da Carta da ONU.

- **Consolidação da Paz** (*post-conflict peacebuilding*): executadas após a assinatura de um acordo de paz, tais operações visam fortalecer o processo de reconciliação nacional através da reconstrução das instituições, da economia e das infraestruturas do Estado intervencionado. Os programas, fundos e Agências das Nações Unidas atuam ativamente na promoção do desenvolvimento económico e social, mas também pode haver a presença de militares. Este tipo de operação enquadra-se no Cap. VI da Carta.

Na verdade, a atuação da ONU em termos de prevenção e resolução de conflitos implica uma interligação entre as categorias antes apresentadas sendo que as operações de *peacekeeping* têm sido as mais frequentes. “Peacekeeping operations can rightly be called the invention of the United Nations. It has brought a degree of stability to numerous areas of tension around the world.”<sup>37</sup>

A diplomacia preventiva é a única operação a ser implementada antes do início do conflito, pois tem como objetivo impedir que se chegue a esta situação. O restabelecimento, manutenção e imposição da paz, são três tipos de missões que são implementadas já em situação de conflito.

A consolidação da paz seria uma etapa posterior às referidas anteriormente, iniciada no momento em que o terreno oferece condições propícias para receber ações de reconstrução institucional, económica e social.

Conflict prevention, peacemaking, peacekeeping and peace enforcement rarely occur in a linear or sequential way. Indeed, experience has shown that they should be seen as mutually reinforcing. When conflicts break out, mutually reinforcing efforts at peacemaking and peace-keeping come into play. Once these have achieved their objectives, only sustained, cooperative work to deal with underlying economic, social and humanitarian problems can place an achieved peace on a durable foundation. Preventive diplomacy is to avoid a crisis; post-conflict peace-building is to prevent a recurrence<sup>38</sup>.

A fronteira entre diplomacia preventiva, restabelecimento da paz, manutenção da paz, consolidação da paz e imposição da paz é cada vez mais ténue. As OAP estão cada vez menos limitadas a uma só atividade incluindo no seu mandato mais do que um tipo:

The boundaries between conflict prevention, peacemaking, peacekeeping, peacebuilding and peace enforcement have become increasingly blurred. Peace operations are rarely limited to one type of activity, whether United Nations-led or conducted by non-United Nations actors. While United Nations peacekeeping operations are, in principle, deployed to support the implementation of a cease-fire or peace agreement, they are often required to play an active role in peacemaking efforts and may also be involved in early peacebuilding activities.<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> BOUTROS-GHALI, 1992

<sup>38</sup> NAÇÕES UNIDAS, 2008

<sup>39</sup> NAÇÕES UNIDAS, 2008: 18-19

O termo *peacebuilding* entrou no vocabulário da ONU em 1992 com a Agenda para a Paz. Neste documento, Boutros-Ghali define “post-conflict peacebuilding” (reconstrução pós conflito) como “an action to identify and support structures which will tend to strengthen and solidify peace in order to avoid a relapse into conflict”<sup>40</sup>. A origem académica deste conceito pode ser encontrada na escola dos estudos para a paz<sup>41</sup>. Embora o termo e a sua definição não tenham sido utilizados pela ONU até 1992, é importante destacar que já vinham sendo discutidos desde a década de 1970 por Johan Galtung, considerado um dos fundadores dos estudos para a paz, nomeadamente nos artigos que publicou no *Journal of Peace Research* (Galtung 1964, 1969 e 1971). “While the deployment of a multi-dimensional United Nations peacekeeping operation may help to stem violence in the short-term, it is unlikely to result in a sustainable peace unless accompanied by programs designed to prevent the recurrence of conflict.”<sup>42</sup>

As Nações Unidas enumeram quais as atividades que fazem parte integrante das operações de peacebuilding:

- restoring the State’s ability to provide security and maintain public order;
- strengthening the rule of law and respect for human rights;
- supporting the emergence of legitimate political institutions and participatory process;
- promoting social and economic recovery and development, including the safe return or resettlement of internally displaced persons and refugees uprooted by conflict.<sup>43</sup>

Na Agenda para a Paz são apresentadas várias sugestões no sentido de aumentar a capacidade da organização para responder às ameaças à segurança internacional. São identificadas como novas ameaças, em particular, os conflitos étnicos, tribais e religiosos que afetam a coesão interna e segurança dos Estados soberanos. No nosso entender, aquilo que se

---

<sup>40</sup> BOUTROS-GHALI, 1992: 21

<sup>41</sup> Os estudos para a paz (peace studies ou peace research) são aqui entendidos como a escola de pensamento surgida nas décadas de 1950/1960 com o intuito de entender não só as causas da guerra, mas também as condições para a paz. Neste sentido, esta escola de pensamento – ou disciplina ou área de estudos – esta intimamente relacionada com as ideias que influenciaram a criação dos primeiros centros de pesquisa para a paz nos países nórdicos naquelas décadas. Para referências, DUNN (2005); WIBERG (2005); WALLENSTEEN (1988).

<sup>42</sup> NAÇÕES UNIDAS, 2008

<sup>43</sup> Ibidem

considera no documento referido como novas ameaças são, na verdade, situações de hostilidade e de violência que se tornam mais frequentes. São elementos óbvios de instabilidade e geradores de fragmentação estatal. As ameaças são situações de ação (efetiva ou potencial) hostil materializada sobre o outro, que configuram a situação de conflito.

Uma das ideias centrais deste documento é a associação entre as intervenções militares e a reconstrução, ou construção, de Estados. Isto representa uma passagem da organização para um patamar diferente pois, de forma implícita, o então Secretário-Geral aceitava a importância fundamental dos processos de construção de Estados, induzindo ao desenvolvimento ou à conceptualização do “*post-conflict peacebuilding*”. Nesta abordagem, *peacebuilding* é claramente um mecanismo para se chegar a uma forma de paz sustentável.

Como referiu Boutros Boutros-Ghali<sup>44</sup> “a reconstrução das instituições e das estruturas dos Estados, afetados por guerras civis, é de uma importância fundamental para preservar a segurança internacional.” O autor identifica no documento riscos à estabilidade global que não estavam restritos ao plano internacional, como o racismo ou a degradação ambiental. Refere ainda outras fontes de insegurança com carácter transfronteiriço:

Poverty, disease, famine, oppression and despair abound, joining to produce 17 million refugees, 20 million displaced persons and massive migrations of peoples within and beyond national borders. There are both sources and consequences of conflict that require the ceaseless attention and the highest priority in the efforts of the United Nations.<sup>45</sup>

Tais riscos foram então incorporados ao conceito de segurança internacional da própria organização. No ponto 15 da Agenda para a Paz, Boutros Boutros-Ghali enumera quais devem ser os objetivos da organização no que diz respeito às OAP:

- To seek to identify at the earliest possible stage situations that could produce conflict, and to try through diplomacy to remove the sources of danger before violence results;
- Where conflict erupts, to engage in peacemaking aimed at resolving the issues that have led to conflict;
- Through peace-keeping, to work to preserve peace, however fragile, where fighting has been halted and to assist in implementing agreements achieved by the peacemakers;

---

<sup>44</sup> BOUTROS-GHALI, 1992: 2

<sup>45</sup> BOUTROS-GHALI, 1992: 12-13

- To stand ready to assist in peace-building in its differing contexts: rebuilding the institutions and infrastructures of nations torn by civil war and strife and building bonds of peaceful mutual benefit among nations formerly at war;
- And in the largest sense, to address the deepest causes of conflict: economic despair, social injustice and political oppression.

Após a publicação de dois relatórios que apontam o falhanço da ONU, um relativo ao caso do Ruanda (não conseguiram evitar o genocídio de 1994) e outro respeitante à proteção dos habitantes de Srebrenica, na Bósnia-Herzegovina, em 1995, o Secretário-Geral, Kofi Annan, nomeou um painel que tinha como objetivo analisar as OAP, tendo elaborado, em 2000, um documento que ficou conhecido como o Relatório Brahimi. É definido neste contexto a tipologia de operações de *peacebuilding* como: “activities undertaken on the far side of conflict to reassemble the foundations of peace and provide the tools for building on those foundations something that is more than just the absence of war.”<sup>46</sup>

As OAP, por vezes confundidas com intervenções humanitárias, são fundamentalmente diferentes destas e importa referir esta distinção num esforço de clarificação de conceitos. Enquanto que as operações de apoio à paz fundamentam-se nos três princípios já analisados, o consentimento das partes, a imparcialidade e o mínimo uso da força, as operações militares internacionais enquadradas na designação de «intervenções humanitárias» e, mais recentemente, sob o princípio RtoP (responsibility to protect), não operam com a mesma base. Estas últimas não têm o consentimento dos Estados e baseiam-se no uso da força. As OAP são, por princípio, consensuais e têm como objetivo manter / criar condições favoráveis para a negociação política / resolução do conflito. Segundo Adam Roberts as intervenções humanitárias são “coercive action by one or more states involving the use of armed force in another state without the consent of its authorities, and with the purpose of preventing widespread suffering or death among the inhabitants”.<sup>47</sup>

No âmbito deste trabalho importa também clarificar, em tese, os elementos diferenciadores entre as OAP e uma situação de guerra. De acordo com Mendes Dias<sup>48</sup> “As diferenças maiores desta tipologia de operações e, particularmente, as operações de manutenção e imposição da

---

<sup>46</sup> NAÇÕES UNIDAS, 2008 (c)

<sup>47</sup> ROBERTS, 2000: 3-51

<sup>48</sup> DIAS, 2010: 100-103

paz, para uma situação de guerra são: existência, por definição do parâmetro da imparcialidade; a não designação prévia de um «inimigo» (do «hostis»); a vitória militar, por si, não significa o sucesso das operações”. Citando ainda Mendes Dias “Podemos afirmar que, em tese, Operações de Apoio à Paz não são guerra e que podemos ter forças militares a desenvolverem operações militares, de natureza coercitiva, a executarem ações de combate, a causarem e sofrerem baixas, num quadro conceptual que não se configura como de guerra”<sup>49</sup>.

Ainda em contexto de elaboração de corpo teórico sustentado julga-se importante que possamos refletir sobre o entendimento de Estados falhados. Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, este tipo de Estados passou a ser considerado como uma das principais ameaças à paz e segurança internacionais. De acordo com o Relatório da ONU, estes estão entre as seis maiores ameaças com as quais o mundo se depara<sup>50</sup>. As outras são: (1) guerras interestatais, (2) pobreza e doenças infecciosas assim como degradação ambiental, (3) armas nucleares, químicas, radiológicas e biológicas, (4) terrorismo e (5) crime transnacional organizado.

A título exemplificativo, ao olharmos para o Conceito Estratégico de Defesa Nacional de Portugal (2013), encontramos esta referência:

O processo de globalização e a evolução tecnológica tornaram possível uma dinâmica mundial de integração política, económica, social e cultural sem precedentes. Criou um quadro de interdependência crescente, uma forte tendência de homogeneização e novas condições de progresso. Mas tornaram, também, possível uma difusão equivalente de ameaças e riscos em todas as dimensões, que incluem tanto a projeção das redes terroristas e de crime organizado, como a proliferação das armas de destruição massiva, a fragilização de Estados e o potencial devastador dos ataques cibernéticos. A crise económica e financeira internacional, a maior das últimas décadas, veio tornar estes riscos e ameaças ainda mais complexos e difíceis.<sup>51</sup>

A principal responsabilidade do Estado é o fornecimento de determinados bens e serviços à população. Assim, e de acordo com Stewart, os Estados devem desempenhar quatro funções:

---

<sup>49</sup> DIAS, 2010: 102

<sup>50</sup> NAÇÕES UNIDAS, 2004

<sup>51</sup> Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013; DR, 1ª série, N.º 67 de 5 de abril de 2013 pp. 1983.

a Segurança – a sua principal responsabilidade; legitimidade política; oportunidades económicas; e o Bem-estar Social.<sup>52</sup>

A Constituição da República Portuguesa<sup>53</sup> refere no artigo 9.º quais as tarefas fundamentais do nosso Estado, que passamos a enumerar:

- a) Garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam;
- b) Garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático;
- c) Defender a democracia política, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais;
- d) Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais;
- e) Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território;
- f) Assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa;
- g) Promover o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional, tendo em conta, designadamente, o carácter ultraperiférico dos arquipélagos dos Açores e da Madeira;
- h) Promover a igualdade entre homens e mulheres.

Não havendo uma definição universal de Estado falhado, passamos a citar as seguintes que nos fornecem o que há de comum entre elas:

- “Those unable to guarantee any essential public goods to their citizens”.<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> STEWARD, 2006: 29

<sup>53</sup> ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2005

<sup>54</sup> HILL, 2005: 139-154

- “A nominally sovereign state that is no longer able to maintain itself as a viable political and economic unit. It is a state that has become ungovernable and lacks legitimacy in the eyes of the international community”.<sup>55</sup>
- “State failure may manifest itself through incapacity of the state to prevent or curb pervasive violence and insecurity, mitigate ethnic or religious conflicts, or to contain arbitrary and oppressive action by its army or other state agencies.”<sup>56</sup>
- “Nation-states fail because they are convulsed by internal conflict and can no longer deliver positive political goods to their inhabitants. Their governments lose legitimacy, and the very nature of the particular nation-state itself become illegitimate in the eyes and in the hearts of a growing plurality of its citizens. (...) A failed state is a polity that is no longer able or willing to perform the fundamental of a nation-state in the modern world.”<sup>57</sup>

Assim, podemos destacar, num processo sustentado em elementos comuns, as seguintes características de um Estado Falhado:

- a) Fragilidade e/ou colapso das instituições estatais e consequente incapacidade de assegurar os bens e serviços básicos aos cidadãos;
- b) Instabilidade política e económica por vezes associada a forte contestação social;
- c) Perda do monopólio legítimo do uso da força e legitimidade do Poder, cujas decisões políticas não têm grande aceitação por parte da população;
- d) Incapacidade de controlo efetivo sobre o território nacional (incluindo fronteiras, zonas costeiras e arquipélagos);
- e) Inexistência de um clima de segurança, obediência e de ordem interna, derivado do aumento da violência e da criminalidade, e possibilidade de exploração deste ambiente pelas organizações criminosas e/ou terroristas;

Em 2005 surgiu a primeira edição do Índice de Estados Falhados, numa colaboração entre o *Fund for Peace* e a revista *Foreign Policy*, que utiliza 12 indicadores de carácter económico,

---

<sup>55</sup> GRIFFITHS, 2002: 105

<sup>56</sup> DOORNBOS, 2006: 19

<sup>57</sup> ROTBERG, 2004: 1-6

político e militar para medir o grau de vulnerabilidade, de violência interna e de deterioração societal de 178 países, organizado de forma hierarquizada num *ranking*.

O objetivo deste Índice é destacar as principais pressões que os Estados enfrentam e identificar quais as que principiam o *State failure*.

The Failed States Index (FSI), produced by The Fund for Peace, is a critical tool in highlighting not only the normal pressures that all states experience, but also in identifying when those pressures are pushing a state towards the brink of failure. By highlighting pertinent issues in weak and failing states, the FSI — and the social science framework and software application upon which it is built — makes political risk assessment and early warning of conflict accessible to policy-makers and the public at large. The strength of the FSI is its ability to distill millions of pieces of information into a form that is relevant as well as easily digestible and informative. Daily, The Fund for Peace collects thousands of reports and information from around the world, detailing the existing social, economic and political pressures faced by each of the 178 countries that we analyze.<sup>58</sup>

No caso dos Estados Falhados um dos instrumentos possíveis para o seu fortalecimento e, conseqüentemente, para solucionar o problema da sua fraqueza, é o *peacebuilding*, incluindo a sua vertente de *statebuilding* e *nationbuilding*, mas para tal é preciso atentar ao contexto político, económico e social-étnico de cada país, uma vez que não existe uma solução-padrão e porque cada Estado falha à sua maneira.

Em 2005, a ONU, através das respetivas resoluções A/60/180 e CS 1645, criou o UN Peacebuilding Commission (PBC). Esta Comissão destina-se à reconstrução do Estado, edificação das principais instituições e fomento do desenvolvimento sustentável em países em fase pós-conflito. Os seus objetivos são:<sup>59</sup> (1) bringing together all of the relevant actors, including international donors, the international financial institutions, national governments, troop contributing countries; (2) marshalling resources and (3) advising on and proposing integrated strategies for post-conflict peacebuilding and recovery and where appropriate, highlighting any gaps that threaten to undermine peace.

---

<sup>58</sup> FUND FOR PEACE, 2005

<sup>59</sup> NAÇÕES UNIDAS, 2010(b): 8

A par desta Comissão, foi criado também a Peacebuilding Support Office (PBSO) com a finalidade de assistir a PBC, gerir o seu fundo e auxiliar o SG na coordenação com as agências das NU nos processos de *peacebuilding*.

Há a acrescentar ainda dois outros conceitos que, igualmente importantes na temática da construção / reconstrução de Estados, se encontram interligados e fazem parte do processo de *peacebuilding*. Referimo-nos a *statebuilding* e *nationbuilding*. O primeiro conceito refere-se ao reforço das capacidades do Estado, para que este seja capaz de cumprir as suas funções de forma soberana e independente. Por outro lado, o *nationbuilding* centra-se na construção da Nação, compreendida enquanto uma população unida pela história, cultura e língua. Este processo tem como finalidade a construção / estruturação de uma identidade nacional dentro do Estado. Ambos os processos se reforçam mutuamente.

A fronteira entre uma OAP, de uma qualquer tipologia, e uma operação de *peacebuilding*, ou de estabilização / reconstrução de Estados, é difícil de definir e é, em boa verdade, até bastante difusa:

There is no simple, clear cut definition of peace-building that sets it apart from conflict prevention, peacekeeping, peacemaking, humanitarian and development assistance. For one thing, there is considerable overlap of goals and activities along the spectrum from conflict to peace. For another, various peacebuilding activities may take place in each phase of the spectrum. (...) In most post-conflict situations there are many international actors who contribute to peacebuilding as security, development and humanitarian staff. Humanitarian and sometimes development staff may already be in a country during conflict, so that they are ready on the ground (albeit at diminished capacity) once conflict ends.<sup>60</sup>

As prioridades de cada operação de *peacebuilding* variam de país para país, dependendo da sua realidade e vão-se alterando, inclusive, durante o tempo da missão. A agenda é bastante alargada<sup>61</sup>:

- Support to basic safety and security, including mine action, protection of civilians, disarmament, demobilization and reintegration, strengthening the rule of law and initiation of security sector reform;

---

<sup>60</sup> NAÇÕES UNIDAS, 2010(b)

<sup>61</sup> Ibidem

- Support to political process, including electoral processes, promoting inclusive dialogue and reconciliation, and developing conflict-management capacity at national and subnational levels;
- Support to the provision of basic services, such as water and sanitation, health and primary education, and support to the safe and sustainable return and reintegration of internally displaced persons and refugees;
- Support to restoring core government functions, in particular basic public administration and public finance, at the national and subnational levels;
- Support to economic revitalization, including employment generation and livelihoods (in agriculture and public works) particularly for youth and demobilized former combatants, as well as rehabilitation of basic infrastructure.

A prioridade nas tarefas a desempenhar deve, no nosso entender, ser feita de acordo com o efeito previsível que as mesmas irão ter na consolidação de uma paz sustentável e que representam uma redução significativa do perigo de regresso à situação de conflito procurando resolver as causas do mesmo. Ora isto tem uma aplicação diferente de país para país, tal como já foi dito, tendo em consideração o contexto específico.

As OAP procuram, acima de tudo, a criação de um clima de estabilidade que potencie a melhoria das condições de vida das populações e isso pode ser facilmente verificado quando olhamos para os objetivos de cada uma delas. Dando como referência os que foram acima enunciados no que diz respeito às operações de peacebuilding, alguns são claramente partilhados por outros organismos da ONU que operam na área do desenvolvimento, como por exemplo, a criação de emprego, estabilidade económica, acesso a educação, serviços de saúde ou acesso a água potável. Estes são também objetivos partilhados com o Desenvolvimento Humano. É desta forma que nos parece como sendo o indicador mais abrangente e mais preciso para medir os resultados das operações por nós definidas como objeto da nossa investigação, o Índice de Desenvolvimento Humano.

Em sede de quadro teórico, importa agora fazer um pequeno enquadramento desta temática. Surge nos anos 70, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho e do Banco Mundial, a reivindicação da satisfação das “basic needs” como base dos processos de desenvolvimento. Esta linha de orientação veio mais tarde, nos anos 90, a traduzir-se no conceito de Desenvolvimento Humano e no de Desenvolvimento Social.

O conceito de DH teve a sua primeira formulação conceptual no Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD em 1990. Tem sofrido várias alterações com o evoluir dos tempos e surge quase sempre acompanhado do Índice de Desenvolvimento Humano. Trata-se de um indicador de aferição que exprime a ideia de ampliação do leque de opções dos indivíduos e grupos para satisfazerem as suas necessidades básicas, aumentarem a sua segurança pessoal e atingirem um nível de vida digno em vários sectores (saúde, educação, cultura, bem-estar material e acesso ao emprego).

Os dois grandes teorizadores deste conceito foram Mahbub ul Haq (1934-1998), fundador do Relatório de DH e Amartya Sen, Professor de Economia na Universidade de Harvard. Este ultimo define o conceito de DH como: "Human development, as an approach, is concerned with what I take to be the basic development idea: namely, advancing the richness of human life, rather than the richness of the economy in which human beings live, which is only a part of it."<sup>62</sup>. Ainda segundo este teorizador, o conceito de segurança humana remete para a redução e eliminação das inseguranças que colocam em risco a vida humana<sup>63</sup>.

O Professor Mahbub ul Haq define desenvolvimento humano como:

The basic purpose of development is to enlarge people's choices. In principle, these choices can be infinite and can change over time. People often value achievements that do not show up at all, or not immediately, in income or growth figures: greater access to knowledge, better nutrition and health services, more secure livelihoods, security against crime and physical violence, satisfying leisure hours, political and cultural freedoms and sense of participation in community activities. The objective of development is to create an enabling environment for people to enjoy long, healthy and creative lives.<sup>64</sup>

O IDH mede a realização de três componentes básicas: uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um nível de vida digno. Segundo o PNUD<sup>65</sup>, o conceito de Desenvolvimento Humano é definido como: "o processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdade entre mulheres e homens". Apesar de já ter alguns

---

<sup>62</sup> PNUD, 1990

<sup>63</sup> SEN, 1999: 8

<sup>64</sup> PNUD, 1990

<sup>65</sup> PNUD, 2003: 28

anos, esta definição reveste-se ainda de grande atualidade e continua a constituir-se como linha orientadora dos Relatórios.

No que diz respeito à primeira componente, uma vida longa e saudável, a esperança média de vida à nascença é um indicador fundamental. A importância desta taxa assenta na crença comum que uma vida longa é valiosa por si mesma e também porque está associada a outros benefícios indiretos (uma boa nutrição e uma boa saúde).

A segunda componente, acesso ao conhecimento, assenta na taxa de alfabetismo pois trata-se do primeiro passo que permite a qualquer ser humano aceder a uma boa educação. Por último, um nível de vida digno, é provavelmente o mais difícil de medir pois torna-se necessário aceder a informações relativas à propriedade das terras, acesso ao crédito, rendimento e outros recursos. Tendo em conta que a dificuldade no acesso a este tipo de informação, os Relatórios baseiam-se acima de tudo no indicador “PIB per capita” e tentam dar-lhe o melhor uso possível.

As três medidas apresentadas padecem da mesma limitação, são médias nacionais que encerram em si grandes disparidades. Diferentes grupos sociais apresentam diferentes esperanças médias de vida. Existem muitas vezes grandes diferenças nas taxas de alfabetismo masculinas e femininas. E por último, o rendimento, na maioria das vezes, é distribuído de forma desigual.

Mas o Desenvolvimento Humano não termina nestas três condições, outras há que devem estar também acessíveis tais como: a liberdade social, económica e política, oportunidade de ser criativo e produtivo, gozar da possibilidade de auto-respeito e garantia de respeito dos direitos humanos. Este conceito está relacionado com os seguintes temas: progresso social e económico, eficiência, equidade, participação, liberdade, sustentabilidade e segurança humana.

O Desenvolvimento Humano apresenta duas faces: a formação das capacidades humanas e o uso que as pessoas fazem das aptidões adquiridas, que pode ir desde a sua participação na vida política, serem ativos a nível social, bem-estar e lazer e a nível profissional. De acordo com este conceito, o acesso ao rendimento é claramente apenas uma opção a que o indivíduo deve ter direito, apesar de ser uma bastante importante. No entanto, este tem de ser encarado como um meio e não como um fim pois tanto pode ser utilizado para comprar medicamentos como drogas.

O uso que se dá ao rendimento é um fator muito mais importante, do nosso ponto de vista, e deve ser ponderado nesta análise mais do que olhar simplesmente para o nível de rendimento de determinada população. “Country experience demonstrates several cases of high levels of

human development at modest income levels and poor levels of human development at fairly high-income levels”<sup>66</sup>.

A verdade é que não existe nenhuma ligação direta e clara entre crescimento económico e progresso humano. A principal preocupação em termos de desenvolvimento é saber como pode ser criada e reforçada essa ligação. O crescimento económico, em tese, deveria significar progresso humano, no entanto, a realidade difere devido a um fator de extrema importância, a distribuição da riqueza.

Os indicadores de medida do desenvolvimento não se centram, como anteriormente, somente em dados de natureza económica, mas também em vetores sociais que se prendem com a promoção da liberdade de escolha das pessoas, com a sua capacidade de progresso, de liberdade, de auto-realização.

O conceito de desenvolvimento humano tem as suas origens no pensamento clássico e, em particular, nas ideias de Aristóteles, que acreditava que alcançar a plenitude do florescimento das capacidades humanas é o sentido e fim de todo o desenvolvimento.

A tónica passa, nesta altura, de uma visão puramente economicista para uma que procura ligar o crescimento económico ao desenvolvimento humano. Neste sentido, a análise do PIB<sup>67</sup> como indicador preferencial é redutora e enganadora; tal elemento passa a ser apenas um fator entre outros. Vários são os exemplos de países com bons crescimentos do PIB, mas que não os conseguiram refletir na melhoria das condições de vida das populações. Muitos países industrializados que apresentam um nível de receita interna elevado não têm a correspondente expressão no que diz respeito a problemas sociais como a toxicod dependência, sem-abrigo, sida, violência.

O primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano aponta, como exemplo, o Brasil que apresentava um PIB per capita relativamente alto (2,020 dólares americanos) e indicadores sociais baixos: esperança média de vida 65 anos, taxa de alfabetismo 78% e taxa de mortalidade infantil 62/1000. Da mesma forma, a Arábia Saudita tinha um PIB per capita de 6,200 dólares americanos, uma esperança média de vida de 64 anos, taxa de alfabetismo de 55% e uma taxa de mortalidade infantil de 70/1000. Por outro lado, a Costa Rica apresenta um valor do PIB

---

<sup>66</sup> PNUD, 1990

<sup>67</sup> Produto Interno Bruto (soma em valores monetários de todos os bens e serviços produzidos numa determinada região, quer sejam cidades ou países, durante um determinado período temporal).

relativamente modesto (1,610 dólares americanos) e indicadores sociais elevados: esperança média de vida 75 anos, taxa de alfabetismo 93% e taxa de mortalidade infantil 18%. Da mesma forma, a Jamaica apresenta um PIB de 0,940 dólares americanos, uma esperança média de vida de 74 anos, uma taxa de alfabetismo de 82% e uma taxa de mortalidade infantil de 18/1000.<sup>68</sup>

No Relatório de 1990, surgem dois índices agregados ao conceito de desenvolvimento humano: o Índice de Pobreza Humana para os países ricos, classificando-os de acordo com os níveis nacionais de pobreza, analfabetismo, desemprego e esperança média de vida; e o Índice de Medida de Participação Segundo o Género que mede a participação da mulher na vida política e económica.

Em 2010 foram introduzidos três índices novos: o Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade, o Índice de Desigualdade de Género e o Índice de Pobreza Multidimensional.

Os grupos desfavorecidos são o foco central do desenvolvimento humano. Naqueles incluem-se também as pessoas que, no futuro, sofrerão as consequências mais graves dos riscos decorrentes das nossas atividades atuais. Hoje em dia, o desenvolvimento humano está diretamente ligado com as questões da sustentabilidade.

Como refere o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011 “o desenvolvimento humano sustentável constitui o alargamento das liberdades substantivas das pessoas no mundo atual, ao mesmo tempo que se envidam esforços razoáveis para evitar o risco de comprometer seriamente as das gerações futuras”<sup>69</sup>.

Em 1990 esta dimensão sustentável não era abordada no conceito de desenvolvimento humano, mas como qualquer outro conceito, este também evoluiu e moldou-se à mudança do próprio pensamento e da sociedade.

Tendo em conta as premissas estabelecidas para este estudo, importa agora definir o nosso campo de análise e, portanto, enumerar as OAP que serão alvo de estudo neste trabalho. Em primeiro lugar, consideraremos apenas as que se tenham estabelecido entre o quadro temporal 1990 (este limite não marca o início da operação, podem ter sido iniciadas antes) e 2010. Assim passamos a enumerá-las:

---

<sup>68</sup> PNUD, 1990: 2

<sup>69</sup> PNUD, 2011

- 1) UNAVEM I – *United Nations Angola Verification Mission I* – janeiro de 1989 a maio de 1991. Mandato: verificar a saída das tropas cubanas do território angolano de acordo com o estabelecido entre os dois governos.
- 2) UNAVEM II – *United Nations Angola Verification Mission II* – junho de 1991 a fevereiro de 1995. Mandato: verificar o cumprimento do acordado entre as partes em conflito no que diz respeito ao cessar-fogo e monitorizar a polícia angolana durante este processo. Em 1992, o CS decidiu alargar o mandato da missão incluindo a observação e verificação das eleições presidenciais e legislativas em Angola. Em 1993, com o reacender dos conflitos entre o Governo Angolano e a UNITA, o mandato foi novamente reajustado com o objetivo de auxiliar as partes em conflito a chegar a um acordo e ajudar a implementar o cessar-fogo. Com a assinatura do Acordo de Lusaka, o CS autorizou a UNAVEM II a verificar as fases iniciais do acordo de paz.
- 3) UNOSOM I – *United Nations Operation in Somalia I* – abril de 1992 a março de 1993. Mandato: monitorizar o cessar-fogo em Mogadishu e escoltar as entregas de bens humanitários ao centro da cidade. O mandato da missão foi mais tarde alargado e fortalecido permitindo a proteção a comboios humanitários e centros de distribuição em todo o país.
- 4) ONUMOZ – *United Nations Operation in Mozambique* – dezembro de 1992 a dezembro de 1994. Mandato: ajudar na implementação do Acordo de Paz assinado a 04 de outubro de 1992 pelo Presidente da República de Moçambique e o Presidente da Renamo. Este mandato inclui monitorização do cessar-fogo e da retirada das forças estrangeiras, manter segurança dos corredores de transporte, dar assistência técnica e monitorizar o processo eleitoral.
- 5) UNOSOM II – *United Nations Operation in Somalia II* – março de 1993 a março de 1995. Mandato: foi estabelecida para tomar medidas apropriadas, incluindo ações impositivas, para restabelecer um clima seguro para a assistência humanitária na Somália.
- 6) UNOMUR – *United Nations Observer Mission Uganda – Rwanda* – junho de 1993 a setembro de 1994. Mandato: monitorizar a fronteira entre o Uganda e o Ruanda e garantir que não chegava nenhuma assistência militar do exterior.
- 7) UNOMIL – *United Nations Observer Mission in Liberia* – setembro de 1993 a setembro de 1997. Mandato: incentivar boas práticas com o objetivo de apoiar a implementação dos acordos de paz; investigar alegadas violações do cessar-fogo; apoio na

desmobilização dos combatentes; apoiar a ajuda humanitária; investigar violações dos direitos humanos e apoiar grupos locais de assistência humanitária; observar e verificar o processo eleitoral.

- 8) UNAMIR – *United Nations Assistance Mission for Rwanda* – outubro de 1993 a março de 1996. Mandato: originalmente foi estabelecida para ajudar na implementação dos Acordos de Paz de Arusha em 1993. No entanto, devido ao trágico acontecimento de 1994, o genocídio, e a situação em que o país mergulhou, o seu mandato foi alargado e fortalecido por diversas vezes.
- 9) UNAVEM III – *United Nations Angola Verification Mission III* – fevereiro de 1995 a junho de 1997. Mandato: auxiliar o Governo Angolano e a UNITA no restabelecimento da paz e atingir a reconciliação nacional, tendo por base os acordos de paz assinados em 1991 e o Acordo de Lusaka em 1994.
- 10) MONUA – *United Nations Observer in Angola* – junho de 1997 a fevereiro de 1999. Mandato: assistir as partes angolanas na consolidação da paz e reconciliação nacional, contribuindo para a criação de um clima condutor de uma estabilidade a longo-prazo, assim como o desenvolvimento da democracia e reabilitação do país.
- 11) MINURCA – *United Nations Mission in Central African Republic* – abril de 1998 a fevereiro de 2000. Mandato: assistir na manutenção e fortalecimento de um clima de segurança, incluindo liberdade de movimento em Bangui e nos arredores imediatos da cidade, supervisionar e controlar o armazenamento de armas recolhidas no desarmamento, ajudar na construção de forças policiais e fornecer assistência técnica ao processo eleitoral. Mais tarde, esta missão foi também mandatada para auxiliar nas eleições presidenciais e supervisionar a destruição de armas confiscadas.
- 12) UNOMSIL – *United Nations Observer Mission in Sierra Leone* – julho de 1998 a outubro de 1999. Mandato: monitorizar a situação militar e de segurança na Serra Leoa, assim como, o desarmamento e desmobilização de antigos combatentes. Foi também mandatada para auxiliar na monitorização do respeito pela lei humanitária internacional.
- 13) UNAMSIL – *United Nations Mission in Sierra Leone* – outubro de 1999 a dezembro de 2005. Mandato: auxiliar na implementação dos acordos de paz assim como na implementação do plano do desarmamento, desmobilização e reintegração.
- 14) MONUC – *United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo* – novembro de 1999 a junho de 2010. Mandato: monitorizar a implementação

dos acordos de cessar-fogo e investigar alegadas violações, assim como, auxiliar no desarmamento.

15) UNMEE – *United Nations Mission in Ethiopia and Eritrea* – julho de 2000 a julho de 2008. Mandato: estabelecer ligação entre as partes em conflito e estabelecer um mecanismo para assegurar o cessar-fogo.

16) UNOB – *United Nations Operation in Burundi* – junho de 2004 a dezembro de 2006. Mandato: auxiliar no restabelecimento de uma paz duradoura e reconciliação nacional à luz do Acordo de Arusha.

17) MINURCAT – *United Nations Mission in the Central African Republic and Chad* – setembro de 2007 a dezembro de 2010. Mandato: contribuir para a proteção dos civis, promover o respeito pelos direitos humanos e pela lei e promover a paz regional.

### **Relação com o Estado da Arte**

Tendo em conta as pesquisas efetuadas pudemos verificar que, devido à especificidade do tema proposto, não encontramos nenhuma obra que se centre no nosso objeto de estudo, pois a perspectiva do desenvolvimento humano está quase sempre arredada das investigações em torno das operações de apoio à paz. No entanto, existe já uma vasta bibliografia no que diz respeito a estas missões que nos ajudam no seu correto entendimento e avaliação.

Identificámos alguns estudos técnicos produzidos, maioritariamente pela ONU e outras organizações que são de grande importância para o nosso enquadramento teórico e, em número mais reduzido, alguns estudos de avaliação de operações. Considera-se, portanto importante a análise da seguinte documentação:

■ A Agenda para a Paz (1992) e o seu Suplemento (1995): Relatórios do Secretário-Geral das Nações Unidas – estes dois documentos oferecem várias sugestões no sentido de aumentar a capacidade das Nações Unidas para responder às ameaças à segurança internacional e ao cumprir este objetivo definem o suporte teórico de conceptualização das operações de apoio à paz.

■ Relatórios de avaliação de operações de apoio à Paz das Nações Unidas:

- NAÇÕES UNIDAS (2000). “Report of the Secretary-General on the Implementation of the Report of the Panel on United Nations Peace Operations”, United Nations, Internet: <http://www.un.org/apps/docs/ws.asp?m=A/55/502>;

- NAÇÕES UNIDAS (2001). “Implementation of the recommendations of the Special Committee on Peacekeeping Operations and the Panel on United Nations Peace Operations”, Report of the Secretary-General, United Nations, Internet: <http://www.un.org/apps/docs/ws.asp?m=A/55/977>;
- NAÇÕES UNIDAS (2008). “United Nations Peacekeeping Operations, Principles and Guidelines”, United Nations.

Estes relatórios de avaliação centram-se de igual forma nas fragilidades e limitações das OAP e procuram indicar novos mecanismos de as fortalecer oferecendo assim importantes contributos para a construção do enquadramento teórico desta tese.

■ Relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde 1990 até 2016

Tendo em conta que uma das formas de aferição do impacto das OAP é o índice de desenvolvimento humano, torna-se essencial a análise cuidada de todos os relatórios associados a este índice, de forma a poder verificar a evolução dos mesmos nos casos de estudo, permitindo assim responder à questão de partida. Estes relatórios disponibilizam-nos ferramentas de análise e de medição.





independência” e estabelece os parâmetros para a partilha de poder em Angola entre os referidos movimentos prevendo no seu artigo 6.º um cessar-fogo geral: “O Estado Português e os três Movimentos de Libertação formalizam pelo presente acordo um cessar-fogo geral, já observado de facto pelas respetivas forças armadas em todo o território de Angola. A partir desta data será considerado ilícito qualquer ato de recurso à força, que não seja determinado pelas autoridades competentes, com vista a impedir a violência interna ou a agressão externa.”<sup>70</sup> De realçar também que, no mesmo Acordo, no artigo 28º do Capítulo III “É criada uma Comissão Nacional de Defesa com a seguinte composição: Alto-Comissário; Colégio Presidencial e Estado-Maior Unificado.”

No entanto, o Acordo não foi cumprido e rapidamente o país mergulhou novamente numa situação de conflito, a guerra civil angolana, que decorreu entre 1975 e 2002, terminando com a morte de Jonas Savimbi.

Este conflito interno atravessou, entre 1976 e 1990, duas fases distintas. Uma primeira fase, entre 1976-1985, foi claramente marcada pelo ambiente da Guerra Fria. Neste período, a URSS apareceu fortalecida pelo seu sucesso na intervenção angolana, pela intervenção na guerra do Ogaden<sup>71</sup> e, mais tarde, pela intervenção no Afeganistão. Os EUA viveram momentos complicados devido ao escândalo de Watergate, à queda de Saigão e à crise iraniana.

Em Angola, o MPLA viu a sua posição reforçada com o apoio material soviético e pelo auxílio humano por parte de Cuba. Os EUA viram o seu aliado, a FNLA, a desaparecer rapidamente e transferiram o seu apoio para o outro movimento não marxista, ou seja, a UNITA. Para além do apoio norte-americano, a UNITA também pôde contar com o envolvimento militar de África do Sul, país que receava as consequências da presença cubana em território angolano.

Alliances with and support from the Cold War blocs added another dimension to this conflict. The Soviet Union and Cuba supported the MPLA and its army, FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola), which originally controlled no more than Luanda area. South Africa invaded Southern Angola to provide support to UNITA, and Zaire invaded the northern region to help the FNLA. The United Nations authorized material and financial assistance to the FNLA and UNITA. In October 1975, an airlift of

---

<sup>70</sup> CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, 1975

<sup>71</sup> A guerra de Ogaden ocorreu entre 1977 e 1978 entre a Somália e a Etiópia tendo por base a disputa do território de Ogaden.

arms and the arrival of the first of some 50,000 troops from Cuba put the MPLA into the strongest position and repelled South African and Zairian troops<sup>72</sup>.

A vitória eleitoral de Ronald Reagan, em 1980, foi muito importante para a UNITA pois durante a sua campanha havia manifestado apoio a este movimento, acreditando que o comunismo, mais do que contido, era possível de ser derrotado. Reagan revogou, em 1985, a Emenda Clark, que impedia o apoio norte-americano aos movimentos angolanos, e formulou a *Linkage Politics*<sup>73</sup>, a qual ligava a presença de tropas cubanas em Angola à independência da Namíbia, ou seja, enquanto o contingente militar cubano se mantivesse em Angola, a Namíbia nunca poderia ascender à independência. O grande promotor deste conceito, que foi utilizado por norte-americanos e sul-africanos, foi Chester Crocker, Sub-Secretário de Estado para os Assuntos Africanos da administração de Reagan.

The United States, represented by the Assistant Secretary of State for African Affairs, Chester Crocker, had already brokered talks between Angola, Cuba, and South Africa between 1981 and 1988. The linkage between the withdrawal of Cuban troops with Namibia's Independence agreement encourage further concessions from all parties involved, especially South Africa.<sup>74</sup>

Entre 1980 e 1985, Angola conheceu períodos de grande intensidade nos combates. Particularmente importantes foram as ofensivas das forças armadas angolanas, as FAPLA, em maio de 1984 na província do Cuando-Cubango e o ataque a Mavinga em junho de 1985. Este último foi travado pela UNITA com o apoio do exército sul-africano.

Uma segunda fase da guerra civil angolana abrangeu o período de 1986 a 1990, tendo sido marcado pelo declínio da ordem bipolar, o que implicou uma diminuição da intervenção externa no conflito. Estas alterações a nível mundial tiveram consequências na região da África Austral, com vários dos conflitos aí existentes a serem resolvidos. Angola conheceu ainda durante esta

---

<sup>72</sup> GUYOT, 2015: 283-293

<sup>73</sup> Política levada a cabo nos anos setenta pelos EUA por Richard Nixon e Henry Kissinger com o objetivo de persuadir a China e União Soviética a auxiliar na contenção de revoluções no Terceiro Mundo em troca de concessões na área nuclear e financeira. A premissa por detrás desta política era a de ligar os aspetos políticos aos militares, estabelecendo uma relação em que o progresso da área A estava dependente do progresso na área B. vide Kissinger, *Diplomacy*, 1994, ISBN 0-671-65991-X pp. 716-721

<sup>74</sup> GUYOT, 2015: 283-293

fase fortes confrontos militares, como o ataque das FAPLA e dos cubanos contra Cuito-Cuanavale em agosto de 1987.

O envolvimento da ONU na questão angolana surgiu da aplicação do conceito *Linkage Politics*. Como foi referido anteriormente, a aplicação da resolução 435<sup>75</sup>, e a consequente independência da Namíbia estava ligada e dependente da prévia retirada das tropas cubanas de Angola. Após um intenso esforço diplomático, foram assinados dois acordos, em dezembro de 1988, em Nova Iorque. Um, entre Angola, Cuba e África do Sul, o qual permitia a aplicação da resolução 435. O segundo, entre Cuba e Angola, que estabelecia o calendário para a retirada gradual das tropas cubanas de Angola. Antecipando este último acordo, o CS da ONU aprovou a criação da *United Nations Angola Verification Mission* (UNAVEM), que mais tarde será conhecida como UNAVEM I, com o objetivo de verificar a retirada das tropas cubanas de Angola.

Na sequência do acordo de paz de Bicesse, assinado pelo governo angolano e pela UNITA sob mediação portuguesa, a ONU foi convidada a envolver-se na implementação da paz. O pedido oficial para a sua participação foi feito pelo governo angolano. A esta organização pedia-se que verificasse o cumprimento do cessar-fogo e fiscalizasse a ação da polícia angolana. Esta missão, que ficará conhecida como UNAVEM II, foi estabelecida através da aprovação, a 30 de maio de 1991, da resolução 626 do CS.

## **1.2 - As Missões: UNAVEM I, II, III e MONUA**

Em 1989, foi destacada a primeira missão – a UNAVEM I (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola I) – com o mandato de monitorizar a saída das tropas cubanas do território angolano de acordo com o estabelecido entre os dois governos, sem um mandato claro de implementação da paz. Esta missão terminou em maio de 1991:

The first United Nations Angola Verification Mission (UNAVEM I) was established by Security Council resolution 626 (1988) of 20 December 1988 at the request of the Governments of Angola and Cuba. Its task was to verify the redeployment of Cuban troops northwards and their phased and total withdrawal from the territory of Angola, in accordance with the timetable agreed between the two Governments. The withdrawal was

---

<sup>75</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA, 1978. (A resolução 435 previa o cessar-fogo e a realização de eleições na Namíbia.)

completed by 25 May 1991 – more than one month before the scheduled date. On 6 June, the Secretary-General reported to the Council that UNAVEM I had carried out, fully and effectively, the mandate entrusted to it.<sup>76</sup>

Com as tropas estrangeiras fora do território, a comunidade internacional viu aqui uma possibilidade de terminar com o conflito entre o Governo Angolano e a UNITA. Esta missão foi considerada como bem sucedida “The Secretary-General observed that the success of UNAVEM again demonstrates what can be achieved by a United Nations peacekeeping operation when it receives the full cooperation of the parties concerned.”<sup>77</sup>

A intensa atividade diplomática por parte da Troika (Portugal como mediador e União Soviética e EUA como observadores) conduziu a um cessar-fogo, no quadro dos Acordos de Bicesse<sup>78</sup> de 1991, e à realização das primeiras eleições da história da Angola em 1992, sob a supervisão da ONU (com o envio da segunda missão para o país, a UNAVEM II, centrada no processo de cessar-fogo entre as partes beligerantes).

A 17 de Maio de 1991, o SG da ONU recebe uma carta do Governo Angolano a solicitar a participação da organização na verificação da implementação dos Acordos de Paz. É com este objetivo que é criada a UNAVEM II, cujo mandato, conferido pelo CS, é definido pela Resolução 696 (1991) de 30 de maio: “to verify the arrangements agreed by the Angolan parties for the monitoring of the ceasefire and for the monitoring of the Angolan police during the ceasefire period.”<sup>79</sup> Para esta Missão foram mobilizados cerca de 350 observadores militares não armados e 126 polícias<sup>80</sup>.

Na sua essência, o objetivo desta missão era “verify that joint monitoring groups, composed in equal numbers of representative of the Angolan Government and of UNITA and responsible for monitoring on the spot the observance of the ceasefire, carried out their responsibilities.”<sup>81</sup> A UNAVEM II tinha também um papel importante na verificação de alegadas violações do cessar-

---

<sup>76</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (a)

<sup>77</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (b)

<sup>78</sup> Os Acordos de Bicesse incluíam quatro documentos: um acordo de cessar-fogo; os princípios fundamentais para o estabelecimento da paz em Angola; fundamentos para resolução dos problemas pendentes entre Governo e UNITA e o Protocolo de Estoril.

<sup>79</sup> NAÇÕES UNIDAS, 1991

<sup>80</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (c)

<sup>81</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (d)

fogo. Por outro lado, e sendo um dos objetivos descritos no seu mandato, verificava também a neutralidade da polícia angolana juntamente com equipas conjuntas do Governo e da UNITA.

Apesar de não terem existido violações de maior ao cessar-fogo, verificaram-se alguns atrasos e dificuldades logísticas:

By October 1991, troop assembly had fallen seriously behind scheduled, and the two sides had failed to create joint police monitoring groups. These delays further undermined confidence and trust between the parties. While they chose to defuse many incidents through the joint monitoring and verification bodies established by the Peace Accords, the political and security atmosphere remained tense and fragile, with reports of violent incidents as well as of intimidation and provocation by both Government and UNITA supporters.<sup>82</sup>

Os acordos de Paz previam a realização de eleições livres e justas para um novo governo sob a supervisão de observadores internacionais. Em dezembro de 1991, o governo angolano pediu assistência técnica à ONU para ajudar a preparar e conduzir o processo eleitoral. Em janeiro de 1992, foi assinado um protocolo de assistência técnica.

A 24 de Março, o CS da ONU, através da resolução 747 (1992), decidiu alargar o mandato da UNAVEM II, incluindo a observação do processo eleitoral em Angola, através da presença de 400 observadores. O papel da ONU era de observar e verificar as eleições, mas não de as organizar, função esta que cabia ao Conselho Nacional de Eleições. No Relatório do SG ao CS datado de 9 de setembro de 1992, este afirma que os resultados obtidos no registo de eleitores ultrapassaram largamente as expectativas (4.8 milhões de eleitores registados o que corresponde a 92% da população votante)<sup>83</sup>. “The electoral campaign was conducted without major violence, although there were reports of intimidation by some political parties, notably UNITA and MPLA, as well as difficulties of access to certain areas, particularly those controlled by UNITA.”<sup>84</sup>

A 1 de outubro de 1992, o Secretário-Geral da ONU emitiu uma nota em que afirmava que a grande maioria dos eleitores registados votaram em condições ordeiras e pacíficas, apesar das dificuldades logísticas e organizacionais. No entanto, a 3 de outubro surgem acusações, com maior peso por parte da UNITA, de sistemáticas irregularidades e fraude durante o processo

---

<sup>82</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (d)

<sup>83</sup> Ibidem

<sup>84</sup> Ibidem

eleitoral. Estas queixas foram investigadas, mas não foram encontradas provas do alegado. Apesar de todos os esforços diplomáticos, a situação política e militar no país continuou a deteriorar-se.

A 17 de outubro, o presidente da Comissão Nacional de Eleições anunciou oficialmente o resultado das eleições legislativas (MPLA 53,74% contra a UNITA 34,1%) e das presidenciais (José Eduardo dos Santos 49,57% e Jonas Savimbi 40,07%). Como nenhum dos candidatos presidenciais teve mais de 50%, a Lei Eleitoral Angolana prevê a realização de uma segunda volta<sup>85</sup>. Logo após este anúncio, a UNITA lançou uma operação nacional para ocupar, através força, vários municípios, gerando muita tensão e preocupação. A 30 de Outubro, o CS, confrontado com relatórios alarmantes de hostilidades em todo o país, adotou a resolução 785 (1992) prolongando o mandato da UNAVEM II até 30 de novembro de 1992 e reafirmando que as eleições realizadas foram livres e justas<sup>86</sup>. A missão continuou a trabalhar para manter o cessar-fogo, patrulhando zonas problemáticas e promovendo o diálogo entre as partes.

A 25 de Novembro de 1992, o SG submeteu ao CS um relatório detalhado da situação em Angola e recomendou o prolongamento da UNAVEM II até 31 de janeiro de 1993, afirmando que:

...although it was too soon to analyze the causes of the deteriorating situation in Angola, it was already clear that a root cause was the incomplete fulfilment of key provisions in the Peace Accords. Among those failings were the less than effective demobilization and storage of weapons; the delay in creating the unified Angolan Armed Forces (FAA), which only formally came into being two days before the elections; the failure to re-establish effective central administration in many parts of the country; and the delay in setting up a neutral police force. It had also been difficult to create in 16 months, after as many years of civil war, an atmosphere of mutual confidence, tolerance and respect.<sup>87</sup>

A 30 de Novembro, o CS, através da resolução 793 (1992), prolongou o mandato até 31 de janeiro de 1993. A 21 de janeiro de 1993, o SG envia novo relatório ao CS onde afirma que “to all intents and purposes, Angola has returned to civil war, and is probably in an even worse situation than that which prevailed before the Peace Accords were signed in May 1991... An

---

<sup>85</sup> ARAÚJO, 2002

<sup>86</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (d)

<sup>87</sup> Ibidem

already serious humanitarian situation has become catastrophic in many areas”<sup>88</sup>. No mesmo documento é afirmado também que o mandato inicial da UNAVEM II é cada vez menos relevante e, mesmo o seu papel de mediador, tornou-se muito limitado pela insegurança vivida no país. Dos seus 67 postos, 45 tiveram de ser evacuados. A 29 de janeiro, através da resolução 804 (1993), o CS prolongou o mandato da missão até 30 de abril e, nos meses seguintes, o mesmo aconteceu por várias vezes para permitir auxiliar as duas partes a chegar a um consenso sobre as modalidades para completar o processo de paz e, ao mesmo tempo, para ajudar a implementar o cessar-fogo. “The United Nations continued its efforts to facilitate the resumption of the peace process in consultation with the Angolan parties and interested countries, including, in particular, the observer States to the Peace Accords – Portugal, the Russian Federation and the United States.”<sup>89</sup>

A 15 de novembro de 1993, o Governo de Angola e a UNITA iniciaram conversações em Lusaka, Zâmbia, com os seguintes resultados: chegaram a acordo sobre as questões militares em dezembro de 1993, sobre a polícia em janeiro de 1994, sobre o processo eleitoral em maio de 1994, sobre o novo mandato da ONU e o papel dos três observadores, acima enumerados, em outubro. A questão da reconciliação nacional demonstrou ser a mais difícil do ponto de vista da obtenção de um consenso. A 20 de outubro, na expectativa que o acordo fosse concluído a 31 do mesmo mês, o SG recomendou ao CS que o mandato da UNAVEM II fosse prolongado até 31 novembro 1994 e, sugeriu também que fosse restaurada a força inicial da missão para que lhe fosse permitido consolidar a implementação do acordo de paz na sua fase inicial e mais crítica. O CS na sua resolução 952 (1994) prolongou o mandato até 8 dezembro e autorizou o restabelecimento da força inicial da missão (350 militares e 126 observadores polícias).

O protocolo de Lusaka foi assinado a 20 de novembro 1994:

The main military issues centered on the re-establishment of cease-fire; the withdrawal, quartering and demilitarization of all UNITA military forces; the disarming of civilians; and the completion of the formation of FAA. The major political issues included the neutrality of the national police and the integration of UNITA elements into its ranks; the mandate of the United Nations and the role of the observers of the Peace Accords; the completion of the electoral process; and the question of national reconciliation.<sup>90</sup>

---

<sup>88</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (d)

<sup>89</sup> Ibidem

<sup>90</sup> Ibidem

Apesar do cessar-fogo ter formalmente entrado em vigor a 22 de novembro, a situação militar em Angola continuava tensa, com vários combates entre a UNITA e o governo a serem reportados. A 8 de dezembro, o CS através da resolução 966 (1994) decide alargar a missão até 8 de fevereiro 1995 para assegurar que o protocolo fosse implementado, mais especificamente o cessar-fogo.

A UNAVEM II operou num difícil contexto de conflito civil com um mandato limitado aos acordos de paz e sem uma agenda política. Do que pudemos aferir, o seu maior contributo foi a assistência que deu à realização de eleições livres num país com graves problemas provocados pelo contexto de guerra que existia. Representou também, devido à sua neutralidade, um canal de comunicação indispensável entre as partes, assim como, teve um papel muito importante no apoio à assistência humanitária. Ao mesmo tempo, os contratempus que a missão sofreu demonstram os riscos que uma operação deste tipo enfrenta quando o seu mandato e recursos são inadequados em comparação com a complexidade da tarefa, principalmente, quando as partes em conflito não demonstram ter a vontade política necessária para atingir a paz.

A UNAVEM II teve algumas limitações no que diz respeito a recursos materiais e financeiros. Entre junho de 1991 e outubro de 1992, teve um orçamento de 118 milhões de USD e ao nível de pessoal, a UNAVEM teve, entre março de 1991 e março de 1993, 1,120 membros. Os recursos limitados tiveram consequências no processo eleitoral, nomeadamente no dia das eleições. A ONU acabou por ter pouca presença no terreno, com apenas 400 observadores e, para além disso, os observadores eleitorais debateram-se com problemas de transporte, o que lhes dificultou ainda mais a tarefa.<sup>91</sup>

A 1 de fevereiro 1995, o Secretário-Geral apresentou ao CS uma proposta para o mandato de uma nova missão no país, a UNAVEM III, que foi estabelecida através da resolução 976 (1995) de 8 de fevereiro com o objetivo de “assist the parties to restore peace and achieve national reconciliation on the basis of the Peace Accord, the Lusaka Protocol and relevant Security Council resolutions.”<sup>92</sup>.

O mandato da UNAVEM III consistia em:

- To provide good offices and mediation to the Angolan parties;

---

<sup>91</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (f)

<sup>92</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (g)

- To monitor and verify the extension of State administration throughout the country and the process of national reconciliation; to supervise,
- Control and verify the disengagement of forces and to monitor the cease-fire; to verify information received from the Government and UNITA regarding their forces, as well as all troop movements; to assist in the establishment of quartering areas; to verify the withdrawal, quartering and demobilization of UNITA forces;
- To supervise the collection and storage of UNITA armaments; to verify the movement of Government forces (FAA) to barracks and the completion of the formation of FAA; to verify the free circulation of persons and goods; to verify and monitor the neutrality of the Angolan National Police;
- The disarming of civilians, the quartering of the rapid reaction police, and security arrangements for UNITA leaders; to coordinate, facilitate and support humanitarian activities directly linked to the peace process, as well as participating in mine-clearance activities;
- To declare formally that all essential requirements for the holding of the second round of presidential elections have been fulfilled, and to support, verify and monitor the electoral process.<sup>93</sup>

Apesar de terem ocorrido desenvolvimentos positivos, a implementação do processo atrasou-se substancialmente em relação ao previsto e a falta de confiança mútua entre o Governo e a UNITA colocaram em risco a obtenção de uma paz duradoura. A UNAVEM III preparou um cronograma de implementação que compreendia todas as tarefas militares, policiais e políticas pendentes a serem completadas por ambas as partes. A 19 de Novembro de 1996, o SG produziu um relatório para o CS onde afirmava que “the agreement on a consolidated timetable for the completion of the pressing tasks has brought the most urgent issues into focus. Some progress had been made, but the implementation of the timetable was still behind.”<sup>94</sup>

A UNAVEM III foi uma das maiores operações em contexto africano com uma força máxima, a 30 de junho de 1997, de 4220 efetivos (283 observadores militares, 3649 militares e

---

<sup>93</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (g)

<sup>94</sup> Ibidem

288 polícias civis)<sup>95</sup>. De referenciar que Portugal, a 1 de fevereiro de 1997, tinha destacado nesta missão cerca de 350 efetivos (10 observadores militares, 21 polícias, 9 militares e 310 militares)<sup>96</sup>. Em abril de 1995, o Coronel Bento Soares foi nomeado pelo despacho 29/MDN/95 para o cargo de Chefe do Estado-Maior da UNAVEM III. Em maio do mesmo ano, a Companhia de Transmissões CTm5, com cerca de 100 efetivos, foi destacada para Luanda com o objetivo de auxiliar na instalação e manutenção de um sistema de comunicações de apoio à ONU. Em agosto, foi também destacada para o Huambo, a Companhia de Logística CLog6 do Exército.<sup>97</sup> Segundo o Major Coronel Carlos Martins Branco, Portugal participou nesta missão com um efetivo próximo das seis centenas de militares, sendo o CLog6 e a CTm5 o núcleo duro desta participação.<sup>98</sup>

A 30 de Junho, o Conselho de Segurança decide estabelecer, através da sua resolução 1118 (1997), a Missão de Observação em Angola, MONUA, que viria a substituir a UNAVEM III, e que tinha o seguinte mandato: “assist the Angolan parties in consolidating peace and national reconciliation, enhancing confidence-building and creating an environment conducive to long-term stability, democratic development and rehabilitation of the country.”<sup>99</sup> Portugal também contribuiu para esta missão, com o envio do Destacamento Sanitário nr. 7 que montou um hospital de campanha perto de Luanda.<sup>100</sup>

O mandato inicial da MONUA foi prolongado até 31 de outubro de 1997, com a expectativa que a missão fosse cumprida até 1 de fevereiro de 1998. Nos meses seguintes, o processo desenrolou-se mais lentamente do que o esperado. Como resultado desta morosidade, as atividades da MONUA concentraram-se apenas em tarefas residuais da UNAVEM III. As três principais áreas pendentes, a desmilitarização das forças da UNITA, a transformação da sua rádio e o bom funcionamento das estruturas administrativas estatais em todo o território nacional, continuavam por completar. Por outro lado, a continuação da existência de elementos armados da UNITA e as dificuldades associadas à coexistência de autoridades locais e destes, assim como a necessidade de estabilizar a situação política, representavam sérios desafios à reconciliação e reconstrução nacional.

---

<sup>95</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1997 (a)

<sup>96</sup> *Ibidem*

<sup>97</sup> MOITA, 2005

<sup>98</sup> BRANCO, CARLOS MARTINS, 2015:101-126

<sup>99</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (h)

<sup>100</sup> BRANCO, CARLOS MARTINS, 2015:101-126

A 13 de Agosto de 1997, o SG reportou ao CS que “the peace progress in Angola was experiencing some of the most serious difficulties since the signing of the Lusaka Protocol...”<sup>101</sup> e propôs o adiamento da retirada das unidades militares da ONU, pelo menos, até fim de outubro de 1997. No seu relatório de 17 de outubro, voltou a afirmar a falta de progressos significativos no processo de paz e recomendou o prolongamento da missão até 31 de janeiro de 1998. A 19 de Outubro, o CS na sua resolução 1135 (1997) concordou com estas recomendações e, tendo em conta que a UNITA não cumpriu com todas as suas obrigações previstas no protocolo de Lusaka, impôs sanções à UNITA, nomeadamente no que diz respeito à circulação do seu pessoal.

O mandato da MONUA foi sucessivamente sendo prolongado devido à falta de progressos significativos no processo de paz. Apesar de todos os esforços, a situação no país continuava tensa. A 12 de Junho de 1998, o CS, através da sua resolução 1173 (1998), condena a UNITA e responsabiliza os seus líderes pelo falhanço no cumprimento das obrigações previstas no protocolo de Lusaka e em algumas resoluções do CS, e apela à máxima colaboração com a MONUA. Ao abrigo do Capítulo VII da Carta da ONU, o CS decide que todos os Estados Membros devem congelar fundos e propriedades pertencentes à UNITA e evitar quaisquer contatos oficiais com os seus líderes nas zonas de Angola onde a administração estatal ainda não foi estabelecida.

A 17 de Junho de 1998, o SG reportou ao CS que apesar de todos os esforços feitos, continua a não existir qualquer progresso na implementação de uma das maiores tarefas pendentes previstas no protocolo, a normalização administrativa do Estado em todo o país. No mesmo período a que se refere o relatório, evidenciou-se também uma deterioração da situação de segurança, em várias partes de Angola, incluindo ataques armados por parte da UNITA contra vilas, autoridades locais, assim como, contra pessoal ao serviço da ONU e outros organismos internacionais. Atos de banditismo, colocação de novas minas e movimentos de tropas também aumentaram, resultando num agravamento da situação no país em termos humanitários:

The total number of displaced people in Angola climbed to almost 1.3 million, representing some 10 per cent of the country’s population. In addition, thousands of Angolans fled the

---

<sup>101</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (h)

country for Democratic Republic of the Congo. An influx of Angolan refugees was also reported in Zambia and Namibia.<sup>102</sup>

Esta situação permaneceu inalterada, entre sucessivos prolongamentos de mandato e repetidos incumprimentos do protocolo por parte da UNITA, até 3 de dezembro, data em que o CS, através da resolução 1213 (1998), definiu 26 de fevereiro para *términus* da missão. A mesma resolução ordenava a retirada imediata da UNITA dos territórios que reocuparam através dos meios militares ou outras ações. O CS reiterou a sua preocupação em relação à situação humanitária vivida em Angola:

The Security Council reiterated concern at the continued deterioration of the humanitarian situation, especially the significant increase in the number of internally displaced persons and the increase in mine-laying activity, calling on the Government and in particular UNITA to guarantee unconditionally the safety and freedom of movement of all international humanitarian organizations in the delivery of emergency relief assistance to affected populations, to cease mine-laying activity, and to respect international humanitarian, refugee and human rights law. Stressing that there was no military solution to the conflict in Angola, it called upon the Government and UNITA, to seek a peaceful resolution of the crisis. The Council endorsed the Secretary-General's recommendation to continue adjusting deployment and force structure of the Mission as necessary.<sup>103</sup>

A 17 de janeiro de 1999, o SG, no seu relatório ao CS, afirma que o processo de paz em Angola colapsou e o país encontra-se em estado de guerra, não existindo outra opção senão continuar a diminuir a presença da missão e repatriar o seu pessoal e materiais. O mandato terminou a 26 de fevereiro referindo que:

Citing the determination of the parties in Angola to test their fortunes on the battlefield, the steady worsening security situation and MONUA's inability to carry out its mandate, the Secretary-General assessed that conditions for a meaningful United Nations peacekeeping role had ceased to exist.<sup>104</sup>

Em Angola, a procura da paz foi marcada por sucessivos fracassos, em que os esforços da sociedade internacional, materializados na ONU, não conseguiram conduzir a uma paz sustentável e duradoura e foram repletos de complexidade e controvérsia.

---

<sup>102</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (i)

<sup>103</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1998 (a)

<sup>104</sup> Ibidem

A ONU era, na altura, o único ator com um mandato oficial para conduzir as iniciativas de construção da paz em Angola, tendo por isso um papel fundamental a desempenhar. Contudo, o fim do conflito angolano apenas ocorreu em abril de 2002, após a morte de Jonas Savimbi, e da vitória militar do MPLA, traduzida na assinatura do Memorando de Luena, sem que a ONU tivesse desempenhado um papel preponderante.

Os fracassos registados na sua atuação em Angola prendem-se com vários fatores complexos. Em primeiro lugar, as constantes violações dos acordos de paz e dos direitos humanos, tanto por parte do Governo como da UNITA<sup>105</sup>; uma monitorização ineficaz dos acordos por parte da ONU e dos países que compunham a Troika, que tinham interesses específicos no controlo do processo de paz<sup>106</sup>; os interesses económicos devido aos recursos naturais angolanos, principalmente petróleo e diamantes, e a partilha dos mesmos num momento pós-conflito; e por fim, o baixo nível de compromisso internacional e de recursos mobilizados para as missões. “MONUA’s challenges were thus compounded by international interest in Angola’s resources. Access to diamonds and oil created new alliances with the MPLA and UNITA, which undermined MONUA’s diplomatic support.”<sup>107</sup>

Apesar da importância da tarefa atribuída à ONU, a verdade é que esta organização entrou a meio do processo e, em muitos aspetos, foi confrontada com factos consumados.

### **1.3 - Indicadores de Desenvolvimento Humano**

Vinte e sete anos de guerra trouxeram a Angola consequências sérias no que diz respeito ao consumo de recursos financeiros, à destruição de infraestruturas básicas para o desenvolvimento, à circulação de pessoas e bens, ao deslocamento de pessoas das áreas rurais, ao esgotamento dos sistemas sociais de saúde, educação, saneamento, fornecimento de água e energia, que contribuíram de forma desastrosa para o depauperamento de grande parte da população. O número de deslocados é de enorme grandeza:

The gradual worsening of security conditions in the country caused the number of new internally displaced persons to rise from 4,000 in April 1998 to 350,000 in November 1998.

---

<sup>105</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999

<sup>106</sup> Tanto os EUA como a União Soviética procuravam controlar os recursos económicos (principalmente petróleo e diamantes) de Angola.

<sup>107</sup> GUYOT, 2015: 569

By the beginning of January 1999, the total number of new internally displaced persons had reached 500,000, with reports of over 200,000 more.<sup>108</sup>

A destruição provocada pelas ações militares, as dificuldades em se assegurarem adequados serviços de conservação e manutenção e a menor eficiência das instituições provocaram em conjunto, uma extensa degradação das infraestruturas económicas e dos equipamentos sociais. “The immediate effects of the war have been increasing levels of malnutrition, especially among young children, and appalling sanitation and health conditions.”<sup>109</sup>

---

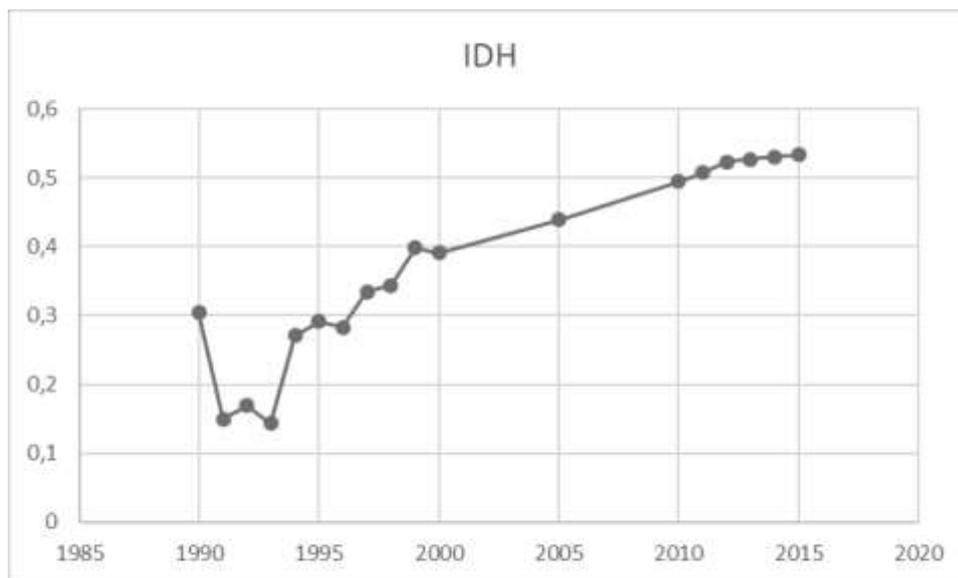
<sup>108</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999

<sup>109</sup> Ibidem

**Quadro 1.1 Índice de Desenvolvimento Humano em Angola**

	<i>IDH</i>
<b>1990</b>	0,304
<b>1991</b>	0,150
<b>1992</b>	0,169
<b>1993</b>	0,143
<b>1994</b>	0,271
<b>1995</b>	0,291
<b>1996</b>	0,283
<b>1997</b>	0,335
<b>1998</b>	0,344
<b>1999</b>	0,398
<b>2000</b>	0,391
<b>2005</b>	0,439
<b>2010</b>	0,495
<b>2011</b>	0,508
<b>2012</b>	0,523
<b>2013</b>	0,527
<b>2014</b>	0,531
<b>2015</b>	0,533

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

**Figura 1.2 Índice de Desenvolvimento Humano em Angola**

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O IDH de Angola em 2015 era de 0,533, colocando o país na categoria de “*low human development category*” e posicionando-se em 150 entre 188 países e territórios. Entre 2005 e 2015, o IDH de Angola aumentou de 0,391 para 0,533, o que corresponde a um aumento de 36,4%.

**Quadro 1.2 Indicadores de Angola, Senegal, Zâmbia e África subsaariana 2015**

	HDI value	HDI rank	Life expectancy at birth	Expected years of schooling	Mean years of schooling
<b>Angola</b>	0,533	150	52,7	11,4	5,0
<b>Senegal</b>	0,494	162	66,9	9,5	2,8
<b>Zâmbia</b>	0,579	139	60,8	12,5	6,9
<b>África Subsaariana</b>	0,523	-	58,9	9,7	5,4
<b>Baixo IDH</b>	0,497	-	59,3	9,3	4,6

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

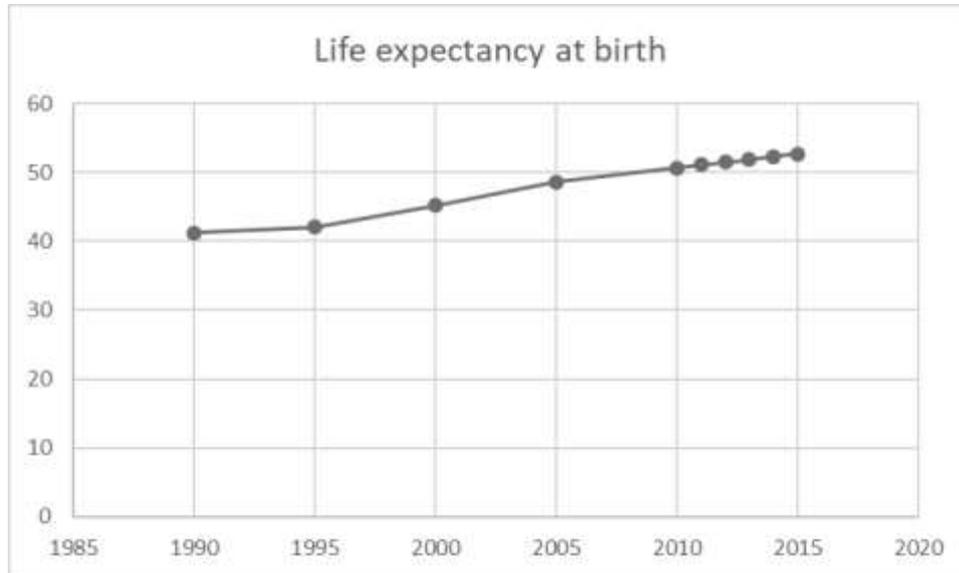
O IDH de Angola em 2015 (0,533) encontra-se acima da média dos países com baixo desenvolvimento humano (0,497) e da África Subsaariana (0,523). Deste grupo de países, o Senegal e a Zâmbia são os que se encontram mais perto do IDH de Angola, respetivamente na posição 162 e 139 do ranking.

**Quadro 1.3 Angola – Indicadores (1990-2015)**

	<b>Life expectancy at birth</b>	<b>Expected years of schooling</b>	<b>Mean years of schooling</b>
<b>1990</b>	41,2	3,8	-
<b>1995</b>	42,1	3,9	-
<b>2000</b>	45,2	5,1	4,4
<b>2005</b>	48,6	7,2	4,4
<b>2010</b>	50,7	9,4	4,7
<b>2011</b>	51,1	10,4	4,7
<b>2012</b>	51,5	11,4	4,8
<b>2013</b>	51,9	11,4	4,9
<b>2014</b>	52,3	11,4	4,9
<b>2015</b>	52,7	11,4	5,0

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

**Figura 1.3 Angola - Life expectancy at birth (1990-2015)**



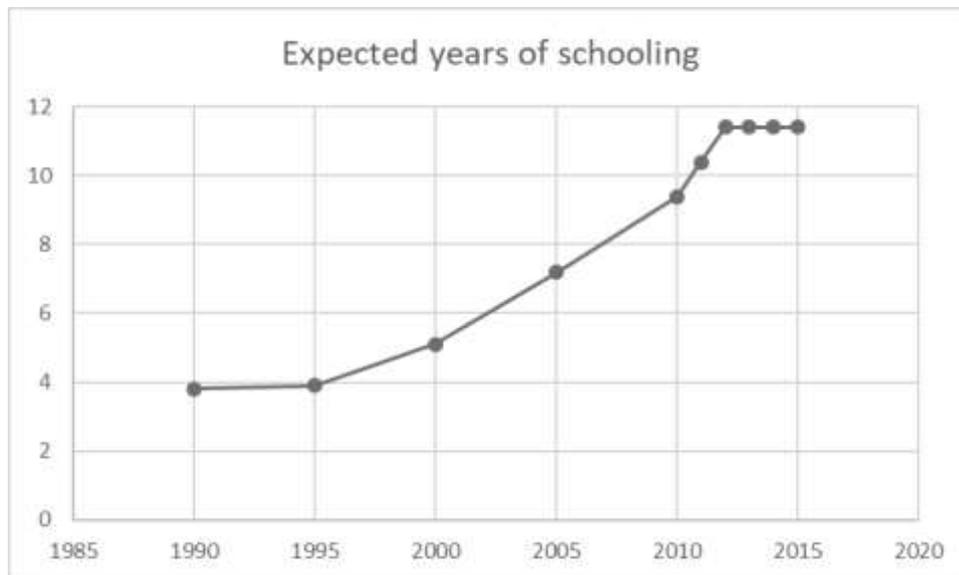
**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

A esperança média de vida à nascença aumentou, entre 1990 e 2015, cerca de 11,5 anos. Apesar deste acréscimo, este indicador (52,7) é baixo tendo em conta que, em 2015, a média mundial era de 71,4 anos segundo a OMS.<sup>110</sup>

---

<sup>110</sup> ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2015

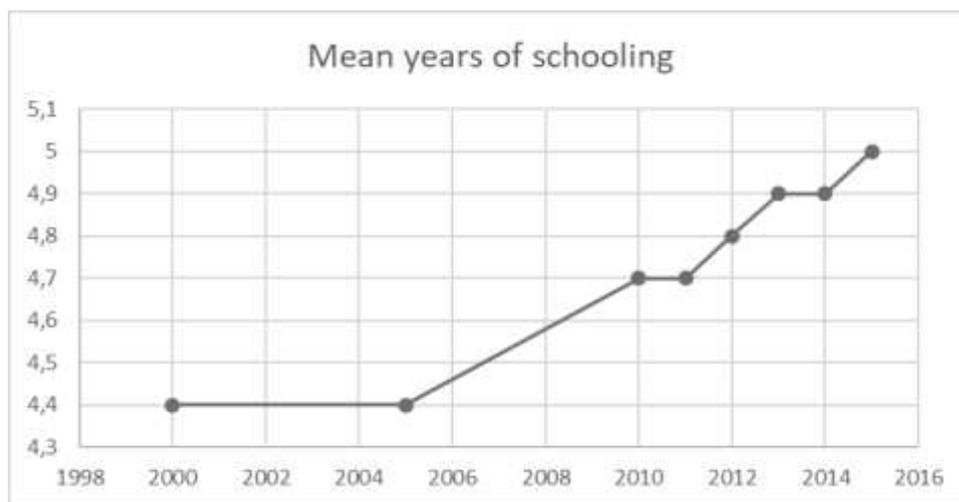
**Figura 1.4 Angola - *Expected years of schooling* (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O índice de anos esperados de escolaridade aumentou, no período já referido, em 7,6 anos. No entanto desde 2012 que tem vindo a estagnar.

**Figura 1.5 Angola - *Mean years of schooling* (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

No mesmo quadro temporal, o período médio de escolaridade aumentou cerca de 0,6 anos.

De acordo com os resultados do Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias, realizado pelo INE<sup>111</sup>, a pobreza abrangia, em 2000, cerca de 68% da população, havendo 26% em situação de pobreza extrema. Em Angola a fronteira para a pobreza extrema está situada em 22,8 USD por mês (0,76 USD por dia) e em 51,2 USD (1,70) para a pobreza.<sup>112</sup> A nível internacional considera-se o limiar da pobreza em 2 USD/dia, e o da pobreza extrema em 1 USD/dia.

#### Quadro 1.4 Evolução da Pobreza em Angola

Indicadores	1990	1996	2001
Proporção da população abaixo da linha nacional de pobreza	36	61	68

Fonte: INE (IDR e MICS) 1996 e 2001. Inquérito sobre as despesas e receitas dos agregados familiares em Luanda

A pobreza agravou-se de 36 % em 1990 para 68 % no ano 2001. A pobreza extrema agravou-se de 13 % em 1996 para 26 % no ano 2001.

No plano nutricional o país vive situações dramáticas, principalmente, no que diz respeito a desalojados e refugiados. Estima-se que mais de metade da população angolana seja subnutrida, havendo 45 % em situação de malnutrição crónica global.<sup>113</sup>

Nos agregados extremamente pobres o consumo diário de calorias é inferior a um terço do recomendado. Cerca de 31 % dos menores de 5 anos encontra-se em desnutrição severa ou moderada. Nos centros urbanos, as famílias utilizam  $\frac{3}{4}$  da despesa para fins alimentares. Mesmo

<sup>111</sup> INE-UNICEF, 2003

<sup>112</sup> AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS, 2003

<sup>113</sup> Ibidem

assim, estima-se que apenas  $\frac{1}{4}$  das famílias urbanas consuma diariamente a quantidade de calorias recomendada.<sup>114</sup>

**Quadro 1.5 Proporção das crianças menor de 5 anos subnutridas**

<b>Indicadores</b>	<b>1990</b>	<b>1997</b>	<b>2000</b>
<b>Percentagem de crianças subnutridas com &lt;5 anos</b>	ND	53,1	45,2

**ND: dados não disponíveis**

**Fonte: MICS 1996 e 2001**

De acordo com os dados dos inquéritos efetuados pela UNICEF<sup>115</sup>, em 2001, a situação de nutrição da população angolana apresentava-se conforme quadro seguinte.

---

<sup>114</sup> INE-UNICEF, 2003

<sup>115</sup> INE-BM-UNICEF, 1996

**Quadro 1.6 Malnutrição em Angola**

Malnutrição por áreas de residência em crianças com idade inferior a 5 anos	Zonas Urbanas	Zonas Rurais	TOTAL
Malnutrição crónica global	43%	50%	45%
Malnutrição crónica severa	12%	26%	22%
Malnutrição aguda global	7%	6%	6%
Malnutrição aguda severa	1%	1%	1%
Malnutrição Global	30%	32%	31%
Malnutrição Severa	8%	9%	8%

**Fonte: MICS – inquérito de indicadores múltiplos, INE-UNICEF, 2001**

Um das áreas mais importantes em termos de medida de desenvolvimento humano é o acesso a água potável (apenas 38% da população angolana).

Em termos de educação, estima-se que cerca de 26% da população com mais de 15 anos seja analfabeta, e cerca de 1/3 das crianças nunca frequentaram a escola. A pressão sobre as infraestruturas escolares é enorme, dado que uma grande proporção destas se encontra destruída, chegando a ultrapassar em muitos casos a mais de trinta o número médio de alunos por sala. O nível de aproveitamento escolar é muito fraco. De 100 alunos matriculados na 1ª

classe apenas 30 concluem a 4ª classe e 15 a 6ª classe. Na 1ª classe a taxa de reprovação ultrapassa os 30%.<sup>116</sup>

As razões são conhecidas: deslocação forçada das famílias em consequência da guerra, deficiente grau de cobertura da rede escolar, trabalho infantil e fatores de natureza cultural. A eficiência do sistema é, assim, muito fraca, havendo uma elevada taxa de desperdício de recursos.

Verifica-se também que o nível de analfabetismo é maior nas mulheres. Cerca de 50% das mulheres angolanas são analfabetas. Porém, a taxa de escolarização feminina não se distancia muito da masculina (55%).<sup>117</sup>

A situação da pobreza em Angola tem sido referenciada nos vários relatórios de DH e apesar de se terem verificado algumas melhorias nos últimos anos, os índices continuam baixos e isso reflete as enormes dificuldades em que vive uma grande parte da população.

Em termos de saúde, verificamos que Angola apresenta, por exemplo, as taxas mais altas do mundo em termos de mortalidade infantil e mortalidade infantil em menores de 5 anos. A malária é a principal causa de morte em crianças com menos de 5 anos, provocando, segundo o Ministério da Saúde cerca de 75 mil mortes anuais. Angola enfrenta também grandes desafios na contenção do vírus HIV/SIDA.

---

<sup>116</sup> INE-UNICEF, 2003

<sup>117</sup> AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS, 2003

**Quadro 1.7 Taxas de mortalidade em menores de 5 anos, infantil e cobertura vacinal contra o sarampo**

<b>Indicadores</b>	<b>1990</b>	<b>1996</b>	<b>2001</b>
<b>Taxa de mortalidade em menores de 5 anos (por 1.000 nados vivos)</b>	292	274	250
<b>Taxa de mortalidade infantil (mortes de crianças com menos de 1 ano por 1000 nados vivos)</b>	173	166	150
<b>Percentagem de crianças com 12-23 meses vacinadas contra o sarampo<sup>a</sup></b>	ND	45.5	53.4

**Fonte: Ministério da Saúde e MICS 1996 – MICS 2001**

- a) De entre as doenças possíveis de prevenir com vacinas, o sarampo é a primeira causa de mortalidade infantil em menores de cinco anos.

### 1.3 - Síntese conclusiva

O caso de Angola foi marcado por sucessivos fracassos, no qual a comunidade internacional, através da ONU, não conseguiu alcançar o objetivo a que se propuseram, o fim do conflito. Apenas a primeira missão, a UNAVEM I, conseguiu cumprir o seu mandato com sucesso, com a retirada das tropas cubanas do território angolano, em maio de 1991. O que se seguiu depois foi o estabelecimento de várias missões, UNAVEM II, UNAVEM III e MONUA, que não conseguiram cumprir o seu mandato, por razões que já foram exploradas anteriormente, mas que importa sumarizar: falta de vontade das partes em conflito em cumprir os acordos, constantes violações do estabelecido e, por outro lado, falta de recursos humanos e materiais ao dispor das missões.

Como refere José Manuel Pureza na sua análise:

Parece claro que as missões da ONU estavam comprometidas desde o início. De facto, a nível interno, dois fatores afirmaram-se continuamente contra o processo de paz: em primeiro lugar, o enorme nível de desconfiança entre o MPLA e a UNITA contribuiu para a preferência constante por opções e soluções militares e não políticas, tendo os Acordos de Bicesse e Lusaka sido o resultado de pressões e assinados muito relutantemente, sem vontade política para os cumprir; em segundo lugar, ambos os acordos de paz ignoraram a questão da divisão da riqueza nacional, em especial dos rendimentos do petróleo e dos diamantes. Ao nível internacional, a existência de enormes interesses económicos por parte das grandes potências e empresas multinacionais também contextualizam e influenciaram fortemente a atitude da ONU, nomeadamente no abandono gradual das tentativas de negociação, que deram lugar à opção militar como única solução.<sup>118</sup>

O longo conflito armado em Angola deixou, como já foi analisado, duras sequelas nas estruturas económicas e sociais do país, refletindo-se nas condições de vida da população.

O IDH em Angola apresenta valores muito baixos e, apesar de ter melhorado ao longo dos anos, principalmente após o fim do conflito, está longe de ter atingido o desejado. Entre a primeira missão, 1989, e o término da MONUA, 1999, decorreram cerca de 10 anos. O IDH de Angola em 1990 era de 0,304 apresentando uma descida significativa nos anos posteriores e em 1993 era de 0,143. Em 1999, aquando da retirada das forças da ONU, este tinha subido para

---

<sup>118</sup> PUREZA, 2007

0,396 e em 2011 era de 0,486. Apesar de ter ocorrido uma melhoria, na nossa opinião, foi bastante tímida. Atualmente este valor situa-se em 0,533 (2016).

Se analisarmos a percentagem da população abaixo da linha de pobreza verificamos que esta aumentou de 36% em 1990 para 68% em 2001, o que demonstra que o fim do conflito não trouxe consigo resultados positivos em termos de melhorias das condições de vida da população no curto / médio prazo.

Na verdade, importa enfatizar novamente que as operações de apoio à paz em Angola foram um fracasso, e que o seu propósito, não foi cumprido, lembrando as palavras de Peter Takirambudde, diretor executivo para África da Human Rights Watch: “The UN’s involvement in Angola has basically been a disaster. During the Lusaka peace process the UN spent 1,5 billion, most of it down the drain”.<sup>119</sup>

---

<sup>119</sup> HUMAN RIGHTS WATCH, 1999



## CAPÍTULO 2 – MOÇAMBIQUE

### 2.1 Enquadramento histórico

**Figura 2.1 Mapa de Localização de Moçambique**



Fonte: [google.pt/maps](https://www.google.pt/maps)

Depois de uma guerra que durou cerca de dez anos, Moçambique tornou-se independente a 25 de junho de 1975, na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974, a seguir à qual o governo português assinou com a Frelimo os Acordos de Lusaka<sup>120</sup>. Após a independência, com a denominação de República Popular de Moçambique, foi instituído no país um regime socialista de partido único, cuja base de sustentação económica se viria a degradar progressivamente até à abertura ocorrida nos anos de 1986-1987, quando foram assinados acordos com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. A abertura do regime foi ditada pela crise económica em que o país se encontrava e pela guerra civil que atravessou entre 1976 e 1992.

Having led the country to Independence from Portuguese rule in 1975, the Mozambique Liberation Front (FRELIMO) consolidated its hold on power, declaring itself to be a “vanguard” Marxist-Leninist party in early 1977, and embarked on a program of

---

<sup>120</sup> CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, 1974

accelerated socio-economic reconstruction aimed at eliminating all vestiges of the former colonial system.<sup>121</sup>

A guerra marcou decisivamente o trajeto pós-colonial de Moçambique até 1992, altura em que foram assinados os acordos de Paz entre o governo da Frelimo e a Renamo. Poucos meses depois da independência, em agosto de 1975, o exército rodesiano iniciou ataques militares contra Moçambique, em resposta ao apoio militar e diplomático do governo moçambicano aos movimentos de libertação da Rodésia. Depois da independência do Zimbabwe em 1980, Moçambique continuou a enfrentar um outro problema mais destrutivo e dramático que os ataques do regime de Ian Smith: a ação militar da Renamo, que contava com o apoio de África do Sul.

A Renamo, embora progressivamente ganhasse legitimidade e apoio no interior do país, passaria a ser um instrumento imprescindível de implementação da estratégia total sul-africana contra os países de orientação socialista da África Austral. Assim, a Renamo recebeu de África do Sul o apoio político, militar e logístico de que necessitava para se afirmar em Moçambique. “Although RENAMO was largely the creation of Rhodesian Central Intelligence and was later heavily reliant on South African assistance to sustain its guerrilla campaign, the movement was not entirely without popular support, as the UN-organized elections of 1994 were later to show.”<sup>122</sup> Em poucos anos, a ação da Renamo estendeu-se por todo o país. A Frelimo, por outro lado, recebia apoios da China e da URSS.

O governo de Moçambique, no plano interno, privilegiou duas estratégias viradas para os diferentes sectores. A primeira consistiu em criar condições para a satisfação dos interesses empresariais da elite, constituída na sua maioria por membros das chefias político-burocráticas do Estado, à sombra das políticas de liberalização dos preços e das vantagens proporcionadas pelos programas de ajustamento estrutural (como a aquisição da titularidade de uma parte considerável das empresas estatais ou da gestão das empresas públicas). Apesar da palavra oficial, que afirmava “não negociamos com bandidos”, a segunda estratégia consistiu na abertura de espaços de diálogo com a Renamo, tanto por via da sedução através da lei da amnistia (1988)<sup>123</sup>, como pelo recurso a fortes intermediários. Os primeiros encontros foram marcados pelo fracasso, em virtude das condições para a paz propostas que, no fundo, refletiam

---

<sup>121</sup> NEWITT, 2002

<sup>122</sup> BERDAL, 2015: 416.

<sup>123</sup> Lei 15/92 de 14 de outubro (Lei da Amnistia)

a perceção e os juízos de valor que cada parte do conflito fazia da guerra. Para a Frelimo era uma “guerra de desestabilização” ou “banditismo armado”, exigindo que a Renamo a reconhecesse como tal; para esta era a “guerra pela democracia”, impondo o seu reconhecimento como partido político, em igualdade perante a Frelimo, isto é, com direito efetivo de participação política. A mediação por parte do Zimbabué e do Quénia abriu portas para a elaboração de uma declaração conjunta de princípios nos quais se afirmava a disponibilidade para o diálogo e para a paz.

Os pontos de discórdia acima mencionados foram os principais termos de negociação em Roma, condicionando todas as outras questões importantes, a saber, o problema das eleições, o futuro dos exércitos e o regime dos direitos e liberdades fundamentais. Neste campo, a mediação paralela da Igreja, particularmente do Arcebispo da Beira e Presidente da Conferência Episcopal Moçambicana, D. Jaime Gonçalves, e da Comunidade de Santo Egídio, foi determinante para se alcançar o acordo, cabendo aos EUA, a França, a Portugal, ao Reino Unido e às Nações Unidas o papel de observadores. Segundo Inês Bolinhas “A Comunidade coordenara, além disso, projetos de desenvolvimento da agricultura e da indústria têxtil. A perspectiva com que se envolveu na resolução do conflito foi humanitária e não política. A atitude desinteressada de todo o valor que não o humano granjeara-lhe o reconhecimento e a estima de ambas as partes.”<sup>124</sup>

Depois de várias rondas de negociação, a Frelimo e a Renamo assinaram o Acordo de Paz, em Roma, em 04 de outubro de 1992, no qual se reconheciam, nomeadamente, os seguintes princípios: cessar-fogo imediato; não aprovação de legislação que contrarie os princípios do Acordo; a constituição de uma comissão de supervisão e acompanhamento do processo de paz, composta por representantes do governo, da Renamo, das Nações Unidas e de outras instituições, mediante o acordo das partes.<sup>125</sup>

## 2.1 - ONUMOZ

A 9 de Outubro de 1992, o SG da ONU submeteu ao CS um relatório onde apresentava uma proposta para o papel da organização em Moçambique, recomendava um plano de ação imediato e afirmava igualmente a sua intenção, sujeita a aprovação do Conselho, de nomear um

---

<sup>124</sup> BOLINHAS, 2006: 4

<sup>125</sup> ACORDO GERAL DE PAZ DE MOÇAMBIQUE, 1992

Representante Especial Interino para supervisionar as atividades da ONU naquele país.<sup>126</sup> A 13 de Outubro, o CS adotou a resolução 782 (1992) onde, em primeiro lugar, congratula-se pela assinatura do Acordo Geral de Paz entre o Governo de Moçambique e a Renamo e afirma que se trata de uma importante contribuição para a restauração da paz e segurança na região. No mesmo documento aprova a nomeação de um Representante Especial e o envio de uma equipa de 25 observadores militares para Moçambique.<sup>127</sup>

O Representante Especial Interino, Aldo Ajello, e a equipa de 25 observadores militares, chegaram a Moçambique a 15 de outubro de 1992, no dia em que o Acordo de Paz entrou em vigor. A 20 de Outubro, duas equipas de observadores militares foram colocadas em Nampula e na Beira.

As partes em conflito acordaram tomar medidas, imediatamente após a assinatura do Acordo, e nalgumas áreas até mesmo antes da sua entrada em vigor, com o objetivo de colocar em marcha mecanismos conjuntos de monitorização e verificação da implementação. No entanto, nada foi feito até à chegada do Representante Especial Interino que iniciou discussões com as partes no sentido de assegurar a implementação célere do Acordo<sup>128</sup>. Neste espaço de tempo várias foram as violações ao cessar-fogo reportadas em diferentes áreas do país<sup>129</sup>.

The Secretary-General reported on the situation to the President of the Security Council on 23 October. The President, in a statement dated 27 October, expressed the Council's deep concern about the reports of major violations of the ceasefire, called upon the parties to halt such violations immediately and urged them to cooperate fully with the interim Special Representative.<sup>130</sup>

Uma das funções mais importantes do Representante Especial Interino era o de levar as partes ao cumprimento do acordado, refreando qualquer tipo de atividade militar, e resolver quaisquer disputas que possam surgir através da negociação.

Convidado a assumir um papel principal na implementação do Acordo de Paz, o CS da ONU estabeleceu, pela resolução 797 de 16 de dezembro de 1992, uma missão para supervisionar o processo de paz – a ONUMOZ – acompanhada de uma Comissão de Supervisão

---

<sup>126</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (j)

<sup>127</sup> Ibidem

<sup>128</sup> Ibidem

<sup>129</sup> Ibidem

<sup>130</sup> Ibidem

e Fiscalização, presidida pelo Representante Especial Interino e composta por representantes das partes em conflito e dos principais países doadores. O mandato da ONUMOZ consistia em:

- To monitor and verify the ceasefire, the separation and concentration of forces, their mobilization and the collection, storage and destruction of weapons;
- To monitor and verify the complete withdrawal of foreign forces and to provide security in the transport corridors;
- To monitor and verify the disbanding of private and irregular armed groups;
- To authorize security arrangements for vital infrastructures and to provide security for United Nations and other international activities in support of peace process;
- To provide technical assistance and monitor the entire electoral process;
- To coordinate and monitor humanitarian assistance operations, in particular those relating to refugees, internally displaced persons, demobilized military personnel and the affected local population.<sup>131</sup>

O mandato da ONUMOZ, tendo em conta o Acordo Geral de Paz, incluía quatro componentes principais: política, militar, eleitoral e humanitária:

In his 3 December 1992 report, the Secretary-General stressed that the operational concept of ONUMOZ was based on the strong interrelationship between those four components, requiring a fully integrated approach and coordination by the interim Special Representative. Without sufficient humanitarian aid, and especially food supplies, the security situation in the country might deteriorate and the demobilization process might stall. Without adequate military protection, the humanitarian aid would not reach its destination. Without sufficient progress in the political area, the confidence required for the disarmament and rehabilitation process would not exist. The electoral process, in turn, required prompt demobilization and formation of the new armed forces, without which the conditions would not exist for successful elections.<sup>132</sup>

Desde o início da missão que várias dificuldades e atrasos de natureza política, administrativa e logística impediram a implementação do Acordo Geral de Paz. “In his 2 April 1993 report to the Security Council, the Secretary-General stated that although the ceasefire

---

<sup>131</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (j)

<sup>132</sup> Ibidem

had largely held, many of the timetables established in the Agreement proved to be unrealistic”.<sup>133</sup> Verificaram-se atrasos significativos na desmobilização de militares, assim como, na realização de eleições, inicialmente previstas para outubro de 1993. Em maio do referido ano, com a maioria das dificuldades ultrapassadas, a ONUMOZ viu a sua infraestrutura militar estabelecida nas três regiões operacionais.

On 30 June, the Secretary-General reported about this and a number of other positive developments which had resulted in forward movement of the peace process in Mozambique. Those included the establishment of the voluntary trust fund to assist RENAMO, the resumption of the work of the Joint Commissions, massive international effort in the humanitarian field, with a sharp increase in the return of the refugees and displaced persons. The withdrawal of Zimbabwean and Malawian troops, as provided in the General Peace Agreement, was successfully completed. Also, a status-of-forces agreement was signed between the Government and the United Nations, which facilitated the entire range of work of ONUMOZ.<sup>134</sup>

No entanto, por esta altura, ainda não tinham sido dados passos consistentes na realização de eleições, desmobilização militar e constituição de novo exército.

A 10 de Setembro de 1993, o SG informou o CS da assinatura de dois acordos importantes entre o Presidente do Governo e o Presidente da RENAMO. No primeiro documento, as duas partes concordaram em integrar na administração do Estado todas as áreas que estavam sob o controlo da RENAMO. O SG acreditava que este acordo viria a contribuir para a estabilidade no país e para a promoção da reconciliação nacional.<sup>135</sup> No segundo acordo, estabeleceu-se que a ONU passaria a monitorizar todas as atividades da polícia no país, assim como, o respeito pelos direitos e liberdades dos cidadãos e prestar apoio técnico na reformulação da referida força.

O mandato da ONUMOZ tinha uma componente importante no que diz respeito à realização de eleições livres e justas (“To provide technical assistance and monitor the entire electoral process;”). Apesar das mesmas estarem inicialmente previstas para outubro de 1993, estas só vieram a realizar-se um ano mais tarde. A 21 de outubro, o SG da ONU elaborou um

---

<sup>133</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (j)

<sup>134</sup> Ibidem

<sup>135</sup> Ibidem

relatório ao CS, no qual afirmou estarem reunidas as condições essenciais para a realização de eleições livres:

There has been no violation of the ceasefire for many months; voter registration had concluded in an orderly manner; and the electoral campaign was in its active phase. More than 76,000 soldiers had been demobilized and a unified army comprising approximately 10,000 soldiers had been formed. The number of incidents of violent rioting in the country significantly decreased and the political situation was relatively calm.<sup>136</sup>

As eleições realizaram-se entre 27 e 29 de outubro de 1994, sob o olhar atento de cerca de 2300 observadores internacionais. Logo no primeiro dia, o processo de paz foi ameaçado quando o Presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama, alegando irregularidades no ato eleitoral, anunciou que se ia retirar das eleições e pediu à população que não fosse votar.<sup>137</sup> Apesar deste apelo, mais de metade dos eleitores exerceram o seu direito de voto no dia 27 de outubro. No dia seguinte, o Presidente da RENAMO reviu a sua posição e votou.

When the polls closed on 29 October, in some provinces more than 90 percent of the registered electorate had voted. According to a preliminary statement by the Special Representative of the Secretary-General, the elections were conducted peacefully, in a well-organized manner, and without any major irregularities or incidents.<sup>138</sup>

O CS da ONU, através da resolução 957 de 15 de novembro de 1994, decidiu prolongar o mandato da ONUMOZ até que o novo Governo tomasse posse, tal como recomendado pelo SG na sua carta de 9 de novembro de 1994.<sup>139</sup>

A 19 de Novembro foram conhecidos os resultados eleitorais tendo a vitória sido atribuída a Joaquim Chissano. O CS da ONU, através da resolução 960 de 21 novembro de 1994 declarou as eleições como livres e justas: “Welcomes also the statement of the Special Representative of the Secretary-General of 19 November 1994 (SG/SM/5488) on the results of the elections, declaring them free and fair”.<sup>140</sup> O novo Parlamento tomou posse a 08 de dezembro de 1994 e a 09 de dezembro, Joaquim Chissano assumiu as funções de Presidente da República de Moçambique.

---

<sup>136</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (j)

<sup>137</sup> Ibidem

<sup>138</sup> Ibidem

<sup>139</sup> Ibidem

<sup>140</sup> Ibidem

Uma outra componente importante do mandato da ONUMOZ consistia na desmobilização de militares, constituição de um exército moçambicano e recolha de armas. No relatório final da operação em Moçambique, datado de 23 dezembro de 1994, o SG concluiu que a desmobilização de tropas governamentais e da Renamo foi, na sua grande maioria, concluída a 22 de agosto de 1994 e que o processo foi declarado, oficialmente, como finalizado pouco tempo depois. Foram registados pela ONUMOZ 91,691 soldados (62,042 do Governo e 24,649 da Renamo) e 78,078 foram desmobilizados (57,540 do Governo e 20,539 da Renamo) sendo que parte dos remanescentes integraram o novo exército. A missão recolheu das forças militares e paramilitares, assim como da população em geral, um total de 189,827 armas, das quais 43,491 pertenciam a forças paramilitares. Algumas armas e munições foram destruídas, mas a maior parte foi entregue ao novo exército de defesa moçambicano.

There is concern about their safe keeping and I very much hope that the Government of Mozambique will take all necessary measures in that regard as soon as possible, destroying or otherwise disposing of all weapons that will not be needed for the FADM and the national police.<sup>141</sup>

Devido a atrasos na desmobilização de militares, e pela relutância inicial das partes em participar no mecanismo de verificação de armas, o processo não foi concluído antes do término da ONUMOZ. Esta talvez seja a maior lacuna deixada pela Missão que se refletiu nos índices de criminalidade ascendentes que se verificaram nos anos seguintes.

Outra fraqueza, no que diz respeito a resultados, está relacionada com a CIVPOL (*United Nations civilian police*), constituída através da resolução 898 de 23 fevereiro de 1994, e no âmbito da qual 29 países enviaram 1,086 efetivos para Moçambique: “CIVPOL investigated 511 complaints, of which 61 were related to human rights violations. Regrettably, the cases of human rights violations investigated, documented and forwarded by CIVPOL to COMPOL for action did not result in the expected disciplinary or preventive measure.”<sup>142</sup> A CIVPOL viu a sua eficácia fragilizada devido à falta de medidas preventivas ou corretivas decorrentes das suas investigações.

Em junho de 1994, devido aos atrasos na implementação do programa original de desativação de minas das Nações Unidas, foi posto em prática um novo com o objetivo último de criação de uma força nacional moçambicana a operar nesta área. Até ao final do seu mandato,

---

<sup>141</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (j)

<sup>142</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994(a)

a ONUMOZ treinou 450 moçambicanos, que analisaram cerca de 40,000 metros quadrados de terreno e desativaram cerca de 550 minas<sup>143</sup>.

All parties concerned with the de-mining in Mozambique share the view that there is a need for the establishment of an entity at the national level to provide the various demining organizations and companies with policy orientation, operational standards and coherence. At present, it is envisaged that the capacity required for such an entity will be built through a donor-supported UNDP project.<sup>144</sup>

Apesar dos esforços, Moçambique continuou a deparar-se com um problema grave de existência de minas espalhadas pelo território.

A ONUMOZ tinha também previsto no seu mandato uma componente de assistência humanitária, com funções de coordenação e monitorização de todas as operações nesta área, particularmente no que diz respeito a refugiados, deslocados internos, militares desmobilizados e população local afetada pelo conflito. Estima-se que estariam nestas condições cerca de 6,5 milhões de pessoas das quais 4,3 milhões regressaram às suas áreas de residência.<sup>145</sup> Aquando da assinatura do Acordo Geral de Paz, uma área vasta do país encontrava-se inacessível para a entrega de assistência humanitária. Os esforços feitos através da operação contribuíram de forma significativa para a abertura dessas mesmas regiões, tornando possível a entrega de bens essenciais a populações vulneráveis.

Foram também feitos progressos no que diz respeito à abertura de escolas e construção de infraestruturas de saúde:

At the time of the establishment of ONUMOZ, 80 per cent of the primary schools in Mozambique had either been closed or destroyed and the availability of other social services was minimal. With the help of the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) and a number of non-governmental organizations, more than 700 primary schools and 250 health facilities have been built in rural areas. A joint project of the World Bank and the World Food Programme (WFP) will reconstruct another 310 health posts. In addition, approximately 2,000 wells have been opened or rehabilitated and the national Programme for Rural Water Supply (PRONAR), in concern with its major operational and funding partner, the United Nations Children's Fund

---

<sup>143</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994 (a)

<sup>144</sup> Ibidem

<sup>145</sup> Ibidem

(UNICEF), is engaged in a program that aims to provide one water source per 500 people. In addition, WFP and local authorities have worked to distribute increasing amounts of seed throughout the country.<sup>146</sup>

No relatório final da missão, o SG da ONU nas suas considerações conclusivas, refere o seguinte:

Two years after the signing of the General Peace Agreement the mandate of ONUMOZ has been accomplished: the peace process in Mozambique has come to a successful conclusion. This remarkable achievement can be attributed to several key factors: the strong commitment to peace and reconciliation demonstrated by the Mozambican people and their leaders; the political pragmatism shown by the parties to the General Peace Agreement; the clarity of the ONUMOZ mandate and the consistent support provided by the Security Council; and the international community's significant political, financial and technical support of the peace process. The success of the operation represents an example of what can be achieved through the United Nations when all forces join together in one common endeavor towards a common goal. Although all major aspects of the General Peace Agreement and the ONUMOZ mandate have been implemented, some issues remain to be pursued. These include the existence of arms caches in the country and the safe keeping of weapons collected by ONUMOZ; the incomplete integration of the territorial administration; and the continued presence of mines throughout the country. It will also be essential to continue to train and equip the FADM properly and to upgrade the national police. Mozambique's democratic institutions must also be strengthened, and economic and social reconstruction promoted in order to ensure that peace, democracy and development can be sustained.<sup>147</sup>

O fim da Missão, cujo objetivo principal tinha sido atingido, deixou um país onde os índices de criminalidade subiam dramaticamente, particularmente nos centros urbanos. A guerra já não era um problema, mas a segurança dos cidadãos moçambicanos não ficou assegurada. O número de crimes relatados em Moçambique aumentou de 30,579 em 1994 para 37,396 em 1995 e 42,967 em 1996, o que representa um acréscimo de 13%.<sup>148</sup> Em 1995, o

---

<sup>146</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994 (a)

<sup>147</sup> Ibidem

<sup>148</sup> CHACHIUA, 2000

Governo de Moçambique reconheceu que grandes quantitativos de armas ilegais estavam em circulação e anunciou um plano para resolver a questão<sup>149</sup>.

Não podemos deixar de referir também que o insucesso da UNAVEM acabou por ser um fator importante para a configuração desta missão. Foram várias as lições retiradas que acabaram por ter influência na ONUMOZ. Por exemplo, na sequência disto foi atribuído um papel mais central à ONU e constituiu-se uma força mais robusta para auxiliar na implementação dos Acordos de Paz. Por outro lado, foi criado um Fundo de Auxílio para ajudar na reintegração dos desmobilizados. Podemos ainda referir outro aspeto que foi redimensionado: o número de observadores eleitorais enviados para Angola foi de 400, o que se provou ser manifestamente reduzido, e para Moçambique foram enviados cerca de 2,300.

The catastrophic collapse of the UN mission and the resumption of civil war in Angola in the autumn of 1992 had a sobering impact both on the planning and the conduct of ONUMOZ mission. It became clear to key member states that adequate resources and continuing support from the Security Council were needed for it to stand any chance of success.<sup>150</sup>

O papel do CS foi também muito importante para o sucesso da missão. Este órgão demonstrou sempre, de forma consistente, inequívoca e unânime, o seu apoio às decisões tomadas pela liderança da missão em Maputo, fortalecendo assim a sua posição no terreno e entre as partes em conflito.

O sucesso da ONUMOZ é medido sobretudo pelo resultado mais evidente, ou seja, pelo facto de não ter ressurgido a guerra em Moçambique. A verdade é que já não existiam condições materiais e psicológicas para o prolongamento da mesma. O fim da Guerra Fria, a transição política em curso na África do Sul, a implementação dos programas de ajustamento estrutural em Moçambique e a pressão social, tornaram difícil o prolongamento da guerra por muito mais tempo.

Acresce ainda o facto de o conteúdo do Acordo ter sido claro e suficientemente flexível para permitir uma certa negociação no processo de implementação, assim como, a criação de uma fortíssima estrutura de efetivação do mesmo. O que analisaremos mais adiante é se o

---

<sup>149</sup> VINES, 1998

<sup>150</sup> BERDAL, 2015

cumprimento do mandato, e a ausência de guerra, teve algum impacto positivo nas condições de vida da população.

## 2.2 Indicadores de Desenvolvimento Humano

Depois da independência, houve da parte do governo um esforço no sentido de melhorar as condições de vida das populações expandindo os cuidados primários de saúde às zonas rurais, que representavam a esmagadora maioria da população e, introduzindo a educação nas componentes fundamentais dos programas de desenvolvimento da sociedade. A guerra destruiu uma parte importante das infraestruturas económicas e sociais, tendo afetado as comunicações dentro do país, o comércio rural, a saúde e a educação.

A assinatura, em 1992, do Acordo de Paz, marcou inegavelmente a história do desenvolvimento em Moçambique:

Since the signing of the 1992 Peace Agreement, Mozambique has been viewed as one of Africa's most successful stories of post-war reconstruction and economic recovery. The country held its third peaceful and democratic legislative and presidential elections in December 2004, reaffirming its commitment to political stability, democratic governance and national reconciliation. The Government has engaged in an ambitious economic, social and political reform agenda, and has made efforts to consolidate macro-economic stability, as a result of which the country is experiencing strong economic growth, averaging eight percent between 1996 and 2006, and has made significant progress in reducing poverty.<sup>151</sup>

Em 1997, a taxa bruta de natalidade era de 45,2 por mil habitantes e a taxa bruta de mortalidade era de 18,6 mil habitantes. A taxa de mortalidade infantil era de 134 por mil nascidos vivos e a esperança de vida à nascença era de 46 anos, sendo de 47,5 para a mulher e 44,5 para os homens. No período de 1992-1997, a taxa global de fecundidade era de 5,8 filhos por mulher.<sup>152</sup> Entre 1995 e 1997 verificou-se um nítido crescimento do PIB, o qual passou, de 1,3 em 1995, para 6,6 em 1996 e 14,1 em 1997.<sup>153</sup>

---

<sup>151</sup> UNDAF, 2006

<sup>152</sup> PNUD, 1998

<sup>153</sup> Ibidem

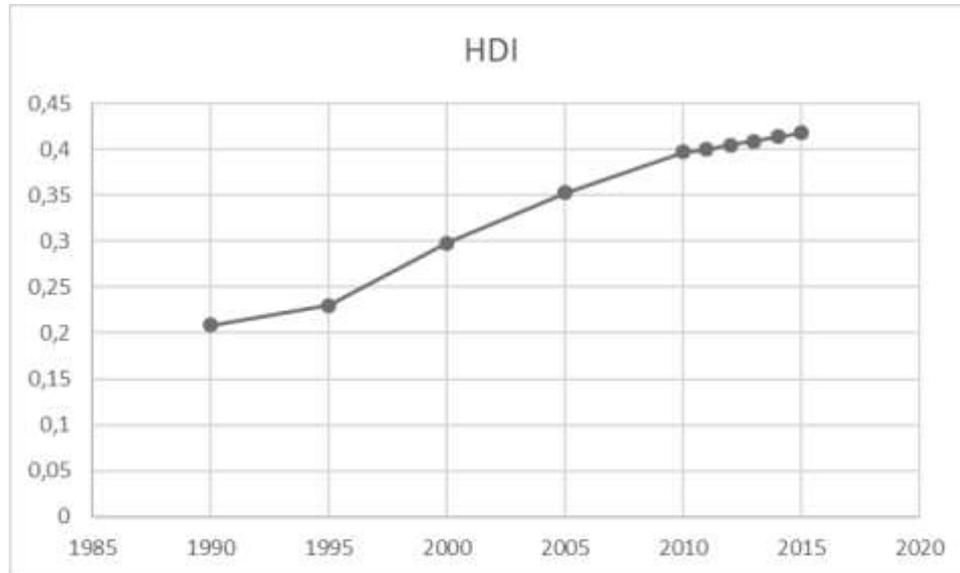
Apesar da melhoria nos indicadores acima referidos, Moçambique continuou a apresentar, ano após ano, valores que o colocam numa posição de desenvolvimento humano baixo, inferior à média de África subsaariana (ver quadro 2.2).

**Quadro 2.1 Moçambique - Indicadores (1990 -2015)**

	<b>Life expectancy at birth</b>	<b>Expected years of schooling</b>	<b>Mean years of schooling</b>	<b>HDI</b>
<b>1990</b>	43,2	3,7	0,8	0,209
<b>1995</b>	46,0	3,9	1,5	0,230
<b>2000</b>	48,8	5,8	2,2	0,298
<b>2005</b>	50,7	7,9	2,9	0,353
<b>2010</b>	53,3	9,2	3,2	0,397
<b>2011</b>	53,8	9,1	3,2	0,400
<b>2012</b>	54,3	9,1	3,3	0,405
<b>2013</b>	54,8	9,1	3,4	0,409
<b>2014</b>	55,1	9,1	3,4	0,414
<b>2015</b>	55,5	9,1	3,5	0,418

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

**Figura 2.2 Moçambique – Índice de Desenvolvimento Humano (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O IDH de Moçambique em 2015 era de 0,418, colocando o país na categoria de “*low human development*” e posicionando-se em 181 entre 188 países e territórios. Esta posição era partilhada com o Sudão do Sul. Entre 1990 e 2015, o IDH de Moçambique subiu de 0,209 para 0,418, o que corresponde a um aumento de 99,8%.

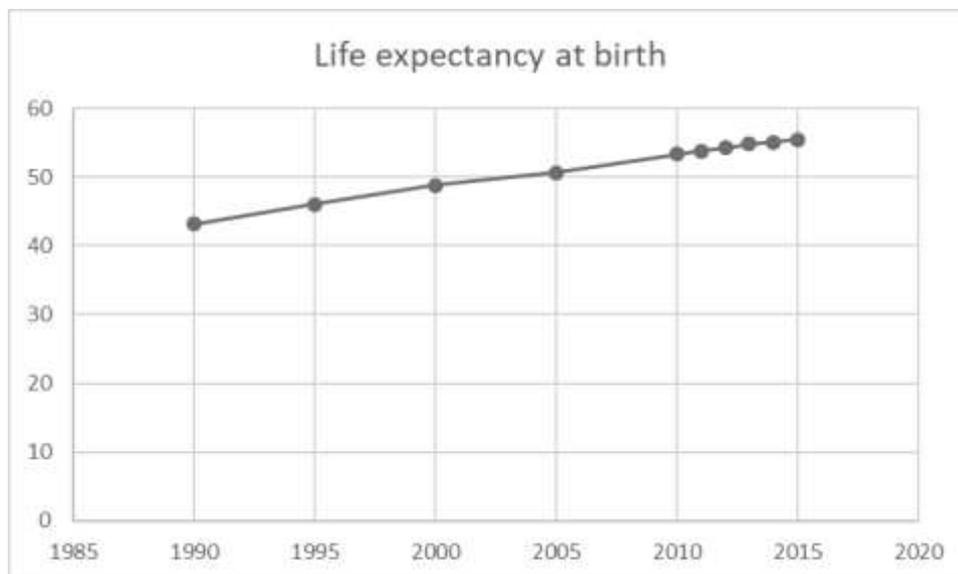
**Quadro 2.2 Indicadores de Moçambique, República Democrática do Congo, Costa do Marfim e África Subsaariana 2015**

	<b>HDI value</b>	<b>HDI rank</b>	<b>Life expectancy at birth</b>	<b>Expected years of schooling</b>	<b>Mean years of schooling</b>
<b>Moçambique</b>	0,418	181	55,5	9,1	3,5
<b>República Dem. Congo</b>	0,435	176	59,1	9,8	6,1
<b>Costa do Marfim</b>	0,474	171	51,9	8,9	5,0
<b>África Subsaariana</b>	0,523	-	58,9	9,7	5,4
<b>Baixo IDH</b>	0,497	-	59,3	9,3	4,6

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O IDH de Moçambique em 2015 (0,418) encontrava-se abaixo da média dos países com baixo desenvolvimento humano (0,497) e abaixo da média dos países da África Subsaariana (0,523). Deste grupo de países, a República Democrática do Congo e a Costa do Marfim são os que se encontram mais próximos de Moçambique no «ranking», respetivamente nas posições 176 e 171.

**Figura 2.3 Moçambique *Life expectancy at birth* (1990-2015)**



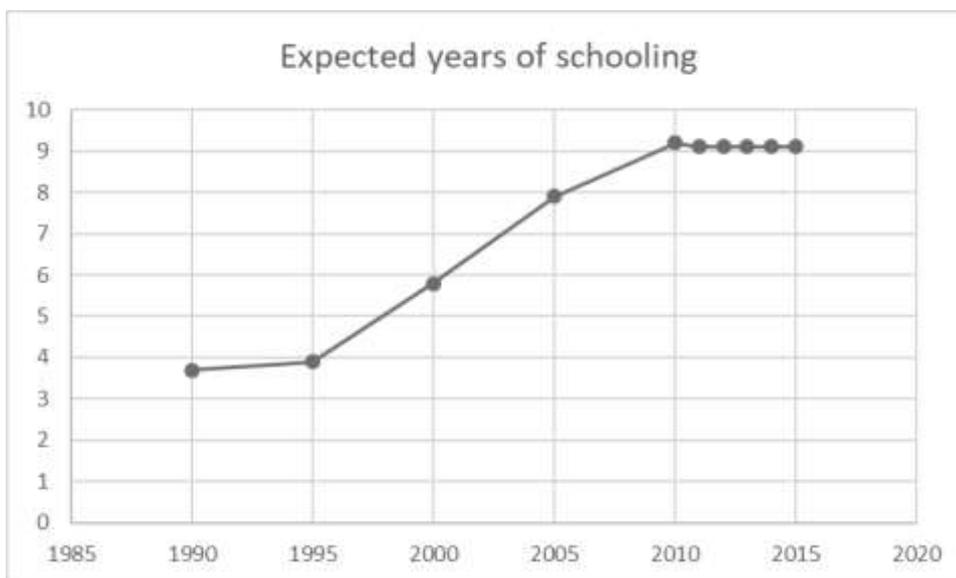
**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

A esperança média de vida à nascença aumentou, entre 1990 e 2015, cerca de 12,3 anos. Apesar deste acréscimo, este indicador (55,5) ainda se encontra muito abaixo da média mundial que, segundo a OMS, é de 71,4 para 2015<sup>154</sup>.

---

<sup>154</sup> ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2015

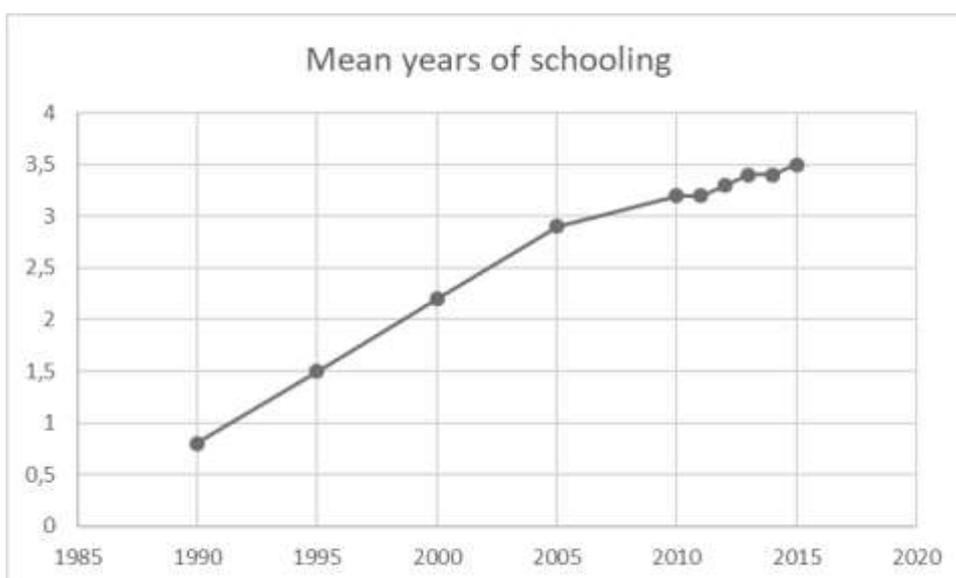
**Figura 2.4 Moçambique *Expected years of schooling* (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

No mesmo quadro temporal, o período médio de escolaridade aumentou cerca de 5,4 anos (de 3,7 para 9,1 anos).

**Figura 2.5 Moçambique *Mean years of schooling* (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O índice de anos esperados de escolaridade aumentou, entre 1990 e 2015, de 0,8 para 3,5, ou seja, cerca de 2,7.

Moçambique tem registado uma das mais elevadas taxas de crescimento do mundo desde 1992, com uma média de 8.1% ao ano. Essa expansão económica contribuiu para a melhoria do IDH, apresentando valores mais elevados a partir da mesma data. Por outro lado, ainda é bastante insatisfatória a oferta dos serviços sociais básicos, como a educação e saúde, para a maioria da população. A proporção das famílias a viver abaixo do limiar de pobreza<sup>155</sup> diminuiu de 69,4% em 1996-7 para 54% em 2002-03<sup>156</sup>.

O processo de paz moçambicano, ainda que tivesse permitido uma transição pacífica para a democracia multipartidária, liberal, não representou uma melhoria de vida para uma boa parte da população, ainda sujeita a violência direta (policial e privada) e a uma violência estrutural aguda. Aliás, os espinhos de paz encontram-se precisamente neste ponto: no facto de se bastar com uma democracia meramente formal, na qual não estão sequer efetivamente assegurados os direitos mais elementares como o voto, a liberdade de expressão, o acesso à justiça, entre outros.<sup>157</sup>

### **2.3 - Síntese Conclusiva**

A avaliação do sucesso de uma OAP é medida pelo cumprimento, ou não, do seu mandato. A ONUMOZ tinha um mandato claro de verificação do cumprimento do Acordo Geral de Paz e na ajuda à construção de condições materiais para a manutenção de uma situação de paz. Apesar do atraso no cumprimento de alguns objetivos a que se propôs, a ONUMOZ cumpriu o seu mandato.

As primeiras eleições do país, apesar de se terem realizado com um ano de atraso, foram declaradas como “livres e justas” constituindo-se assim um importante passo no caminho da consolidação da democracia.

---

<sup>155</sup> Limiar de pobreza consiste na falta de rendimentos necessários para satisfazer as necessidades alimentares básicas. O Banco Mundial define como patamar mínimo 2 dólares/dia.

<sup>156</sup> ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, Sem data (a)

<sup>157</sup> PUREZA, 2007

Porém, outros aspetos foram menos conseguidos, como por exemplo, no que diz respeito à recolha e destruição de armas. Apesar do número considerável de armas recolhidas (189,827), apenas uma pequena parte destas foi destruída, sendo que as restantes foram transferidas para o novo exército moçambicano. O SG da ONU expressou a sua preocupação sobre este assunto, no seu relatório final. Do nosso ponto de vista, é seguro afirmar que ficaram disponíveis demasiadas armas e munições e a própria ONU não sabia até que ponto seriam ou não necessárias para as forças militares e policiais. Tal como já foi referido anteriormente, os anos que se seguiram ao fim da missão apresentaram elevados índices de criminalidade.

Ao analisarmos os índices de desenvolvimento humano, verificamos que a partir de 1992 houve de facto uma melhoria, e se compararmos o período temporal que decorre entre 1990 e 2015, este indicador aumentou em cerca de 99,8%. No entanto, o país posiciona-se ainda na categoria de baixo desenvolvimento humano. De recordar que a ONUMOZ operou entre 1992 e 1994. De salientar que entre 1992-1997, a economia moçambicana experienciou um notável desenvolvimento com aumentos expressivos no PIB e uma taxa de crescimento na ordem dos 8.1% anual.

Em suma, a missão de apoio à paz em Moçambique cumpriu o seu objetivo principal, e isto pode ser verificado desde logo pelo facto de, aquando do término da missão, não existir guerra no país. Esta situação manteve-se nas décadas seguintes.

Contribuiu também para a criação de condições de estabilidade, embora com alguma fragilidade como mencionado anteriormente, que permitiram que os moçambicanos iniciassem o seu caminho em direção à construção de um Estado capaz de cumprir as suas funções. No entanto, do que aferimos na análise efetuada, não houve uma melhoria significativa nas condições de vida da população.



## CAPÍTULO 3 – SOMÁLIA

### 3.1 - Enquadramento histórico

**Figura 3.1 Mapa de Localização da Somália**



**Fonte: google.pt/maps**

A Somália foi uma antiga colónia italiana, tornando-se independente em 1960, altura em que se uniu à Somalilândia (Somália Britânica). Tornou-se num estado socialista na órbita soviética a partir de 1970 e esteve envolvida em conflitos sucessivos e disputas com países vizinhos, sendo também atingida por várias secas e fomes. Durante muitos anos (1969-1991), a Somália esteve sob o domínio ditatorial de Siad Barre que, reeleito em 1986, começou a ver o seu poder debilitado devido ao crescente nacionalismo pan-somali (união de todos os somalis no Corno de África, dentro e fora da Somália) e a rebelião armada do Congresso da Somália Unificada (CSU).

In January 1991, several Somali armed factions cooperated to drive long-time dictator, General Mohamed Siad Barre, from the capital city, Mogadishu. Barre had taken power in a military coup in October 1969 and ran a highly personalized and corrupt regime which

dispensed money, land, and favours to his most loyal supporters, including over fifty members of his family who occupied official positions.<sup>158</sup>

O conflito entre os senhores dos clãs ("senhores da guerra" como lhes chamaram os órgãos de comunicação social) era cada vez maior: de um lado os Darod e Barre; do outro, os Hawiye e a CSU. De referir, para um melhor entendimento da situação, que a Somália é quase inteiramente povoada por indivíduos da etnia somali, cerca de 96%, sendo os restantes Bantu, e apesar de falarem a mesma língua, o somali, e de pertencerem à mesma religião, a corrente sunita do Islão, o povo somali encontra-se fortemente dividido segundo um sistema genealógico baseado na estrutura de clãs. Podemos identificar seis clãs principais, quatro dos quais são nómadas (Darod, Hawiye, Issaq e Dir) e dois predominantemente agrícolas (Digil e Rahawayn). A geografia física do país moldou o modo de vida dos Somalis que, na sua maioria são nómadas, como já foi mencionado. A paisagem árida e austere e o quase inexistente solo fértil contribuem para o predomínio do pastoreio nómada.

A queda do Presidente Siad Barre, em janeiro de 1991, resultou numa luta pelo poder entre clãs em várias partes da Somália. Em novembro do mesmo ano, ocorre um combate intenso na capital, Mogadíscio, entre duas facções, uma apoiante do presidente interino Ali Mahdi Mohamed, e a outra do presidente do congresso somali, o General Mohamed Farah Aidid.

Desde então, o conflito persistiu em Mogadíscio e espalhou-se por toda a Somália, com grupos fortemente armados a controlar partes do país. As hostilidades resultaram em muitas mortes e destruição, obrigando centenas de milhares de pessoas a abandonarem as suas casas causando uma necessidade enorme de ajuda humanitária:

Almost 4,5 million people in Somalia, over half of the estimated population, were threatened by severe malnutrition and malnutrition-related disease, with the most affected living in the countryside. It was estimated that perhaps 300,000 people died since November 1991, and at least 1.5 million lives were at immediate risk. Almost one million Somalis sought refuge in neighboring countries and elsewhere.<sup>159</sup>

Em 1991, ocorre uma separação dentro do território. A região noroeste do país, a Somalilândia, declara unilateralmente a sua independência da Somália, como resultado de um

---

<sup>158</sup> WILLIAMS, 2015: 409

<sup>159</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (k)

processo de reconciliação interna de clãs, que culmina na Conferência de Boroma, em 1993, onde é eleito Presidente, Muhammad Haji Ibrahim Egal.

The declaration of independence and the formation of an interim Government marked the end of a 10-year war by the Somali National Movement against the Government of Siad Barre. Somaliland is dominated by the Isaaq clan and comprises 5 of the 18 administrative regions of Somalia. The north-eastern region of Puntland followed Somaliland's example with the creation of the semiautonomous Puntland State of Somalia in August 1998. Constitutionally, Puntland is part of Somalia, and its Government is working towards rebuilding a unified Somali state. It has a Parliament; major political decisions are taken by clan representatives who are either members of Parliament or convene as traditional authorities. Home to the Darood/Majerteyn clan, Puntland comprises 3 of the 18 regions of Somalia, and contests control of two disputed regions, Sool and Sanaag, with neighbouring Somaliland.<sup>160</sup>

O caos político em que se encontrava o país, aliado à crescente insegurança, banditismo e à destruição de infraestruturas, tornava extremamente difícil a entrega de ajuda humanitária (alimentos e medicamentos). Para além disso, o conflito ameaçava a estabilidade na região do Corno de África, e a sua continuidade, causava ameaças à paz e segurança internacionais na área.

As desigualdades sociais sentidas na Somália levaram a uma competição sobre os recursos naturais, incluindo a terra, as florestas, a água, a energia e os recursos marinhos, constituindo-se, muitas vezes, em fator de conflito entre clãs e milícias. Esta situação agrava-se perante a degradação ambiental que se vai manifestando igualmente. Outra fonte de conflito está relacionada com o controlo de determinadas infraestruturas como portos, aeroportos, postos de controlo e estradas principais. Nesta conjuntura, e tendo em conta que as estruturas sociais estão muito enfraquecidas, os “senhores da guerra” conseguem mobilizar jovens desempregados sem outros recursos ou oportunidades.

Historically, traditional leaders settled conflicts over resources using the widely accepted Somali traditional legal system. These settlement mechanisms have weakened, however, as political leaders realized that whoever controlled the state would control the nation's

---

<sup>160</sup> PNUD, 2017

resources. Lawlessness and the unregulated war economy have created new economic incentives to profit from resources.<sup>161</sup>

Apesar da turbulência causada pela queda do presidente Siad Barre, a ONU continuou os seus esforços humanitários na Somália e, em março de 1991, estava totalmente envolvida naquele país. Nos meses seguintes, a frágil situação a nível de segurança obrigou a organização, por várias vezes, a retirar temporariamente o seu pessoal da Somália, mas continuou as suas atividades ao nível humanitário, na extensão possível, em cooperação com a Cruz Vermelha Internacional e outras organizações não-governamentais.

A 27 de dezembro de 1991, o então Secretário-Geral, Javier Pérez de Cuéllar, informou o Presidente do CS que pretendia tomar iniciativa numa tentativa de restaurar a paz na Somália. Em janeiro de 1992, apesar de continuarem os combates em Mogadíscio, Mr. Jonah liderou uma equipa de oficiais, com o intuito de iniciar conversações para atingir o fim das hostilidades e assegurar um acesso seguro para a comunidade internacional providenciar ajuda humanitária à população civil atingida pelo conflito. Durante esta visita, todas as facções expressaram o seu apoio ao cessar-fogo em Mogadíscio, exceto o General Aidid. No entanto, foi expresso de forma unânime apoio ao papel da ONU como impulsionador da reconciliação nacional.

Os resultados da referida visita foram reportados ao Secretário-Geral, Boutros Boutros-Ghali. A 23 de janeiro, através da resolução 733 (1992), o CS pediu a todas as partes envolvidas que terminassem o conflito e deliberou que todos os Estados Membros deveriam implementar, de forma imediata, um embargo ao fornecimento de armas e qualquer outro tipo de equipamento militar à Somália. O CS solicitou ao SG que aumentasse a assistência humanitária à população afetada e que contactasse todas as partes envolvidas a fim de procurar um compromisso na cessação das hostilidades e no cessar-fogo e que prestassem auxílio no sentido de encontrar uma solução política para o conflito.

A 31 de janeiro, o SG convidou a Liga dos Estados Árabes, a Organização da União Africana, a Organização da Conferência Islâmica, o Presidente interino Ali Mahdi e o General Aidid a enviar os seus representantes para participar num encontro a realizar na sede da ONU, entre 12 e 14 de fevereiro. As negociações conseguiram que as duas principais facções acordassem num cessar-fogo imediato em Mogadíscio e numa visita conjunta composta por

---

<sup>161</sup> PNUD Somália, 2012

representantes da ONU e de três organizações regionais, a fim de concluir um acordo de cessar-fogo.

A delegação conjunta chegou à capital da Somália a 29 de fevereiro de 1992. A 3 de março, após 4 dias de intensas negociações, o Presidente interino e o General Aidid assinaram um acordo de implementação do cessar-fogo. Este acordo incluía também uma componente de segurança providenciada pela ONU aos comboios humanitários e 20 observadores militares em cada lado de Mogadíscio para monitorizar o acordado. Simultaneamente, a delegação conjunta iniciou negociações no âmbito da realização de uma conferência de reconciliação nacional, para a qual todos os grupos somalis deveriam ser convidados a participar.

### 3.2 – UNOSOM I e II

A 24 de Abril, em resposta à recomendação do SG, o CS adotou a resolução 751 (1992) na qual deliberava estabelecer a UNOSOM com o seguinte mandato:

- to monitor the ceasefire in Mogadishu, the capital of Somalia; and to provide protection and security for United Nations personnel, equipment and supplies at the seaports and airports in Mogadishu and escort deliveries of humanitarian supplies from there to distribution centers in the city and its immediate environs<sup>162</sup>.

O CS solicitou também que o SG, em cooperação com a Liga dos Estados Árabes, a Organização da União Africana e a Organização da Conferência Islâmica, levasse a cabo negociações, com todas as partes somalis, com o objetivo de realizar uma conferência sobre reconciliação e unidade nacional. Pediu também apoio financeiro à sociedade internacional para o plano de assistência humanitária de emergência. A 28 de abril foi nomeado o Representante Especial, Mohammed Sahnoun da Argélia, que partiu a 1 de maio para o terreno.

Tendo em conta o acordo firmado entre as duas principais facções em Mogadíscio, o cessar-fogo na capital seria monitorizado por 50 observadores militares desarmados da ONU, previsto na resolução 751 (1992) do CS. No que diz respeito à assistência humanitária, foi estabelecido nos acordos que haveria proteção para o pessoal, equipamento e bens da ONU, tanto nos portos como nos aeroportos em Mogadíscio, assim como escolta das mercadorias daí até aos centros de distribuição na cidade e arredores.

---

<sup>162</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992 (b)

A 22 de julho, o SG reportou ao CS a complexa situação política e de segurança vivida no país, assim como, a situação desesperante em termos de assistência humanitária, programas de recuperação e “*institution building*”. O SG concluiu que a ONU deveria reajustar o seu envolvimento na Somália e os seus esforços necessitavam de ser reforçados a fim de se conseguir alcançar o cessar-fogo em todo o país, ao mesmo tempo que promove a reconciliação nacional.

A 24 de agosto, envia um relatório ao CS no qual descreve:

...a number of urgent steps, being planned or already taken, to mitigate the widespread starvation in the areas of Somalia most seriously affected by the civil war and drought and to prevent the incidence of hunger escalating in other parts of the country. Noting that the United Nations and its partners were ready and had the capacity to provide substantially increased assistance, the Secretary-general stated that they were prevented from doing so by the lawlessness and lack of security prevailing throughout Somalia. Looting, by heavily armed gangs, of supplies from delivery and distribution points, as well as attacks on incoming and docked ships and on airports and airstrips, prevented the assured delivery of humanitarian assistance by overland transport.<sup>163</sup>

A 12 de agosto, o SG informou o CS que, após consideráveis atrasos e dificuldades, conseguiu-se chegar a acordo com as principais facções em Mogadíscio para posicionar 500 elementos de segurança da ONU na capital, integrados na UNOSOM. O primeiro grupo chegou a 14 de setembro de 1992. Tendo em conta as dificuldades, o SG recomendou também que fossem enviados para o terreno mais quatro unidades de segurança, até 750 efetivos, a fim de proteger os comboios humanitários e os centros de distribuição.

A 28 de agosto, o mandato da UNOSOM e a sua força foram alargados pelo CS, através da resolução 775, a fim de lhe permitir conseguir proteger a ajuda humanitária. Apesar de todos os esforços, a situação na Somália continuava a agravar-se:

In October and November 1992, despite all efforts by the international community, the United Nations Secretary-General and his new Special Representative for Somalia, Mr. Ismat Kittani, the situation in Somalia continued to deteriorate. (The Secretary-General appointed Mr. Kittani (Iraq) as his Special Representative on 3 November 1992, to replace Mr. Mohammed Sahnoun who had resigned.) Somalia remained without a central government with which to negotiate. Mogadishu was divided by rival militias. Throughout

---

<sup>163</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (k)

the country, a dozen or more factions, some torn by internal divisions, were active. The resulting political chaos and the extensive physical destruction severely constrained the delivery of humanitarian supplies. Widespread looting of aid supplies, robbery, armed banditry and general lawlessness compounded the situation.<sup>164</sup>

A ajuda humanitária não estava a chegar ao seu destino devido à falta de segurança. Os comboios humanitários eram alvo de sucessivos ataques, assim como, o pessoal da ONU encarregue desta missão. Os navios que transportavam os bens eram impedidos de atracar e os aeroportos e portos estavam sob ataque<sup>165</sup>. A 24 de novembro, o SG escreveu uma carta ao CS em que reportava a situação na Somália, com particular referência aos fatores que impediam a UNOSOM de cumprir o seu mandato: ... “the lack of government in Somalia, the failure of various factions to cooperate with UNOSOM, the extortion, blackmail and robbery to which the international relief effort was subjected and repeated attacks on the personnel and equipment of the United Nations and other relief agencies.”<sup>166</sup>

O CS considerou a situação na Somália como intolerável<sup>167</sup> e solicitou ao SG que apresentasse recomendações específicas sobre como a ONU poderia reverter a situação. Como resposta, o SG envia ao CS uma carta datada de 29 de novembro onde enumera 5 opções com o objetivo de criar as condições necessárias para a entrega ininterrupta de bens às populações: “1) continue with the traditional peacekeeping mission; 2) withdraw UNOSOM; 3) be more assertive and forceful in the capital; 4) launch a UN enforcement mission; or 5) establish a UN-authorized enforcement mission to create a secure environment for humanitarian operations”<sup>168</sup>

A 3 de dezembro, o CS adotou a resolução 794 (1992) autorizando “all necessary means to establish as soon as possible a secure environment for humanitarian relief operations in Somalia”<sup>169</sup>.

Ao abrigo do Cap. VII da Carta, o CS apelou aos Estados membros que estivessem em posição de enviar forças militares ou apoiar financeiramente a missão, que o fizessem.

---

<sup>164</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (k)

<sup>165</sup> Ibidem

<sup>166</sup> Ibidem

<sup>167</sup> Ibidem

<sup>168</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992 (a)

<sup>169</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (k)

A deterioração constante da situação humanitária levou o Presidente dos Estados Unidos George Bush a ordenar, em dezembro de 1992, o destacamento de 28 000 soldados norte-americanos como parte do que iria ser uma força total de 37 000 homens da Unified Task Force (UNITAF), liderada pelos EUA. A operação Restaurar a Esperança da UNITAF foi autorizada pela Resolução 794 de 3 de dezembro de 1992 do Conselho de Segurança da NU, mas não partiu de nenhum pedido da parte das forças beligerantes. Preside à operação a vontade humanitária de assegurar que os produtos alimentares cheguem às vítimas da fome, mas a intervenção carece desde o início da falta de uma direção estratégica clara. A operação humanitária ficou ainda mais comprometida quando tentou desarmar as fações somalis rivais.<sup>170</sup>

Esta força conjunta, “*Unified Task Force*” (UNITAF) enviou os seus primeiros elementos para Mogadíscio a 9 de dezembro, com o objetivo de estabelecer um ambiente seguro para a ajuda humanitária. Nas semanas seguintes, as forças expandiram as suas operações à maioria dos centros de distribuição. A UNITAF, inicialmente liderada pelos EUA, passaria para comando da ONU assim que atingisse o seu objetivo. Entretanto, a UNOSOM continuava totalmente responsável pelos aspetos políticos e pela ajuda humanitária na Somália.

In his further report to the Council, dated 26 January 1993, the Secretary-General congratulated UNITAF for rapidly and successfully securing major population centers and ensuring that humanitarian assistance was delivered and distributed without impediment. As to UNOSOM, he indicated that its major preoccupation at the juncture was the planning for the transition from the operations of UNITAF to UNOSOM II.<sup>171</sup>

Entre 4 e 15 de janeiro, o SG promoveu um encontro preliminar de preparação da conferência sobre reconciliação nacional, em Addis Ababa. Foram assinados três acordos: 1) acordo geral de 8 de janeiro de 1993; 2) acordo sobre a implementação do cessar-fogo e modalidades de desarmamento; 3) acordo sobre o estabelecimento de um comité *ad hoc* para ajudar a definir os critérios de participação e a agenda da conferência de reconciliação nacional, assim como, outros assuntos pendentes para o encontro. A conferência teve lugar a 15 de março e, após duas semanas de negociações, a 27 do mesmo mês foi assinado um acordo sobre reconciliação nacional, que era composto por quatro partes: desarmamento e segurança, reabilitação e reconstrução, restauração da propriedade e resolução de disputas e mecanismos de transição. “The Somali parties resolved to put an end at armed conflict and to reconcile their

---

<sup>170</sup> ACNUR, 2000

<sup>171</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (k)

differences through peaceful means.<sup>172</sup>” A assinatura deste acordo foi considerado pelo SG como “the first positive step<sup>173</sup>”.

As the Secretary-General indicated in his 3 March report, ultimately all the efforts undertaken by the United Nations in Somalia were towards one central goal: to assist the people of Somalia to create and maintain order and new institutions for their own governance.<sup>174</sup>

A 26 de março, através da resolução 814 (1993) o CS estabelece a UNOSOM II, que vem substituir a UNITAF, com o seguinte mandato:

- Monitoring that all factions continued to respect the cessation of hostilities and other agreements to which they had consented;
- Preventing any resumption of violence and, if necessary, taking appropriate action;
- Maintaining control of the heavy weapons of the organized factions which would have been brought under international control;
- Seizing the small arms of all unauthorized armed elements;
- Securing all ports, airports and lines of communications required for the delivery of humanitarian assistance;
- Protecting the personnel, installations and equipment of the United Nations and its agencies, ICRC as well as NGOs;
- Continuing mine-clearing, and;
- Assisting in repatriation of refugees and displaced persons in Somalia.<sup>175</sup>

Na mesma resolução foi também solicitado ao SG, em colaboração com agências especializadas da ONU<sup>176</sup>, assistência à população somali a nível humanitário, assim como, na reabilitação das suas instituições políticas e económicas, promovendo a reconciliação nacional.

---

<sup>172</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data(k)

<sup>173</sup> Ibidem

<sup>174</sup> Ibidem

<sup>175</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993 (a)

<sup>176</sup> FAO (Food and Agriculture Organization), UNDP (United Nations Development Programme) UNICEF e ACNUR

Under Chapter VII of the UN Charter, UNOSOM II was tasked with a range of military and political objectives, officially covering the entire territory of Somalia. Its political objectives were commonly referred to as “nation-building” tasks although they were really designed to assist in resurrecting the basic elements of a Somali central government and encourage reconciliation between conflict parties.<sup>177</sup>

As tentativas da UNOSOM II para implementar o desarmamento levaram a uma crescente tensão e, a 5 de junho, à violência. Nesta data, ocorreram vários ataques armados, por parte das milícias do General Aidid, nos quais morreram 25 soldados paquistaneses, 10 desapareceram e 54 ficaram feridos. Este ato foi fortemente condenado pelo SG: “The Secretary-General, on 6 June, strongly condemned this “treacherous act” against peacekeepers “who were on a mission of peace, reconciliation and reconstruction” and urge prompt and firm action against the perpetrators” assim como pelo Representante Especial Howe: “the soldiers were “murdered as they sought to serve the neediest people in the city... they were foully attacked by cowards who placed women and children in front of armed men<sup>178</sup>”.

A 6 de junho de 1993, o CS, através da resolução 837 (1993):

...reaffirmed that the Secretary-General was authorized under resolution 814 (1993) to take all necessary measures against those responsible for such attacks, including against those responsible of publicly inciting such attacks, to establish the effective authority of UNOSOM II throughout Somalia, including to secure the investigation of their actions and their arrest and detention for prosecution, trial and punishment.<sup>179</sup>

A 12 de junho, a UNOSOM II iniciou várias ações militares, no ar e em terra, a sul de Mogadíscio, com o objetivo de restaurar a paz na capital. Em paralelo com as operações de desarmamento, iniciou-se uma investigação ao incidente de 5 de junho. O Representante Especial apelou à rendição do General Aidid garantindo que este seria tratado de forma justa e com dignidade. As tentativas de capturar o General foram infrutíferas e os ataques à UNOSOM II continuaram.

Com o objetivo de apoiar o mandato da missão, foram posicionadas em Mogadíscio duas forças norte-americanas, *United States Rangers* e *Quick Reaction Force*, que não estavam sob comando da ONU. Estas forças americanas lançaram, a 3 de outubro, uma operação com o

---

<sup>177</sup> WILLIAMS, 2015: 429.

<sup>178</sup> MEISLER, 1995: 305

<sup>179</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993 (b)

objetivo de capturar elementos chave na milícia de Aidid assim como suspeitos dos ataques de junho. Durante o decurso das operações foram abatidos dois helicópteros americanos pela milícia somali. 18 soldados norte-americanos perderam as suas vidas e 75 ficaram feridos, 1 piloto de helicóptero foi capturado e libertado a 14 de outubro. Os corpos dos soldados foram sujeitos a atos públicos de humilhação, que foram transmitidos internacionalmente pelas televisões. O Presidente dos EUA, Bill Clinton, anuncia a intenção de retirar as suas forças da Somália a 31 de março de 1994.

A 12 de novembro, o SG reviu as prioridades respeitantes ao papel da UNOSOM II na Somália, considerando que a ajuda humanitária à população era a mais importante, e apontou alguns fatores positivos que tinham vindo a ser alcançados:

...dramatic and visible success that been achieved in reducing starvation deaths and conditions of famine in the country. Significant improvements had also been made in the fields of public health, education, agriculture and other areas. Some 32 hospitals were operating throughout the country by November 1993, as well as 81 maternal and child health centers. One hundred and three mobile vaccination teams were covering the country, working towards sustainable immunization coverage. It was estimated that about 75 per cent of children under 5 years of age had received vaccination against measles. ... City water-supply systems in a number of cities, including Mogadishu, were rehabilitated. United Nations agencies and NGOs were continuing to pursue sanitation and employment projects with food-for-work programs. In Mogadishu alone, there were 120 such projects that provided food for teachers and hospitals. ... United Nations agencies and NGOs were also assisting in re-opening schools, supplying school lunches, providing education kits, textbooks and incentives to teachers. ... The United Nations system had provided seeds and agricultural tools, and with the end of the drought, it had been possible to raise food production significantly. In the livestock sector, the supply of veterinary drugs and the vaccination of animals facilitated the resuscitation of exports.<sup>180</sup>

A UNOSOM II prosseguia com os esforços para atingir a reconciliação nacional tendo estado envolvida na resolução conflitos ao nível regional, tentando trazer algum entendimento entre clãs.

Era também objetivo da missão o auxílio no estabelecimento de uma força policial neutra e profissional. Desde maio de 1993 que cerca de 5000 antigos polícias somalis tinham vindo a

---

<sup>180</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (1)

ser contratados para assistir nas funções policiais e estava a ser finalizado um programa de treino básico para polícias.

Apesar dos progressos apontados, a situação continuava extremamente grave. Em novembro de 1993, dos cerca de 1,7 milhões de deslocados, cerca de 1 milhão atravessou a fronteira em direção ao Quênia e à Etiópia. Mais de 250,000 pessoas deslocaram-se para Mogadíscio e cerca de 60,000 para Kismayo e Baidoa. As regiões do Norte suportavam cerca de 250 000 refugiados e deslocados internos. O SG relatou que, apesar do alcançado “There was still no effectively functioning government, no disciplined national armed force, and no organized civilian police force or judiciary, although impressive progress had been achieved in initiating the recreation of the police and judiciary.”<sup>181</sup>

A verdade é que os acontecimentos que ocorreram a 5 de junho e 3 de outubro condicionaram muito o progresso da missão colocando em causa o processo de desarmamento e de reconciliação na Somália, criando uma situação de instabilidade no sul de Mogadíscio e estimulando elementos de fações fora da capital a reorganizar-se. O SG acreditava que “without effective disarmament of all the factions and warlords in Somalia it would not be possible for the country to enjoy lasting peace and stability.”<sup>182</sup>

Para além da já manifestada intenção dos EUA de retirar o seu efetivo a 31 de março de 1994, os governos da Bélgica, França e Suécia anunciam a mesma vontade. Era claro para o SG que a situação estava a alterar-se: “He (the Secretary-General) stressed that the troop-contributing countries could not be expected to maintain their generosity forever, nor could Member States be expected to maintain funding on the present scale.”<sup>183</sup> Afirma ainda que o mandato da UNOSOM estava longe de ser cumprido e que “without the continued stabilizing presence of an adequate United Nations force, there would be an early resumption of civil strife and an unraveling of all that had been achieved.”<sup>184</sup>

A 4 de fevereiro de 1994, o CS através da resolução 897 (1994) reviu o mandato da UNOSOM II excluindo o uso de métodos coercivos; que então tomou a seguinte letra:

---

<sup>181</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (1)

<sup>182</sup> Ibidem

<sup>183</sup> Ibidem

<sup>184</sup> Ibidem

- to assist the Somali parties in implementing the Addis Ababa Agreements, particularly in their cooperative disarmament and ceasefire efforts;
- protect major ports, airports and essential infrastructure;
- provide humanitarian relief to all in need throughout the country;
- assist the reorganization of the Somali police and judicial system;
- help repatriate and resettle refugees and displaced people;
- assist the political process in Somalia;
- and protect the personnel, installations and equipment of the United Nations and its agencies as well as of NGOs providing humanitarian and reconstruction assistance.<sup>185</sup>

Na mesma altura, foi nomeado Representante Especial Mr. Kouyaté, que iniciou negociações com as várias partes somalis levando à assinatura, em Nairobi, de uma declaração sobre reconciliação nacional por parte de Ali Mahdi e General Aidid. As facções somalis repudiaram o uso da violência como forma de resolver os conflitos e comprometeram-se a implementar o cessar-fogo e o desarmamento voluntário. Foi igualmente acordado que o restabelecimento da paz era uma prioridade em todo o território com especial incidência nas zonas mais atingidas pelos conflitos, assim como, restabelecer a soberania do Estado Somali. Foi também decidido realizar uma conferência de reconciliação nacional a 15 de maio de 1994 para eleger o Presidente, Vice-presidente e Primeiro-Ministro. A conferência realizou-se entre 24 de maio e 19 de junho, onde foi assinado um acordo, no qual se previa a implementação do cessar-fogo a 24 de junho.

A 31 de maio de 1994, o CS prolongou o mandato da UNOSOM II até 30 de setembro através da resolução 923, sujeito a uma reavaliação a 29 de junho.

In June and July, the security situation was marred by clashes among clans and sub-clans, especially in Mogadishu, and by a further increase in banditry. The recurring outbreaks of inter-clan fighting brought all humanitarian activities in Mogadishu and its immediate vicinity to a near-standstill for several weeks. There were further attacks against UNOSOM II personnel resulting in a number of fatal casualties... There was some progress in overcoming the emergency humanitarian situation and moving into the recovery phase because the situation of the most vulnerable improved, particularly of women and children.

---

<sup>185</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (1)

The outbreak of a cholera epidemic in February 1994 created an unexpected health emergency. Under the auspices of UNOSOM II, a Cholera Task Force was quickly established to coordinate the efforts to contain the epidemic. Responses to new outbreaks were prompt, resulting in a low fatality rate.<sup>186</sup>

A 1 de julho, o SG nomeou James Victor Gbeho (Gana) para Representante Especial. A 17 de agosto o SG reportou ao CS que o maior obstáculo à reconciliação nacional eram os conflitos existentes dentro do clã Hawiye, ao qual pertenciam Ali Mahdi e o General Aidid. Referiu ainda que, em primeiro lugar, teria de ser resolvido este conflito interno para que se pudesse atingir algum progresso significativo em termos de reconciliação nacional. A 26 de agosto, o CS manifestou grande preocupação pela deterioração da situação na Somália, especialmente no que diz respeito à segurança, e reprovou todos os ataques proferidos contra a UNOSOM II e outro pessoal internacional presente no terreno. De igual forma, o CS mostrou-se preocupado com a falta de progresso feito no sentido na reconciliação nacional entre as fações Somalis e referiu que era de grande importância a reconciliação entre clãs, especialmente entre os sub-clãs Hawiye.<sup>187</sup>

A 17 de setembro, o SG informou o CS que, devido à deterioração da situação na Somália em termos de segurança, a UNOSOM *Force Commander* viu-se obrigada a concentrar as suas tropas, cerca de 15,000 efetivos nesta data, em quatro áreas chave, retirando-se assim de várias zonas do país. A 30 de setembro o CS, através da resolução 946 (1994) prolongou o seu mandato até 31 de outubro e estabeleceu o envio de uma nova missão, composta por 7 pessoas, com o objetivo de definir com as várias partes políticas somalis qual o envolvimento futuro da ONU no país. A UNOSOM II retirou-se da Somália em março de 1995. A missão não conseguiu cumprir o seu mandato e é apontado como um dos grandes insucessos da ONU em termos de *peacekeeping*.

### **3.3 - Indicadores de Desenvolvimento Humano**

A Somália é um país marcado por um complexo contexto político e de segurança, sendo que a maior parte do seu passado recente foi vivido em situação de violência, fome e pobreza. O país vive sem um governo funcional desde 1991 e desde 1988 numa situação de conflito armado. A

---

<sup>186</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (1)

<sup>187</sup> Ibidem

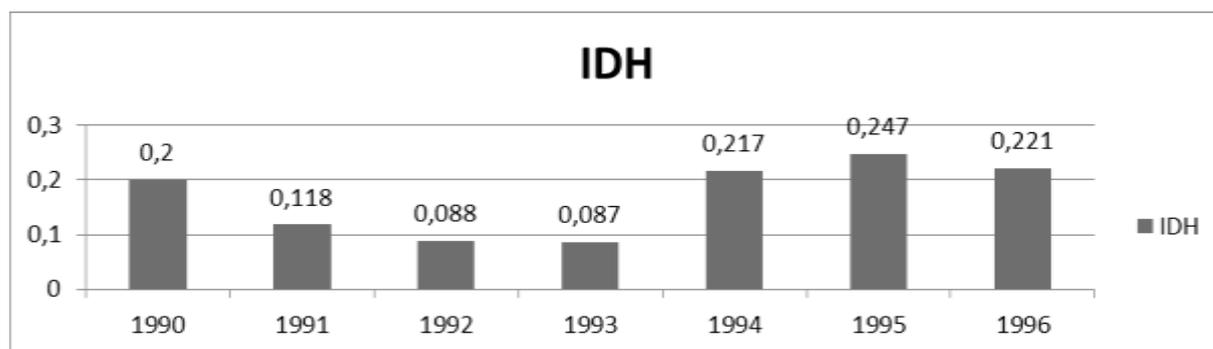
queda do governo militar, em janeiro de 1991, despoletou uma onda de violência seguida de um longo período de anarquia e guerra. Em 1992-93 o país viveu um grave período de fome devido à competição dos clãs pelos recursos e às suas atividades militares, que deixaram a população sem meios de subsistência, principalmente no centro e sul.

Apesar da existência de poucos dados, a Somália é considerada como um dos países do mundo com IDH mais baixo:

Somalia ranks among the very lowest countries in the world on UNDP's Human Development Index (HDI). Difficulties in securing accurate nation-wide data make precise calculations impossible, but Somalia's estimated HDI ranges between 0.184 to 0.159. Even the high end of this estimate places Somalia at the very bottom of HDI rankings world-wide, just below Sierra Leone. Average life expectancy is estimated at 41-43 years; the mortality rate for children under five exceeds 25%; adult literacy rates range between 14-17%; primary school enrolment is 13-16%; and GNP/capita is between US\$176-200 at the average exchange rate during 1996-1997 giving a real GNP/capita (purchasing power parity) of US\$600-700.<sup>188</sup>

A Somália aparece nos relatórios de IDH apenas até 1996, altura a partir da qual deixou de haver dados disponíveis para esta aferição.

**Figura 3.2 Somália - Índice de Desenvolvimento Humano (1990-96)**



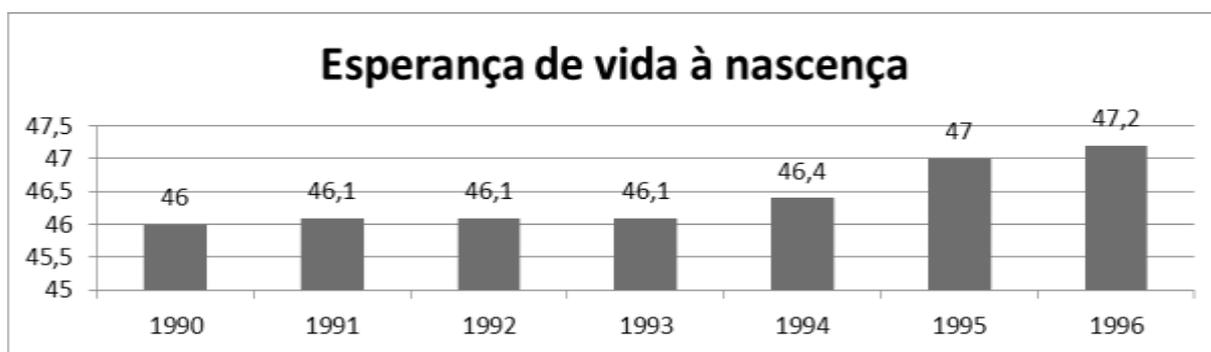
**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano 1990-96**

Entre 1991 e 1993, verifica-se uma descida no índice, altura em que o país viveu uma deterioração da situação política, com a queda de Siad Barre, e o escalar da violência no país.

<sup>188</sup> PNUD, 1998(a)

Em 1991, o IDH era de 0,118 e encontrava-se na posição 149 (em 160) do «ranking» descendo em 1993 para 0,087 e posição 166 (em 173) Em 1994, registou-se uma melhoria no IDH, apesar de continuar a ser um dos mais baixos do mundo. Em 1996, último ano em que existem dados disponíveis, o IDH era de 0,221 e a sua posição era a 172<sup>a</sup> em 174 países e territórios.

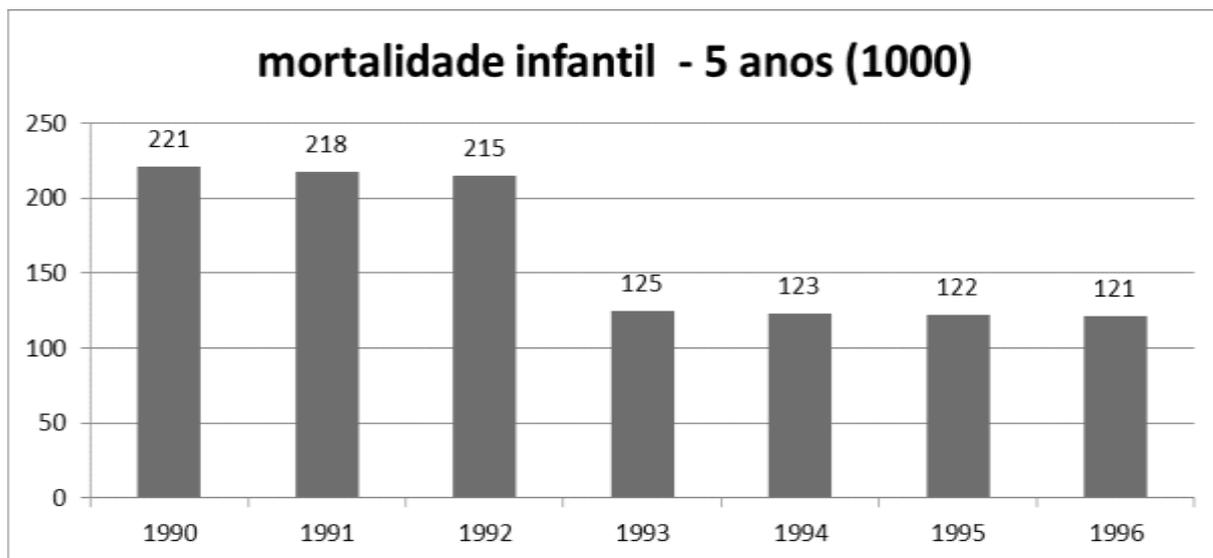
**Figura 3.3 Somália - Esperança de vida à nascença (1990-96)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano 1990-96**

A esperança de vida à nascença na Somália apresenta também valores muito baixos, verificando-se uma pequena evolução de 46 para 47,2 anos, entre 1990-96. Atualmente, estima-se que esta se situe nos 55 anos, segundo a OMS. A média mundial, segundo a mesma organização, é de 71,4 anos.

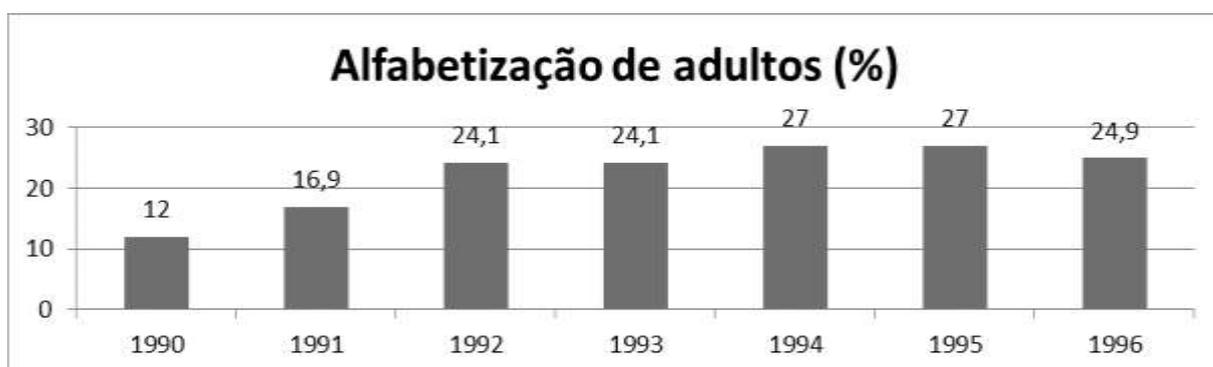
**Figura 3.4 Somália - Mortalidade infantil menores de 5 anos (1990-96)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano 1990-96**

A mortalidade infantil (menores de 5 anos) na Somália é elevada, no entanto, apresenta uma descida significativa entre 1990 e 1996 (de 221/1000 para 121/1000). De acordo com a UNICEF<sup>189</sup>, em 2015, a taxa de mortalidade infantil (crianças com menos de 5 anos) somali era das mais elevadas do mundo (137/1000).

**Figura 3.5 Somália - Alfabetização de adultos % (1990-96)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano 1990-96**

<sup>189</sup> UNICEF SOMALIA, Sem data

A Somália apresenta também uma taxa de alfabetização de adultos muito baixa. Em 1990, era apenas de 12%, tendo aumentado para 24,9% em 1996.

Estes valores extremamente baixos constituiriam, em qualquer outro país, uma situação de emergência, no entanto, tendo em conta a prolongada crise humanitária vivida no mesmo, apenas em situações de fome catastrófica ou graves epidemias mortais é que é acionada uma resposta humanitária internacional extraordinária, apesar das ONGS que, normalmente, já operam no território com o objetivo de auxiliar a população.

Human development issues in Somalia have been overwhelmed by pressing humanitarian needs in the country since 1991, when the Somali State collapsed amidst civil war and factional fighting. Throughout the 1990s, Southern Somalia has periodically constituted a “complex emergency” with outbreaks of famine, epidemics, large-scale refugee flows and armed conflict. A combination of devastating floods, drought, chronic insecurity and serious pest infestation threatens to return portions of Southern Somalia to famine conditions in late 1988. Such recurrent “loud” emergences in parts of Somalia make it difficult, and at times inappropriate, for local communities and international aid agencies to focus on longer-term human development goals.<sup>190</sup>

Os principais setores de produção, a pecuária e a agricultura, sendo já atividades pobres antes da guerra, foram gradualmente diminuindo devido aos anos de conflito e ao colapso do Estado<sup>191</sup>. A Somália viu as suas receitas diminuírem em 60% desde 1991. A capital foi largamente destruída, assim como várias regiões do país, criando problemas de habitação e de emprego pois a maior parte das unidades produtivas foram também destruídas ou pilhadas. As infraestruturas básicas como estradas, aeroportos, portos marítimos, pontes, sistemas de rega, eletricidade, água canalizada, entre outras, foram destruídas ou ficaram em grave estado de deterioração, tornando o comércio extremamente difícil.

Understanding the nexus between conflict and development in Somalia is far from straightforward, given the complex dynamics and interactions across the diverse causes of violent conflict. Future interventions need to be informed by a better understanding of the political economy and the interactions of social and clan dynamics. This is important to improve the status of human development. Somalia’s HDI ranking is among the lowest in the world, and the erosion in the index due to inequality is extremely high at 42 percent. Gender inequality is extreme, and most of the Somali population struggles with

---

<sup>190</sup> PNUD, 1998 (a)

<sup>191</sup> Dados do Banco Mundial

multidimensional poverty. The combination of conflict and negative development consequences has hit youth hard, with immediate consequences for them now and over the long term through the intergenerational transmission of poverty. Unless their multiple exclusions are addressed and potentials for positive contributions harnessed - such as through opportunities to participate in reconciliation and peace building, in state-building and in development - they will increasingly be drawn into the conflict and become an important element in perpetuating and sustaining Somalia's long drawn out conflict.<sup>192</sup>

### 3.4 - Síntese conclusiva

O sucesso da missão, reitera-se, é medido pelo cumprimento, ou não, do seu mandato, sendo, portanto, relativamente fácil, na nossa opinião, a sua aferição. Mais complexo é tentar perceber se independentemente do seu cumprimento, houve de facto a criação de um clima de estabilidade que se traduz na melhoria das condições de vida da população. A UNOSOM tinha como mandato monitorizar o cessar-fogo em Mogadíscio, proteger os funcionários, equipamento e materiais da ONU nos aeroportos e portos e escoltar a entrega de bens humanitários daí até aos centros de distribuição. A missão foi incapaz de cumprir o seu mandato e as hostilidades não cessaram na capital do país, nem no resto do território, e a ajuda humanitária não chegava ao seu destino devido aos inúmeros ataques ocorridos.

A resposta da comunidade internacional ao agravamento da crise na Somália foi muito lenta e centenas de milhar de somalis morreram de fome ou doença ou, vítimas dos combates, antes de chegarem as primeiras forças de manutenção da paz da NU em abril de 1992, no quadro da Operação das Nações Unidas na Somália (UNOSOM).<sup>193</sup>

A UNOSOM II, que surge no seguimento da UNITAF, tinha um mandato em muito similar ao da primeira missão, mas que incluía a possibilidade de utilização de meios coercivos para atingir os seus objetivos: monitorizar o cessar-fogo; prevenir o ressurgimento de violência; manter o controlo do armamento pesado das facções organizadas passando este para controlo internacional; confiscar armamento ligeiro na posse de grupos não autorizados; proteger os funcionários da ONU, instalações e equipamentos assim como proteger portos, aeroportos e linhas de comunicação necessárias para a entrega da ajuda humanitária; continuar a desativação de minas e providenciar assistência aos refugiados e deslocados.

---

<sup>192</sup> PNUD SOMÁLIA, 2012

<sup>193</sup> ACNUR, 2000

Apesar de ter conseguido algum progresso, o mandato da UNOSOM II também não foi cumprido. A violência continuou no país, o cessar-fogo não foi respeitado e não foi atingido um clima de paz e segurança. Os ataques aos comboios humanitários permaneceram, assim como, às forças militares e civis da ONU. Os acontecimentos de 5 de junho e de 3 de outubro, já mencionados anteriormente, condicionaram muito o progresso da missão, criando uma situação de grande instabilidade.

Acresce ainda o facto de não existir um governo / Estado com quem negociar, havendo uma multiplicidade de fações / grupos armados que lutavam entre si por poder e recursos. Um dos grandes obstáculos à reconciliação nacional são as disputas internas dos clãs, principalmente dentro do clã Hawiye.

Much of the conflict in contemporary Somalia is centered on the issue of landownership and land disputes. Various clans were marginalized first by an inappropriate land registration law, and later by a dictatorial regime that used their land to buy political loyalty. The civil war and state collapse accelerated this trend of appropriating land from weaker groups. Unraveling the thousands of land and property disputes emanating from the collapse of the state is a major challenge in reconciliation efforts and has been at the center of nearly every peace process since 1991.<sup>194</sup>

O cessar-fogo em Mogadíscio, e depois a nível nacional, foi o maior objetivo alcançado pela ONU na Somália. No entanto, o plano elaborado com vista à «reconstrução» das instituições políticas de um Estado funcional, revelou-se de frágil concretização, devido ao facto das várias partes somalis não conseguirem chegar a um entendimento, pese embora se tenha registado um progresso importante: “the United Nations did help to put in place 52 (of a possible 92) district councils, and 8 regional councils (of possible 18).<sup>195</sup>

Mas é na área humanitária que a ONU advoga ter obtido o seu maior sucesso:

Success was greatest in the humanitarian field. The operational arms of the United Nations system, in particular UNICEF, WFP, UNDP and UNESCO, worked with a host of governmental and non-governmental agencies to meet the vast humanitarian challenge. Millions of Somalis benefited from these activities and, at a minimum, an estimated quarter of a million lives were saved<sup>196</sup>.

---

<sup>194</sup> PNUD, 1998 (a)

<sup>195</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (l)

<sup>196</sup> Ibidem

Apesar da retirada da UNOSOM, as agências e programas da ONU permaneceram no terreno envolvidas na assistência humanitária e no desenvolvimento.

Houve também desenvolvimentos em termos de reconstrução de uma polícia somali operacional, tendo sido treinados e colocados no terreno 8,000 efetivos<sup>197</sup>.

No que diz respeito à reconciliação nacional, os progressos foram reduzidos:

Reporting to the Security Council on 28 March 1995, the Secretary-General emphasized that the Council had been prepared to pursue its peacekeeping efforts as long as it felt that the United Nations presence was receiving the cooperation of Somali factions. However, over the preceding months, it had been concluded that the United Nations presence in Somali was no longer promoting national reconciliation. Agreements reached under United Nations auspices unraveled and security continued to deteriorate, especially in Mogadishu. United Nations peacekeepers and humanitarian convoys were threatened and, in a number of instances, viciously attacked. The Somali leaders did not heed repeated warnings that if they did not show minimum circumstances, continuation of UNASOM II could no longer be justified.<sup>198</sup>

A grave situação em que a população vivia permaneceu inalterada. A UNOSOM I e II provaram ser incapazes de alterar a dinâmica de conflito existente na Somália e deixaram o país como encontraram, em guerra e sem um governo central funcional.

---

<sup>197</sup>NAÇÕES UNIDAS, Sem data (1)

<sup>198</sup> Ibidem



## CAPÍTULO 4 – RUANDA

### 4.1 - Enquadramento histórico

**Figura 4.1 Mapa de Localização do Ruanda**



**Fonte: <https://www.africaguide.com/country/rwanda>**

O Ruanda é um dos países com maior densidade populacional do mundo. Está localizado na África Central e faz fronteira a norte com o Uganda, a noroeste e oeste com o Zaire, ao sul com o Burundi e a leste com a Tanzânia.

O Ruanda foi inicialmente colonizado pelos alemães, que anexaram a este o Burundi tornando-se numa única província administrativa. A presença alemã foi muito incipiente, e muito curta, e por isso não exerceu nenhuma alteração significativa no sistema político, nem na relação de forças sociais e económicas entre os diversos grupos ruandeses. Com a derrota da

Alemanha na Primeira Guerra Mundial, este protetorado<sup>199</sup> foi entregue à Bélgica, em 1918, por mandato da Sociedade das Nações.

O domínio belga e a influência missionária da Igreja Católica alteraram profundamente o sistema político, social e económico do país e manipularam a classe alta dos tutsis para reprimir o resto da população, criando um fosso social muito elevado.

As causas que estão na raiz da violência étnica quer no Ruanda, quer no Burundi radicam na manipulação de mitologias comunitárias por intervenientes locais e internacionais com o fito de obterem vantagens políticas... O domínio colonial compartimentou e polarizou as duas principais comunidades de muitas maneiras. As autoridades belgas simplificaram o complexo sistema local de chefias, oferecendo aos tutsis o controlo quase total sobre os camponeses hútus. Já em 1930, haviam introduzido cartões de identidade que incluíam uma classificação étnica. Além disso, a Igreja Católica Romana destruíra muitas das práticas religiosas pré-coloniais que funcionavam como elo entre as duas comunidades.<sup>200</sup>

A sua população de mais de 7 milhões encontra-se dividida em três grupos étnicos: os hútus (cerca de 85%), os tutsis (cerca de 14%) e os Twa (cerca de 1%). Todos falam a mesma língua e partilham a mesma cultura<sup>201</sup>.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o Ruanda tornou-se num território protegido pelas Nações Unidas, continuando a ter a Bélgica como autoridade administrativa. Com o assassinato do Rei Mutara III Charles, em 1959, e a fuga do último monarca do clã Nyiginya, o Rei Kigeriv V, para o Uganda, os hútus ganharam mais poder e, na altura da independência, em 1962, eram os políticos dominantes.

Quando aumentou a pressão das Nações Unidas a favor da aceleração do movimento de independência nos anos 50, as autoridades belgas transferiram abruptamente o seu apoio histórico da minoria tutsi para a maioria hútu. Isto provocou distúrbios em novembro de 1959 com a queda da monarquia tutsi.<sup>202</sup>

A 25 de Setembro de 1960, a ONU organizou um referendo no qual os ruandeses manifestaram a sua vontade de se tornarem uma República. Nos anos que se seguiram, o

---

<sup>199</sup> Protectorado: território autónomo que é colocado sob a proteção militar e diplomática de um estado mais forte ou entidade.

<sup>200</sup> ACNUR, 2000: 51.

<sup>201</sup> HINTJENS, 1999: 241-286

<sup>202</sup> ACNUR, 2000: 51

governo tomou várias medidas repressivas contra os tutsis. No início do ano de 1961, ocorre um golpe de estado, com o apoio dos belgas, e é proclamada uma República efetivamente hútu. Foram retirados de todas as posições políticas qualquer membro da etnia tutsi e, como consequência disto, ocorre o primeiro grande deslocamento populacional para os países vizinhos. Neste contexto, nos anos 60, eram vulgares os ataques de tutsis vindos de fora das fronteiras do Ruanda:

Os elementos armados entre os refugiados ruandeses que se encontravam, na sua maioria, em dois acampamentos perto da fronteira com o Ruanda, organizaram incursões em território ruandês. Estes grupos armados, conhecidos como inyenzi (as baratas), tiveram o efeito de reforçar o sentimento anti tutsi no interior do Ruanda e a mitologia étnica hútu. Os tutsis que permaneciam no Ruanda eram frequentemente alvo de ataques criminosos.<sup>203</sup>

A crise de 1959 – 63 no Ruanda provocou um êxodo enorme de refugiados tutsi para os países vizinhos, tendo-lhe sido negada a possibilidade de regressar ao seu país nos trinta anos que se seguiram, mantendo, contudo, ligação aos que permaneceram no Ruanda.

No final dos anos 80, os exilados tutsi no Uganda incorporaram as forças do Exército de Resistência Nacional (NRA), de Yoweri Museveni, contra o regime de Milton Obote. Quando o NRA chegou ao poder, estes tutsis, que integravam agora as forças armadas ugandesas, criaram a Frente Patriótica Ruandesa e começaram a preparar militarmente a retomada do poder.<sup>204</sup>

Em 1990, a Frente Patriótica Ruandesa (FPR) lança uma investida militar na tentativa de iniciar o controlo do território ruandês. Em 1992, foi assinado um cessar-fogo entre o governo e a FPR em Arusha, Tanzânia. É neste enquadramento que é solicitado o envio de observadores militares da ONU e a constituição de uma missão que monitorizasse a fronteira entre o Ruanda e o Uganda, como iremos analisar um pouco adiante.

A 6 de Abril de 1994, o Presidente ruandês, Juvènal Habyarimana<sup>205</sup> e o Presidente do Burundi, Cyprien Ntaryamira foram mortos quando o avião onde viajavam foi alvo de ataque.

---

<sup>203</sup>ACNUR, 2000: 52

<sup>204</sup>ACNUR, 2000: 255

<sup>205</sup>Juvènal Habyarimana tomou o poder em 1973 através de golpe de estado criando a segunda República dominado por um único partido (National Revolutionary Movement for Democracy and Development).

Nos anos que se seguiram, militares e milicianos mataram cerca de 800 000 tutsis e hútus naquilo que ficou conhecido como o Genocídio do Ruanda.

Segundo Teresa Nogueira Pinto:

Os elevadíssimos níveis de adesão popular ao projeto de extermínio dos tutsis no Ruanda devem assim ser também analisados à luz da força do Estado, e da sua quase omnipresença na vida dos ruandeses. O Ruanda é um pequeno país densamente povoado, dividido geograficamente numa série de colinas. Estes fatores contribuíram para uma interação social intensa entre os seus habitantes, mobilizados em torno dos chefes locais e habituados a manifestações de obediência e lealdade constantes, aos trabalhos comunitários obrigatórios e às mais recentes sessões de animation, em que declaravam publicamente a sua lealdade ao MRND, e ao «pai» dos ruandeses, Habyarimana. Assim, no momento em que a ordem inequívoca do poder em Kigali foi a da eliminação de todos os tutsis, tornava-se difícil resistir. Este processo de mobilização para o genocídio assentou em três pilares: a força coerciva do Estado, o aparelho administrativo e a propaganda. A história ruandesa, desde os tempos coloniais, vem criar e reforçar continuamente dois aspetos que seriam determinantes para o genocídio de 1994: a rivalidade entre hútus e tutsis, agricultores e pastores, colonizados e colonizadores, e uma forte cultura de obediência às autoridades associada, no período depois da independência, a um sentimento de impunidade – suscitado a partir de cima – em relação à destruição da vida e propriedade dos tutsis. A «solução final» chegaria em abril de 1994, logo após a morte do Presidente Habyarimana.<sup>206</sup>

A título de contextualização, importa referir que o Ruanda, no índice de estados falhados de 2014, aparece na 34ª posição em 178 países com um valor de 90,5, sendo que, em primeiro lugar, aparece o Sudão do Sul (112,9) e em último lugar, a Finlândia (18,7), significando que este último é o Estado mais estável. O Ruanda está classificado na categoria de “*alert*”.

O Índice de Estados Falhados surge em 2005 pelo que não temos este indicador disponível para os anos 90 tornando-se difícil de categorizar o Estado ruandês na altura da intervenção da ONU. No entanto, e na nossa opinião, decorrente da análise efetuada, tratava-se de um estado falhado, incapaz de proteger os seus cidadãos, ele próprio sujeito de graves violações de direitos humanos, com dificuldades em proteger as suas fronteiras e grande mobilizador de conflitos étnicos. Verificava-se a inexistência de um clima de segurança, obediência e ordem interna derivado do aumento da violência e da criminalidade. “The

---

<sup>206</sup> PINTO, 2012

Rwandan genocide resulted from the conscious choice of the elite to promote hatred and fear to keep itself in power.”<sup>207</sup>

#### 4.1 – As Missões

##### 4.1.1 - UNOMUR

O envolvimento ativo da ONU no Ruanda iniciou-se em 1993 quando o Uganda e o Ruanda solicitaram o envio de observadores militares para a fronteira comum a fim de prevenir o uso militar da mesma pela FPR. Foram assinados, no seguimento dos combates ocorridos em 1990, uma série de acordos de cessar-fogo, incluindo um que foi negociado em Arusha, na Tanzânia, a 22 de julho de 1992, que previa o envio de um grupo de observadores neutrais composto por 50 militares (NMOG I) sob as áuspices da OUA. No início de fevereiro de 1993, as hostilidades ressurgiram no norte do país, interrompendo as negociações entre o governo do Ruanda e a FPR. O Ruanda continuou a acusar o Uganda de apoiar a FPR, sendo que este negava fazê-lo. A 22 de fevereiro de 1993, ambos os países pediram auxílio à ONU no apuramento dos factos, por via de cartas separadas. Solicitaram, ambas as partes, que o CS enviasse observadores militares para a sua fronteira comum, numa extensão de 150 quilómetros, a fim de monitorizar e evitar o uso militar da área.

A 22 de junho de 1993, o CS estabeleceu a ONUMUR (United Nations Observer Mission Uganda-Rwanda), através da resolução 846 (1993), com o mandato de: ”monitor that border to verify that no military assistance reaches Rwanda, focus being put primarily in his regard on transit or transport, by roads or tracks which could accommodate vehicles, of lethal weapons and ammunition across the border, as well as any other material which could be of military use.”<sup>208</sup> Esta missão foi estabelecida por um tempo inicial de 6 meses, sendo revista a cada período de igual duração.

Na mesma resolução (846/1993), o CS aprova a recomendação do SG de apoiar os esforços de *peacekeeping* da OUA e coloca ao seu dispor dois especialistas militares para auxiliar a NMOG (Neutral Military Observer Group). Solicita ainda ao governo do Ruanda e à FPR que

---

<sup>207</sup> UNITED HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2017

<sup>208</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993 (c)

cheguem a um acordo de paz e pede ao SG que elabore um relatório sobre como a ONU pode auxiliar a OUA na implementação do referido acordo.

A ONU iniciou também negociações com o Governo do Uganda com o objetivo de estabelecer um acordo sobre o estatuto da UNOMUR. O mesmo foi finalizado e entrou em vigor a 16 de agosto, tendo chegado os primeiros observadores militares ao terreno dois dias depois. A missão estabeleceu o seu quartel-general em Kabale, Uganda, vinte quilómetros a norte da fronteira com o Ruanda, tendo atingido a sua força total de 81 homens no fim de setembro, momento em que ficou totalmente operacional.

Com a finalização das negociações de paz em Arusha, o SG recomendou que o CS estabelecesse outra operação, a UNAMIR (United Nations Assistance Mission for Rwanda) e propôs que os observadores militares da UNOMUR passassem para o comando desta nova missão, apesar de manterem separadas as suas tarefas de monitorização na fronteira. A UNAMIR foi estabelecida pela resolução 872 de 5 de outubro de 1993.

A UNOMUR restringiu as suas atividades de monitorização no Uganda, na área da fronteira controlada pela FPR, e estabeleceu postos de observação nos dois locais principais de passagem e em mais três secundários: “from Sabinio volcano in the west to lubirizi in the east on the Ugandan side of the border.<sup>209</sup>”. A missão controlava a área através de patrulhas no terreno, com apoio aéreo, e prestava também auxílio ao movimento de veículos que transportavam comida e medicamentos para o Ruanda. O SG reportou a 15 de dezembro de 1993 que a UNOMUR “was a factor of stability in the area and that was playing a useful role as confidence-building mechanism”<sup>210</sup>.

Após a morte do Presidente Juvènal Habyarimana (Ruanda) e do Presidente Cyprian Ntarayamira (Burundi), seguiram-se meses de grande conflitualidade no país: “mass murders throughout the country amounting to genocide; a brief but violent civil war that swept government forces out of the country; and refugee flows that created a humanitarian and ecological crisis of unprecedented dimensions.”<sup>211</sup>

Em julho as forças da FPR assumiram o controlo do país, terminando a guerra civil e estabelecendo um governo que declarou o seu compromisso com o acordo de paz de 1993. Com

---

<sup>209</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994 (b)

<sup>210</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993 (d)

<sup>211</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (j)

estes acontecimentos, e com o controlo de toda a fronteira Uganda-Ruanda por parte da FPR, a UNOMUR estendeu-se por toda esta zona.

A 16 de junho, o SG recomendou que a missão continuasse as suas atividades até que ocorresse um cessar-fogo efetivo. No entanto, sugere que a mesma seja reduzida gradualmente e terminada a 21 de setembro de 1994. As suas recomendações foram aprovadas pelo CS através da resolução 928 de 1994.

The Secretary-General informed the Security Council that, while the tragic turn of events in Rwanda had prevented UNOMUR from fully implementing its mandate, the Mission had played a useful role in efforts to build confidence, defuse tensions and facilitate the implementation of the Arusha Agreement. Following the Security Council's authorization on 17 May to expand UNAMIR, UNOMUR became a forward base to back up the movement of UNAMIR personnel, equipment and supplies into Rwanda. During the closure of Figali airport, Entebbe airport in Uganda functioned as the only air base from which those personnel and supplies were routed by land to Rwanda. A team of UNOMUR military observers was stationed at Entebbe to coordinate logistic activities, and UNOMUR observers escorted convoys of logistic material and foodstuffs to the Uganda-Rwanda border for use by UNAMIR. UNOMUR also facilitated the transport of UNAMIR and other United Nations Personnel between Kabale and Entebbe and between Kabale and Goma and Bukavu in Zaire. The evacuation of UNAMIR casualties was carried out with UNOMUR assistance.<sup>212</sup>

#### **4.1.2 – UNAMIR**

Tal como já foi referido, a UNAMIR foi estabelecida pelo CS em 5 de outubro de 1993 através da resolução 872, com o objetivo de auxiliar na implementação no Acordo de Paz de Arusha. O seu mandato consistia em:

- To assist in ensuring the security of the capital city of Kigali;
- Monitor the ceasefire agreement, including establishment of an expanded demilitarized zone and demobilization procedures;
- Monitor the security situation during the final period of the transitional Government's mandate leading up to elections;

---

<sup>212</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (j)

- Assist with mine-clearance;
- And assist in the coordination of humanitarian assistance activities in conjunction with relief operations.<sup>213</sup>

A operação seria conduzida em quatro fases: 1ª - desde o seu estabelecimento até à instalação do Governo provisório, estimado para o fim de 1993; 2ª - prevista para ter a duração de 90 dias ou até que o processo de desmobilização e integração das forças militares começasse; 3ª - com a duração prevista de 9 meses, a missão iria estabelecer e monitorizar uma nova zona desmilitarizada e iria continuar a proteger a capital, Kigali; 4ª - a missão iria ver o seu efetivo diminuir até 930 militares e iria assegurar um ambiente seguro para a transição final, terminando na realização de eleições.

Tendo em conta o aumento exponencial do número de deslocados<sup>214</sup>, e as condições extremamente precárias em que viviam, o SG da ONU lançou um apelo interagências para assistência internacional no Ruanda, conseguindo angariar cerca de 78 milhões de dólares. O panorama humanitário era preocupante:

Most of the displaced people were living in and around 30 camps, where serious malnutrition and disease were prevalent. The situation was exacerbated by Rwanda's already precarious economic condition, overpopulation and rapidly declining agricultural production. (...) With the signing of the Arusha Peace Agreement, it was estimated that some 600,000 individuals returned home, thus easing the emergency situation. The emphasis of the humanitarian assistance efforts then shifted to meeting the needs of the displaced returning home. At the same time, some 300,000 people who remained displaced continued to rely on emergency assistance in the camps.<sup>215</sup>

A 10 de dezembro de 1993, o governo ruandês e a FPR emitiram uma declaração conjunta reafirmando o seu compromisso com o estabelecido no Acordo de Paz de Arusha e o seu propósito de estabelecer um governo de transição, que representasse a maioria da população, e uma Assembleia Nacional, antes de 31 de dezembro. No entanto, nenhum dos dois foi instalado porque as partes não chegaram a acordo em várias questões, nomeadamente na lista dos membros de ambos os órgãos.

---

<sup>213</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993 (e)

<sup>214</sup> Cerca de 900,000 deslocados, que representavam 13% da população.

<sup>215</sup> NAÇÕES UNIDAS, 1996

This failure delayed the completion of phase one and contributed to a deterioration of the security situation. January and February 1994 saw increasingly violent demonstrations, roadblocks, assassination of political leaders and assaults on and murders of civilians. Notwithstanding the increased tensions and insecurity, the ceasefire generally held.<sup>216</sup>

A maioria das atividades programadas para a primeira fase da missão foram completadas até 30 de dezembro de 1993 e as partes mostraram boa vontade e cooperação entre si e com a ONU. Desta forma, o SG recomendou ao CS que a UNAMIR continuasse a implementar o seu mandato e o envio antecipado de reforços para a zona desmilitarizada. O CS aceitou estas recomendações, que ficaram estabelecidas na sua resolução 893 (1994) de 6 de janeiro.

Com a chegada do Comissário de Polícia, Coronel Manfred Bliem (Áustria) a 26 de dezembro de 1993 e das unidades de polícia em janeiro e fevereiro de 1994, o contingente de polícia da UNAMIR atingiu a sua força total autorizada de 60 elementos, estabelecendo a sua sede em Kigali. O seu objetivo era “assist in maintaining public security through the monitoring and verification of the activities of the Gendarmerie and the Communal Police”.<sup>217</sup>

A 5 de abril de 1994, o CS, através da resolução 909, decide prolongar o mandato da UNAMIR até 29 de julho. Tal como já foi referido, com a morte do Presidente Juvènal Habyarimana e do Presidente Cyprien Ntaryamira, a 6 de abril de 1994, seguiram-se três meses de grande violência:

The horror that engulfed Rwanda during this period was threefold: mass murders throughout the country amounting to genocide; a brief but violent civil war that swept government forces out of the country; and refugee flows that created a humanitarian and ecological crisis of unprecedented dimensions. The genocide in Rwanda claimed between 500,000 and one million victims, primarily members of the Tutsi minority and “moderate” hutus, including the intelligentsia, suspected of sympathizing with the tutsi. The killers included members of the Rwandese government forces, but in the main were drawn from Presidential Guard and the youth militias, primarily the interahawamwe, recruited and formed by the late President’s party.<sup>218</sup>

Após o acidente que despoletou as mortes acima referidas, a FPR iniciou várias ofensivas contra o governo interino, obrigando-o a retirar-se de Kigali. No fim do mês de maio de 1994,

---

<sup>216</sup> NAÇÕES UNIDAS, 1996

<sup>217</sup> Ibidem

<sup>218</sup> Ibidem

a FPR tinha ocupado metade do território do Ruanda, incluindo posições importantes em e à volta de Kigali. Por esta altura, o governo da Bélgica decide retirar o seu batalhão da UNAMIR.

Finding it impossible to carry on with its original mandate, UNAMIR concentrated on securing a ceasefire to be followed by political negotiations; protecting civilians; negotiating a truce to permit the evacuation of expatriates; assisting in evacuations; rescuing those trapped in the fighting; and providing humanitarian assistance to large groups of displaced persons under UNAMIR protection.<sup>219</sup>

Apesar de terem decorrido contatos diretos entre as duas partes em conflito, sob os auspícios da UNAMIR, ambas mantiveram as suas posições de forma inflexível, pondo em causa as negociações para chegar a um cessar-fogo.

Com a saída do contingente belga, a UNAMIR viu o seu efetivo reduzido de 2,165 militares para 1,515, e de 231 observadores militares para 190. A 21 de abril, o CS decidiu, através da sua resolução 912 (1994), ajustar o mandato da UNAMIR para:

...act as an intermediary between the parties in an attempt to secure their agreement to a ceasefire; assist in the resumption of humanitarian relief operations to the extent feasible; and monitor developments in Rwanda, including the safety and security of civilians who sought refuge with UNAMIR.<sup>220</sup>

A 22 e 23 de abril, o Representante Especial, Mr. Jacques-Roger Booh-Booh, participou nas negociações em Arusha e, apesar de não ter sido possível avançar no sentido de um cessar-fogo, o encontro contribuiu para a declaração unilateral por parte da FPR.

Em termos humanitários a situação agrava-se devido ao enorme êxodo populacional que se verifica:

In the most rapid exodus of this scale UNHCR had ever recorded, more than 250,000 Rwandese refugees entered Tanzania over the Rusumo Falls border-crossing point within 24 hours. Although UNHCR had pre-positioned food, blankets, and other relief supplies for 50,000 persons, the continued exodus along this border forced the creation of a massive relief operation. The international relief community, with overall coordination by UNHCR, rushed to help the Tanzanian Government and local residents cope with the massive influx of refugees.<sup>221</sup>

---

<sup>219</sup> NAÇÕES UNIDAS, 1996

<sup>220</sup> Ibidem

<sup>221</sup> Ibidem

No final do mês de abril de 1994, Kigali estava dividida em sectores controlados pelo governo e pela FPR. A UNAMIR reportou existirem evidências fortes do planeamento de massacres de civis na cidade ao mesmo tempo que decorriam em larga escala, principalmente, no sul do país<sup>222</sup>. Do ponto de vista do SG, a UNAMIR não tinha capacidade para tomar ações efetivas de proteção da população caso os referidos massacres ocorressem.<sup>223</sup> Sugeriu ainda que a única forma de prevenir tais acontecimentos seria através da restauração da paz e da ordem, que apenas poderia ser feita através do uso de meios coercivos da ONU, previstos no artigo 41 e 42 da Carta das Nações Unidas e, caso esta não tivesse recursos para tal, através dos seus Estados Membros. A 4 de maio, o SG apelida publicamente a situação no Ruanda de genocídio e lança um aviso à ONU que, caso não intervenha, poderá mais tarde ser acusada de passividade.

A 13 de maio de 1994, o SG recomendou um novo mandato para a UNAMIR que incluía 5500 militares que, entre outras tarefas, iriam garantir condições de segurança para os deslocados e refugiados, auxiliar na prestação de ajuda humanitária das ONGs a operar no terreno, monitorizar a fronteira e o posicionamento de ambas as partes. Em termos de atuação “while its rules of engagement would not envisage enforcement action, it could be required to take action in self-defence against those who threatened protected sites and populations and the means of delivery and distribution of humanitarian relief.”<sup>224</sup>

A 17 de maio, o CS, através da resolução 918, impôs um embargo de armas ao Ruanda e expandiu o mandato da UNAMIR, de forma a contribuir para a segurança e proteção de refugiados e civis, aumentando o seu efetivo para 5500 militares e solicitou ao SG o reposicionamento imediato dos observadores militares de Nairobi para Ruanda.

A 31 de maio o SG informou o CS que:

The repercussions of the massacres in Rwanda were enormous, with displaced persons in the range of 1.5 million and an additional 400,000 refugees in bordering countries. These figures would mean that over a quarter of Rwanda’s population had been afflicted. There was no effective humanitarian assistance program, beyond sporadic deliveries, in zones

---

<sup>222</sup> NAÇÕES UNIDAS, 1996

<sup>223</sup> Ibidem

<sup>224</sup> Ibidem

controlled by Rwandese government forces. More systematic humanitarian assistance programs had begun in the RPF zone but worked under strict RPF controls.<sup>225</sup>

Acrescentou ainda que, na sua opinião, “the international community’s delayed reaction to the genocide in Rwanda demonstrated graphically its extreme inadequacy to respond with prompt and decisive action to humanitarian crises entwined with armed conflict.”<sup>226</sup>

Na mesma data, o SG recomendou ao CS a extensão do mandato da UNAMIR por mais 6 meses com a possibilidade de adicionar igual período, estabelecido na resolução 925 de 8 de junho. O CS, através da sua resolução 935 de 1 de julho, expressou grande preocupação em relação aos relatórios de violações da lei internacional, incluindo genocídio, e solicitou ao SG que estabelecesse com urgência uma comissão de peritos independentes a fim de averiguar a veracidade dos factos.

A 22 de junho de 1994, ao abrigo do capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o CS autorizou, através da resolução 929, os Estados Membros a levarem a cabo uma operação, utilizando todos os meios necessários, com propósitos humanitários, que seria limitada a dois meses. A iniciativa partiu da França e foi apelidada de operação *Turquoise*, que tinha como objetivo o estabelecimento de uma “*humanitarian protected zone*” no triângulo entre Cyangugu-Kibuye-Gikongoro, área que representa cerca de 1/5 do Ruanda.

Em julho de 1994, a FPR estabeleceu o controlo militar da maior parte do país e a 18 de julho declarou, unilateralmente, o cessar-fogo, terminando efetivamente a guerra civil. Ao mesmo tempo, a saída de civis continuou estimando-se que, num período de duas semanas, cerca de 1,5 milhão de ruandeses procuraram refúgio no Zaire, motivados pelo próprio governo provisório que emitia comunicados, nas várias rádios que controlava, a incentivar este êxodo. Os soldados, que se encontravam em retirada, cometeram massacres e várias atrocidades contra a população, criando uma crise humanitária sem precedentes. “Of a total population of approximately 7 million, 3 million persons were displaced internally and more than 2 million Hutus had fled to neighboring countries.”<sup>227</sup>

Na perspetiva do SG:

---

<sup>225</sup> NAÇÕES UNIDAS, 1996

<sup>226</sup> Ibidem

<sup>227</sup> Ibidem

The deterioration of the situation was beyond the resources and capacity of the United Nations humanitarian agencies and non-governmental organizations. The international community was confronted with four basic humanitarian challenges: to respond to the immediate life-saving needs of refugees; to facilitate the early return of those who had fled their homes; to restore basic infrastructure in Rwanda; and to ensure a smooth transition in the humanitarian protected zone established by French forces.<sup>228</sup>

Neste novo contexto, as principais tarefas da UNAMIR eram: assegurar a estabilidade e segurança nas zonas noroeste e sudoeste do país; estabilizar e monitorizar a situação em todas as regiões do Ruanda, com o objetivo de encorajar o regresso da população deslocada; e promover, através da mediação e bons ofícios, a reconciliação nacional.

A 3 de agosto de 1994, o SG responsabiliza a comunidade internacional pela situação no Ruanda:

The Secretary-General told the Council that the international community, by failing to intervene sooner in Rwanda, had in fact acquiesced in the horrifying loss of human life and suffering of an entire population. At the very least, the international community should ensure that those individuals responsible in their personal and official capacities for unleashing and instigating the genocide were brought to justice.<sup>229</sup>

O governo de união nacional, apesar da falta de recursos, enveredou esforços para normalizar a situação e colocar funcionais as estruturas civis. Este deparou-se com um grave problema relacionado com a ocupação de terras de forma ilícita, especialmente da população refugiada.

Government policy, guided to some extent by the Arusha Accords of 1993, has directed people to share land resources, or has opened up public lands (such as per National Park) for resettlement. Despite people's general willingness to share land and natural resources, considerable controversy surrounds issues of land in many parts of the country, and there are many land disputes at the local (intra- and inter-household) level.<sup>230</sup>

Em agosto, aquando da segunda visita do Alto Comissário para os Direitos Humanos da ONU, o governo concluiu um acordo para aumentar o número de efetivos a trabalhar na área

---

<sup>228</sup> NAÇÕES UNIDAS, 1996

<sup>229</sup> *Ibidem*

<sup>230</sup> HUGGINS, 2003

dos direitos humanos. Nesse mesmo acordo estabeleceram-se ainda os objetivos e funções da operação:

- a) carrying out investigations into violations of human rights and humanitarian law, including possible acts of genocide;
- b) monitoring the ongoing human rights situation, and helping to prevent such violations through the presence of human rights field officers;
- c) cooperating with other international agencies to re-establish confidence and facilitate the return of refugees and displaced persons and the rebuilding of civil society; and
- d) implementing programs of technical cooperation in the field of human rights, particularly in the area of the administration of justice, to help Rwanda rebuilt its shattered judiciary and to provide human rights education to all levels of Rwandese society.<sup>231</sup>

A UNAMIR atinge a sua força máxima autorizada<sup>232</sup> de 5500 em outubro de 1994, cumprindo as seguintes tarefas: prestar apoio ao transporte de refugiados e deslocados, assegurar a proteção de populações em risco e prestar apoio às agências humanitárias e ao Governo, com o objetivo de desenvolver e implementar uma estratégia para fechar os campos de deslocados no Ruanda e assegurar o regresso voluntário das pessoas. A prioridade continuava a ser a resolução da crise humanitária:

The Secretary-General reported to the Security Council in early October that the first priority in Rwanda remained the resolution of the humanitarian crisis. According to estimates. Rwanda's pre-war population of 7,9 million had fallen to 5 million and the number of internally displaced persons ranged from 800,000 to 2 million. There were more than 2 million refugees in Zaire, Tanzania, Burundi and Uganda. At the same time, it was estimated that some 360,000 refugees had returned to Rwanda spontaneously since the ceasefire on 18 July. The victims of the genocidal slaughter could number as many as 1 million.<sup>233</sup>

A situação nos campos de refugiados era caótica devido à sobrepopulação e crescentes condições de insegurança. A sobrevivência nestes locais dependia totalmente das agências de assistência humanitária.

---

<sup>231</sup> NAÇÕES UNIDAS, 1996

<sup>232</sup> Para o período de 17 de maio de 1994 a 8 de junho de 1995

<sup>233</sup> NAÇÕES UNIDAS, 1996

A 30 de novembro, o CS, através da resolução 965, prolongou o mandato da UNAMIR até 9 de junho de 1995 estendendo as suas funções:

It also expanded the mandate to enable the Mission to contribute to the security in Rwanda of personnel of the International Tribunal for Rwanda and of human rights officers, including full time protection of the Prosecutor's office. UNAMIR would also assist in the establishment and training of a new, integrated, national police force.<sup>234</sup>

Outro problema que persistia no país era a falta de funcionamento do sistema judicial ruandês, as prisões encontravam-se superlotadas e centenas de suspeitos aguardavam julgamento<sup>235</sup>. O Alto-Comissário para os Direitos Humanos, Mr. José Ayala Lasso, desenvolveu um programa de assistência técnica nesta área, que incluía a revisão de processos de crime de suspeitos presos, a melhoria da administração de prisões, o estabelecimento de um sistema civil de resolução de disputas e o recrutamento e treino de polícias civis.

A 9 de dezembro, o SG transmitiu ao CS o relatório interino da *Commission of Experts*, onde recomenda que fossem tomadas ações para assegurar que os indivíduos responsáveis por crimes previstos na lei internacional fossem levados à justiça perante um tribunal criminal independente e imparcial. No mesmo relatório refere:

- a) There existed overwhelming evidence to prove that acts of genocide against the Tutsi ethnic group were committed by Hutu elements in a concerted, planned, systematic and methodical way, in violation of article II of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide, 1948;
- b) Crimes against humanity and serious violations of international humanitarian law were committed by Tutsi elements were perpetrated with an intend to destroy the Hutu ethnic group as such, within the meaning of the Genocide Convention; the Commission recommended, however, that investigation of violations of international humanitarian law and of human rights law attributed to the Rwandese Patriotic Front be continued by the Prosecutor of the International Tribunal for Rwanda.<sup>236</sup>

---

<sup>234</sup> NAÇÕES UNIDAS, 1996

<sup>235</sup> Ibidem

<sup>236</sup> Ibidem

O CS, através da resolução 955 (1994), decide estabelecer um tribunal internacional para julgar as pessoas responsáveis por genocídio no Ruanda, e outras violações da lei internacional, assim como cidadãos ruandeses que cometerem crimes semelhantes nos países vizinhos.

Entre fevereiro e maio de 1995, a situação deteriorou-se bastante em termos de segurança “...with reports that the armed forces of the former Rwandese Government were training and rearming. A number of those forces were apprehended in Rwanda, carrying arms, grenades and anti-personnel mines, with the result that RPA<sup>237</sup> tightened security.”<sup>238</sup> O Exército Patriótico Ruandense, face aos desenvolvimentos, aumentou a segurança, causando alguns transtornos à UNAMIR, cujo pessoal se viu, por exemplo, impedido de entrar no aeroporto de Kigali e em algumas partes do país. A 18 de abril, o Governo Ruandês tomou ações para fechar oito dos campos de deslocados na área de Gikongoro, entre os quais o de Kibeho que era o maior da região. Sete desses campos fecharam sem registo de maiores incidentes, mas no de Kibeho a situação foi diferente. Houve resistência e ocorreu um número largo de mortes. A UNAMIR reagiu imediatamente de forma a assegurar o transporte dos deslocados, assegurando que os feridos e doentes fossem assistidos em centros médicos. Após 3 semanas de intensos esforços, os 2500 deslocados que permaneciam neste campo regressaram às suas comunidades.

Tendo em conta a crise humanitária que atravessava o país, o CS aprovou a HRFOR (Human Rights Field Operation in Rwanda) que, durante os primeiros meses de 1995, ficou totalmente operacional. O seu mandato estava relacionado com uma estratégia de *confidence-building* com vista à reconciliação nacional:

First, HRFOR carried out extensive investigations of genocide and other serious violations of human rights and humanitarian law that took place during the April to June 1994 armed conflict. Second, it established a comprehensive presence of human rights field officers throughout the country to monitor the ongoing human rights situation. Third, it initiated a broad-based program of promotional activities in the field of human rights, ranging from projects for the rebuilding of the Rwandese administration of justice to human rights education.<sup>239</sup>

A 4 de junho de 1995, o SG sugere ao CS uma mudança no foco do mandato da UNAMIR passando de *peacekeeping* para *peacebuilding* “tasks aimed at assisting the Government of

---

<sup>237</sup> Rwandan Patriotic Army

<sup>238</sup> NAÇÕES UNIDAS, 1996

<sup>239</sup> Ibidem

Rwanda in confidence-building and in promotion of a climate conducive to stability and to return of refugees and displaced persons”.<sup>240</sup> A missão auxiliava na manutenção da lei e da ordem, transportava prisioneiros e refugiados e facilitava a distribuição de bens humanitários.

No entanto, o Governo Ruandês propôs um papel mais limitado para a UNAMIR, tendo em conta o seu entendimento de que a segurança nacional e a proteção dos comboios humanitários eram da sua responsabilidade, assim como, a monitorização das fronteiras. Neste sentido, propôs que a UNAMIR fosse reduzida para 1800 efetivos, com uma extensão do seu mandato por mais seis meses. O CS, através da resolução 997 de junho de 1995, estendeu a missão até 8 de dezembro de 1995, com a respetiva redução dos efetivos.

Nas semanas seguintes, o governo ruandês continuou os esforços para melhorar a administração da justiça, estabelecer a lei e ordem, promover a reconciliação nacional e encorajar o regresso voluntário dos refugiados.

O CS, através da sua resolução 1011 (1995) de 16 de agosto, decidiu levantar o embargo à venda de armas ao governo do Ruanda. Esta decisão levantou alguma contestação por parte do governo do Zaire que iniciou, de forma forçada, a expatriação de refugiados do seu território:

The Government of Zaire expressed strong opposition to the lifting of the arms embargo on Rwanda, fearing an increase in tension and in the flow of refugees. It would be forced to derogate from the principle of non-refoulement of refugees for reasons of national security and in order to protect its own population. In a letter to the Secretary-General, the Prime Minister of Zaire stated that the adoption of resolution 1011 (1995) left him no choice but to request the Secretary-General to indicate “the arrangements made at the United Nations level in relation to the new country ou countries of asylum to which the Rwandese and Burundi refugees should be evacuated”. In the absence of any clear indication, the Government would “evacuate them to their country of origin at the expense of the United Nations Assistance Mission for Rwanda, the United Nations and the Governments of their respective countries.”<sup>241</sup>

Devido a uma forte pressão internacional, a expatriação forçada foi suspensa a 24 de agosto. Durante este período, a UNAMIR ajudou na construção e renovação de centros de detenção, de forma a aliviar as prisões que estavam sobrelotadas, assim como, na construção e

---

<sup>240</sup> NAÇÕES UNIDAS, 1996

<sup>241</sup> Ibidem

reparação de pontes, estradas, escolas e outras infraestruturas. De igual forma, prestou assistência ao transporte de bens humanitários, incluindo comida e medicamentos.

A 17 de outubro, o CS enaltece o progresso feito em termos de reconciliação nacional pelo governo ruandês e afirma que, para se chegar a um momento de genuína estabilidade e reconciliação nacional, será necessário o regresso, a salvo e voluntário, de todos os refugiados.

Em novembro, realizou-se uma conferência regional no Cairo, Egipto, organizada pelo antigo presidente dos EUA, Jimmy Carter. Nesta conferência estiveram presentes os chefes de Estado do Burundi, Ruanda, Uganda e Zaire e um representante da Tanzânia. Na declaração final de 29 de novembro: “the parties pledged to take concrete actions to advance peace, justice, reconciliation, stability and development in the region.”<sup>242</sup>

Apesar da vontade da sociedade internacional, e da recomendação do SG, de prolongar o mandato da UNAMIR por mais seis meses, o governo do Ruanda informou oficialmente que não concordava que a missão se estendesse após o dia 8 de dezembro. Tendo em conta que a missão não podia permanecer sem o consentimento do governo, a UNAMIR iniciou o seu processo de retirada. Após a extensão do mandado para 12 de dezembro de 1995, o CS, através da resolução 1029 da mesma data, decide estender a missão por um período final até 8 de março de 1996. Durante esse período, a UNAMIR tinha como objetivo exercer bons ofícios, auxiliar no regresso voluntário e seguro dos refugiados, prestar apoio aos esforços do governo de promoção de um clima de confiança e prestar assistência logística ao ACNUR e às agências humanitárias que trabalhavam na área do repatriamento.

Se distanciarmos o olhar da especificidade da missão e atentarmos ao contexto em que esta foi estabelecida, posteriormente à missão na Somália, apercebemo-nos que se tratava de um contexto de alguma mudança nas operações de apoio à paz, apelidado por alguns de “*Mogadishu effect*”. Apesar das forças americanas não integrarem a missão da ONU, consideramos interessante ter em conta este artigo de Walter Clarke e Jeffrey Herbst na revista *Foreign Affairs* que:

The American-led operation in Somalia that began when U.S. Marines hit the Mogadishu beaches in December 1992 continues to profoundly affect the debate over humanitarian intervention. The Clinton administration's refusal to respond to the genocide in Rwanda that began in April 1994 was due in part to its retreat from Somalia, announced after the

---

<sup>242</sup> NAÇÕES UNIDAS, 1996

deaths of 18 U.S. Army Rangers on October 3-4, 1993. In Bosnia, U.N. peacekeepers under fire from or taken prisoner by Serb forces over the last two years were expected to turn the other cheek for fear of "crossing the Mogadishu line." This expression, reportedly coined by Lieutenant General Sir Michael Rose, former commander of the United Nations Protection Force in Bosnia (UNPROFOR), describes the need to maintain neutrality in the face of all provocation for fear of becoming an unwilling participant in a civil war. In recent months, the design of the U.N. Implementation Force in Bosnia has been shaped by what was purportedly learned in Somalia.<sup>243</sup>

Na mesma linha de orientação, em maio de 1994, o Presidente norte-americano William (Bill) Clinton aprova uma diretiva (PDD25)<sup>244</sup> que colocava várias restrições ao apoio dos EUA às OAP, servindo de base para o não envolvimento deste país no Ruanda.

No relatório final do inquérito independente aos acontecimentos no Ruanda é referido o seguinte sobre esta matéria:

It has often been said that UNAMIR was an operation which was created in the shadow of Somalia. In particular the deaths of the Pakistani and US peacekeepers in Somalia in 1993 had a deep effect on the attitude towards the conduct of peacekeeping operations. For instance, the UN commission of inquiry set up to study these tragic deaths in Somalia, whose report came out just as preparations were being made to strengthen UNAMIR in the wake of the genocide, concluded that "the UN should refrain from undertaking further peace enforcement actions within the internal conflicts of States."<sup>245</sup>

As mortes ocorridas na Somália provocaram um efeito restritivo, particularmente nos riscos que poderão ser assumidos numa OAP e, no que diz respeito, à interpretação dos mandatos. E este legado foi de extrema importância no que diz respeito à UNAMIR.

Por outro lado, a vontade política de contribuir financeiramente e materialmente para as missões nem sempre é desinteressada, para não afirmar que, em última instância, de forma mais ou menos camuflada, existe sempre algum tipo de interesse, realidade que aparece referida no relatório final do inquérito independente:

It has been stated repeatedly during the course of interviews conducted by the Inquiry that the fact that Rwanda was not of strategic interest to third countries and that the international

---

<sup>243</sup> CLARKE e HERBST, 1996

<sup>244</sup> U.S. DEPARTMENT OF STATE, 1994

<sup>245</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999 (a)

community exercised double standards when faced with the risk of a catastrophe there compared to action taken elsewhere.<sup>246</sup>

Por último, gostaríamos de referir que o Ruanda foi membro do CS em 1994, criando algumas situações problemáticas ao funcionamento deste órgão:

In effect, one of the parties to the Arusha Peace Agreement had full access to the discussions of the Council and had the opportunity to try to influence decision-making in the Council on its behalf. That a party to a conflict on the agenda of the Council, which was the host country of a peacekeeping operation, later to subject to an arms embargo imposed by the body of which it was a member, shows the damaging effect of Rwanda's membership on the Council.<sup>247</sup>

Em março de 1999, o SG com aprovação do CS, integrou uma comissão de inquérito para analisar o evento. Os resultados foram conhecidos em 15 de dezembro de 1999.

The inquiry concluded that the overriding failure in international community's response was the lack of resources and political will, as well as errors of judgement as to the nature of the events in Rwanda. Expressing deep remorse over the failure to prevent the genocide in Rwanda, the Secretary-General, in a statement on 16 December, said that he fully accepted the conclusions of the report. He welcomed emphasis which the inquiry had put on the lessons to be learned, and its recommendations to ensure that the United Nations and the international community could and would act to prevent or halt any other such catastrophe in the future.<sup>248</sup>

### **4.3 - Indicadores de Desenvolvimento Humano**

Duas décadas depois do genocídio de 1994, os ruandeses continuam a viver em extrema pobreza, apesar de evidenciarem uma esperança média de vida maior e alguma melhoria nas condições de vida.

---

<sup>246</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999 (a)

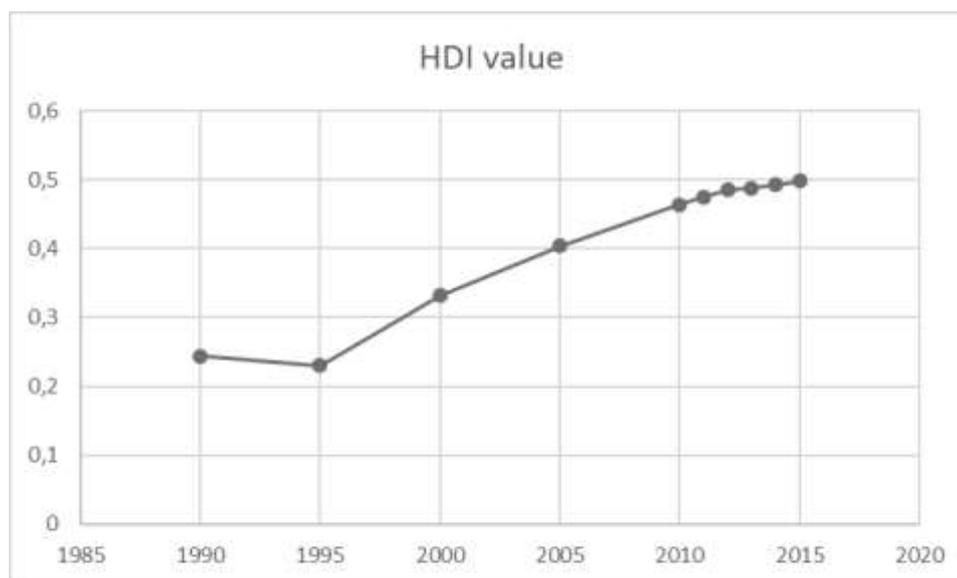
<sup>247</sup> *Ibidem*

<sup>248</sup> NAÇÕES UNIDAS, 1996

**Quadro. 4.1 Ruanda - Indicadores (1990-2015)**

	<b>Life expectancy at birth</b>	<b>Expected years of schooling</b>	<b>Mean years of schooling</b>	<b>HDI value</b>
<b>1990</b>	33,4	5,7	1,8	0,244
<b>1995</b>	31,5	6,2	2,0	0,230
<b>2000</b>	48,1	7,1	2,3	0,332
<b>2005</b>	54,9	9,3	2,8	0,404
<b>2010</b>	61,7	10,2	3,5	0,464
<b>2011</b>	62,4	10,5	3,6	0,475
<b>2012</b>	63,1	10,8	3,8	0,485
<b>2013</b>	63,6	10,8	3,8	0,488
<b>2014</b>	64,2	10,8	3,8	0,493
<b>2015</b>	64,7	10,8	3,8	0,498

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

**Figura 4.2 Ruanda – Índice de Desenvolvimento Humano (1990-2015)**

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O IDH do Ruanda, em 2015, era de 0,498, inserindo-se na categoria de *baixo desenvolvimento humano*, posicionando o país em 159 de 188 países e territórios. Entre 1990 e 2015, o IDH aumentou de 0,244 para 0,498, o que corresponde a um aumento de 103,9%.

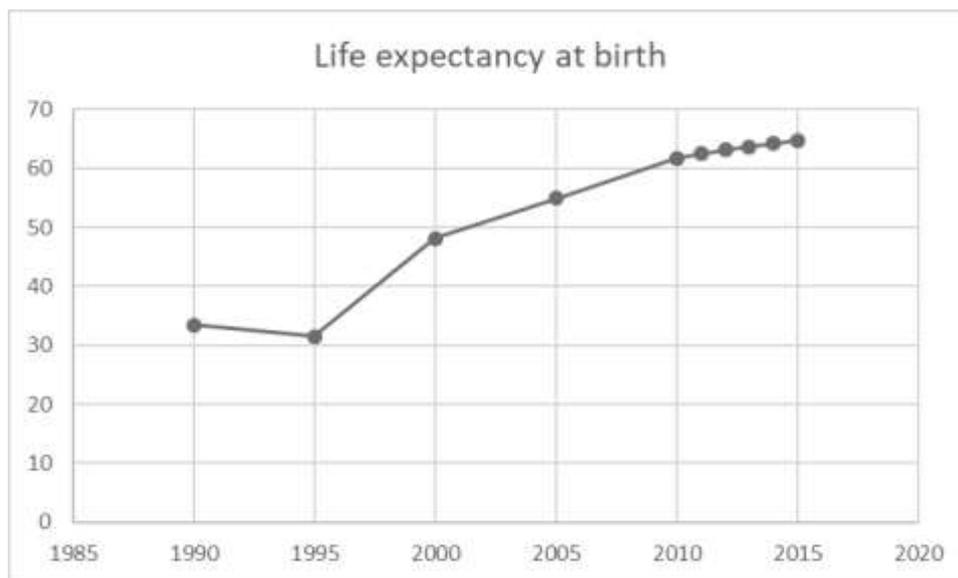
**Quadro 4.2 Indicadores do Ruanda, Guiné, Togo e África subsaariana 2015**

	<b>HDI value</b>	<b>HDI rank</b>	<b>Life expectancy at birth</b>	<b>Expected years of schooling</b>	<b>Mean years of schooling</b>
<b>Ruanda</b>	0,498	159	64,7	10,8	3,8
<b>Guiné</b>	0,414	183	59,2	8,8	2,6
<b>Togo</b>	0,487	166	60,2	12,0	4,7
<b>África Subsaariana</b>	0,523	-	58,9	9,7	5,4
<b>Low HDI</b>	0,497	-	59,3	9,3	4,6

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O IDH do Ruanda em 2015 (0,498) encontrava-se acima da média dos países com baixo desenvolvimento humano (0,497) e abaixo da África Subsaariana (0,523). Deste grupo de países, a Guiné e o Togo são os que se encontram mais perto do IDH do Burundi, respetivamente na posição 183 e 166 do ranking.

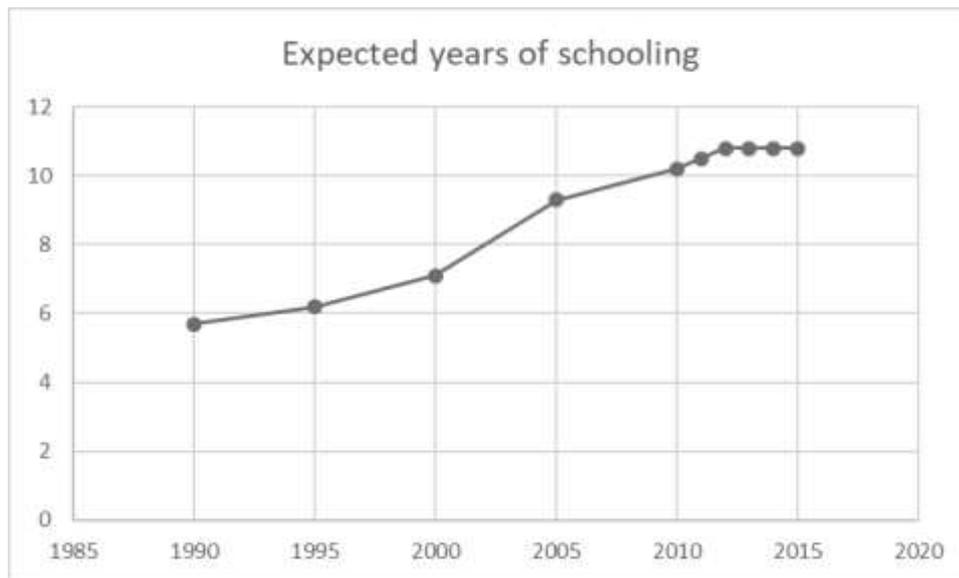
**Figura 4.3 Ruanda *Life expectancy at birth* (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

A esperança média de vida à nascença aumentou, entre 1990 e 2015, cerca de 31,3 anos. Apesar deste acréscimo significativo, este indicador (64,7) é ainda baixo tendo em conta que, em 2015, a média mundial era de 71,4 anos, segundo a OMS.

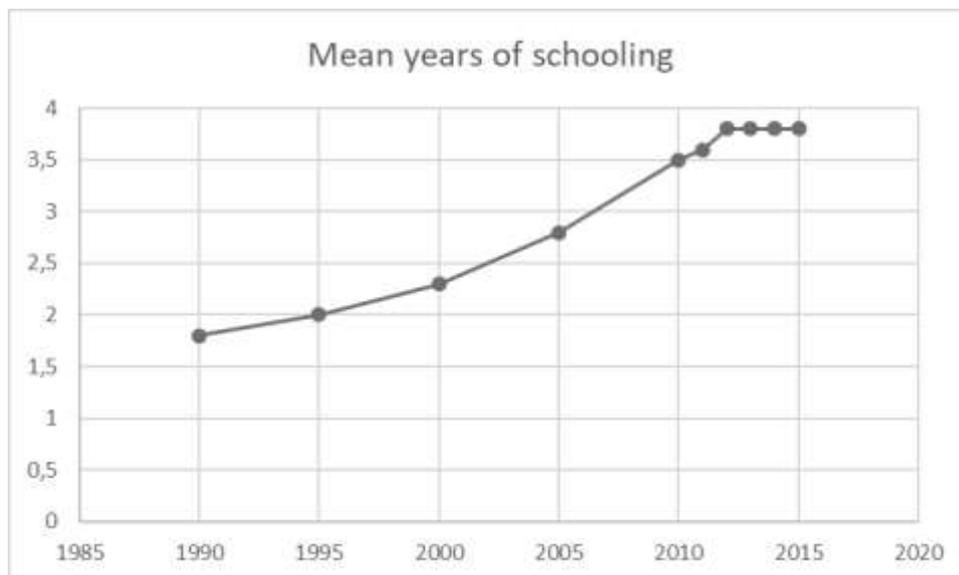
**Figura 4.4 Ruanda *Expected years of schooling* (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O índice de anos esperados de escolaridade aumentou, no período referido, em 5,1 anos.

**Figura 4.5 Ruanda *Expected years of schooling* (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

No mesmo quadro temporal, o período médio de escolaridade aumentou cerca de 2,0 anos, tendo estagnado a partir de 2012.

Tal como referimos, apesar de ter ocorrido alguma melhoria nos indicadores, a situação de pobreza no Ruanda é ainda muito preocupante:

Development indicators tell a story of significant changes in education, public health and the economy – Rwandans are living longer and are better off economically than 20 years ago – but extreme poverty remains a reality for more than 60% of the population.<sup>249</sup>

**Quadro 4.3 Ruanda - Principais indicadores de progresso**

	Pré-genocídio	Pós-genocídio	
<b>Esperança de vida</b>	33 (1990)	29 (1995)	50 (2008)
<b>Taxa de mortalidade (menores de 5 anos / em cada 1,000 nascimentos)</b>	151 (1992)	219 (1994)	103 (2007)
<b>Taxa de imunização (sarampo)</b>	82% (1992)	25% (1994)	90,4% (2008)
<b>Crianças malnutridas com menos de 5 anos</b>	24% (1992)	20% (2000)	15,8% (2008)
<b>Mortalidade materna (por 1000,000 nascimentos)</b>	N/A	1,071 (2000)	750 (2005)
<b>Taxa de fertilidade</b>	8,3 (1983)	6,1 (2000)	5,5 (2007)
<b>Infraestruturas de saúde</b>	29 hospitais 302 centros de saúde (1990)	29 hospitais 348 centros de saúde (2000)	38 hospitais 411 centros de saúde (2007)

**Fonte: RODRÍGUES et SAMUELS, 2011**

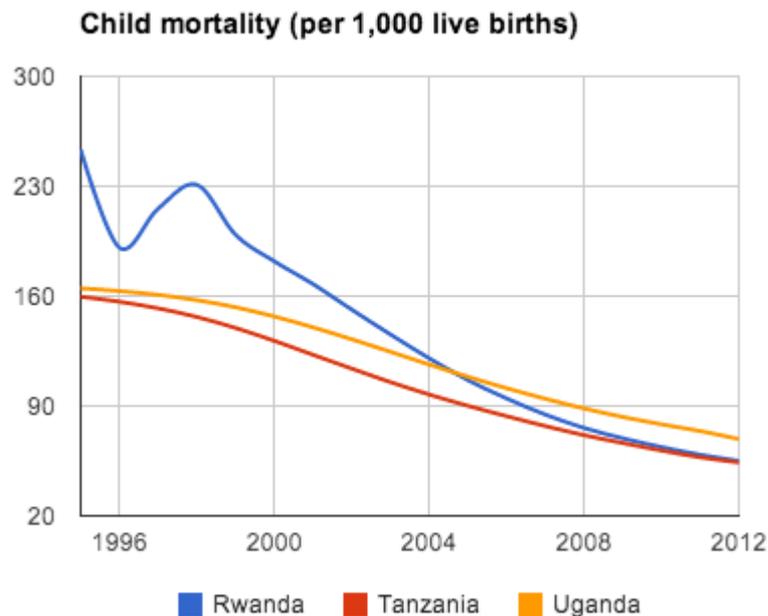
<sup>249</sup> PROVOST, 2014

Life expectancy at birth went down to 25 years in 1994 but recovered to 50 in 2008. Meanwhile, in infant and under-five mortality, the former went to 129 to 62 deaths per 1,000 live births and the latter from 219 to 103 between 1994 e 2007.<sup>250</sup>

A maioria das infraestruturas de saúde necessitaram de reconstrução entre 1990 e 2000. Apesar de verificarmos uma melhoria nos indicadores a partir de 1995 e de, atualmente, o Ruanda investir uma parte considerável das suas receitas em educação e saúde, mais de metade da população ainda vive na pobreza:

Rwanda has made remarkable progress since the civil war and genocide that started in October 1990 and ended in July 1994. It has moved from an estimated poverty rate of 77.8 percent and GDP per capita of US\$ 232 in 1995 to a reported poverty rate of 44.9 percent and a GDP per capita of US\$540 in 2012.<sup>251</sup>

**Figura 4.6 Ruanda - Mortalidade infantil (1996-2012)**



**Fonte: WORLD BANK, 2012**

<sup>250</sup> RODRÍGUES e SAMNUELS, 2011

<sup>251</sup> WORLD BANK, 2012

“Rwanda spends huge proportions of its national budget on health and education, according to World Bank statistics. In 2011, almost 24% of total government expenditure went to health and 17% to education.”<sup>252</sup>

#### 4.4 - Síntese conclusiva

A primeira missão no Ruanda, com início em agosto de 1993, tinha como mandato a monitorização da fronteira entre o Uganda e o Ruanda, com o objetivo de impedir que entrasse neste último qualquer tipo de assistência militar quer seja material, armas, veículos, ou outros, que pudessem seguir este propósito. Com o fim das negociações de paz em Arusha, a UNOMUR foi integrada na nova missão, a UNAMIR, tendo terminado a 21 de setembro de 1994.

Apesar da missão não ter conseguido cumprir o seu mandato, esta desempenhou um papel de relativa importância, tal como refere o SG “...the Mission had played a useful role in efforts to build confidence, defuse tensions and facilitate the implementation of the Arusha Agreement.”<sup>253</sup>

A UNAMIR, estabelecida em outubro de 1993, tinha como objetivo prestar assistência na implementação do Acordo de Arusha, estava mandatada para auxiliar na segurança da capital, Kigali; monitorizar o cessar-fogo; monitorizar a situação de segurança até à realização de eleições; auxiliar no desmantelamento de minas e na coordenação das atividades humanitárias em conjunto com as operações de assistência.

Foi notória a falta de capacidade da missão para lidar com os desafios que a realidade vivida no país lhe colocava e, para além de estar mal dimensionada, era demasiado pequena, demorou demasiado tempo a estar completamente operacional no terreno, tal como refere o Inquérito Independente de 1999 aos acontecimentos no Ruanda:

The mission's mandate was based on an analysis of the peace process which proved erroneous, and which was never corrected despite the significant warning signs that the original mandate had become inadequate. By the time the genocide started, the mission was not functioning as a cohesive whole: in the real hours and days of deepest crisis, consistent

---

<sup>252</sup> WORLD BANK, 2012

<sup>253</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999 (a)

testimony points to a lack of political leadership, lack of military capacity, severe problems of command and control and lack of coordination and discipline. <sup>254</sup>

Desta forma, podemos afirmar que, e tendo em conta o que já foi analisado em termos de contexto internacional, nomeadamente à sombra do sucedido na Somália, houve falta de vontade política para dotar a UNAMIR dos recursos materiais e de pessoal que esta necessitava para ser bem-sucedida. Mesmo após a decisão do CS de aumentar o efetivo com o objetivo de travar os massacres, isto não foi possível devido à falta de vontade dos países membros para enviar militares para integrar a missão.

Esta é de facto uma grande fragilidade nas OAP, pois estão sempre dependentes da vontade dos estados membros em cederem ou não efetivos, sendo esta decisão totalmente voluntária. Daí que se afirme que o insucesso no Ruanda foi, não só da ONU, mas também de toda a comunidade internacional.

The failure by the United Nations to prevent, and subsequently, to stop the genocide in Rwanda was a failure by the United Nations system as a whole. The fundamental failure was the lack of resources and political commitment devoted to developments in Rwanda and to the United Nations presence there. There was a persistent lack of political will by Member States to act, or to act with enough assertiveness. This lack of political will affected the response by the Secretariat and decision-making by the Security Council but was also evident in the recurrent difficulties to get the necessary troops for the United Nations Assistance Mission for Rwanda (UNAMIR). Finally, although UNAMIR suffered from a chronic lack of resources and political priority, it must also be said that serious mistakes were made with those resources which were at the disposal of the United Nations. <sup>255</sup>

Em termos de desenvolvimento humano, e como já foi referido anteriormente, não se verificam grandes alterações nos índices nos anos em que ocorrem as operações, nem nos seguintes: 1990 – 0,238; 1995 – 0,239; 2000 – 0,328. Consideramos que não seria expectável que os dados referenciassem outra realidade, tendo em conta o insucesso das missões e o genocídio de 1994.

Atualmente, e apesar de alguns progressos, o Ruanda continua a apresentar um IDH baixo (0,506).

---

<sup>254</sup> PROVOST, 2014

<sup>255</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999(a)

## CAPÍTULO 5 – LIBÉRIA

### 5.1 - Enquadramento histórico

**Figura 5.1 Mapa de Localização da Libéria**



Fonte: <https://maps.google.pt>

A Libéria, oficialmente República da Libéria, é uma república presidencialista localizada na África Ocidental. Faz fronteira a norte com a Serra Leoa e Guiné, a leste com a Costa do Marfim e a sul e oeste com o Oceano Atlântico. A sua história tem características únicas entre as nações africanas e, tal como a Etiópia, não tem raízes na disputa europeia em África.

No início do séc. XIX, discutia-se nos EUA o destino dos ex-escravos, ainda uma minoria pois a escravatura só foi abolida em 1860, considerando-se que estes não se conseguiriam integrar na sociedade. O presidente James Monroe decide enviar estes libertos para África, mais especificamente para um território que se passaria a designar por Libéria, cuja capital foi batizada em sua honra, Monróvia, com um governo inspirado nos EUA. Este processo decorreu com o auxílio de uma organização privada, a *American Colonization Society*<sup>256</sup>. Em 1847,

---

<sup>256</sup> *American Society for Colonization the Free People of Colour of the United States*. Fundada em 1816, com o objetivo de instalar em África antigos escravos negros libertos, bem como negros nascidos livres nos EUA.

Joseph Robert, governador da colónia, proclama a independência, tornando-se o primeiro país independente de África.

Em 1980 ocorre um golpe de estado, protagonizado pelo Sargento Samuel K. Doe, que assume contornos violentos com a morte do presidente Tolbert e de figuras próximas deste. Samuel K. Doe, que liderava o Conselho de Redenção Popular (*People's Redemption Council*), assumiu plenos poderes, suspendeu a Constituição, baniou os partidos políticos e encerrou as fronteiras. Em julho de 1984, é promulgada uma nova Constituição, devido à pressão dos Estados Unidos. Em outubro seguinte, realizam-se as primeiras eleições multipartidárias após o golpe, mas estas foram consideradas fraudulentas.

Samuel K. Doe toma posse, em janeiro de 1986, como o primeiro presidente da Segunda República. Em dezembro de 1989, um grupo de militares chefiados por Charles Taylor inicia, no nordeste da Libéria, uma revolta contra o governo. Em pouco tempo, Taylor, líder do *National Patriotic Front of Liberia* (NPFL) conseguiu dominar quase todo o país.

No entanto, surgem no âmago do NPFL dissidências, e em 1990, é formado o *Independent National Patriotic Front of Liberia* (INPFL), que impede que Taylor controle o país todo. Em setembro de 1990, Doe é alvo de emboscada e assassinado por militantes da INPFL. “Civil war in Liberia claimed the lives of almost 150,000 civilians and led to a complete breakdown of law and order. It displaced scores of people, both internally and beyond the borders, resulting in some 850,000 refugees in the neighboring countries.”<sup>257</sup>

A *Economic Community of West African States*<sup>258</sup> (ECOWAS), na tentativa de chegar a uma solução pacífica para o conflito, levou a cabo várias iniciativas, entre as quais a formação da ECOMOG, um grupo de observadores militares, com uma força de 4000 homens<sup>259</sup>.

Em 1991, apoiantes de Doe criam um novo grupo, o *United Liberation Movement of Liberia for Democracy* (ULIMO).

As Nações Unidas apoiaram as iniciativas da ECOWAS e forneceram assistência humanitária nas áreas afetadas, através das suas agências e programas especializados (PNUD, FAO, World Food Programme, OMS).

---

<sup>257</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (n)

<sup>258</sup> Membros: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gambia, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Maui, Mauritânia, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

<sup>259</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (n)

The United Nations Special Coordinator's Office (UNSCOL) opened in December 1990: its operation, initially focusing on the desperate situation in the Monrovia area, was expanded in 1991 to respond to the needs of Liberians throughout the country. Regional arrangements were also made to assist those who fled to the neighboring countries, mainly Guinea, Côte d' Ivoire and Sierra Leone.<sup>260</sup>

O CS da ONU abordou a questão da Libéria pela primeira vez em janeiro de 1991, referindo os esforços da ECOWAS e dos seus países membros em chegar a uma solução pacífica do conflito. A 19 de novembro de 1992, o CS através da resolução 788 (1992) impôs um embargo total de venda de armas e equipamento militar à Libéria, exceto aqueles destinados às forças de *peacekeeping* da ECOWAS. A 20 de novembro, o CS nomeou Trevor Livingston Gordon-Somers (Jamaica) para Representante Especial para a Libéria. A 12 de março de 1993, este Representante reporta ao CS indicando três áreas onde a ONU deveria ter um papel ativo no país: reconciliação política, assistência humanitária e auxílio no processo eleitoral.

A 6 de junho do mesmo ano, ocorre um massacre de civis na Libéria, provocando mais instabilidade no país:

On the morning of 6 June 1993, nearly 600 Liberians, mainly displaced people, including children and the elderly, were killed in an armed attack near Harbel, Liberia. The Security Council strongly condemned the killings and warned that those responsible would be held accountable for the serious violations of international humanitarian law. It requested the Secretary-General to commence immediately an investigation into the massacre.<sup>261</sup>

Em julho de 1993 é assinado o Acordo de Paz de Cotonou. “The agreement laid out a continuum of action, from the ceasefire through disarmament and demobilization to the holding of national elections.”<sup>262</sup> O cessar-fogo deveria entrar em vigor a partir de 1 de agosto e previa a chegada de 4000 militares da ECOMOG, incluindo observadores da ONU, para assegurar que não ocorreriam violações. Em termos políticos, foi acordada a criação de um único governo nacional de transição que teria três ramificações: legislativa, executiva e judicial. O acordo previa ainda a realização de eleições dentro de um prazo de sete meses após a assinatura do acordo.

---

<sup>260</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (n)

<sup>261</sup> Ibidem

<sup>262</sup> Ibidem

Em termos humanitários, as partes concordaram em fazer um esforço para assegurar que a assistência chegasse ao seu destino. Foi solicitado à ONU, especialmente ao ACNUR, que facilitasse o regresso rápido dos refugiados e a reintegração nas suas comunidades.

## 5.2 - UNOMIL

A 10 de agosto, o CS adotou a resolução 856 (1993) autorizando o SG a enviar uma equipa de 30 observadores militares para a Libéria. A 22 de setembro, o CS, através da resolução 866 (1993), estabelece a UNOMIL (United Nations Observer Mission in Liberia) por um período inicial de sete meses, com o objetivo de trabalhar conjuntamente com a ECOMOG na implementação do acordo de paz de Cotonou. Esta missão foi a primeira das OAP da ONU levada a cabo em cooperação com uma congénere de outra organização. O mandato da UNOMIL definia as seguintes tarefas:

1) “To receive and investigate all reports on alleged incidents of violations of the cease-fire agreement and, if the violation cannot be corrected, to report its findings to the Violations Committee established pursuant to the Peace Agreement and to the Secretary-General;

2) To monitor compliance with other elements of the Peace Agreement, including at points on Liberia’s borders with Sierra Leone and other neighboring countries, and to verify its impartial application, and in particular to assist in the monitoring of compliance with the embargo on delivery of arms and military equipment to Liberia and the cantonment, disarmament and demobilization of combatants;

3) To observe and verify the election process, including the legislative and presidential elections to be held in accordance with the provisions of the Peace Agreement;

4) To assist, as appropriate, in the coordination of humanitarian assistance activities in the field in conjunction with the existing United Nations humanitarian relief operation;

5) To develop a plan and assess financial requirements for the demobilization of combatants;

6) To report on any major violations of international humanitarian law to the Secretary-General;

7) To train ECOMOG engineers in mine clearance and, in cooperation with ECOMOG, coordinate the identification of mines and assist in the clearance of mines and unexploded bombs;

8) Without participation in enforcement operations, to coordinate with ECOMOG in the discharge of ECOMOG's separate responsibilities both formally, through the Violations Committee, and informally."<sup>263</sup>

A 13 de dezembro, o SG reporta ao CS que o planeamento e a preparação para o desarmamento e desmobilização levados a cabo pela UNOMIL, com consulta à ECOMOG e às agências especializadas da ONU, estava a decorrer dentro do previsto. No entanto, o início do desarmamento efetivo foi adiado.

The Secretary-General noted that timetable called for disarmament to begin within 30 days of signature of the Agreement, concomitant with the establishment of the transitional government. From the beginning of the peace process, all parties had been aware that the timetable was "highly ambitious, especially given the complexities in establishing the joint UNOMIL/ECOMOG peacekeeping mission, including the deployment of additional ECOMOG troops."<sup>264</sup>

Em dezembro de 1993, as partes em confronto iniciaram conversações sobre a composição do governo de transição. Após duas semanas de negociações, não foi possível chegar a um acordo sobre a composição de quatro ministérios, (defesa, negócios estrangeiros, justiça e finanças,) nem em relação a uma data para o início do desarmamento e desmobilização de combatentes.

A UNOMIL atingiu o seu efetivo máximo em janeiro de 1994<sup>265</sup> e iniciou a colocação de observadores militares por todo o país.

---

<sup>263</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (n)

<sup>264</sup> Ibidem

<sup>265</sup> Authorized: September 1993-November 1995:

303 military observers, 20 military medical personnel, 45 military engineers; there was also a provision some 90 international and 136 local civilian staff, and 58 United Nations Volunteers

Authorized: November 1995-November 1996:

160 military observers supported by military medical personnel; there was also a provision for some 105 international civilian and 550 local civilian staff, and 120 United Nations Volunteers

Authorized: November 1996-September 1997:

A 15 de fevereiro de 1994, as partes retomam as negociações e chegam a acordo no que diz respeito ao desarmamento e instalação do governo de transição, previsto para 7 de março de 1994. As eleições ficaram marcadas para 7 de setembro de 1994. No entanto, permanecia por resolver a composição dos quatro ministérios já mencionados.

Apenas a 20 de abril o Conselho de Estado do governo de transição foi instalado, assim como os Ministérios da Justiça, Defesa e das Finanças, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros tomou posse a 19 de maio.

No entanto, e apesar dos progressos sentidos, os conflitos entre o NPFL e o LPC continuavam a representar o maior obstáculo ao processo de paz. Para além da desconfiança entre as partes, estas afirmavam que a ECOMOG tinha perdido a sua imparcialidade. “NPFL also asserted complicity between some elements of ECOMOG and AFL in supplying material and logistical support to LPC. All these assertions added difficulties to ECOMOG's ability to carry out its peacekeeping responsibilities.”<sup>266</sup>

Como resultado desta desconfiança, as partes recusaram participar ativamente no processo de desarmamento<sup>267</sup> dos seus combatentes e em ceder controlo de território.

O SG perante a situação lança o seguinte aviso:

Should the parties fail to maintain their commitment to the peace process, the Secretary-General warned, he would have no alternative but to recommend to the Security Council that the involvement of the United Nations in Liberia be reconsidered.<sup>268</sup>

A situação na Libéria continuava a deteriorar-se com todas as partes em conflito a depararem-se com problemas de comando e de controlo interno, que resultaram no aumento do banditismo e intimidação da população, incluindo pessoal das ONGs e observadores militares não armados da ONU. As atividades de desarmamento pararam e não havia perspectiva de quando as eleições poderiam vir a decorrer. A ECOMOG ainda não se encontrava totalmente instalada no terreno e a UNOMIL retirou-se da região oeste devido à falta de segurança<sup>269</sup>.

---

92 military observers, supported by military medical personnel and international and local civilian staff

<sup>266</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (n)

<sup>267</sup> Três meses depois do início do desarmamento apenas 3192 combatentes tinham sido desmobilizados.

<sup>268</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (n)

<sup>269</sup> Ibidem

A 26 de agosto, o SG informou o CS que iria enviar para a Libéria uma missão de averiguação de factos, liderada pelo Representante Especial, Mr. Lakhdar Brahimi, para rever a situação no país e sugerir medidas a tomar.

A 12 de setembro, em Akosombo, Gana, foi assinado um acordo suplementar ao Acordo de Cotonou, que reafirmava este último como o único enquadramento possível para alcançar a paz na Libéria.

A situação no país continuava marcada por violência e conflitos que resultaram na deslocação de 200,000<sup>270</sup> pessoas dos seus locais habituais de residência. A ajuda humanitária deparava-se com cada vez maiores dificuldades:

Because of insecurity, international and local relief organizations located in Liberia were unable to deal with the growing tragedy inside the country. Movement of relief supplies became impossible, including across the border from Côte d' Ivoire, leaving thousands without access to assistance. As a result, almost all international humanitarian assistance operations ceased, except at Buchanan and Monrovia.<sup>271</sup>

Da mesma forma, a UNOMIL sentiu crescentes dificuldades em realizar as suas funções, tendo, por várias ocasiões, sido alvo de violência. Todas as equipas da missão foram evacuadas, excetuando as que se encontravam na área da capital. A 12 de outubro, a sua força foi reduzida para 90 observadores (dos 368 autorizados).

The security issue came to a head in September 1994, when 43 UNOMIL military observers and six personnel of non-governmental organizations were captured and held hostage by elements of NPFL, as part of a power struggle within the NPFL. While all the hostages were eventually released unharmed, the incident led to the evacuation of all UNOMIL team sites outsider Monrovia, and the temporary reduction of UNOMIL personnel from 300 to approximately 90 observers. It had a crushing effect on the remaining credibility UNOMIL had in the eyes of the population, ECOMOG, and the warring parties.<sup>272</sup>

A 14 de Outubro, o SG reporta ao CS informando que os desenvolvimentos políticos, militares e humanitários ocorridos no mês anterior deixaram a Libéria num “desperate state”. O CS prolonga o mandato da UNOMIL, através da resolução 950, por mais dois meses para

---

<sup>270</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (n)

<sup>271</sup> Ibidem

<sup>272</sup> JENNINGS, 2015: 457

permitir encontrar uma solução em conjunto com a ECOWAS<sup>273</sup>. Nessa mesma resolução foi autorizado o envio de uma missão especial, liderada por Lansana Kouyaté, para analisar a situação na Libéria, que submeteu as seguintes recomendações com vista ao fim do conflito:

a) the Liberian political and faction's leaders must be brought to understand that, in the absence of political accommodation and reconciliation, continued support from the international community would not be forthcoming;

b) ECOWAS member states, particularly the six directly involved with Liberia, should urgently organize an extraordinary meeting of Heads of State to resolve their differences and harmonize their policies on Liberia;

c) if above could be accomplished, ECOWAS should be encouraged to consider strengthening ECOMOG and restructuring it in order to achieve a better balance of troops, including contributions from other African countries;

d) international support, including financial support, logistics and equipment, should be sought to enable ECOMOG to carry out its mandate, particularly with respect to deployment, encampment and disarmament;

e) the future of UNAMIL should depend on the successful implementation of the above stated. Meanwhile, UNOMIL's mandate should be extended for a limited period of three months from 13 January 1995.

A 21 de dezembro é assinado o Acordo de Accra, no qual é acordado o cessar-fogo a 28 de dezembro de 1994. No mesmo documento prevê-se a realização de eleições a 14 de novembro de 1995, com o objetivo de instalar governo no dia 1 de janeiro de 1996. O CS prolonga o mandato da missão até 13 de abril através da resolução 975 (1995).

Posteriormente, através da resolução 972 (1995), o CS solicita ao SG um relatório sobre o papel da UNOMIL e da ECOMOG<sup>274</sup> e os recursos necessários para manter esta última ativa. As suas principais funções consistiam em:

The protection of civilians in safe havens; establishment and provision of security for assembly sites, where the combatants would initially congregate pending disarmament; establishment and provision of security for encampment sites where ECOMOG would

---

<sup>273</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994 (c)

<sup>274</sup> 8431 militares organizados em 10 batalhões (contribuições: Nigéria: 4908; Gana: 1028; Guiné: 609; República da Tanzânia: 747; Uganda: 760; Serra Leoa: 359; Gambia: 10 e Mali: 10.

disarm combatants and carry out other activities related to demobilization; assistance in the enforcement of the arms embargo through the establishment of border crossing points and patrols; and maintenance of general security throughout the country.<sup>275</sup>

A 13 de abril, o CS prolonga o mandato da UNOMIL até 30 de junho de 1995, através da sua resolução 985 (1995), e apela às partes em conflito para avançar com a implementação dos Acordos de Akosombo e Accra. O CS apela também aos Estados, especialmente aos vizinhos da Libéria, que cumpram o embargo de armas e equipamento militar imposto pela resolução 788 (1992). A 30 de junho, o CS prolonga, mais uma vez, o mandato da missão até 15 de setembro de 1995, através da resolução 1001 (1995), e afirma que irá retirar a missão do país caso não ocorram progressos significativos no caminho para a paz.

A 19 de agosto, as partes em conflito assinam o Acordo de Abuja, que estabelece um cessar-fogo a 26 de agosto e a instalação de um Conselho de Estado<sup>276</sup> a 1 de setembro, que assumiria funções durante um ano até à realização de eleições em 20 de agosto de 1996.

De acordo com as propostas do SG, o CS através da sua resolução 1020 (1995) decide ajustar o mandato da UNOMIL e o conceito de operações:

Under the proposed adjustment of UNOMIL's mandate, the Mission's main functions would be to exercise its good offices to support ECOWAS and the transitional government, monitor compliance with the ceasefire and other military provisions, and verify disarmament and demobilization. UNOMIL would also support humanitarian assistance activities as appropriate; investigate and report to the Secretary-General on violations of human rights; assist local human rights groups in raising voluntary assistance for training and logistic support; observe and verify the election process, in consultation with OAU and ECOWAS, including the legislative and presidential elections, scheduled to take place on 20 August 1996.<sup>277</sup>

Com o acordo de Abuja, a situação política e de segurança do país conheceu algumas melhorias, apesar da conjuntura humanitária ainda ser de grande gravidade com cerca de 1,5 milhão de pessoas a necessitar de ajuda (numa população total de 2,3 milhões). No final de 1995, a situação na Libéria agrava-se mais uma vez. A implementação do acordo de Abuja

---

<sup>275</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994 (c)

<sup>276</sup> Composto por Wilton Sankawolo como Presidente; George Boley da LPC, CRC-NPFL e LDF; Alhaji Kromah da ULIMO; Oscar Quiah da LNC, Tamba Taylor; e Charles Taylor da NPFL.

<sup>277</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994 (c)

estava atrasada em relação ao previsto, as violações ao cessar-fogo eram constantes, e recomeçaram as hostilidades entre as várias facções, criando um ambiente desregrado e sem lei, principalmente na capital.

A UNOMIL viu-se forçada, pela falta de condições de segurança, a deslocar parte do seu pessoal para os países vizinhos ou mesmo proceder ao repatriamento de parte dos elementos. A 21 de maio o SG reporta ao CS sobre a situação:

Reporting to the Security Council on 21 may, the Secretary-General observed that in the insecure and unstable conditions that prevailed in Monrovia and throughout Liberia, there was little that UNOMIL could accomplish with respect to implementing its original mandate.<sup>278</sup>

No entanto, e devido ao seu papel sustentador da ECOWAS, recomendou que o seu mandato fosse prolongado até 31 de agosto, o que viria a ser aprovado pela resolução 1059 do CS, e posteriormente até 30 de novembro.

A ECOWAS enveredou esforços no sentido de obter o cumprimento do cessar-fogo, que veio a acontecer a 26 de maio. A 3 de setembro, Ruth Sando Fahnbulleh Perry foi eleita para Presidente do Conselho de Estado interino. Apesar dos esforços para criar um espírito de coesão neste órgão, a desconfiança entre os seus membros era notória, principalmente, depois da tentativa de assassinato de Charles Taylor, na qual morreram cinco pessoas.

A 19 de novembro, e com o fim do mandato da missão a aproximar-se, o SG reporta ao CS que, nos últimos três meses, se tinham verificado desenvolvimentos encorajadores e recomenda o prolongamento da missão, tendo este sido autorizado até 31 de março de 1997, através da resolução 1083 (1996).

O processo de desarmamento e desmobilização começou a decorrer de acordo com o previsto no acordo de Abuja: “the factions’ fighters had shown remarkable enthusiasm to disarm and had turned out in large numbers. As of 26 January 1997, a total of 12,510 fighters had been disarmed and a total of 4,428 serviceable and 1,103 unserviceable weapons surrendered, as well as more than 500,000 pieces of ammunition.”<sup>279</sup> De referir que em março de 1997, a ECOMOG aumentou a sua força para 10,000 efetivos, colocados por todo o país.

---

<sup>278</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994 (c)

<sup>279</sup> Ibidem

Tendo em conta a realização de eleições previstas para 30 de maio, e o papel de assistência da UNOMIL a este processo, o CS na sua resolução 1100 (1997) decide prolongar o mandato da missão até junho de 1997.

A Comissão Eleitoral tomou posse a 2 de abril de 1997, cerca de um mês depois do inicialmente previsto, o que provocou um igual atraso na preparação das eleições, levando ao seu adiamento para 19 de julho. Face a este atraso, o CS decide prolongar o mandato da missão até 30 de setembro de 1997.

A situação de segurança no país melhorou, vivendo-se alguma estabilidade, apesar de ocorrerem alguns incidentes, o que permitiu à ECOMOG e UNOMIL prosseguirem com os preparativos para o processo eleitoral. Os resultados das eleições foram anunciados a 24 de julho, tendo sido eleito Presidente, Charles Ghankay Taylor. Este tomou posse a 2 de agosto de 1997 e no seu discurso inaugural enfatizou a importância da reconciliação nacional, proteção dos direitos humanos, unidade nacional e a necessidade urgente de reconstrução económica da Libéria, assim como, das suas infraestruturas e instituições. No mesmo momento, enalteceu o papel que a ECOWAS e a ECOMOG têm desempenhado no esforço de restabelecimento da paz e a contribuição das Nações Unidas e da comunidade internacional.

O processo eleitoral e a instalação de um governo eleito democraticamente constituíam o último item do cronograma de implementação do acordo de Abuja. Desta forma, o principal objetivo da UNOMIL foi alcançado com sucesso. A missão terminou a 30 de setembro.

O êxito da missão é frequentemente atribuído à colaboração entre a UNOMIL e a ECOMOG e as respetivas organizações:

The expiry of the current mandate of UNOMIL will bring to a close, after four years, an operation whose successful conclusion was long delayed and often in doubt. To the extent that its ultimate success was due to the cooperation established between ECOWAS and its peacekeeping force, ECOMOG, the United Nations and its observer mission, UNOMIL, and bilateral and multilateral donors, the operation deserves further study.<sup>280</sup>

De realçar que um dos aspetos que consideramos mais importantes no sucesso da missão foi o bom desenrolar do processo de desarmamento e desmobilização, assim como, a reintegração dos ex-combatentes na vida civil. Foram entregues cerca de 10,000 armas e 1,24

---

<sup>280</sup> CONSELHO DE SEGURANÇAS DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994 (c)

milhões de munições<sup>281</sup>. De realçar que foram implementados programas de inclusão de ex-combatentes com o objetivo de criar emprego a curto-prazo e oportunidades de formação para cerca de 15,000 dos 21,315 desmobilizados.

The United Nations Humanitarian Assistance Coordination Office whose task is the overall coordination of bridging activities, has approved 47 projects of implementing partners, directly engaging approximately 10,000 ex-fighter's civilians. UNDP, through a project bring carried out by the United Nations Office for Project Services, has undertaken 110 projects, focusing on public works, creating temporary jobs for also approximately 10,000 ex-fighters and civilians.<sup>282</sup>

No mesmo âmbito, outros organismos desenvolveram iniciativas / programas semelhantes como a OIT, a UE, o African American Institute, a UNICEF e o Fundo Save the Children.

O papel da UNOMIL no processo eleitoral também não pode deixar de ser considerado. Apesar da resolução 1020 (1995) do CS referir que o mandato da UNOMIL era observar e verificar as eleições, esta teve na realidade um papel muito importante ao prestar apoio técnico, logístico e na área dos transportes e comunicações à Comissão Eleitoral da Libéria. A missão treinou também cerca de 200 observadores e colocou-nos no terreno com o objetivo de assegurar que o processo eleitoral corresse da melhor forma.

Em novembro de 1997, após o término do mandato da UNOMIL, a ONU estabeleceu um gabinete de apoio na área de “*peacebuilding*” (*United Nations Peace-Building Support Office – UNOL*), que tinha como objetivo prestar assistência ao governo da Libéria no processo de consolidação da paz após a realização das primeiras eleições multipartidárias. No entanto, os esforços da UNOL foram prejudicados seriamente pela incapacidade do Governo e dos líderes de oposição em ultrapassar as suas divergências. A guerra civil regressou ao país. Em 2003, com a intensificação dos conflitos, e devido à situação humanitária que assumia contornos de tragédia, a ONU autorizou o estabelecimento de uma nova operação de apoio à paz, a UNMIL (*United Nations Mission in Liberia*). Esta operação foi solicitada pelas partes em conflito, que em agosto de 2003 tinham assinado um Acordo Geral de Paz, em Accra, onde se previa o apoio da ONU. Esta operação esteve em curso até março de 2018, pelo que não será analisada no âmbito deste trabalho.

---

<sup>281</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1997 (b)

<sup>282</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1997 (c)

### 5.3 - Indicadores de desenvolvimento humano

Após vários anos de conflitos violentos, que tiveram início em 1989, a Libéria beneficiou de alguma estabilidade com o Acordo Geral de Paz de Accra, assinado em 2003. Em 2005, foi a primeira nação africana a eleger uma mulher para o cargo de Presidente, Ellen Johnson Sirleaf. No entanto, apesar dos progressos ocorridos desde 2003, a Libéria continua a ser um dos países mais pobres do mundo. “The conflict itself quickened the pace of economy decline and today the economy is estimated at about one eighth of what it was before the war.”<sup>283</sup>

Rica em recursos hídricos, minerais, florestais e com um clima favorável à agricultura, é um produtor e exportador de bens básicos, principalmente madeira, ferro e borracha.

De acordo com o relatório da situação de pobreza na Libéria, realizado em 2001, pelo PNUD, cerca de 86% da população rural encontrava-se em situação de pobreza e 64% em pobreza extrema.<sup>284</sup>

Em 2006, o governo da Libéria realizou um inquérito sobre segurança alimentar e nutrição obtendo os seguintes resultados:

- “11 per cent of the rural / semi-urban population are completely food insecure with a maximum of 28 per cent in the area that was mostly affected by the war and displacements;
- 40 per cent are highly vulnerable and 41 per cent are moderately vulnerable to food insecurity.
- Only 9 per cent are completely food secure dropping to almost 0 per cent in five counties;
- All 15 counties have high to extremely high chronic malnutrition rates. Of children below five years old, 39 per cent are stunted about 27 per cent are underweight and 7 per cent are wasted, though in some areas this is over 10 per cent or what is considered to be “emergency” level.”<sup>285</sup>

Em 2007, os dados relativos a esta matéria continuavam a ser preocupantes:

An estimated 64 percent of Liberians live below the poverty line, of whom 1.3 million live in extreme poverty. Social safety nets are poorly developed. Agricultural production has improved since the end of the war, but the country still depends on food imports and is vulnerable to economic shocks. Agricultural markets are poorly integrated, especially in

---

<sup>283</sup> INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2007

<sup>284</sup> PNUD e Governo da Libéria, 2004

<sup>285</sup> INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2007

rural areas, exacerbating food insecurity and poverty. Food insecurity affects 41 percent of the population and chronic malnutrition is high.<sup>286</sup>

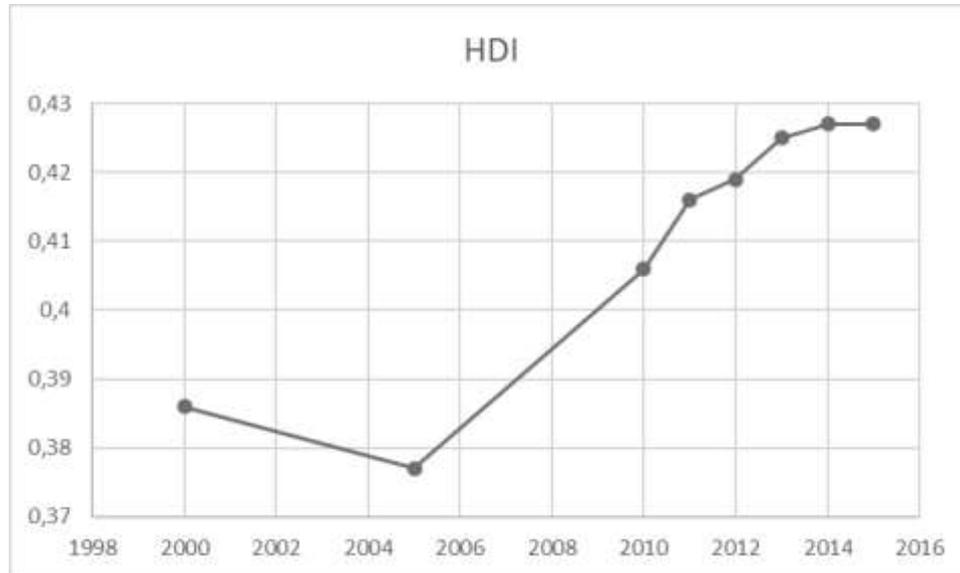
**Quadro 5.1 Libéria - Indicadores (1990-2015)**

	<b>Life expectancy at birth</b>	<b>Expected years of schooling</b>	<b>Mean years of schooling</b>	<b>HDI</b>
<b>1990</b>	47,2	-	2,6	-
<b>1995</b>	50,2	-	3,1	-
<b>2000</b>	52,4	10,5	3,5	0,386
<b>2005</b>	55,1	10,0	3,8	0,377
<b>2010</b>	59,5	9,5	4,1	0,406
<b>2011</b>	59,9	9,6	4,2	0,416
<b>2012</b>	60,2	9,8	4,3	0,419
<b>2013</b>	60,5	9,9	4,4	0,425
<b>2014</b>	60,9	9,9	4,4	0,427
<b>2015</b>	61,2	9,9	4,4	0,427

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

<sup>286</sup> WORLD FOOD PROGRAMME, 2012

**Figura 5.2 Libéria – Índice de Desenvolvimento Humano (2000-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O IDH da Libéria, em 2015, era de 0,427, inserindo-se na categoria de *baixo desenvolvimento humano* e posicionando o país em 177 de 188 países e territórios. Entre 2000 e 2015, o IDH aumentou de 0,386 para 0,427, que corresponde a um aumento de 10,6%.

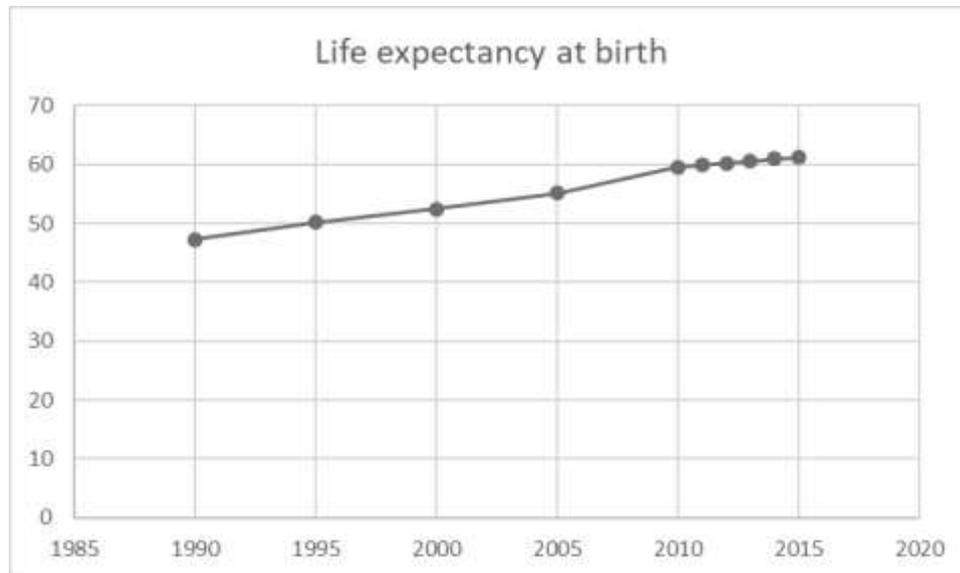
**Quadro 5.2 Indicadores da Libéria, Rep. Centro Africana, Guiné-Bissau e África subsaariana  
2015**

	<b>HDI value</b>	<b>HDI rank</b>	<b>Life expectancy at birth</b>	<b>Expected years of schooling</b>	<b>Mean years of schooling</b>
<b>Libéria</b>	0,427	177	61,2	9,9	4,4
<b>R. Centro Africana</b>	0,352	188	51,5	7,1	4,2
<b>Guiné-Bissau</b>	0,424	178	55,5	9,2	2,9
<b>África Subsaariana</b>	0,523	-	58,9	9,7	5,4
<b>Low HDI</b>	0,497	-	59,3	9,3	4,6

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O IDH da Libéria em 2015 (0,427) encontrava-se abaixo da média dos países com baixo desenvolvimento humano (0,497) e abaixo da média dos países da África subsaariana (0,523). Deste grupo de países, a República Centro Africana e a Guiné Bissau são os que se encontram mais próximos da Libéria no «ranking», respetivamente nas posições 188 e 178.

**Figura 5.3 Libéria *Life expectancy at birth* (1990-2015)**



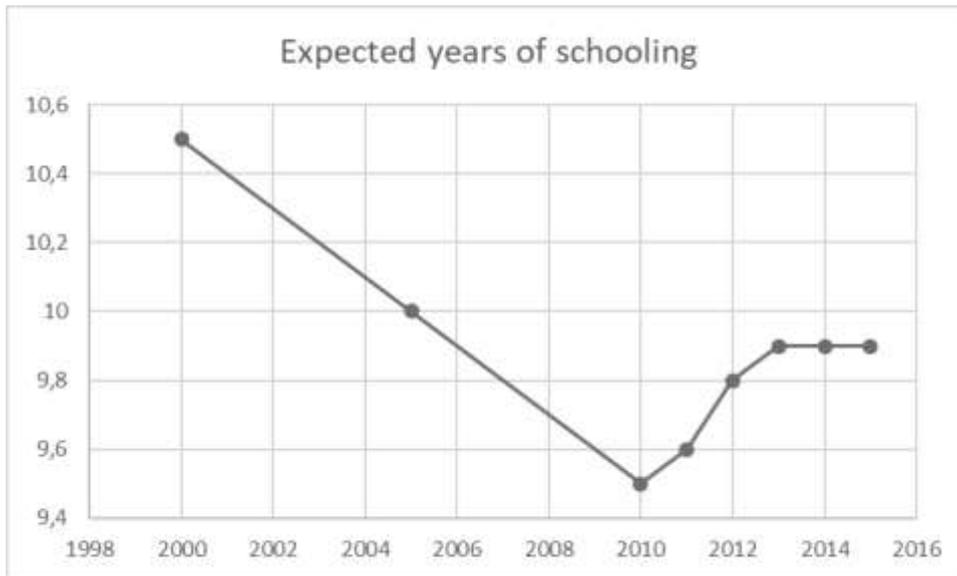
**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

A esperança média de vida à nascença aumentou, entre 1990 e 2015, cerca de 14 anos. Apesar deste acréscimo, este indicador (61,2) ainda se encontra abaixo da média mundial que segundo a OMS é de 71,4 para 2015<sup>287</sup>.

---

<sup>287</sup> ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2015

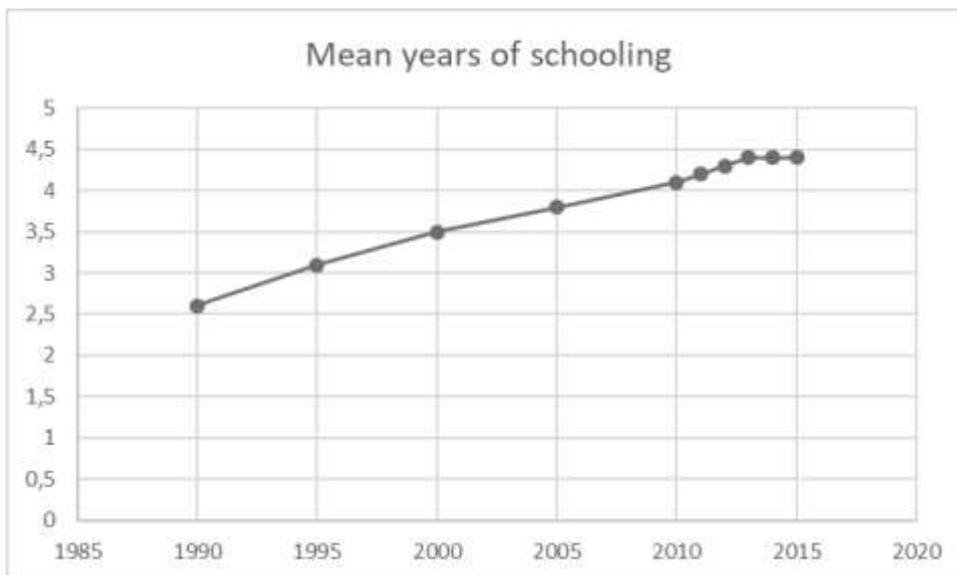
**Figura 5.4 Libéria *Expected years of schooling* (2000-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

No mesmo quadro temporal, o período médio de escolaridade diminuiu cerca de 0,6 anos (de 10,5 para 9,9 anos).

**Figura 5.5 Libéria *Mean years of schooling* (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O índice de anos esperados de escolaridade aumentou, entre 1995 e 2015, de 2,6 para 4,4, ou seja, cerca de 1,8 anos.

A Libéria integra o grupo dos 14 países<sup>288</sup> que registaram um aumento significativo no IDH, apresentando uma subida anual na ordem dos 2% desde 2000.

Improvements in areas such as access to universal primary education, promoting gender equality and empowering women and reducing child mortality have been the result of deliberate policy actions driven by the Government's goal to invest in the lives of the people.<sup>289</sup>

De realçar o esforço que o Governo da Libéria fez nos últimos anos no sentido de melhorar as condições de vida da população. Antes de 2000, os Relatórios de Desenvolvimento Humano não apresentavam indicadores para este país.

Chronic malnutrition affects 42 percent of children under 5. In nine of the 15 counties, stunting rates exceed 40 percent. Chronic malnutrition is the result of high levels of poverty and chronic food insecurity, lack of education among mothers, poor feeding practices, unsafe water, unsanitary environments and recurrent childhood illnesses. Vitamin A deficiency affects 13 percent of children aged 6 – 35 months; 38 percent of pregnant women and 59 percent of children aged 6 – 35 months are anemic. Under nutrition among women is highest in 15 – 19-year old's a concern given the high rate of teenage pregnancy. Infant mortality is 80 per 1,000 births, mortality among children under 5 is 112 per 1,000 live births and maternal mortality is 990 per 100,000 births.<sup>290</sup>

A maior parte das infraestruturas sociais do país, escolas, hospitais e clínicas, sofreram sérios danos no período de conflito, ficando a necessitar de reabilitação profunda. O mesmo sucedeu com os edifícios da administração pública, estradas, pontes e infraestruturas elétricas. Até julho de 2006, e durante cerca de 15 anos, não houve eletricidade nem água canalizada no país e apenas foi restabelecida numa parte na capital.

---

<sup>288</sup> Afeganistão, Serra Leoa, Etiópia, Ruanda, Angola, Timor-Leste, Myanmar, Tanzânia, Libéria, Burundi, Maui, Moçambique, República Democrática do Congo e Nigéria.

<sup>289</sup> PNUD, Sem data (a)

<sup>290</sup> WORLD FOOD PROGRAMME, 2012

#### 5.4 - Síntese conclusiva

Começemos por recordar os objetivos da UNOMIL:

Under the proposed adjustment of UNOMIL's mandate, the Mission's main functions would be to exercise its good offices to support ECOWAS and the transitional government, monitor compliance with the ceasefire and other military provisions, and verify disarmament and demobilization. UNOMIL would also support humanitarian assistance activities as appropriate; investigate and report to the Secretary-General on violations of human rights; assist local human rights groups in raising voluntary assistance for training and logistic support; observe and verify the election process, in consultation with OAU and ECOWAS, including the legislative and presidential elections, scheduled to take place on 20 August 1996.<sup>291</sup>

Apesar dos atrasos na realização das eleições, que consistia num dos objetivos últimos do seu mandato, é lícito assumir que a missão cumpriu os seus propósitos. Foi eleito democraticamente um governo na Libéria, através de um processo eleitoral que se considerou justo e livre.

Por outro lado, e como já foi referido, o processo de desarmamento e desmobilização decorreu com sucesso, apesar das várias dificuldades que foram sentidas, tendo sido entregues cerca de 10,000 armas e 1,24 milhão de munições. De realçar a existência de vários programas de reintegração de ex-combatentes na vida civil, por parte de várias ONGs que operavam no terreno e que representaram uma mais-valia muito importante no processo de desmobilização.

No que diz respeito à situação humanitária, aquando do término da missão, esta era ainda muito preocupante. A dificuldade na entrega da ajuda era elevada, principalmente a norte e sudeste do país, devido às más condições das estradas. No entanto, os deslocados e refugiados regressavam voluntariamente aos seus locais de origem.

The end of the civil war, followed by the demobilization and disarmament of ex-combatants and then the subsequent establishment in August 1997 of an elected government, made it possible to begin repatriating and reintegrating refugees. About 343,000 Liberians have returned home from exile thus far, 128,200 with UNHCR's assistance.<sup>292</sup>

---

<sup>291</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (n)

<sup>292</sup> ACNUR, 1999: 112

Não obstante os progressos sentidos no curto-prazo, a missão não contribuiu para a criação de um clima de estabilidade sustentável. Os conflitos e a violência regressaram ao país e, em 2003, a situação assumia novamente contornos muito preocupantes, tendo sido estabelecida uma nova OAP da ONU, a UNMIL, que terminou em março de 2018.

No caso específico da Libéria, não foi criado um clima de estabilidade que pudesse, de alguma forma, ser correlacionado diretamente com a melhoria das condições de vida da população, devido à promoção da segurança no território. Em boa verdade, o mandato da UNOMIL também não referia a criação de um clima de estabilidade conducente a uma paz sustentável como objetivo da missão, mas sim monitorizar o cessar-fogo e auxiliar no desarmamento. Ora, a ausência de conflito não significa o mesmo que paz.

No que diz respeito aos indicadores de desenvolvimento humano, apenas disponíveis a partir de 2000, espelham uma subida de cerca de 2% ao ano. Não podemos, no entanto, afirmar que isto se deveu ao cumprimento do mandato da UNOMIL, por dois fatores: em primeiro lugar, como já foi referido, os objetivos da missão não foram idealizados para a construção de uma paz duradoura, mas sim resolver o conflito no imediato, e em segundo lugar, porque sem dados anteriores a 2000 não conseguimos observar se esta tendência já era anterior à missão.

Apesar dos progressos verificados nalguns indicadores, entre 1980 e 2013 (a esperança média de vida aumentou 14,6 anos; a média de anos de ensino subiu 2,4 anos; os anos de escolaridade esperados subiu 4,1 anos; e o PIB cerca de 68,2%), a Libéria continua a ser um dos países mais pobres do mundo com um IDH de 0,412.

Por último, gostaríamos de referir que esta foi a primeira missão que operou em estreita colaboração com outra congénere, já em curso, de uma outra organização.

To the extent that its ultimate success was due to the cooperation established between ECOWAS and its peacekeeping force, ECOMOG, the United Nations and its observer mission, UNOMIL, and bilateral and multilateral donors, the operation deserves further study.<sup>293</sup>

---

<sup>293</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1997 (b)



## CAPÍTULO 6 – REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

### 6.1 - Enquadramento histórico

**Figura 6.1 Mapa de Localização da República Democrática do Congo**



Fonte: <https://maps.google.pt>

A República Democrática do Congo, anteriormente Zaire, é o segundo maior país do continente africano em termos de área (2,345,000 Km). Confina a norte com a República Centro-Africana e com Sudão do Sul, a leste com o Uganda, Ruanda, Burundi e Tanzânia, a leste e a sul com a Zâmbia, a sul com Angola, e a oeste com o Oceano Atlântico, com o enclave de Cabinda e com o Congo. A capital, e a maior cidade, é Kinshasa. Tem uma população de quase 70 milhões de habitantes e é o país francófono mais populoso.

É uma antiga colónia belga que atingiu a sua independência a 30 de junho de 1960. É considerado um dos países mais pobres do mundo, contrastando com a sua enorme riqueza em recursos naturais<sup>294</sup>.

Em 1994, no seguimento do genocídio no Ruanda e com o estabelecimento de um novo governo neste país, mais de um milhão de ruandeses, na sua maioria hútus, deslocaram-se para o leste do Zaire<sup>295</sup>. A chegada destes refugiados causou muita instabilidade, pois tratava-se de

---

<sup>294</sup> PAYANZO *et.al*, 2017

<sup>295</sup> DOSS, 2015: 656

uma área que era habitada há mais de 200 anos por tutsis baniamulanges, inimigos históricos dos hútus. Em 1996, inicia-se uma rebelião, liderada por Laurent-Désire Kabila, por parte dos tutsis que se sentiram negligenciados pelo Presidente Mobutu por ter permitido a presença dos hútus na região. Este movimento foi apoiado pelo Uganda e pelo regime tutsi do Ruanda, ganhando rapidamente o apoio da população, que se sentia insatisfeita com a pobreza vivida e a corrupção do governo<sup>296</sup>. A rebelião consegue tomar a capital, Kinshasa, em 1997, e Kabila declara-se Presidente, permanecendo o nome República Democrática do Congo.

Em 1998, surge nova rebelião, desta vez contra o governo de Kabila e, em apenas algumas semanas, assumiu o controlo de vastas áreas do país. Por outro lado, o Presidente Kabila consegue apoio por parte de Angola, Chade, Namíbia e Zimbabwe. O Ruanda e o Uganda, por sua vez, apoiaram os rebeldes.

Perante a instabilidade vivida na zona, o CS da ONU, através da resolução 1234<sup>297</sup>, lança um apelo ao estabelecimento de um cessar-fogo e à retirada das forças estrangeiras. No mesmo documento, pede aos Estados Membros para não interferirem nos assuntos internos da RDC.

## 6.2 – MONUC

Em julho de 1999, na sequência da assinatura do Acordo de Paz de Lusaka, entre a RDC, Angola, Namíbia, Ruanda, Uganda e Zimbabwe, o CS estabelece, através da resolução 1291, a MONUC (*United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of Congo*) com uma força autorizada de 5537 militares, incluindo 500 observadores. O seu objetivo era restaurar a paz, considerando que esta estava novamente a ser posta em causa na região dos Grandes Lagos, e monitorizar o estabelecido no acordo acima mencionado. O seu mandato foi sendo regularmente adaptado tendo em conta as mudanças no contexto político nacional. Inicialmente, consistia em:

1) “To monitor the implementation of the Ceasefire Agreement and investigate violations of the ceasefire;

2) To establish and maintain continuous liaison with the headquarters of all the parties’ military forces;

---

<sup>296</sup> DOSS, 2015: 657

<sup>297</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000 (a)

3) To develop, within 45 days of adoption of resolution 1291 (2000), an action plan for the overall implementation of the Ceasefire Agreement by all concerned with particular emphasis on the following key objectives: the collection and verification of military information on the parties forces, the maintenance of the cessation of hostilities and the disengagement and redeployment of the parties' forces, the comprehensive disarmament, demobilization, resettlement and reintegration of all members of all armed groups referred to in Annex A, Chapter 9.1 of the Ceasefire Agreement, and the orderly withdrawal of all foreign forces;

4) To work with the parties to obtain the release of all prisoners of war, military captives and remains in cooperation with international humanitarian agencies;

5) To supervise and verify the disengagement and redeployment of the parties' forces.

6) Within its capabilities and areas of deployment, to monitor compliance with the provision of the Ceasefire Agreement on the supply of ammunition, weaponry and other war-related materiel to the field, including to all armed groups referred to in Annex A, Chapter 9.1;

7) To facilitate humanitarian assistance and human rights monitoring, with particular attention to vulnerable groups including women, children and demobilized child soldiers, as MNUC deems within its capabilities and under acceptable security conditions, in close cooperation with other United Nations agencies, related organizations and non-governmental organizations;

8) To cooperate closely with the Facilitator of the National Dialogue, provide support and technical assistance to him, and coordinate other United nations agencies' activities to this effect;

9) To deploy mine action experts to assess the scope of the mine and unexploded ordnance problems, coordinate the initiation of the mine action activities, develop a mine action plan, and carry out emergency mine action activities as required in support of its mandate.”<sup>298</sup>

Apesar da assinatura do Acordo de Paz de Lusaka pelas seis partes envolvidas, os dois movimentos rebeldes congolezes declinaram assinar na altura, tendo-o feito posteriormente a 1 de agosto, o *Movement for the Liberation of the Congo – MLC*, e a 31 do mesmo mês, o *Congolese Rally for Democracy – RCD*.

---

<sup>298</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000 (a)

A missão operava no enquadramento do Capítulo VII da Carta com autorização para usar “all necessary means to protect civilians under imminent threat of physical violence, including the use of force.”<sup>299</sup> No entanto, a realidade é que a missão, até finais de 2003, continuou a operar apenas na vertente de observação, tentando manter as difíceis negociações de paz em África do Sul.

Em maio de 2002, quando mais de 180 pessoas foram mortas pelos rebeldes pertencentes ao RCD-Goma<sup>300</sup>, surgiu, pela primeira vez, a discussão sobre a proteção de civis como uma das tarefas militares da missão.

The Kisangani massacre illustrated the gap between MONUC's mandate and the capacity to support it and the UN's inclination to tone down civilian protection when it feels that the use of force might offend parties to the peace process.<sup>301</sup>

Apesar de ter sido assinado em 2002 o acordo geral de paz, apenas em 2003, com os Acordos de *Sun City*, é que o país chegou a um cessar-fogo efetivo. Enquanto o governo de transição se instalava em Kinshasa, os conflitos continuavam na parte leste, mais especificamente na província Ituri, onde as tribos Hema e Lendu disputavam terras. Com a retirada das tropas ugandesas, criou-se um vazio militar na zona que permitiu aos rebeldes expandir o seu poder.

É neste contexto que o batalhão uruguaio da MONUC foi enviado para a área. No entanto, não conseguiu impedir o massacre de mais de 400 pessoas em duas semanas. De realçar que, apesar das mortes e dos raptos, a missão conseguiu proteger 11,000 civis que foram deslocados para o campo instalado no aeroporto de Bunia<sup>302</sup>. De acordo com o Relatório *Lessons Learned*<sup>303</sup>, o objetivo da missão estava limitado à proteção de infraestruturas e pessoal da ONU. No mesmo documento refere que os militares não tinham experiência na proteção de civis, tendo sido colocados num ambiente hostil, falhando no desempenho das suas funções.

---

<sup>299</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000 (a)

<sup>300</sup> O RCD (Congolese Rally for Democracy) separou-se em duas fações: RCD-Kisangani liderado pelo antigo Presidente Ernest Wanba e no RCD-Goma. O primeiro apoiado pelo Uganda e o último pelo Ruanda.

<sup>301</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000 (a)

<sup>302</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2002

<sup>303</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006 (a)

Por outro lado, e de acordo com o Comandante Jan Isberg “the Uruguayan peacekeepers were convinced that they were not operating under Chapter VII and therefore assumed they were not allowed to use force. Instead of undertaking action the peacekeepers waited for authorisation from the Uruguayan parliament.”<sup>304</sup>

No seguimento do massacre acima referido, a União Europeia e a ONU decidem avançar com uma Força Multinacional de Emergência (IEMF), a Artemis, com a duração de três meses, prevista na resolução 1484 (maio de 2003) do CS. Esta força agia sob o Capítulo VII da Carta com o objetivo de impor a paz (*peace enforcing*)<sup>305</sup>. Os objetivos da missão foram cumpridos, no entanto, e apesar do sucesso da mesma, como esta se cingia a Bunia, a restante província Ituri continuou instável até 2007.

Em julho de 2003, a MONUC viu o seu mandato fortalecido nesta província através da resolução 1493 e a sua força máxima autorizada passou para 10,800 militares. A missão foi também mandatada para auxiliar na reforma das forças de segurança, no restabelecimento do Estado baseado na *rule of law*, na elaboração de uma nova Constituição e na preparação de novas eleições.

No entanto, permaneceu bastante limitada no que diz respeito ao restante país. A insegurança na região Kivu começou a crescer até aos finais de 2003 e início de 2004, com a tensão a aumentar devido à integração de antigas forças rebeldes do RCD-Goma nas Forças Armadas da RDC (FARDC).

Em maio de 2004, a MONUC viu-se confrontada novamente com o ressurgimento de uma situação de crise, desta vez em Bukavu. Quando os rebeldes entraram na cidade os *peacekeepers* eram apenas 800 e, apesar de terem acesso a equipamento pesado como helicópteros de ataque, não os usaram. A missão não conseguiu resistir às investidas dos rebeldes, deixando as populações indefesas. Como resultado, morreram 88 pessoas e cerca de 25,000 foram forçadas a deslocar-se, gerando-se o primeiro movimento anti missão. O CS adota a resolução 1565 (outubro de 2004), na qual o mandato da missão foi revisto e a força autorizada passou para 5900 efetivos:

- 1) to deploy and maintain a presence in the key areas of potential volatility in order to promote the re-establishment of confidence, to discourage violence, in particular by

---

<sup>304</sup> REYNAERD, Sem data

<sup>305</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2003 (a)

detering the use of force to threaten the political process, and to allow United Nations personnel to operate freely, particularly in the Eastern part of the Democratic Republic of the Congo,

2) to ensure the protection of civilians, including humanitarian personnel, under imminent threat of physical violence,

3) to ensure the protection of United Nations personnel, facilities, installations and equipment,

4) to ensure the security and freedom of movement of its personnel,

5) to establish the necessary operational links with the United Nations Operation in Burundi (ONUB), and with the Governments of the Democratic Republic of the Congo and Burundi, in order to coordinate efforts towards monitoring and discouraging cross-border movements of combatants between the two countries,

6) to monitor the implementation of the measures imposed by paragraph 20 of resolution 1493 (2003) of 28 July 2003, including on the lakes, in cooperation with ONUB and, as appropriate, with the Governments concerned and with the group of experts referred to in paragraph 10 of resolution 1533 (2004) of 12 March 2004, including by inspecting, as it deems it necessary and without notice, the cargo of aircraft and of any transport vehicle using the ports, airports, airfields, military bases and border crossings in North and South Kivu and in Ituri,

7) to seize or collect, as appropriate, arms and any related materiel whose presence in the territory of the Democratic Republic of the Congo violates the measures imposed by paragraph 20 of resolution 1493 (2003) , and dispose of such arms and related materiel as appropriate, to observe and report in a timely manner, on the position of armed movements and groups, and the presence of foreign military forces in the key areas of volatility, especially by monitoring the use of landing strips and the borders, in particular on the lakes.”<sup>306</sup>

A missão foi autorizada pelo CS a: “to use all necessary means within its capabilities (...) to deter any attempt at the use to threaten the political process and to ensure the protection of civilians under imminent threat of physical violence, from any armed group.”<sup>307</sup>

---

<sup>306</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2004 (a)

<sup>307</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2005 (a)

As eleições tiveram lugar a 30 de julho de 2006, tendo as anteriores ocorrido quarenta anos antes. A campanha eleitoral desenrolou-se de forma relativamente pacífica, apesar de alguns incidentes violentos pontuais. A votação decorreu de forma calma e ordeira, sem incidentes de maior a registar, com cerca de 70,54% dos eleitores registados a votarem. Cerca de 47,500 observadores nacionais, 466,000 observadores de partidos políticos e 1773 observadores internacionais monitorizaram o processo<sup>308</sup>.

Os resultados foram anunciados a 20 de agosto, tendo o Presidente Kabila obtido 44,81% dos votos e o Vice-Presidente Bemba 20,03%.<sup>309</sup> De acordo com a lei eleitoral congoleza, os dois candidatos com maior votação terão de disputar novas eleições. O vencedor da segunda volta foi Kabila com 57% dos votos.

Desde fevereiro de 2007 que a República Democrática do Congo tem um governo eleito legitimamente. Em janeiro de 2008, realizou-se a Conferência de Goma, cujo objetivo era o de terminar as hostilidades em ambas as províncias Kivu. Foram assinados dois “*acts d’ engagements*” pelos representantes dos grupos rebeldes, incluindo o CNDP, considerado, nesta altura, a maior ameaça à paz. Ao assinar estes acordos, as partes aceitaram o cessar-fogo, a ser monitorizado pela MONUC. Esta conferência levou ao “*Amani*”<sup>310</sup> *Process*” para a região norte e sul da província Kivu. No entanto, as hostilidades continuaram entre a CNDP e a FARDC tendo aumentado de intensidade em outubro desse ano, culminando numa situação crítica com a ameaça de tomada de Goma por parte do líder da CNDP, Laurent Nkunda.

Com apenas 6,000 *peacekeepers* na região, a missão estava claramente reduzida para as necessidades inerentes à realidade vivida. Por esta altura, o General espanhol Vicente Diaz de Villegas assume o comando da missão. No entanto, apenas três semanas depois demite-se do cargo, como consequência do que apelidou de “*dangerous mission creep*”. De acordo com De Villegas “*there was no need to peace enforcement. Instead, MONUC suffered from a limited operational capacity and therefore the mission could only protect the people in major towns and along key roads. Elsewhere MONUC could only protect itself.*”<sup>311</sup>

Com Goma sob ameaça, a maioria dos *peacekeepers* foram deslocados para a zona da capital da província. Na mesma altura, Kiwanja, uma cidade pequena no norte da província, foi

---

<sup>308</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006 (a)

<sup>309</sup> *Ibidem*

<sup>310</sup> *Amani* significa paz em *Swahili*

<sup>311</sup> HUMAN RIGHTS WATCH, 2008: 1-3

atacada pelo CNDP e, apesar da proximidade de 120 elementos da missão, que estavam a apenas 3 quilómetros, estes não conseguiram impedir as 67 mortes de pessoas alegadamente *Mai-Mai* (milícias de defesa locais tradicionais).

Esta ineficácia foi amplamente investigada pela *Human Rights Watch* e pela *UNJHRO* (*UN joint human rights office*) identificando várias causas para o fracasso:

Firstly, at the time of the incidents MONUC was confronted with competing priorities, as the mission was facing the dilemma to choose whether to prioritize the defence of a small community residing in Kiwanja or to protect the larger area around Goma. Moreover, with only a limited number of peacekeepers present around Kiwanja MONUC was largely tied up in securing a few humanitarian workers, a journalist and a group of MILOBs. Secondly, FARDC elements obstructed MONUC's actions and acted openly hostile towards the peacekeepers: Due to its mandate MONUC was required to provide both support to the FARDC and monitor ceasefire lines between the FARDC and the CNDP. When FARDC elements withdrew, MONUC was left behind to protect civilians from the CNDP. Congolese soldiers that remained in the area endangered the population and peacekeepers who were not engaged in the fighting by planting themselves near MONUC posts. Consequently, civilians and UN troops ended up in a fire fight and were used as living shield. Moreover, a senior FARDC officer acted openly hostile towards the mission by provoking the population and his troops to such an extent the UN vehicles and personnel were pelted with stones and shot at. The protests prevented MONUC to carry out its duties and consequently led to a reduction in the number of patrols in the region of Kiwanja. Thirdly, peacekeepers struggled to protect civilians because they were facing several logistical and technical constraints: The absence of a full-time French/Swahili speaking interpreter resulted in communication issues with the local population. Moreover, MONUC peacekeepers at the Kiwanja COB were in transition with Uruguayan troops preparing to replace Indian peacekeepers.<sup>312</sup>

Como resultado da crise de Goma, o CS adota a resolução 1856 (dezembro 2008), na qual define a proteção de civis como a principal prioridade da missão, prevalecendo sobre qualquer outra tarefa. Nesta resolução, o CS afirma claramente que a MONUC tem permissão para levar a cabo operações preventivas. Não se trata de uma autorização para “fazer guerra” sob quaisquer meios, mas sim de criar as condições para o restabelecimento de uma paz sustentável.

---

<sup>312</sup> HUMAN RIGHTS WATCH, 2008: 1-3

Simultaneamente as conversações com os governos dos países da região continuavam com o objetivo de, conjuntamente, encontrarem as bases para a diminuição da instabilidade na área.

As eleições continuavam previstas para 2011, embora os preparativos estivessem a decorrer com atraso, levando o governo da RDC a propor que estas fossem adiadas para 2012.

Em fevereiro de 2010, o Presidente Kabila alterou os ministérios das finanças, do orçamento e da economia, e reduziu o número de cargos nos diversos gabinetes. Isto gerou alguns protestos de vários grupos da oposição.

Anteriormente, em meados de 2009, o Presidente solicitou à ONU que submetesse um plano para a retirada progressiva das tropas da MONUC até junho de 2010. Desde essa altura, foram expressas muitas preocupações em relação ao potencial impacto desta retirada, assim como, em relação à capacidade logística da missão que lhe permitisse levar a cabo o seu mandato de proteção de civis e assegurasse o acesso das organizações humanitárias às populações afetadas, assim como, no que se refere à proteção dos seus próprios civis e bens.

A turbulência política continuava a aumentar em várias províncias do país surgindo registos de vários incidentes entre grupos armados.

Os esforços, por parte da MONUC e das autoridades da RDC, visando a desmobilização e integração de grupos armados não governamentais congolese, persistiam, levando à desmobilização de quase 1000 combatentes no primeiro trimestre de 2010.

Por outro lado, a situação dos deslocados continuava muito preocupante:

Data collected by humanitarian agencies and provincial population movement commissions has suggested that in February 2010 there were approximately 600,000 internally displaced persons in North Kivu. The data refers to displacement occurring from January to December 2009, and is attributed predominantly to military operations, or “armed attacks”. The most affected territories in North Kivu are Lubero (53 per cent), Masisi (20 per cent), and Walikale (17 per cent). At the same time, in 2009, approximately 500,000 people returned to their respective areas of origin, with the territories of Lubero, Masisi and Rutshuru totalling more than 90 per cent of returns. 30. In South Kivu approximately 730,000 people remained internally displaced at the end of 2009, with a decreasing rate of return, and with approximately 50,000 displaced from October to December 2009 due to military operations and the reprisal attacks of FDLR.”<sup>313</sup>

---

<sup>313</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010 (a)

A 17 de fevereiro de 2010, os governos da RDC, do Ruanda e o ACNUR concluíram dois acordos. Um respeitante ao regresso de 54,000 congolezes vindos do Ruanda, e o segundo referente ao regresso de refugiados ruandeses da RDC para o Ruanda.

Em maio de 2010, o CS da ONU aprovou a resolução 1925 na qual previa que a MONUC desse lugar à MONUSCO (*United Nations Stabilisation Mission in Congo*). Esta missão tinha como principal objetivo a estabilização e consolidação da paz assim como a proteção de civis. A MONUSCO continua em curso até à data presente e por esta razão não será objeto de análise neste trabalho.

### **6.3 - Indicadores de desenvolvimento humano**

O desenvolvimento deste país é caracterizado pelo contraste entre as zonas de grande potencial em termos de recursos naturais para a agricultura, extração de minas e energia e a situação de pobreza em que vive a maior parte da população. A insegurança social sentida, agravada pelas dificuldades que o país viveu em termos de governação política, agravaram as taxas de desemprego ao longo dos anos. Cerca de 60% da população vive em zonas rurais, persistindo um desequilíbrio entre estas e as zonas urbanas, com apenas 40%.

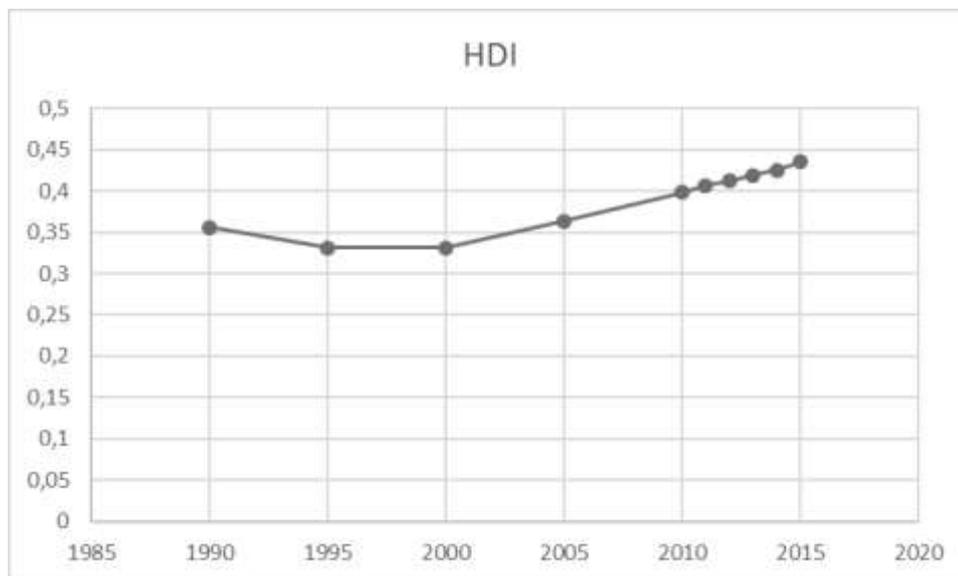
A proteção da floresta tropical, que cobre 55% do território nacional, e do maior lençol de água são os dois temas ambientais mais importantes para este país.

Quadro 6.1 RDC - Indicadores (1990-2015)

	<b>Life expectancy at birth</b>	<b>Expected years of schooling</b>	<b>Mean years of schooling</b>	<b>HDI</b>
<b>1990</b>	49,0	6,8	2,3	0,356
<b>1995</b>	49,1	6,6	2,9	0,331
<b>2000</b>	50,0	7,0	3,3	0,331
<b>2005</b>	53,7	7,5	4,3	0,364
<b>2010</b>	56,9	8,8	5,4	0,398
<b>2011</b>	57,4	9,1	5,6	0,407
<b>2012</b>	57,9	9,0	5,8	0,412
<b>2013</b>	58,3	9,1	6,0	0,419
<b>2014</b>	58,7	9,1	6,1	0,425
<b>2015</b>	59,1	9,8	6,1	0,435

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

**Figura 6.2 RDC Índice de Desenvolvimento Humano (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O IDH da República Democrática do Congo em 2015 era de 0,435, colocando o país na categoria de “*low human development category*” e posicionando-se em 176 entre 188 países e territórios. Entre 1990 e 2015, o IDH da RDC subiu de 0,356 para 0,435 o que corresponde a um aumento de 22,3%.

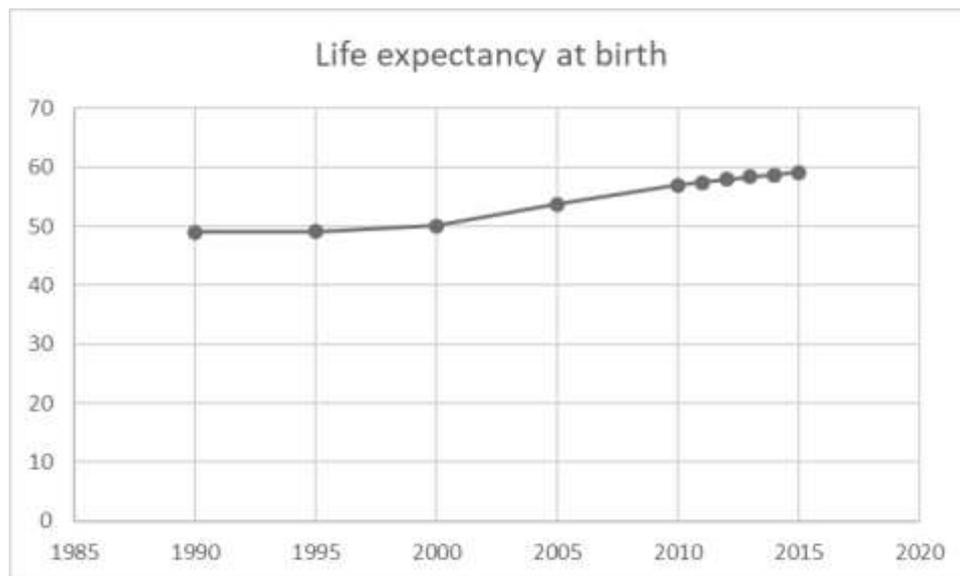
**Quadro 6.2 Indicadores da RDC, Etiópia, Nigéria e África subsaariana 2015**

	<b>HDI value</b>	<b>HDI rank</b>	<b>Life expectancy at birth</b>	<b>Expected years of schooling</b>	<b>Mean years of schooling</b>
<b>Rep. Dem. Congo</b>	0,435	176	59,1	9,8	6,1
<b>Etiópia</b>	0,448	174	64,6	8,4	2,6
<b>Nigéria</b>	0,527	152	53,1	10,0	6,0
<b>África subsaariana</b>	0,523	-	58,9	9,7	5,4
<b>Baixo IDH</b>	0,497	-	59,3	9,3	4,6

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O IDH da RDC em 2015 (0,435) encontrava-se abaixo da média dos países com baixo desenvolvimento humano (0,497) e abaixo da média dos países da África subsaariana (0,523). Deste grupo de países, a Etiópia e a Nigéria são os que se encontram mais próximos no «ranking», respetivamente nas posições 174 e 152.

**Figura 6.3 RDC *Life expectancy at birth* (1990 – 2015)**



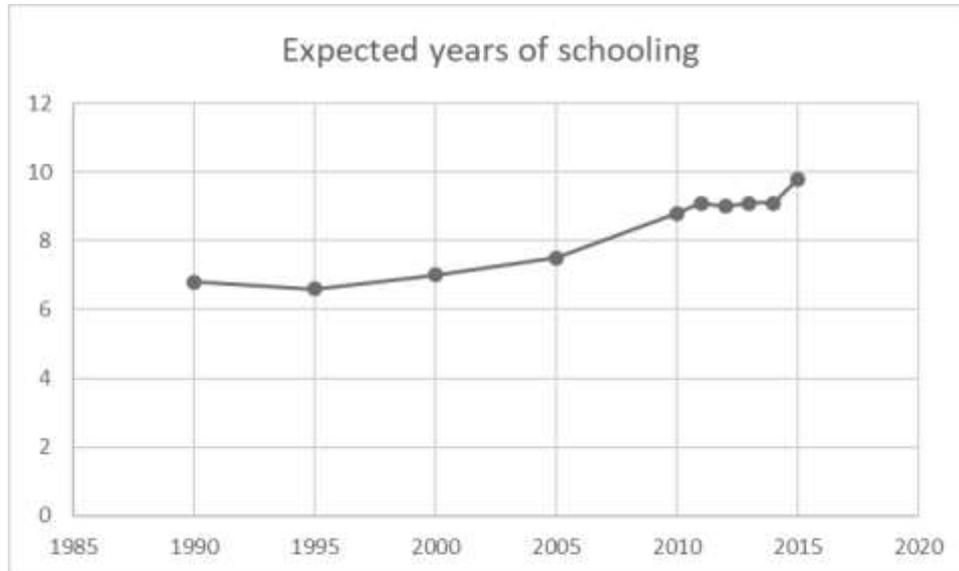
**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

A esperança média de vida à nascença aumentou, entre 1990 e 2015, cerca de 10,1 anos. Apesar deste acréscimo, este indicador (59,1) ainda se encontra abaixo da média mundial que, segundo a OMS, é de 71,4 para 2015<sup>314</sup>.

---

<sup>314</sup> ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2015

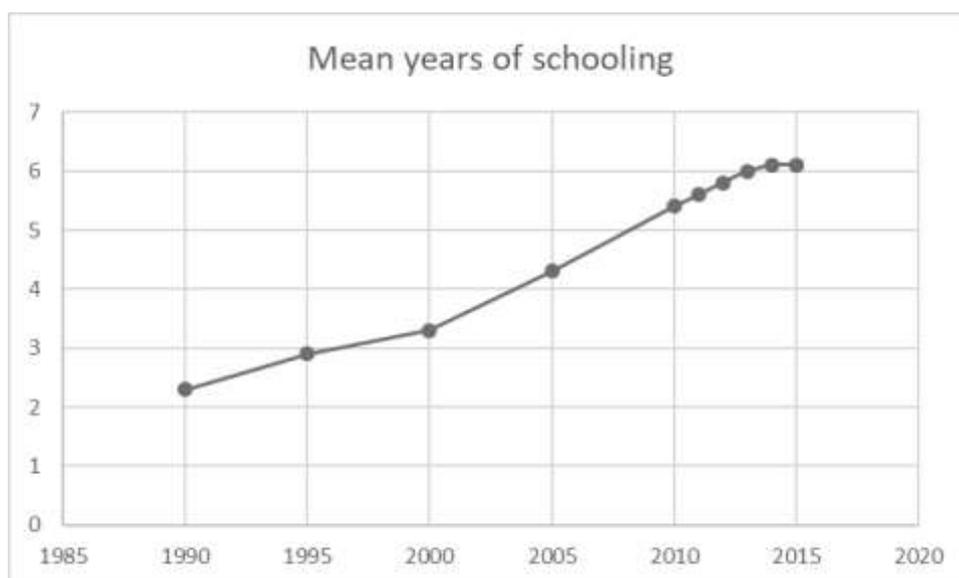
**Figura 6.4 RDC *Expected years of schooling* (1995-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

No mesmo quadro temporal, o período médio de escolaridade aumentou cerca de 3 anos (de 6,8 para 9,8 anos).

**Figura 6.5 RDC *Mean years of schooling* (1995-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O índice de anos esperados de escolaridade aumentou, entre 1995 e 2015, de 2,3 para 6,1, ou seja, cerca de 3,8 anos.

#### 7.4 - Síntese conclusiva

A primeira missão na RDC, a MONUC, estabelecida em 1999, inseriu-se num difícil contexto de guerrilha com contornos regionais, deparando-se com uma importante fragilidade operacional devido a enormes dificuldades em termos humanos e materiais, à falta de infraestruturas do país e a uma subdimensão das suas capacidades em relação à realidade vivida. Acresce a isto o facto de operar num Estado Falhado, ele próprio com enormes limitações. A responsabilidade de proteção dos civis era do Estado congolês, mas este não o conseguia fazer e, portanto, a população olhava para a missão como responsável por esta tarefa. No entanto, esta expectativa era irreal, pois esta tinha também uma capacidade limitada nesta área.

A MONUC enfrentava dificuldades operacionais, algumas inerentes à sua própria natureza devido à pesada estrutura burocrática da ONU que tornavam difícil uma resposta rápida às ameaças, provocando muitas vezes uma chegada tardia dos *peacekeepers* aos locais<sup>315</sup>. Por outro lado, o seu mandato, que foi sendo modificado e atualizado conforme a evolução do conflito, era um pouco vago nalguns aspetos. A missão, apesar de estar mandatada sob o Cap. VII e, portanto, com possibilidade de uso da força quando se justificasse, nunca o fez.

A MONUC foi, muitas vezes, questionada pela sua falta de eficácia, gerando até alguns movimentos anti missão, especialmente depois da crise de Goma. Muitos defendiam que havia falta de motivação e de preparação para proteger os civis. Em relação a este aspeto, gostaríamos de acrescentar que pode estar relacionado com o facto de os *peacekeepers* não terem orientações claras e treino nesta área.

Em teoria, a MONUC deveria agir para prevenir situações de risco, mas o que acontecia na realidade é que esta agia já com as situações instaladas. Uma das suas maiores fragilidades esteve relacionada com a forma como a população percecionava esta missão, olhando-a com desconfiança, relacionada talvez com falta de informação relativamente ao seu papel, mandato

---

<sup>315</sup> UNITED NATIONS PEACEKEEPING, Sem data

e expectativas. A verdade é que esta não tinha o apoio da população, o que dificultava o seu trabalho.

Existiam dificuldades de comunicação, devido às barreiras linguísticas e culturais, que limitavam a recolha de informação e a construção de um clima de maior confiança entre as duas partes. De realçar que a missão não tinha um tradutor-intérprete para ajudar a suprimir esta barreira.

Apesar de a missão ter sido duramente criticada, não podemos deixar de referir que a situação de segurança melhorou devido à sua presença no terreno, sendo um elemento dissuasor para os diversos grupos armados.

Em termos de desenvolvimento humano, as nossas conclusões são limitadas devido ao facto de a missão ter terminado, mas ter sido substituída por outra que ainda está em curso. Desta forma, não podemos responder a questões relacionadas com resultados e consequências práticas no IDH comparativamente aos resultados da operação. No entanto, e até à sua substituição podemos verificar que o IDH apresentou algumas melhorias.

Podemos sublinhar que a RDC tem um índice muito baixo de desenvolvimento humano e encontra-se em situação de grande pobreza, realidade que tem permanecido inalterável ao longo dos anos.

A progressão do IDH está relacionada de forma estreita com a construção de climas de paz sustentável e com a reconstrução de instituições, no caso de Estados Falhados, algo que não se verificou no fim da MONUC.



## CAPÍTULO 7 – SERRA LEOA

### 7.1 - Enquadramento histórico

**Figura 7.1 Mapa de Localização da Serra Leoa**



**Fonte:** <https://maps.google.pt>

A República da Serra Leoa é um país de África Ocidental, delimitada com a Guiné a norte e nordeste, a Libéria a sudeste e com o Oceano Atlântico a sudoeste. A religião muçulmana é predominante no país. A sua população encontra-se dividida em 16 grupos étnicos, sendo os mais dominantes os *Temnes* e os *Mendes*.

A Serra Leoa é rica em minerais: diamantes, ferro, platina e bauxita. Dois terços da população estão diretamente ligados à agricultura de subsistência.

É uma antiga colónia britânica, que se tornou independente em 1961. A sua história está marcada por uma sucessão de golpes de estado, que levaram à mudança de líder por diversas vezes. A guerra civil teve início em março de 1991, quando combatentes do grupo RUF (*Revolutionary United Front*) lançaram uma ofensiva para derrubar o governo. Com o apoio da ECOMOG, o exército da Serra Leoa tentou defender o governo, mas, no ano que se seguiu, foi

o próprio exército que derrubou o governo. Apesar da mudança de poder, a RUF continuou os ataques<sup>316</sup>.

## 7.2 – UNOMSIL e UNAMSIL

Em novembro de 1994, o Chefe de Estado da Serra Leoa enviou uma carta ao SG da ONU solicitando formalmente que este exerça os seus bons ofícios para facilitar as negociações entre o Governo e a RUF. A 15 de dezembro, o SG envia uma missão exploratória para iniciar consultas para esse efeito, tendo relatado uma grave deterioração da situação do país como resultado do conflito dos últimos três anos: cerca de 10% da população da Serra Leoa procurou refúgio nos países vizinhos e pelo menos 30% eram deslocados internos, a maioria das infraestruturas vitais foram destruídas e  $\frac{3}{4}$  do orçamento nacional eram gastos na área da defesa.<sup>317</sup>

Em fevereiro de 1995, foi nomeado Representante Especial para a Serra Leoa, Berhanu Dinka (Etiópia), que trabalhou em parceria com a ECOWAS e a OUA com o objetivo de negociar um acordo que visasse o fim do conflito. Um ano mais tarde, em fevereiro de 1996, realizaram-se eleições presidenciais e legislativas, tendo o exército renunciado ao poder em favor do eleito, Dr. Alhaji Ahmad Tejan Kabbah. No entanto, a RUF não participou nas eleições e não reconheceu os resultados, perpetuando-se assim o conflito.

Em novembro de 1996, é assinado um acordo entre o Governo e a RUF, que ficou conhecido como Acordo de Abidjan, tendo este tido uma vigência curta, interrompida pelo golpe de estado que ocorreu em maio de 1997. Neste acontecimento, o exército aliou-se à RUF para derrubar o governo, formando uma junta militar, que levou ao exílio do Presidente Kabbah para a Guiné. A 8 de outubro de 1997, a ONU impõe um embargo de armas e petróleo, autorizando a ECOWAS a monitorizar o seu cumprimento através da ECOMOG.

A 23 de Outubro de 1997, um comité da ECOWAS e uma delegação que representava a junta militar, levam a cabo negociações em Conacri e assinam um plano de paz que, entre outras medidas, previa um cessar-fogo, a ser monitorizado pela ECOMOG e, se aprovado pelo CS da ONU, com a assistência de observadores militares desta organização. Apesar da concordância do presidente Kabbah com o estabelecido, e a vontade do governo em colaborar com a

---

<sup>316</sup> NAÇÕES UNIDAS, 2005

<sup>317</sup> NAÇÕES UNIDAS, 2000 (b)

ECOWAS, ECOMOG, ONU e ACNUR, na implementação das suas respetivas funções e objetivos, e da junta militar ter publicamente manifestado o seu compromisso com o mesmo, posteriormente levantou uma série de dúvidas e questões que levaram à não implementação do plano de paz.

Em fevereiro de 1998, a ECOMOG lança uma ofensiva militar, como resposta a um ataque do exército rebelde, que resultou no colapso da junta e a sua expulsão da capital, Freetown. A 10 de março, o Presidente Kabbah regressa do exílio e retoma as suas funções. O CS face aos acontecimentos decide terminar com o embargo e reforça o gabinete do Representante Especial.

A 13 de julho, o CS estabelece a UNOMSIL<sup>318</sup> (United Nations Observer Mission in Sierra Leone) com uma força autorizada de 70 observadores militares e por um período inicial de 6 meses. O seu mandato, de acordo com a resolução 1181 (1998), previa o seguinte:

UNOMIL'S military element was to:

- Monitor the military and security situation in the country as a whole, as security conditions permit, and to provide the Special Representative of the Secretary-General with regular information thereon in particular with a view to determining when conditions were sufficiently secure to allow subsequent deployments of military observers beyond the first phase;

- Monitor the disarmament and demobilization of former combatants concentrated in secure areas of the country, including monitoring of the role of the Military Observer Group (ECOMOG) of the Economic Community of West African States (ECOWAS) in the provision of security and in the collection and destruction of arms in those secure areas;

- Assist in monitoring respect for international humanitarian law, including at disarmament and demobilization sites, where security conditions permit;

- Monitor the voluntary disarmament and demobilization of members of the Civil Defense Forces (CDF), as security conditions permit.

UNOMIL'S civilian element was to:

- Advise, in coordination with other international efforts, the Government of Sierra Leone and local police officials on police practice training, re-equipment and recruitment, in particular

---

<sup>318</sup> Foi nomeado como chefe da missão o Representante Especial, o General Brigadeiro Subhash C. Joshi (Índia).

on the need to respect internationally accepted standards of policing in democratic societies, to advise on the planning of the reform and restructuring of Sierra Leone police force, and to monitor progress in that regard;

- Report on violations of international humanitarian law and human rights in Sierra Leone, and, in consultation with the relevant United Nations agencies, to assist the Government of Sierra Leone in its efforts to address the country's human rights needs.

De acordo com o seu mandato, a missão monitorizou e prestou auxílio no desarmamento de combatentes e na reestruturação das forças de segurança nacionais. Algumas equipas não armadas da UNOMSIL, que operavam sob a proteção da ECOMOG, relataram várias atrocidades e abusos de direitos humanos contra a população civil.

Os combates foram-se perpetuando no tempo com a aliança rebelde a conseguir o controlo de mais de metade do país.<sup>319</sup> Em dezembro de 1998 lança uma ofensiva para recuperar o controlo da capital, tendo alcançado este objetivo em janeiro de 1999. Isto levou à evacuação dos elementos da UNOMSIL para Conacri, e a consequente diminuição do número de efetivos militares e civis da missão. No mesmo mês, as forças da ECOMOG retomam Freetown e instalam novamente o governo civil, apesar dos milhares de rebeldes que ainda se encontram escondidos pelo país.

No seguimento do ataque rebelde, o Representante Especial Okelo iniciou esforços diplomáticos com o objetivo de retomar o diálogo. Em maio de 1999, tiveram início as negociações entre o governo e os rebeldes que culminaram na assinatura do Acordo de Paz de Lomé a 7 de julho, terminando com as hostilidades e prevendo a formação de um governo de unidade nacional. Neste acordo estavam previstos vários pedidos de envolvimento internacional, mais especificamente o da ONU no auxílio do cumprimento de várias matérias acordadas, assim como o aumento substancial do papel da UNOMSIL.

O SG a 30 de julho reporta ao CS indicando algumas medidas que considera fundamentais para o decorrer do processo de paz e recomenda a aprovação do alargamento da missão, como um primeiro passo.

A 20 de agosto o CS, através da resolução 1260 (1999), autoriza o sugerido pelo SG, aumentando para 210 os observadores militares, assim como, o equipamento, apoio médico e

---

<sup>319</sup> OLONISAKIN 2015: 597

administrativo necessários para o bom desempenho das tarefas propostas. Foi também autorizado o aumento dos elementos de proteção de menores, direitos humanos, informação, assuntos civis e políticos.

No seu relatório seguinte, a 23 de setembro, o SG recomenda ao CS a constituição de uma nova missão, a UNAMSIL (United Nations Mission in Sierra Leone), com o máximo autorizado de 6000 militares, incluindo 260 observadores militares, com o objetivo de auxiliar na implementação do Acordo de Paz de Lomé. A 22 de outubro, a UNAMSIL foi aprovada pelo CS, terminando assim a primeira missão, a UNOMSIL, com parte dos seus elementos a serem absorvidos pela sua congénere. De acordo com a resolução 1270 (1999) o seu mandato consistia no seguinte:

- To cooperate with the Government of Sierra Leone and the other parties to the Peace Agreement in the implementation of the Agreement
- To assist the Government of Sierra Leone in the implementation of the disarmament, demobilization and reintegration plan
- To that end, to establish a presence at key locations throughout the territory of Sierra Leone, including at disarmament/reception centres and demobilization centres - To ensure the security and freedom of movement of United Nations personnel
- To monitor adherence to the ceasefire in accordance with the ceasefire agreement of 18 May 1999 (S/1999/585, annex) through the structures provided for therein
- To encourage the parties to create confidence-building mechanisms and support their functioning
- To facilitate the delivery of humanitarian assistance
- To support the operations of United Nations civilian officials, including the Special Representative of the Secretary-General and his staff, human rights officers and civil affairs officers
- To provide support, as requested, to the elections, which are to be held in accordance with the present constitution of Sierra Leone <sup>320</sup>

---

<sup>320</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999 (b)

A 7 de fevereiro, o CS decide rever o mandato da missão, através da resolução 1289, incluindo as seguintes tarefas:

- To provide security at key locations and Government buildings, in particular in Freetown, important intersections and major airports, including Lungi airport
- To facilitate the free flow of people, goods and humanitarian assistance along specified thoroughfares
- To provide security in and at all sites of the disarmament, demobilization and reintegration programme
- To coordinate with and assist, the Sierra Leone law enforcement authorities in the discharge of their responsibilities
- To guard weapons, ammunition and other military equipment collected from ex-combatants and to assist in their subsequent disposal or destruction “<sup>321</sup>

O CS autorizou a UNAMSIL a tomar as medidas necessárias para cumprir estas tarefas adicionais e afirmou que, de acordo com o seu mandato, a missão poderá tomar as ações necessárias para garantir a segurança e liberdade de movimentos do seu pessoal, de forma a assegurar a proteção dos civis de qualquer ameaça de violência física. A 30 de março foi aprovado um reforço de pessoal, tendo o efetivo passado para 17,500 (relembramos que anteriormente era de 6,000).

Esta missão é apontada como um caso de sucesso na área do *peacebuilding* dentro do espectro de missões sob a égide da ONU, tendo prestado auxílio em importantes áreas como o desarmamento de milhares de ex-combatentes, realização das eleições nacionais, reconstrução da polícia nacional e reabilitação de infraestruturas, assim como, na aproximação dos serviços públicos às comunidades locais (descentralização)<sup>322</sup>.

Outra área muito importante foi na ajuda ao Governo para travar o tráfico ilícito de diamantes e na regulamentação da indústria. Durante o conflito, os grupos armados utilizam este meio como forma de financiamento para aquisição de armas e munições. Com o seu fim, os diamantes continuaram a ter um grande peso na economia, mas, desta vez, potenciando o crescimento económico. O governo voltou a restabelecer a sua autoridade em áreas

---

<sup>321</sup> NAÇÕES UNIDAS, 2005

<sup>322</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2005 (b)

anteriormente controladas pelos rebeldes, nomeadamente na extração de diamantes, conseguindo cada vez mais controlar o processo e a sua legalização e licenciamento.<sup>323</sup>

Locais que anteriormente estavam abandonados, com o regresso dos refugiados e deslocados, foram revitalizados aumentando as trocas comerciais para fora da capital. A presença das instituições do governo ao nível do “local” aumentou a confiança das populações. No entanto, estas não são um fim em si mesmas, mas um meio, devendo, portanto, trabalhar no sentido de aumentar a empregabilidade, principalmente dos jovens, que são uma grande parte da população, assim como, de promover o desenvolvimento local.

Mas a missão não teve sempre um percurso cheio de sucessos, vivendo em maio de 2000 um período muito conturbado em que quase colapsou quando os rebeldes da RUF raptaram centenas de *peacekeepers*, renunciando ao cessar-fogo, pondo em causa a credibilidade da missão.<sup>324</sup> Houve, nesta fase, uma enorme pressão internacional para que o cessar-fogo fosse retomado, por exemplo, por parte de Charles Taylor, Presidente da Libéria. Subsequentemente, a UNAMSIL iniciou esforços de mediação para trazer as partes para a mesa de negociação, aumentou o seu efetivo militar para monitorizar o cessar-fogo e iniciou o desarmamento de combatentes.

No início de 2004, a missão tinha desarmado e desmobilizado mais de 75,000 ex-combatentes, incluindo crianças: “*The success of the DDR programme prompted the World Bank Country Office in Sierra Leone to observe that officials from neighbouring countries and even the Great Lakes region were visiting because it is considered as the best practice example throughout the world of a successful disarmament, demobilization and reintegration programme.*”<sup>325</sup> A missão operou junto dos vários grupos armados (RUF, *Civil Defense Forces*, milícias do Governo, ex-elementos do Exército da Serra Leoa e do Conselho Revolucionário das Forças Armadas) tendo conseguido os seguintes resultados:

75,490 combatants disarmed and demobilized throughout the country, including 6,845 child soldiers (506 girls) and 4,651 women. There are no longer illegal armed groups posing a threat to the State; Almost 55,000 ex-fighters received reintegration benefits. The benefits included skills training programmes and formal education as well as agricultural, fishery or entrepreneurial support, along with tool kits for various craft categories; 42,330 weapons

---

<sup>323</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2005 (b)

<sup>324</sup> OLONISAKIN, 2015: 634

<sup>325</sup> NAÇÕES UNIDAS, 2005

and more than 1,2 million rounds of ammunition were collected from the combatants and destroyed.”<sup>326</sup>

A maioria das 6,800 crianças que foram desmobilizadas foram reunidas com as suas famílias. Cerca de 3,000 foram integradas em programas educacionais comunitários da responsabilidade da UNICEF. O modelo de desmobilização e reintegração da Serra Leoa, especialmente na área das crianças, foi considerado como um sucesso que deveria ser aplicado a outras operações de *peacebuilding*.

Foram criados programas de apoio aos ex-combatentes para a integração na vida civil, principalmente no combate ao desemprego, onde foram entregues ferramentas para que as pessoas pudessem voltar a exercer as suas profissões (carpinteiros, serralheiros, canalizadores, pedreiros, entre outros).

The success in disarming and demobilization combatants was not equally matched with efforts to reintegrate and find them decent jobs. Most have now joined the large pool of the unemployed and unless the economy generates more jobs, the presence of former fighters roaming the streets will continue to be one of Government's major challenges”<sup>327</sup>.

Apesar do sucesso alcançado na desmobilização de ex-combatentes, o mesmo não se verificou no que diz respeito a armas recolhidas:

It was, however, primarily a demobilization process and was less successful in collecting weapons. UNDP estimated that only between 2 and 10 percent of the total weapons in the country were collected. Some 34,419 small arms and light weapons were collected.<sup>328</sup>

Com a situação política estável e a declaração de fim de guerra do Governo, a UNAMSIL auxiliou a Serra Leoa nas primeiras eleições legislativas e presidenciais consideradas livres e justas. Dois anos mais tarde a missão prestou auxílio semelhante nas eleições locais.

As eleições presidenciais e legislativas, que tiveram lugar em maio de 2002, e as locais, que se realizaram em 2004, representaram importantes passos no caminho da Serra Leoa para a construção de uma paz sustentável. Desde o início da guerra, em 1991, que a missão trabalhou, lado a lado, com o governo eleito no estabelecimento de autoridade por todo o território.

---

<sup>326</sup> NAÇÕES UNIDAS, 2005

<sup>327</sup> Ibidem

<sup>328</sup> KALDOR et VINCENT, 2006

De realçar que a votação decorreu de forma ordeira e pacífica, sem registo de qualquer incidente, expressando o grande compromisso dos serra leoneses com o processo eleitoral (“More than 1,9 million voters showed up at the polls, an 81 percent turn out.<sup>329</sup>”). A UNAMSIL apoiou ambos os processos através do envio de militares para todo o território com o objetivo de assegurar que existiam condições de segurança, assim como, através do apoio logístico à Comissão Nacional de Eleições e aos observadores internacionais.

O desrespeito pelos direitos humanos por parte do Governo e das forças rebeldes foi uma das características deste conflito, apontada até como uma das suas causas<sup>330</sup>. A UNAMSIL, desde o seu estabelecimento em 1999, teve como objetivo auxiliar o Governo na proteção dos seus cidadãos e levar à justiça os responsáveis por violações de direitos humanos. Foram estabelecidos vários comités de defesa por todo o país e a missão deu formação nesta área a advogados serra leoneses que, por sua vez, ajudaram a formar monitores e ativistas. Apesar de terem ocorrido grandes avanços nesta área, ainda muito ficou por fazer:

Many of the key human rights issues led to, or resulted from Sierra Leone conflict still persists, such as poverty, corruption, lack of a well-functioning justice system and abuse of human rights by authorities. While serious violations have stopped, thanks to UNAMSIL’s human rights awareness training, a culture of human rights and democratic values has yet to fully take root.”<sup>331</sup>

A ONU criou um Tribunal Especial para a Serra Leoa, cujo funcionamento teve o seu início em 2004, com o julgamento de 13 arguidos por crimes de guerra. Havia a consciência entre a população que a paz só poderia ser sustentável se houvesse justiça.

Esta missão cumpriu a maioria das tarefas que o CS lhe incumbiu: prestou ajuda no regresso voluntário de mais de meio milhão de refugiados e deslocados internos; auxiliou o governo a restabelecer a sua autoridade e os serviços sociais em áreas anteriormente controladas pelos rebeldes, treinou centenas de polícias e construiu e reconstruiu dezenas de esquadras de polícia, assim como escolas e clínicas.

One of UNAMSIL’s main achievements was its success in recruiting and training more than 3,500 local police officers. In a joint effort with a team of police officers from the

---

<sup>329</sup> NAÇÕES UNIDAS, 2005

<sup>330</sup> Ibidem

<sup>331</sup> Ibidem

Commonwealth countries, UNAMSIL boosted the national police force to its pre-war strength of 9,500 officers by the end of 2005.<sup>332</sup>”

De referir que, com este aumento de efetivos, agravaram-se as necessidades de veículos, equipamento de comunicação e de escritório assim como de esquadras.

A UNAMSIL lançou também inúmeros projetos que visavam a criação de riqueza, emprego e de serviços básicos para a população, assim como na área da agricultura.

Entre janeiro e fevereiro de 2005, a Universidade de Yale e a *New York City College Survey* efetuaram um inquérito sobre a opinião pública da UNAMSIL que “revealed that a huge majority of its citizen have a very positive perception of the work done by UNAMSIL, the UN peacekeeping mission, since it started operations.<sup>333</sup>”

Apesar da UNAMSIL ter tido um papel muito importante, a Serra Leoa ainda enfrenta muitos desafios. O país continua a apresentar fragilidade e necessita de continuar os passos em direção a uma resolução concreta das causas da guerra, assim como, de criar uma verdadeira cultura de direitos humanos. A economia deste país encontra-se muito dependente de dadores externos e, infelizmente, a maior parte das receitas geradas do negócio da extração dos diamantes está nas mãos de empresas privadas e não nas do Governo. O desemprego neste país, principalmente dos jovens e ex-combatentes, é bastante elevado<sup>334</sup>.

Em 2006 a ONU estabelece *The United Nations Integrated Office for Sierra Leone* (UNIOSIL) com o objetivo de ajudar o governo serra leonês na consolidação da paz.

### **7.3 - Indicadores de desenvolvimento humano**

Os onze anos de conflito armado deixaram marcas profundas na sociedade e na economia. A pobreza encontra-se disseminada por todo o país, afetando principalmente jovens “Poverty remains widespread with more than 60% of the population living on less than US\$ 1,25 a day and unemployment and illiteracy levels remain high, particularly among youth”.<sup>335</sup>

---

<sup>332</sup> NAÇÕES UNIDAS, 2005

<sup>333</sup> Ibidem

<sup>334</sup> WORLD BANK, 2017

<sup>335</sup> PNUD Sierra Leone, Sem data

No entanto, é de salientar que, desde 2002, com o fim da Guerra Civil, a Serra Leoa fez consideráveis progressos no que diz respeito à consolidação da paz e democracia, assim como, na melhoria dos indicadores económicos. Apesar desta evolução, o país continua muito dependente da ajuda externa, com cerca de 50% dos projetos de investimento público a serem financiados externamente.<sup>336</sup>

A população jovem, entre 15 e 35 anos, que representa cerca de 1/3 da população, está seriamente afetada pelo desemprego, tendo sido este considerado um dos fatores impulsionadores da guerra civil. “Approximately 70% of youth are underemployed or unemployed and an estimated 800,000 youth are actively searching for employment.”<sup>337</sup>A iliteracia e a falta de qualificações profissionais tornam muito difícil a competição pelos poucos empregos disponíveis.

---

<sup>336</sup> WORLD BANK, 2017 (a)

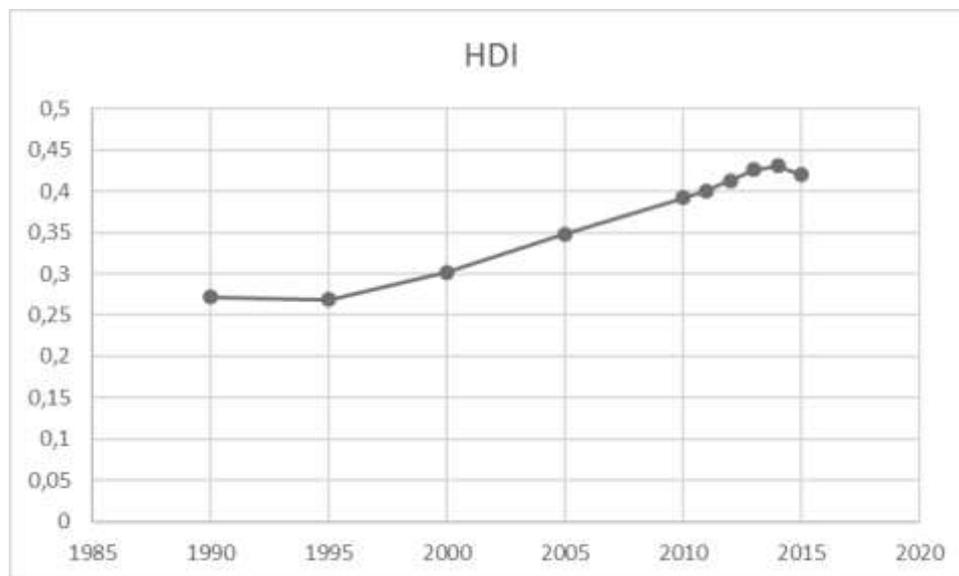
<sup>337</sup> Ibidem

**Quadro 7.1 Serra Leoa - Indicadores (1990-2015)**

	<b>Life expectancy at birth</b>	<b>Expected years of schooling</b>	<b>Mean years of schooling</b>	<b>HDI</b>
<b>1990</b>	37,3	4,9	1,6	0,272
<b>1995</b>	35,7	5,7	2,0	0,269
<b>2000</b>	38,7	7,0	2,3	0,302
<b>2005</b>	43,6	8,0	2,7	0,348
<b>2010</b>	48,2	8,9	3,1	0,392
<b>2011</b>	49,0	9,1	3,1	0,401
<b>2012</b>	49,8	9,3	3,2	0,413
<b>2013</b>	50,4	9,5	3,3	0,426
<b>2014</b>	50,9	9,5	3,3	0,431
<b>2015</b>	51,3	9,5	3,3	0,420

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

**Figura 7.2 Serra Leoa – Índice de Desenvolvimento Humano (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O IDH da Serra Leoa em 2015 era de 0,420, colocando o país na categoria de “*low human development category*” e posicionando-se em 179 entre 188 países e territórios. Entre 1990 e 2015, o IDH da Serra Leoa aumentou de 0,272 para 0,420, representando um acréscimo de 54,5%. De referir que o IDH sofreu um decréscimo a partir de 1990, voltando a aumentar entre 2000-2005.

**Quadro 7.2 Indicadores da Serra Leoa, Burundi, Guiné e África subsaariana 2015**

	<b>HDI value</b>	<b>HDI rank</b>	<b>Life expectancy at birth</b>	<b>Expected years of schooling</b>	<b>Mean years of schooling</b>
<b>Serra Leoa</b>	0,420	179	51,3	9,5	3,3
<b>Burundi</b>	0,404	184	57,1	10,6	3,0
<b>Guiné</b>	0,414	183	59,2	8,8	2,6
<b>África subsaariana</b>	0,523	-	58,9	9,7	5,4
<b>Baixo IDH</b>	0,497	-	59,3	9,3	4,6

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O IDH da Serra Leoa, em 2015, era de 0,420, e encontrava-se abaixo da média dos países com baixo desenvolvimento humano (0,497) e abaixo da média dos países da África subsaariana (0,523). Deste grupo de países, o Burundi e a Guiné são os que se encontram mais próximos da Serra Leoa no «ranking», respetivamente nas posições 184 e 183.

**Figura 7.3 Serra Leoa *Life Expectancy at Birth* (1990-2015)**



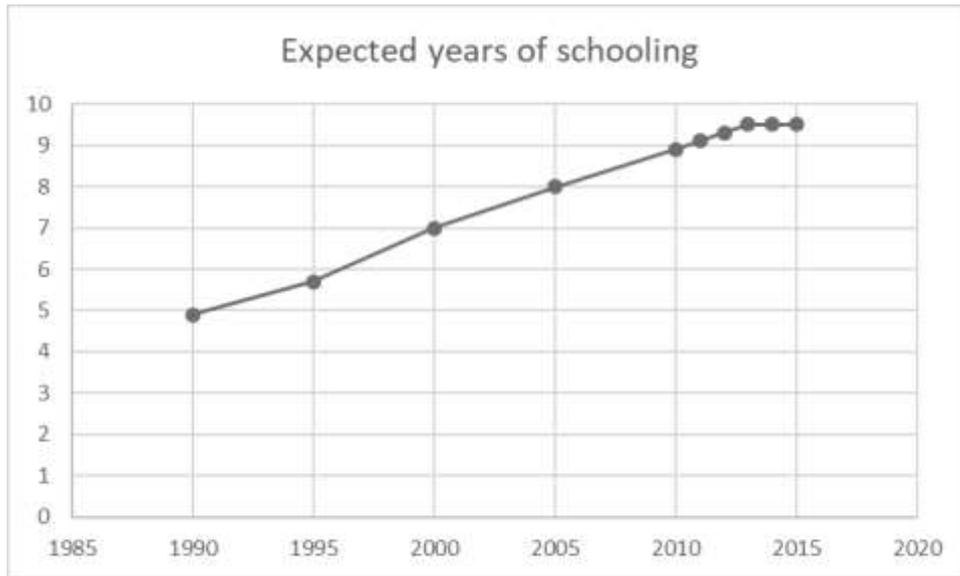
**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

A esperança média de vida à nascença aumentou, entre 1990 e 2015, cerca de 14 anos. Apesar deste acréscimo, este indicador (51,3) ainda se encontra abaixo da média mundial que segundo a OMS é de 71,4 para 2015<sup>338</sup>.

---

<sup>338</sup> ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2015

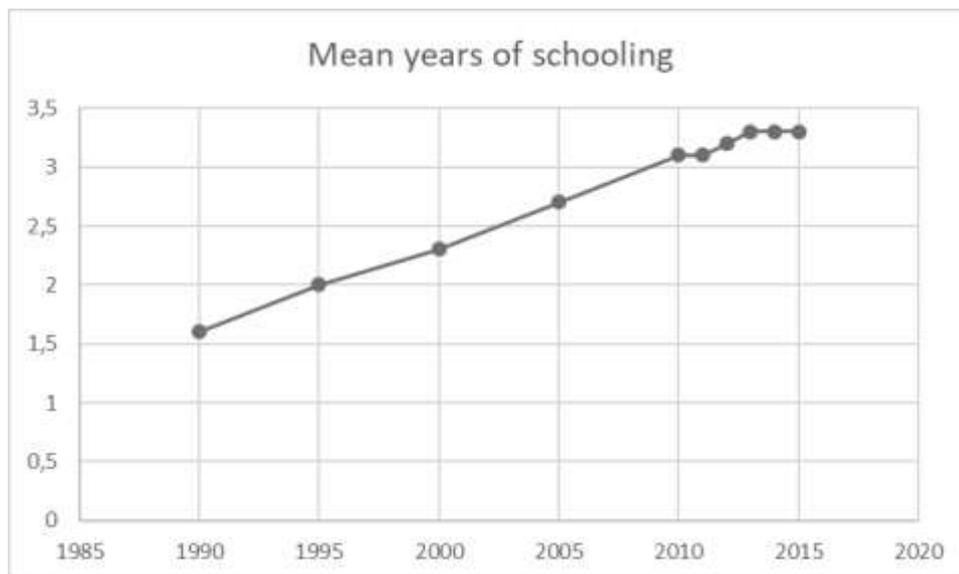
**Figura 7.4 Serra Leoa *Expected years of schooling* (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O índice de anos esperados de escolaridade aumentou, entre 1990 e 2015, de 4,9 para 9,5 o que corresponde a um aumento de 4,6 anos.

**Figura 7.5 Serra Leoa *Mean years of schooling* (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

No mesmo quadro temporal, o período médio de escolaridade aumentou cerca de 1,7 anos (de 1,6 para 3,3 anos).

A Serra Leoa tem um índice de desigualdade no género de 0,643, colocando-se na posição 139 em 146 países em 2012, o que reflete desigualdades baseadas no género em áreas como a saúde reprodutiva, *empowerment* e atividade económica<sup>339</sup>.

Na Serra Leoa, segundo os dados de 2013 do Relatório do PNUD, 12,9 % dos lugares no parlamento são ocupados por mulheres e cerca de 9,5% das mulheres adultas têm habilitações ao nível do 12.º ano ou superior, comparado com os 20,4% referente a homens. Por cada 1,000 nascidos vivos, 890 mulheres morrem por causas relacionadas com a gravidez e a taxa de fertilidade em adolescentes é de 104,2 em 1000 nascimentos. Em termos de mercado de trabalho, a taxa de participação feminina é de 66,3% comparada com 69,1 masculina.

Em termos do índice de pobreza multidimensional, os últimos dados disponíveis para este país são de 2008. A Serra Leoa tem um IPM de 0,439.

**Quadro 7.3 Índice de Pobreza Multidimensional - Serra Leoa 2013**

MPI value	Headcount (%)	Intensity of deprivation (%)	Population			Contribution to overall poverty of deprivations in		
			Vulnerable to poverty (%)	In severe poverty (%)	Below income poverty line (%)	Health	Education	Living standards
0,439	77	57	13,1	53,2	53,4	19,3	31,5	49,2

Fonte: *Human Development Report 2013*

Cerca de 77% da população vive em pobreza multidimensional, acrescendo a este número cerca de 13,1% que se encontra em situação vulnerável a múltiplas privações. A percentagem média de privação experienciada pela população que se encontra em situação de pobreza multidimensional é de 57%.

<sup>339</sup> PNUD, 2013

#### 6.4 - Síntese conclusiva

A UNAMSIL tornou-se num exemplo de sucesso no âmbito do *peacebuilding*, cumprindo os objetivos estabelecidos e ajudando a terminar um conflito de onze anos. Em 2002, era a maior força de apoio a paz a operar no mundo inteiro, com mais de 17,000 efetivos. Como já foi referido, os seus sucessos manifestaram-se em várias áreas: no desarmamento e desmobilização de ex-combatentes, assim como, na sua integração na vida civil, através da criação de vários programas de apoio; na reconstrução de uma força policial nacional eficaz; na realização de eleições livres e justas e na consolidação e aproximação das estruturas do estado às populações locais.

Outra área muito importante foi no domínio dos direitos humanos, na qual a UNAMSIL teve um papel importante de defesa. Acima de tudo, devemos realçar o mérito que a missão teve, em conseguir levar a julgamento casos de violação de direitos humanos ajudando a esbater a ideia de impunidade, auxiliando a construção de um clima de maior confiança junto da população.

Ao contrário de outras missões da ONU, a UNAMSIL teve um forte apoio da população, que via a sua presença como uma mais-valia, o que facilitava muito o trabalho dos *peacekeepers*. “As the UN Mission in Sierra Leone (UNAMSIL) comes to a close at the end of this year, it may serve as a model for successful peacekeeping, as well as a prototype for the UN’s new emphasis on peacebuilding.”<sup>340</sup>

A Serra Leoa conseguiu, com o fim do conflito, alcançar alguma estabilidade que lhe permitiu começar a dar passos concretos na consolidação de uma paz sustentável. Podemos assim afirmar que, o fim da guerra trouxe um clima de segurança que se reflete no aumento, ainda que tímido, mas revelador que a tendência descendente foi contrariada, dos indicadores de desenvolvimento humano entre 2000-2005. No entanto, não deixa de ser um dos países mais pobres do mundo, com um IDH muito baixo, aparecendo em 2015 na posição 181 com 0,413.

Um dos maiores problemas que este país enfrenta é o elevado desemprego, principalmente jovem, aliado a uma iliteracia também muito elevada. Ironicamente, esta é uma das causas do conflito que se gerou em 1991, a par da falta de legitimidade do Estado.

The international community has played a crucial role in stabilizing the situation in Sierra Leone. It has contributed to human security by helping to end the conflict. It has not,

---

<sup>340</sup> NAÇÕES UNIDAS, 2015

however, succeeded in eliminating the conditions that gave rise to the conflict. The two major issues now facing Sierra Leone are the legitimacy of the State and the situation of young people.<sup>341</sup>”

---

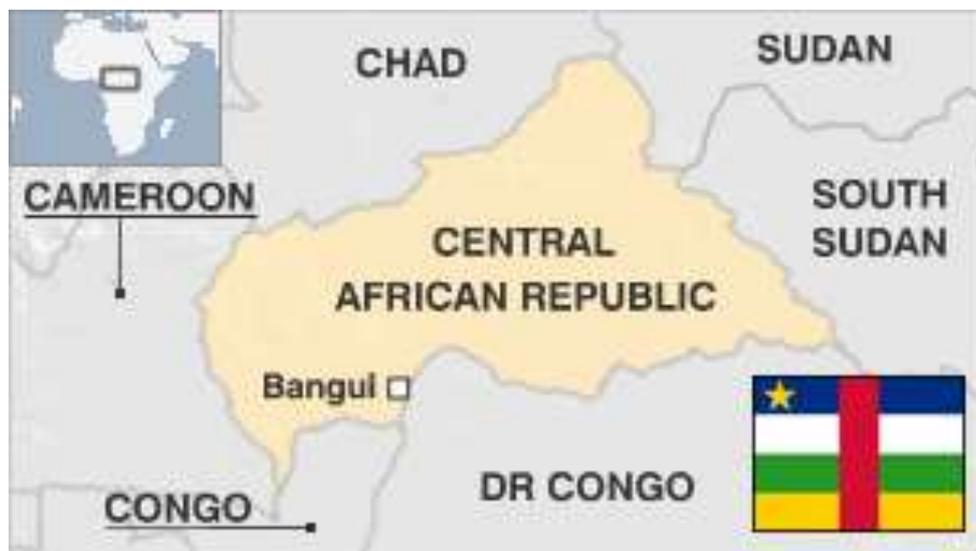
<sup>341</sup> KALDOR et VINCENT, 2006



## CAPÍTULO 8 – REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA

### 8.1 - Enquadramento histórico

**Figura 8.1 Mapa República Centro-Africana**



Fonte: <http://www.bbc.com/news/world-africa-13150040>

A República Centro-Africana (RCA) é um país localizado no centro de África, que confronta a norte com o Chade, a nordeste com o Sudão, a leste com o Sudão do Sul, a sul com a República Democrática do Congo e a oeste com os Camarões. A capital é a cidade de Bangui. É um dos poucos países africanos sem ligação ao mar<sup>342</sup>.

A população está dividida em mais de 80 grupos étnicos, cada um com a sua própria língua. Os mais representativos são os Baya (33%), Banda (27%), Mandjia (13%), Sara (10%), Mboum (7%), M’Baka (4%) e Yakoma (4%). A língua oficial é o francês.

66% da população é cristã, enquanto que 18% mantém elementos das religiões tradicionais africanas. O Islão é praticado por cerca de 15%.

Apesar dos seus recursos minerais significativos e outros (urânio, petróleo, ouro, diamantes, madeira e energia hidroelétrica)<sup>343</sup>, assim como, uma grande extensão de terras

---

<sup>342</sup> BBC NEWS, 2017

<sup>343</sup> Ibidem

aráveis, a RCA encontra-se entre os 10 países mais pobres do mundo: “Although the country possesses abundant natural resources, they are under-exploited. Its main exports are wood and diamonds, and subsistence agriculture accounts for almost one third of GDP.<sup>344</sup>”

A RCA é uma antiga colónia francesa que alcançou a sua independência em 1960. Após essa data foi governada por vários líderes autocráticos. Em 1993 ocorreram as primeiras eleições democráticas multipartidárias, tendo sido eleito Presidente, Ange-Félix Patassé.

A França, desde a independência da RCA que permaneceu como o protetor do governo, apesar de em ocasiões pontuais o antigo poder colonial ter-se colocado numa posição contra o Presidente, como aconteceu com a *Operação Barracuda*, na qual desempenhou um papel importante para derrubar o Imperador Jean-Bédél Bokassa, cujo comportamento era uma fonte de problemas para Paris.

Em 1996, o país foi abalado por uma crise político-militar, pontuada por três sucessivos motins por parte de alguns elementos das forças armadas, que se alastrou largamente devido aos problemas sociais e económicos que afetavam a população. Várias centenas de soldados, que tinham ordenados em atraso há alguns meses, começam a manifestar-se a 18 de abril. Passado um mês, a 18 de maio, deflagram vários casos de violência que se repetem novamente no fim do ano. Inicialmente as suas reivindicações eram puramente materiais, mas foram evoluindo para um cariz político. Os rebeldes, maioritariamente provenientes do grupo étnico Yakoma, reclamavam sobre os privilégios dados aos membros da Guarda Presidencial, que eram recrutados, na sua maioria, dentro da comunidade do próprio Presidente, os Saras. A demissão do Presidente rapidamente passou a integrar a lista de exigências, assumindo-se inclusive como uma das principais.

Após os três motins de 1996, o Presidente Patassé contou, novamente, com o apoio da França através dos militares presentes em duas bases militares (Bangui e Bouar) e dos reforços enviados em maio. No entanto, o governo francês, em dezembro, iniciou esforços no sentido de transferir a tarefa de manter a estabilidade na RCA para os aliados africanos, referidos no parágrafo seguinte.

Em dezembro de 1996, e após uma nova ronda de combates envolvendo os rebeldes e as tropas francesas, ocorre o IX Encontro entre os Chefes de Estado da França e de África, no qual foi solicitado aos presidentes do Gabão, Burkina Faso, Chade e Maui para visitar Bangui e

---

<sup>344</sup> WORLD BANK, 2017 (b)

mediar as tréguas entre as forças leais ao presidente Patassé e os rebeldes. Em 25 janeiro, após intensas negociações, foram assinados os Acordos de Bangui e foi estabelecido, de igual forma, um comité de monitorização para a sua implementação.

## 8.2 – MINURCA

Os acordos de Bangui incluíam o envio de uma força de paz africana, *Mission interafricaine de supervision des Accords de Bangui (MISAB, Inter-African Mission to Monitor the Implementation of the Bangui Agreements)*. A MISAB era constituída por militares provenientes dos seguintes países: Burkina Faso, Chade, Gabão, Mali, Senegal e Togo. Entre janeiro de 1997 e abril de 1998, cerca de 800 soldados MISAB foram colocados na RCA, fora do âmbito de uma organização regional africana<sup>345</sup>. A chegada desta força permitiu alcançar uma estabilidade a curto-prazo, através da monitorização das eleições e, de igual forma, combatendo ocasionalmente os dissidentes.

Esta força foi inicialmente solicitada pelas autoridades da RCA mas contou com o acordo do CS da ONU através da resolução 1125 de 6 de agosto onde solicita aos estados membros que participam na MISAB o seguinte:

In a neutral and impartial way... to facilitate the return to peace and security by monitoring the implementation of the Bangui Agreements, including through the supervision of the surrendering of arms of former mutineers, militias and all other persons unlawfully bearing arms.”<sup>346</sup>

A 6 de novembro, através da resolução 1136 (1997) o CS solicita ao SG um relatório referente à implementação do estabelecido anteriormente pela resolução 1125, incluindo recomendações sobre de que forma poderia a comunidade internacional prestar apoio após o fim do mandato da MISAB. O SG informa o CS que apesar dos estados membros que participam na MISAB terem vontade em continuar a apoiar a RCA no processo de consolidação de paz, estes não teriam capacidade de o fazer sozinhos tendo em conta que a França preparava a retirada das suas tropas e, conseqüentemente, o seu apoio logístico em abril de 1998. De acordo com o SG a única opção viável era o estabelecimento de uma nova operação de paz por parte da comunidade internacional.

---

<sup>345</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1997 (d)

<sup>346</sup> Ibidem

O CS, com base nestas recomendações, autoriza, através da resolução 1159 de 27 março de 1998, o estabelecimento da *United Nations Missions in the Central African Republic (MINURCA)* com efeito a partir de 15 de abril.

O seu mandato consistia em:

- To assist in maintaining and enhancing security and stability, including freedom of movement, in Bangui and the immediate vicinity of the city;
- To assist the national security forces in maintaining law and order and in protecting key installations in Bangui;
- To supervise, control storage, and monitor the final disposition of all weapons retrieved in the course of the disarmament exercise;
- To ensure security and freedom of movement of United Nations personnel and the safety and security of United Nations property;
- To assist in coordination with other international efforts in a short-term police trainers programme and in other capacity-building efforts of the national police, and to provide advice on the restructuring of the national police and special police forces;
- To provide advice and technical support to the national electoral bodies regarding the electoral code and plans for the conduct of the legislative elections.<sup>347</sup>

A MINURCA era composta por 1,350 militares e 24 polícias civis, contando com o apoio de 114 civis estrangeiros, 111 nacionais e 13 voluntários da ONU. Estava prevista para decorrer entre abril de 1998 e janeiro de 2000. Os países que contribuíram com o envio de militares foram: Benim, Camarões, Canadá, Costa do Marfim, Egipto, Portugal e Tunísia. Para além destes, a França apoiou com 200 militares para a área logística.

O estabelecimento desta missão marcou o primeiro passo na implementação da retirada militar de França da RCA, ou pelo menos, na partilha de responsabilidade em alcançar alguma estabilidade no país. A estratégia de retirada francesa da RCA derivava da sua perspetiva sobre a situação do país que aparentava não ter solução e considerava que já tinha ultrapassado *its own commitment*. Por outro lado, pode também ser entendido como parte da evolução da postura francesa em relação a África, que pretendia reduzir a sua presença militar no continente

---

<sup>347</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1998 (b)

africano<sup>348</sup>, que começou com o Presidente Chirac e foi reforçada pelo governo de Lionel Jospin. Assim, a França procurou transferir a responsabilidade para os atores regionais e para a ONU.

O mandato da MINURCA veio, em grande medida, replicar os objetivos estabelecidos para a MISAB. No entanto, o CS demonstrando algumas preocupações em assegurar condições de estabilidade a longo-prazo, muniu a missão com tarefas de cunho mais político, incluindo o treino de forças de segurança assim como o apoio aos órgãos eleitorais nacionais.

A resolução 1159 do CS reflete a tendência da ONU em estar mais envolvida em assuntos de política interna, demonstrando que o *peacebuilding* tornou-se num fator chave no sucesso da missão e, num sentido mais lato, na estabilidade a longo-prazo do país. No entanto, a MINURCA, em comparação com outras missões, demonstrava apenas refletir de forma ligeira a dimensão do *peacebuilding*, que pode ser observado pela sua duração, mandato ou número de efetivos.

O alcance limitado desta missão deve-se a vários fatores. Em primeiro lugar, o Presidente Patassé apesar de ter apoiado a presença de uma força internacional no país, mostrou-se comprometido em manter intacta a soberania e o controlo. Por outro lado, havia a preocupação internacional de não ocorrer nenhuma intromissão nos assuntos internos da RCA e, portanto, de não conceder à MINURCA um mandato mais abrangente que pudesse colocar isto em causa. Em terceiro lugar, não houve uma pressão efetiva por parte dos estados ocidentais, que não estavam preparados para se comprometer com uma missão mais lata que facilitasse uma genuína democratização na RCA. Os EUA estavam particularmente relutantes em dar um papel mais forte à ONU pois consideravam que a responsabilidade das reformas no país era, acima de tudo, dos seus líderes. De facto, a responsabilidade de efetivação de reformas desde a sua conceção, passando pela implementação e finalizando na sua supervisão, é do próprio Estado.

A MINURCA assegurou inicialmente presença militar apenas na capital, local onde todas as manifestações e combates ocorreram desde o início da crise. De acordo com a resolução 1182 da ONU a MINURCA passou a poder efetuar missões de reconhecimento de curta-duração fora da capital: “May conduct limited-duration reconnaissance missions outside Bangui, and other

---

<sup>348</sup> UTLEY, 2002

tasks involving the security of United Nations personnel in accordance with paragraph 10 of resolution 1159 (1998).”<sup>349</sup>

Apesar de não existir uma referência explícita ao desarmamento no seu mandato, a MINURCA assumiu responsabilidade pelo armazenamento e eliminação de armamento retirado aos soldados dissidentes. De acordo com a ONU a missão recolheu apenas 128 armas de porte pequeno, 21,724 munições e 243 explosivos entre dezembro de 1998 e outubro de 1999<sup>350</sup>.

As principais dificuldades que a missão teve de enfrentar derivaram das suas limitações financeiras e de pessoal (números de efetivos). De forma a cumprir o objetivo de supervisionar as eleições legislativas que ocorreram em novembro-dezembro de 1998, após sucessivos atrasos, a MINURCA colaborou com as forças nacionais nesta área, como estava previsto no seu mandato. Este contexto de cooperação repetiu-se aquando as eleições presidenciais, em setembro de 1999, tendo sido reeleito Ange-Felix Patassé.

A missão contribuiu de forma significativa para restaurar um clima de estabilidade e de segurança assim como fomentou o diálogo político entre os principais atores, levando ao decorrer de dois processos eleitorais pacíficos e ordeiros.

A 22 de outubro de 1998, o CS decide estender o mandato da operação até 15 de fevereiro de 2000, prevendo uma transição rápida, mas gradual para uma presença *post-conflict peacebuilding*. Assim, a 15 de fevereiro de 2000, o SG<sup>351</sup> reporta que a *United Nations Peace-Building Support Office in the Central African Republic (BONUCA)* assumiria o esforço de *peacebuilding* após o término da MINURCA.

The principal mission of BONUCA, headed by the Representative of the Secretary-General, would support the Government’s efforts to consolidate peace and national reconciliation, strengthen democratic institutions and facilitate the mobilization at the international level of political support and resources for national reconstruction and economic recovery in the country. In addition, the Office was expected to promote public awareness of human rights issues in the country and monitor developments in this field.<sup>352</sup>

Apesar dos seus recursos limitados, foi confiado ao BONUCA uma série de tarefas políticas incluindo o apoio ao governo nos esforços de consolidação da paz e no fortalecimento das

---

<sup>349</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1998 (c)

<sup>350</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999 (c)

<sup>351</sup> De notar que a criação do BONUCA não é decidida pelo CS mas sim pelo SG.

<sup>352</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000 (b)

instituições democráticas, a mobilização de recursos internacionais para auxílio na reconstrução e promoção da consciência pública no que diz respeito aos abusos de direitos humanos.

Apesar de não ser um dos objetivos da missão, aquando da retirada da MINURCA no início de 2000, as causas do conflito permaneceram por resolver e não ficaram asseguradas as condições para uma paz sustentável, tal como foi referido no nono relatório do SG:

The restructuring of the security and armed forces will not be fully completed by the time of MINURCA's withdrawal. The sizeable number of Central African police and gendarme trained by MINURCA still lack the resources and equipment necessary to ensure security in the country. At the same time, the CAR remains vulnerable to the volatile situation in the sub-region, in particular the neighbouring Democratic Republic of Congo... As the government has emphasized on many occasions, the crisis in the Central African Republic is rooted, to a considerable extent, in the poverty and economic deterioration of the country. There are areas that continue to need particular assistance of the international community."<sup>353</sup>

Em termos militares a situação na capital melhorou consideravelmente, contudo permaneceu precária fora desta área. Para além disso, o treino dado às forças de segurança não teve um impacto significativo assim como os esforços de desarmamento.

Ao nível político, o nepotismo e a corrupção não diminuíram e as eleições não representaram um verdadeiro desafio para Patassé.

At the political level, the elections did not challenge Patassé and his clan's control over all sectors of Central African Republic affairs. Corruption and nepotism, in particular, did not decline. After its defeat in the 1998 elections, the presidential party reclaimed the majority in the Parliament thanks to the defection, in nuclear circumstances, of a representative of the opposition. After his re-election in October 1999, Patassé even reinforced his grip on power, appointing only close allies as members of the Government."<sup>354</sup>

Ao nível económico e social a situação também não melhorou. Em 2000, o pagamento de salários dos funcionários públicos continuava com meses de atraso, situação que desencadeou novas manifestações, levando inclusive a novos pedidos de demissão do Presidente, em dezembro de 2000.

---

<sup>353</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000 (c)

<sup>354</sup> ESMENJAUD, 2015: 593

Foi a primeira missão da ONU em África após o falhanço das missões na Somália e Ruanda, constituindo-se como um ponto de viragem da organização, que estava relutante em intervir novamente neste continente, permitindo ganhar alguma confiança nas suas capacidades de gestão de crises.

Por outro lado, ilustrou a tendência crescente de uma maior colaboração entre a ONU e os atores regionais em termos de operações de paz. Neste caso, a ONU assumiu o controlo da operação africana, durante a qual os soldados da MISAB foram integrados na mesma. A presença dos soldados africanos no terreno permitiu a rápida operacionalização da MINURCA. Este modelo, embora com diferenças significativas, foi replicado em outras crises como no Burundi, Libéria e Serra Leoa.

O facto da RCA ter regressado novamente para uma situação de crise veio reforçar a posição daqueles que defendem um papel mais pró-ativo da ONU em contextos pós conflito e levantou preocupações em relação à saída demasiado prematura dos capacetes azuis.

Por último, a MINURCA reflete também uma característica constante dos processos de tomada de decisão, nomeadamente a falta de ligação entre as motivações dos *decision-makers* e a realidade no terreno. As restrições orçamentais representam neste aspeto um dos fatores mais importantes que limitaram o formato e duração da missão assim como a sua retirada antes de ter ocorrido efetivamente algum progresso sustentável.

A situação na RCA voltou a deteriorar-se gravemente em dezembro de 2013 com uma nova dinâmica de violência e retaliação que ameaçava dividir o país, étnica e religiosamente. Os rebeldes pertencentes ao grupo *Seleka* lançaram ofensivas com o objetivo de tomar o poder. Como resposta, as milícias cristãs contra-atacaram procurando conter os primeiros. Foi constituído um governo provisório, sob pressão internacional, mas a violência continuou nos meses que se seguiram.

The toll taken by the crisis, which rocked the country in 2013, was heavy: over 1,000 people were killed, and close to one million people fled their homes, with refugees currently representing nearly one quarter of the population. According to the United Nations, 2.2 million people are currently in desperate need of humanitarian aid.”<sup>355</sup>

---

<sup>355</sup> WORLD BANK, 2017 (b)

Em setembro de 2014, através da resolução 2149, o CS autorizou uma nova missão, a MINUSCA, que sucedeu a uma força africana e, posteriormente, a uma força da UE. O seu mandato consistia em:

The Council decided that the mandate of MINUSCA shall initially focus on the following priority tasks:

- a. Protection of civilians
- b. Support for the implementation of the transition process, including efforts in favor of the extension of State authority and preservation of territorial integrity
- c. Facilitate the immediate, full, safe and unhindered delivery of humanitarian assistance
- d. Protection of the United Nations
- e. Promotion and protection of human rights
- f. Support for national and international justice and the rule of law
- g. Disarmament, Demobilization, Reintegration (DDR) and Repatriation (DDRR)

2) Additional tasks

(a) support to security sector reform and vetting processes, including through the provision of strategic policy advice and coordination of technical assistance and training;

(b) coordinate international assistance as appropriate;

(c) assist the Committee established pursuant to paragraph 57 of resolution 2127 (2013) and the Panel of Experts established by the same resolution, within its capabilities, including by passing information relevant to the implementation of the mandate of the Committee and Panel of Experts;

(d) monitor the implementation of the measures imposed by paragraph 54 of resolution 2127 (2013), in cooperation with the Panel of Experts established pursuant to resolution 2127 (2013), including by inspecting, as it deems necessary and when appropriate without notice, all arms and related materiel regardless of location and advise the Transitional Authorities on efforts to keep armed groups from exploiting natural resources,

(e) seize and collect arms and any related materiel the transfer of which into the CAR violates the measures imposed by paragraph 54 of resolution 2127 (2013) and to record and dispose of such arms and related materiel as appropriate.<sup>356</sup>

A MINUSCA opera sob o Capítulo VII da Carta e tem autorização do CS para “take all necessary means to carry out its mandate, within its capabilities and its areas of deployment.”<sup>357</sup> Esta missão continua a operar na RCA pelo que, tal como noutros casos idênticos, não será alvo de análise neste trabalho.

---

<sup>356</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2014

<sup>357</sup> *Ibidem*

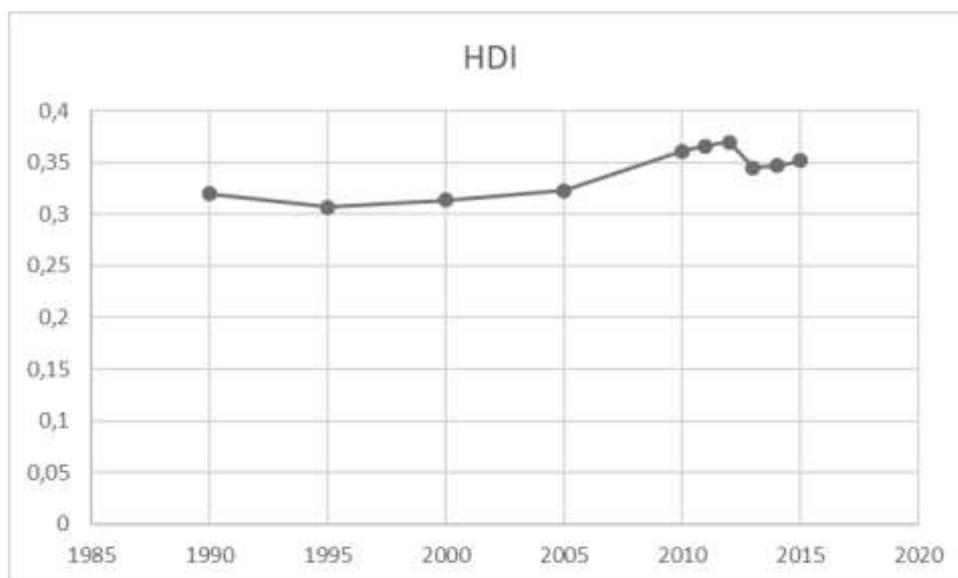
**8.3 - Indicadores de desenvolvimento humano**

Anos de insegurança, instabilidade e a falta de investimento por parte do Estado conduziram o país a uma crise profunda. A RCA, apesar de ser rica em diamantes, ouro, petróleo e urânio, é um dos países mais pobres do mundo.

**Quadro 8.1 RCA - Indicadores (1990-2015)**

	<b>Life expectancy at birth</b>	<b>Expected years of schooling</b>	<b>Mean years of schooling</b>	<b>HDI</b>
<b>1990</b>	49,0	5,2	2,1	0,320
<b>1995</b>	46,9	4,6	2,4	0,307
<b>2000</b>	44,6	5,3	2,9	0,314
<b>2005</b>	44,8	6,0	3,3	0,323
<b>2010</b>	47,7	6,8	4,2	0,361
<b>2011</b>	48,4	7,1	4,2	0,366
<b>2012</b>	49,1	7,1	4,2	0,370
<b>2013</b>	49,9	7,1	4,2	0,345
<b>2014</b>	50,7	7,1	4,2	0,347
<b>2015</b>	51,5	7,1	4,2	0,352

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

**Figura 8.2 RCA – Índice de Desenvolvimento Humano (1990-2015)**

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O IDH da RCA em 2015 era de 0,352, colocando o país na categoria de “*low human development category*” e posicionando-se em 188 entre 188 países e territórios. Entre 1990 e 2015, o IDH da RCA subiu de 0,320 para 0,352 o que corresponde a um aumento de 10,1%.

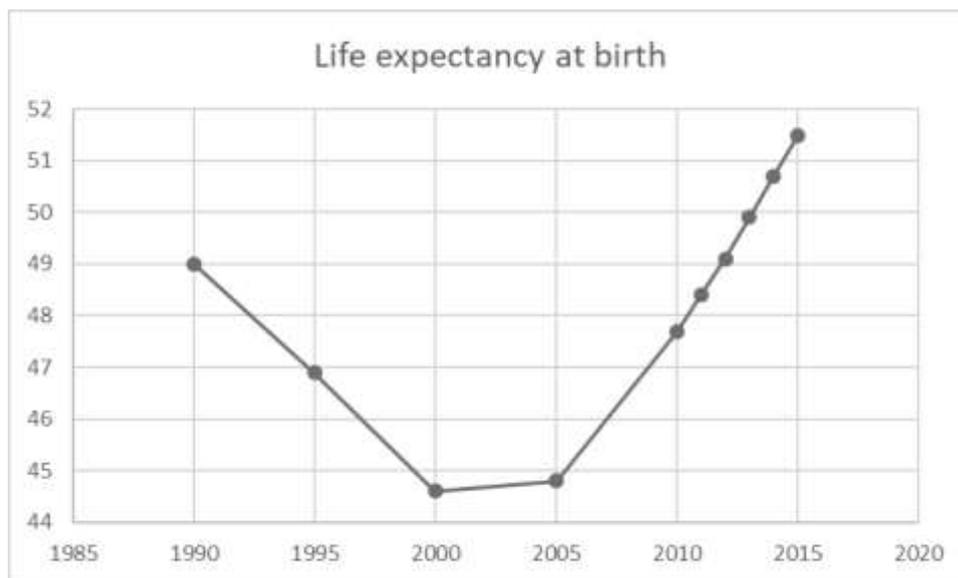
**Quadro 8.2 Indicadores da RCA, Gâmbia, Libéria e África subsaariana 2015**

	<b>HDI value</b>	<b>HDI rank</b>	<b>Life expectancy at birth</b>	<b>Expected years of schooling</b>	<b>Mean years of schooling</b>
<b>RCA</b>	0,352	188	51,5	7,1	4,2
<b>Gâmbia</b>	0,452	173	60,5	8,9	3,3
<b>Libéria</b>	0,427	177	61,2	9,9	4,4
<b>África subsaariana</b>	0,523	-	58,9	9,7	5,4
<b>Baixo IDH</b>	0,497	-	59,3	9,3	4,6

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O IDH da RCA em 2015 (0,352) encontrava-se abaixo da média dos países com baixo desenvolvimento humano (0,497) e abaixo da média dos países da África subsaariana (0,523). Deste grupo de países, a Gâmbia e a Libéria são os que se encontram mais próximos da RCA no «ranking», respetivamente nas posições 173 e 177.

**Figura 8.3 RCA *Life expectancy at birth* (1990-2015)**

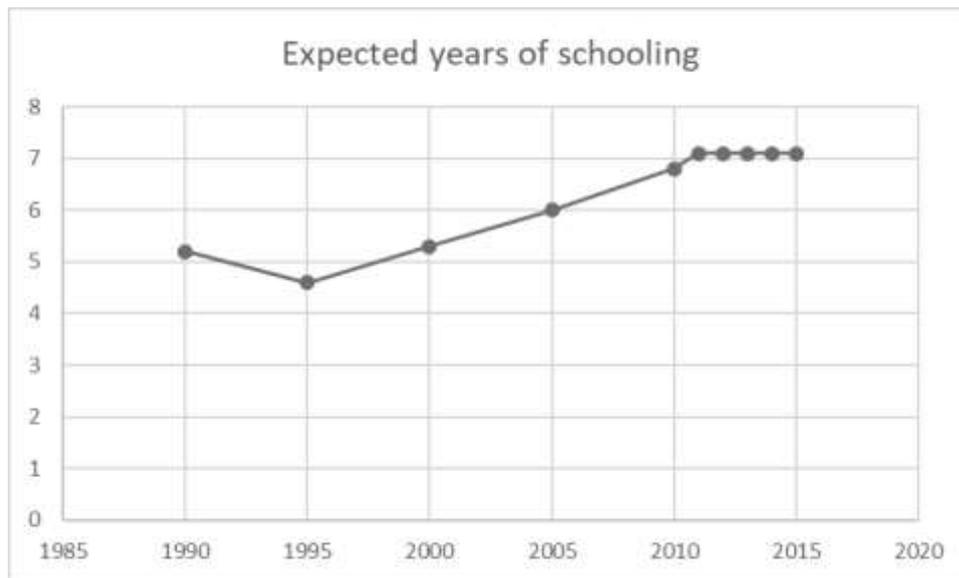


**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

A esperança de vida à nascença no período entre 1990 e 2015 aumentou 2,5 anos (49,0 em 1990 para 51,5 em 2015). No entanto, verifica-se uma queda neste valor entre 1990 e 2000, atingindo neste ano o valor mais baixo do período analisado (44,6). O valor de referência, segundo a Organização Mundial de Saúde, é de 71,4 anos para 2015<sup>358</sup>. A RCA apresenta para este índice um valor baixo abaixo do referenciado (51,5).

<sup>358</sup> ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2015

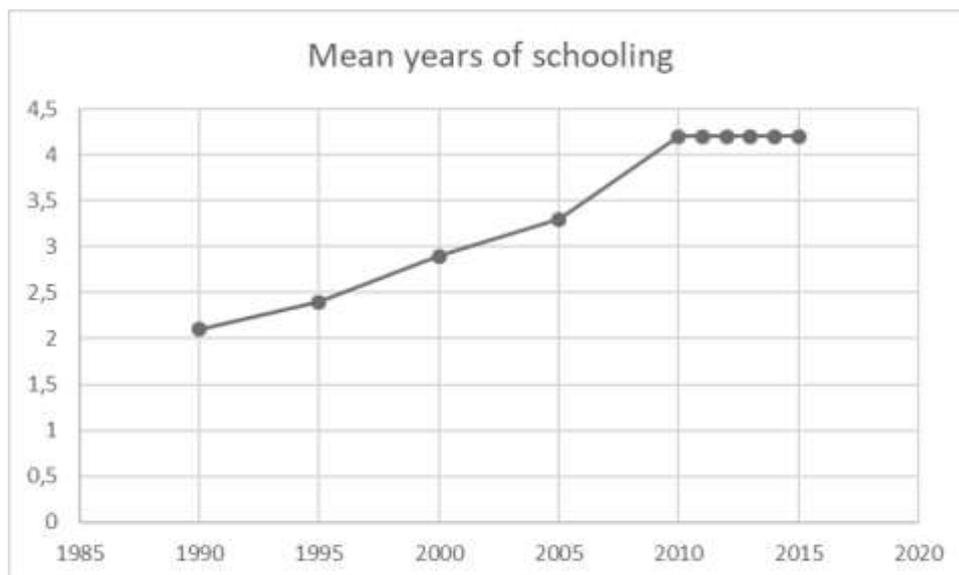
**Figura 8.4 RCA *Expected years of schooling* (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O índice de anos esperados de escolaridade aumentou 1,9 anos no período analisado na figura acima representada. Apesar deste aumento, verifica-se que a linha apresenta uma curva descendente entre 1990 e 1995.

**Figura 8.5 RCA *Mean years of schooling* (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O período médio de escolaridade apresenta, entre 1990 e 2015, um aumento de 2,1 anos, apresentando uma melhoria até 2010, onde estabiliza no valor atual (4,2). De referir que a situação de crise em que o país reemergiu em 2013 teve um efeito muito negativo no sistema de educação, apesar de ainda não se refletir negativamente nos indicadores, podemos observar uma estagnação.

The crisis following the coup d'état in March 2013 has had a damaging impact on what was already an extremely fragile education system. Schools closed (and many remain closed in many areas) throughout the country; directors, teachers and students have fled; schools and offices have been looted.<sup>359</sup>

A economia da RCA é uma das menos desenvolvidas do mundo, realidade que se reflete em valores muito baixos de Produto Interno Bruto. Em 1980 o PIB era de 1.35 bilhões de USD e, em 2016, era de 1.74 bilhões de USD<sup>360</sup>. Esta situação pode ser entendida à luz de vários fatores dos quais destacamos a instabilidade vivida, a falta de investimento por parte do Estado, a destruição de infraestruturas sociais e económicas e o não aproveitamento dos recursos existentes no país.

#### 8.4 - Síntese conclusiva

Months of violence led to wrecked State institutions, leaving millions on the brink of starvation and threatened to suck in the wider region. Thousands of people are believed to have been killed, and 2.5 million, more than half of the entire population, needed humanitarian aid. As of September 2014, more than 174,000 people have been internally displaced. Over 414,000 people have also fled to neighbouring Cameroon, Chad, the Democratic Republic of Congo and the Republic of Congo.<sup>361</sup>

A história da RCA, desde a sua independência de França em 1960, foi pautada por vários momentos de grande instabilidade, violência e crises humanitárias. A realidade atual, infelizmente, continua inalterada. Como já pudemos observar, a comunidade internacional levou a cabo várias operações no país, nomeadamente a MISAB (operação africana), a

---

<sup>359</sup> GLOBAL EDUCATION CLUSTER, 2015

<sup>360</sup> THE WORLD BANK, 2017 (f)

<sup>361</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (o)

MINURCA, a MINUSCA (operação ainda a decorrer) e a França levou a cabo várias iniciativas que visavam o restabelecimento da paz, sem sucesso.

Antes de mais, referir que a MINURCA foi a primeira missão em África depois dos fracassos na Somália (UNOSOM I 1992-1993 e UNOSOM II 1993-1995) e no Ruanda (UNAMIR 1993-1996) que condicionaram bastante a atuação da ONU neste continente. Em primeiro lugar, houve algum receio em revestir a missão com um mandato mais abrangente devido à preocupação de não interferir nos assuntos internos da RCA e, portanto, o mandato da missão foi mais restrito.

Por outro lado, o Presidente Patassé assumiu uma postura rígida procurando manter intacta a soberania e o controlo do poder, limitando a ação da MINURCA. Em terceiro lugar, a missão tinha recursos limitados em termos materiais, financeiros e humanos. Para além disso, a sua ação também estava bastante circunscrita à zona geográfica da capital.

Como já foi referido, a MINURCA trabalhou de perto com as forças nacionais num espírito de grande colaboração, especialmente no que diz respeito à monitorização das eleições. No que se refere ao desarmamento e treino dado às forças de segurança, este esforço não teve um impacto significativo no terreno. As forças policiais treinadas continuaram a ser claramente insuficientes para manter a lei e a ordem no país e careciam de recursos para o cumprimento da sua missão. Se por um lado podemos registar que na capital houve uma melhoria na situação de segurança e estabilidade, principalmente em termos militares, o mesmo não se verificou no resto do país. No que diz respeito ao desarmamento, o número de armas recolhidas, como referido anteriormente, foi muito baixo e muitas delas voltaram a circular nas ruas. O SG refere no seu último relatório respeitante à MINURCA a importância da missão para a RCA:

Through their presence and active role in the Central African Republic, MINURCA, its predecessors and MISAB have provided the people and Government of the Central African Republic with much more needed stability and breathing space after a period of serious upheaval that threatened to unravel any prospects of developing its economy and society. The consistent backing of the international community, as well as MINURCA's dissuasive presence and firmness in curbing legislative and presidential elections and the launching of major political, social and economic reforms. It should also be borne in mind that these positive developments took place as the wider Central African Republic. Accordingly, as the United Nations withdraws its peacekeepers from the country, the Government of the Central African Republic will

need to do its utmost to build on the gains made during MINURCA's presence and continue to work resolutely towards genuine democracy and economic recovery.<sup>362</sup>

Parece-nos que, em boa verdade, a realização das eleições legislativas e presidenciais foi o aspeto mais relevante no âmbito dos objetivos alcançados pela MINURCA. Não podemos afirmar que, de facto, houve a construção/reconstrução das condições que levariam a RCA a alcançar um nível de estabilidade conducente com a melhoria das condições de vida da população, como se pode observar pelos indicadores de desenvolvimento humano. Até porque, em 2013, o país reemerge numa situação de grande instabilidade.

Por último, referir que a retirada da MINURCA foi demasiado prematura, provavelmente motivada por questões financeiras. Alguns países africanos demonstraram a sua preocupação na retirada da missão considerando que esta deveria manter-se no terreno por mais algum tempo. No seu nono relatório, o SG refere uma carta que recebeu no seguimento desta preocupação:

I received a letter from the President of Algeria and current Chairman of the Organization of African Unity (OAU), Abdelaziz Bouteflika, dated of 27 December 1999, in which he expressed his concern over the possible consequences of MINURCA's withdrawal on the security and stability in the Central African Republic.<sup>363</sup>

---

<sup>362</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000 (c)

<sup>363</sup> Ibidem



## CAPÍTULO 9 – REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA E CHADE

### 9.1 - Enquadramento histórico

Figura 9.1 Mapa de Localização da República Centro-Africana e Chade



Fonte: <http://www.bbc.com/news/world-africa-13150040>

O Chade é um país interior do norte da África Central, que confronta com a Líbia, Camarões, República Centro-Africana, Nigéria e o Sudão. Mantém um conflito com a Líbia relacionado com a Faixa de Aouzou.

O Chade tem quatro zonas climáticas: planícies amplas e áridas no centro do país, deserto no norte, montanhas secas no noroeste e terras baixas tropicais no sul. Apenas 3% do território é terra arável e sem cultivo permanente. O Chade está sujeito a secas periódicas, a pragas de gafanhotos e aos ventos quentes, secos e poeirentos do harmattan, que ocorrem no norte do país. O lago Chade, partilhado pelo Chade e pelos Camarões, foi em tempos o segundo maior lago de África, mas durante as últimas décadas o seu tamanho diminuiu drasticamente e está hoje reduzido a menos de 10% da sua anterior extensão.

Este país é um verdadeiro puzzle étnico contando com mais de duzentas etnias. Os idiomas oficiais são o árabe e o francês, e as religiões o Islamismo e o Cristianismo.

Trata-se de uma antiga colónia francesa que conquistou a sua independência em 1960. A sua história foi pautada por sucessivas revoltas, com os cristãos e os muçulmanos a lutar pela hegemonia do poder.

Desde 2003 que mais de 240,000 refugiados sudaneses entraram no Chade para fugir ao conflito em Darfur. Estes vieram juntar-se aos aproximadamente 45,000 refugiados da República Centro-Africana (RCA), a somar ao facto do país já se deparar com cerca de 180,000 chadianos deslocados pela guerra civil na zona este.

Em resposta a esta situação, e às ações de grupos armados com base no Chade e em Darfur (Sudão do Sul), incluindo ataques transfronteiriços, o CS aprova a resolução 1778 em setembro de 2007, de acordo com as consultas efetuadas junto do Chade e da República Centro-Africana, que concordaram com a constituição de uma operação civil e policial da ONU (MINURCAT) e uma força militar da União Europeia (EUFOR), com o objetivo de proteger os civis, promover os direitos humanos e o cumprimento da lei, assim como promover a paz regional.

## 9.2 - MINURCAT

A 18 de maio de 2006, o Ministro da *Land Administration* chadiano solicitou ao ACNUR, em N'Djamena, apoio para aumentar a presença das forças do seu país nos campos de deslocados e refugiados. Subsequentemente foi assinado um Memorandum de Entendimento para o envio de 235 polícias chadianos para 12 campos de refugiados no este do país. Diversas organizações humanitárias e de defesa de direitos humanos produziram vários relatórios sobre esta matéria e pediram uma forte resposta internacional aos ataques contra os civis na região, mas foi o ACNUR que desempenhou o papel mais importante na demanda por proteção internacional dos civis.<sup>364</sup>

Em junho, o ACNUR iniciou conversações com as autoridades francesas com o objetivo de melhorar a segurança nos campos de refugiados. “The urgency of the situation was underlined by the murder of a number of humanitarian workers.”<sup>365</sup>

---

<sup>364</sup> ACNUR, 2006 (a)

<sup>365</sup> NOVOSSELOF et GOWAN, 2002

Durante este período, a crise no Chade foi apresentada como o resultado da guerra em Darfur, tanto pela ONU como pelo próprio governo do Chade, organizações de direitos humanos e órgãos de comunicação internacional<sup>366</sup>.

Some of the violence in eastern Chad, particularly between the years 2005 – 2007, was provoked by the notorious Janjaweed militia, which is backed by the Sudanese government and responsible for widespread war crimes and crimes against humanity in Darfur. The Janjaweed carried out many cross-border raids, in alliance with armed elements in Arab communities in eastern Chad. Thousands of Chadians were killed and injured in these attacks. Amnesty International has documented the widespread crimes against humanity committed in the course of these attacks.<sup>367</sup>

Esta perceção, de que a desestabilização no este do Chade foi causada inicialmente pela guerra em Darfur, encontra-se refletida na resolução 1706 (31 de agosto de 2006) do CS da ONU que solicita a constituição de uma presença multidimensional:

Establishment of a multidimensional presence consisting of political, humanitarian, military and civilian police liaison officers in key locations in Chad, including in internally displaced persons and refugee camps, and if necessary, in the Central African Republic (...) to monitor transborder activities of armed groups along the Sudanese borders with Chad and the Central Republic in particularly through regular ground and aerial reconnaissance activities<sup>368</sup>.

Contudo, a insegurança foi perpetuada ao longo dos anos por uma «guerra por procuração» entre o Chade e o Sudão, que apoiavam grupos rebeldes no outro país. No leste do Chade, o grupo rebelde JEM (*Justice and Equality Movement*) usava abertamente os campos de refugiados para descanso e recuperação<sup>369</sup>. Esta situação levou o ACNUR a lamentar a violação frequente daquilo que era o espírito destes locais “the civilian and humanitarian character of

---

<sup>366</sup> Exemplos: “UN Rights Chief Warns of Crisis in Chad as Darfur Atrocities Soill Over”, UN News Centre, 17 november 2006; “Chad/Sudan: End Militia Attacks on Civilians”, Human Rights Watch, 16 November 2006; “Spillover Effect; Is Chad the New Darfur?” The New Republic, 12 July 2006; “Chad: Civilians Left Unprotected as Brutal Janjawid Attacks Reach 150 Kilometres Inside Chad”, Amnesty International, 1 december 2006.

<sup>367</sup> AMNESTY INTERNATIONAL, 2009

<sup>368</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006 (b)

<sup>369</sup> ACNUR, 2006 (b)

refugee camps and IDP sites...by armed elements who either forced or persuaded refugees from the Central African Republic were residing in eastern Chad.<sup>370</sup>”

Apesar da resolução 1706 prever a constituição de uma operação de apoio à paz da ONU, o Chade mostrou-se relutante e quis circunscrever a presença desta força aos campos de refugiados onde deveriam promover a sua segurança. O Secretariado da ONU também se mostrou céptico em relação às condições no terreno, nomeadamente, o clima de instabilidade e de hostilidade sentido no país que dificultaria a missão e a sua estratégia.

...the Government of Chad consistently voiced serious reservations about accepting the presence of an international military component. Chad repeatedly expressed its strong preference that any international presence be civilian in nature, that it assist in the protection of refugees and internally displaced persons and that it contribute to economic development in the east.<sup>371</sup>

Assim, e tendo em conta esta conjuntura, recomendou a presença de 10,000 a 11,000 militares para conduzir uma operação orientada para a proteção de civis apenas num contexto de consenso entre as partes e diálogo político. No entanto, a França, que era o maior apoiante da presença militar internacional no Chade, conseguiu convencer o governo a aceitar uma operação focada na ajuda humanitária.

A MINURCAT, que se tratava de uma operação composta por civis, tinha a proteção de uma força europeia de pequena dimensão, a EUFOR. A resolução 1778 do CS de 25 setembro de 2007 autorizava esta operação conjunta a proteger refugiados, deslocados, pessoal humanitário e a alargar a área onde a ajuda humanitária era prestada. O seu mandato incluía também a parte nordeste da RCA devido ao movimento de refugiados na fronteira. Apesar da falta de vontade do Chade em aceitar uma força de apoio à paz, a MINURCAT e a EUFOR chegaram ao terreno no início de 2008.

Com a aprovação da resolução 1861 de 14 de janeiro de 2009, o CS reiterou a sua preocupação com as atividades de grupos armados e banditismo no este do Chade, no nordeste da RCA e no oeste do Sudão, que ameaçavam a segurança da população civil, as operações humanitárias e a estabilidade nestes países. Daqui resultaram graves violações de direitos humanos e do direito humanitário internacional.

---

<sup>370</sup> ACNUR, 2006 (b)

<sup>371</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010 (b)

Reiterating its concern at the humanitarian and security repercussions in eastern Chad and the north-eastern Central African Republic of the ongoing violence in Darfur; Deeply concerned at armed activities and banditry in eastern Chad, the north-eastern Central African Republic and western Sudan which threaten the security of the civilian population, the conduct of humanitarian operations in those areas and the stability of those countries, and which result in serious violations of human rights and international humanitarian law,...<sup>372</sup>

Através da referida resolução, o CS atribuiu uma componente militar à MINURCAT para que esta desse seguimento às ações da EUFOR, tanto no Chade como na RCA, no fim do seu mandato em março de 2009: “Authorizes the deployment of a military component of MINURCAT to follow up EUFOR in both Chad and the Central African Republic at the end of its mandate.”

A transferência de autoridade entre a EUFOR e a componente militar da MINURCAT teve lugar a 15 de março de 2009. “...Decides that MINURCAT shall include a maximum of 300 police officers, 25 military liaison officers, 5,200 military personnel and an appropriate number of civilian personnel.”<sup>373</sup> Com a transferência da autoridade da União Europeia para as Nações Unidas, houve pouco tempo para conseguir o comprometimento dos estados-membros em enviar efetivos:

The short time frame allowed little time for potential troop contributors to secure the necessary equipment and enabling forces. In the early months of deployment, the multiple problems that plagued troop deployments challenged the Mission’s effectiveness and credibility on the ground.<sup>374</sup>

A 15 de janeiro de 2010, o governo do Chade informa o SG que pretende a retirada da MINURCAT do Chade a partir de 15 de março de 2010. Seguiram-se intensivas consultas entre o governo chadiano e o secretariado da ONU, que resultaram na extensão da missão, com o mandato revisto, até ao final de 2010. Ao mesmo tempo, o primeiro interlocutor comprometeu-se a exercer a sua responsabilidade soberana a fim de garantir um clima de segurança e proteção da população civil no este do Chade, incluindo refugiados, deslocados, retornados e comunidades locais, com um enfoque particular nas mulheres e crianças, pessoal humanitário,

---

<sup>372</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009 (a)

<sup>373</sup> *Ibidem*

<sup>374</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010 (b)

nomeadamente da ONU, assim como os seus bens, de acordo com as suas obrigações nos termos das leis internacionais na área humanitária, dos direitos humanos e dos refugiados<sup>375</sup>.

Em 25 de maio de 2010, o CS através da resolução 1923 (2010) reviu o mandato da missão. Sob as novas diretrizes, o governo do Chade assume total responsabilidade sobre a proteção de civis, de acordo com as normas internacionais, ao mesmo tempo que a MINURCAT começa a retirada gradual da sua componente militar a partir de 27 de maio de 2010. O novo mandato permite que a componente civil da missão trabalhe com o governo na consolidação dos ganhos alcançados até ao momento e auxilie no desenvolvimento de estratégias para a sua sustentabilidade após a sua saída em 31 de dezembro de 2010:

Welcoming the signature on 15 January 2010 by the Governments of Chad and Sudan of an agreement to normalize their bilateral relations, as well as the deployment by the Governments of Chad and Sudan of a joint force under a joint command along their common border with a view to denying the cross-border movement of armed elements and stemming their criminal activities; Commending the creation by the Government of Chad, with the logistical, administrative and technical support of the United Nations Mission in the Central African Republic and Chad (MINURCAT), of the Détachement Intégré de Sécurité (DIS) to contribute to the security of refugees and humanitarian workers in key towns, refugee camps and IDP sites and noting that the DIS provides community policing in these sites and escorts for United Nations personnel and humanitarian workers.<sup>376</sup>

O CS decidiu que a componente militar da missão deveria ser reduzida para 2,200 militares (1900 no Chade e 300 na RCA) e solicitou ao SG a implementação da retirada do número de excedentes de efetivos do terreno até 15 julho e, a partir de 15 de outubro, a sua totalidade.

Durante o último período do mandato, a MINURCAT reconduziu os programas que estava a implementar para o Governo do Chade e para as agências da ONU de forma a terminar as suas responsabilidades no país. Estes programas diziam respeito a matérias como direitos humanos, boa governação, proteção de crianças, prevenção contra a violência baseada no género, regresso de pessoas deslocadas e prevenção de HIV/SIDA.

---

<sup>375</sup>Convention relating to the status of refugees of 28 July 1951; additional protocol of 16 December 1966, 1969 Convention of the organization of African Unity (sobre o problema dos refugiados em África).

<sup>376</sup>CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010 (c)

Com o término da missão a 31 de dezembro de 2010, permaneceram no país uma equipa da ONU e o BONUCA (*UN Integrated Peacebuilding Office in the Central African Republic*).

Reporting to the Security Council in December, the Secretary-General said: MINURCAT has been an unusual and unique United Nations peacekeeping operation in that it was devoted solely to contributing to the protection of civilians, without an explicit political mandate. It has gone through the stages of planning, deployment and withdrawal in the short span of less than four years, enduring adversities in each.<sup>377</sup>

A MINURCAT foi estabelecida inicialmente com o propósito de contribuir para a proteção de civis e não tinha um mandato político, quer isto dizer que não tinha uma agenda política a seguir ou definida: “From 2006 onwards, UN officials had argued that this should be tied to a mandate to assist political dialogue between the various Chadian factions, but Chad’s government refused to accept this, viewing an international presence as a threat to its very existence.”<sup>378</sup>. O destacamento da missão teve lugar numa altura em que não havia um entendimento comum sobre a proteção de civis no contexto de uma operação de apoio à paz da ONU. Como consequência, cada ator no terreno tinha diferentes expectativas e interpretações do tipo de proteção a exercer, baseado nas perspetivas da sua própria organização, em vez de num entendimento comum, representando isto uma grande dificuldade para o bom desenrolar da missão.<sup>379</sup>

Por outro lado, a missão sofreu vários constrangimentos operacionais e logísticos devido ao difícil contexto em que se inseria.

In mid-April 2009 the Secretary-General reported that the mission had only received “pledges” for six of a necessary 18 military helicopters. In a briefing to the Security Council on 8 May 2009 Dmitri Titov, Officer-in-Charge of the UN Department of Peacekeeping Operations indicated that MINURCAT lacked 14 of the required 18 military utility and reconnaissance helicopters called for in the concept of operation for the Mission, and that as a result it lacked the ability to observe and track incidents as they develop, as well as a reserve force that possesses the necessary mobility to reinforce sites or react to changing circumstances.<sup>380</sup>

---

<sup>377</sup> NAÇÕES UNIDAS, Sem data (o)

<sup>378</sup> NOVOSSELOF et GOWAN, 2002

<sup>379</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010 (c)

<sup>380</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009 (b)

Este contexto levou a uma fraca capacidade de mobilização de efetivos para integrar a mesma. “The difficult environmental conditions challenged the Mission’s capability to attract personnel and achieve sufficient staffing levels, notably in such key support areas as engineering.”<sup>381</sup>

A MINURCAT, a acrescer à dificuldade referida, comprometeu-se também com projetos e uma calendarização que era extremamente difícil de cumprir nas condições em que se inseria.

No seu mandato inicial, a MINURCAT tinha como objetivo auxiliar na formação e treino de uma força policial chadiana designada por *Détachement Intégré de Sécurité* (DIS):

To select, train, advise and facilitate support to elements of the Police tchadienne pour la protection humanitaire referred to in paragraph 5: Endorses the police concept referred to in the report of the Secretary-General, including the provisions regarding the establishment of the Police tchadienne pour la protection humanitaire (PTPH), which would be dedicated exclusively to maintaining law and order in refugee camps, sites with concentrations of internally displaced persons and key towns in neighbouring areas and to assisting in securing humanitarian activities in eastern Chad, and, in this regard, encourages the Government of Chad to establish the PTPH, emphasizes the urgent need to provide logistical and financial support to the PTPH and requests the Secretary-General to mobilize member States and institutional donors for this purpose. <sup>382</sup>

Esta tarefa representou um desafio para a ONU no que diz respeito à conceção de uma estrutura nacional sustentável de segurança em concordância com as normas e padrões internacionais, acima de tudo no que concerne à sua continuidade após a retirada da missão. A DIS “would assume exclusive law enforcement responsibility in carefully defined jurisdictions, centered on refugee camps and surrounding concentrations of internally displaced persons and associated towns.” <sup>383</sup> Esta foi uma das raras situações em que uma força nacional de segurança se tornou parte integrante e responsável de uma operação da ONU.<sup>384</sup> A MINURCAT equipou a DIS com veículos, uniformes, armas e planeou a construção de esquadras de polícia, nas seis maiores cidades do Chade, e postos em doze campos de refugiados.

---

<sup>381</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010 (c)

<sup>382</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2007 (a)

<sup>383</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2007 (b)

<sup>384</sup> Ocorreu situação semelhante na UNTEA na Nova Guiné ocidental em 1962-63 quando uma força policial local ficou responsável pelo patrulhamento de rotina sob administração das NU.

Apesar das dificuldades operacionais sentidas inicialmente, a DIS tornou-se em 2010 numa força muito mais eficaz e apta a superar a maioria dos desafios que lhe eram colocados. Eram recorrentes, numa primeira fase, os relatos de má conduta por parte dos agentes da DIS, que incluíam atos de violência, falta de profissionalismo e de perfil para o desempenho das suas funções.

There are been serious problems associated with the deployment of DIS officers throughout eastern Chad. The UN has reported a number of “serious cases of ill-discipline” in which DIS officers have been accused of alleged acts of violence, generally involving firearms, which have reportedly led to deaths or injuries of a number of civilians and, in one case, the temporary detention by a DIS officer of a UN police officer.<sup>385</sup>

As suas tarefas diárias incluíam a proteção dos pontos de distribuição de bens alimentares, patrulhas em redor dos campos de refugiados e a escolta aos agentes de ação humanitária. A DIS teve um impacto positivo na área da segurança no este do país e no fim da missão a sua força atingiu os 1,000 efetivos, que incluíam cerca de 10% de mulheres.

Com a saída da força militar da MINURCAT, a DIS assumiu tarefas mais robustas do que as originalmente previstas, como a perseguição de sequestradores e confrontos diretos com grupos dedicados ao banditismo:

Equipped with only side-arms, they often took on the pursuit of hijackers. Sometimes, they got into firefights and ambushes and suffered many wounded and several fatalities as a result. This was one of the reasons why the government of Chad lost faith in MINURCAT; it could not see why a peacekeeping operation was necessary when the peacekeepers only seldom engage in direct confrontations with armed bandits.<sup>386</sup>

A MINURCAT tinha algumas limitações em termos de equipamento que depois se refletiam, de igual forma, em constrangimentos operacionais.

Esta missão pode ser entendida como a primeira operação da ONU de proteção de civis. O próprio governo chadiano entendia que esta operação não devia ter um mandato político.

The protection of civilians in eastern Chad consisted of more than assuring the physical security of refugees, the internally displaced and humanitarian workers. Intercommunity dialogue, the enhancement of local governance structures, including justice and prisons, respect for human rights and the creation of socio-economic incentives for the safe and

---

<sup>385</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2007 (b)

<sup>386</sup> KARLSRUD, 2015: 791-802.

voluntary return of the displaced are mutually interdependent requirements for the protection of civilians, and depend ultimately on the host Government.<sup>387</sup>

A DIS era financiada através de um fundo da MINURCAT e recebia inicialmente 21 milhões de dólares. Em 2009, numa conferência de dadores em Bruxelas foram realocadas verbas para este fundo. No entanto, apenas permitiam à missão operar até à primeira metade de 2010.

Although the government of Chad reiterated its commitment to assume full responsibility for the logistical and material requirements of the DIS, challenges remained and sustained donor support, including training, oversight, and resources was necessary for continued operations.<sup>388</sup>

Antes, durante e mesmo até depois da MINURCAT e da EUFOR, a principal prioridade eram as populações vulneráveis com enfoque especial nos deslocados e nos refugiados. A população local nunca foi considerada nesta priorização, o que era bastante problemático pois cerca de 700,000<sup>389</sup> pessoas eram afetadas pelo contexto em que viviam, mas não se encontravam nas categorias acima referidas.

As tensões entre o governo e a missão afetaram também as relações do próprio governo com as organizações não-governamentais tendo em conta que o papel de proteção dos trabalhadores humanitários colocava em risco a imparcialidade e neutralidade da ONU.

MINURCAT's mandate, which was largely intended to support humanitarian activity, inadvertently became a double-edged sword for humanitarian workers operating in eastern Chad, and arguably made them a target for coercive practices by the government such as forcing them to take on escorts.<sup>390</sup>

A MINURCAT também iniciou uma cooperação intermissões com outras operações da ONU na região, como a UNAMID (Darfur), UNMIS (Sudão), MONUC (República Democrática do Congo) e BONUCA (República Centro-Africana), permitindo ao CS e a outras agências especializadas, troca de informação relativa a assuntos humanitários e políticos, assim como assegurar algumas sinergias em termos de partilha de recursos, como por exemplo, em planos de transporte.

---

<sup>387</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010 (d)

<sup>388</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010 (e)

<sup>389</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS 2008

<sup>390</sup> KARLSRUD et COSTA, 2013

A MINURCAT estava também mandatada, através da resolução 1778 (2007), para facilitar o diálogo regional entre o Chade e o Sudão<sup>391</sup> e, em 2009, sugeriu várias medidas de *confidence building* nomeadamente a realocização de campos de refugiados perto da fronteira sudanesa.

A 15 de janeiro de 2010, o Chade e o Sudão assinaram um acordo de paz em N'Djamena. No mesmo dia, o governo chadiano enviou uma *note verbale* ao CS declarando que, após 15 de março, não necessitava do apoio da MINURCAT para proteger os civis no este do país. Esta decisão baseou-se em vários fatores que incluíam o progresso nas relações com o Sudão e a maior eficácia da DIS para proteger a população vulnerável. O governo assumiu a sua responsabilidade de proteção dos cidadãos em risco.

Dentro da UE também foram levantadas algumas questões em relação a esta operação conjunta:

Although France had secured Chad's consent for an EU mission, there were doubts within EU itself about the proposal. Some european governments were concerned about the operational challenges – especially ensuring that the mission had a clear end-date – but some also questioned whether the EU should prioritize Africa.<sup>392</sup>

Devido ao facto de ter contado com efetivos de proveniências muito diversificadas (Áustria, Albânia, Bangladesh, Bolívia, Brasil, Benin, Burkina Faso, Croácia, Camboja, República Democrática do Congo, Dinamarca, Equador, Etiópia, Egito, França, Finlândia, Gabão, Gâmbia, Gana, Itália, Irlanda, Jordânia, Quênia, Quirguizistão, Mongólia, Malásia, Mali, Noruega, Nepal, Nigéria, Namíbia, Polónia, Paquistão, Paraguai, Portugal, Rússia, Ruanda, Sri Lanka, Sérvia, Senegal, Espanha, Togo, Tunísia, Uganda, Estados Unidos, Uruguai, Iémen e Zâmbia, Burundi, Camarões, Costa do Marfim, França, Guiné, Líbia, Madagáscar, Suécia e Turquia), a MINURCAT apresentou abordagens inovadoras na proteção de civis tais como a utilização de drones de vigilância.

Uma questão recorrente era se esta força da ONU era adequada para cumprir a finalidade geral do seu mandato, a proteção de civis. Era questionável se os 4,900 militares autorizados na área, com o objetivo de providenciar segurança no este do Chade, eram mais eficientes do que considerar menos efetivos, mas equipados com veículos ligeiros, drones de reconhecimento e alguns helicópteros com capacidade para voar dia e noite. Independentemente disto, a ONU

---

<sup>391</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2007 (a)

<sup>392</sup> NOVOSSELOF et GOWAN, 2002

considera que a missão contribuiu com sucesso para melhorar as condições de segurança no este do Chade, nomeadamente junto das populações mais vulneráveis.

Notwithstanding the difficulties faced, the Mission successfully contributed to enhancing security in eastern Chad, particularly among the most vulnerable segment of the population. The Mission's substantive programmes have left their mark in eastern Chad. DIS, despite some shortcomings, is a relatively successful experiment of a nationally owned and internationally supported security structure for the protection of civilians.<sup>393</sup>

Por outro lado, o facto do CS ter cedido à exigência do Chade em não atribuir um mandato político à MINURCAT, contra a posição do Secretariado da ONU, acabou por colocar a mesma numa posição frágil, principalmente quando o Chade solicitou a sua retirada.

---

<sup>393</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010 (b)

### 9.3 - Indicadores de desenvolvimento humano

O Chade é um país árido e sem ligação ao mar (país encravado), com um nível de rendimento baixo e com uma população predominantemente rural de 12 milhões de pessoas. Apresenta um IDH muito baixo, em 2015, de 0,396, posicionando-se em 185 (2016) em 189 países e territórios.

87% da população rural vive abaixo do limiar de pobreza, segundo dados do *World Food Programme*<sup>394</sup>. Este país posiciona-se na 116ª posição do Índice Global da Fome entre 117 países. Em 2015, mais de 2,4 milhões de pessoas a viver em zonas rurais encontravam-se em situação de insegurança alimentar (people are considered food secure when they have available access at all times to sufficient, safe, nutritious food to maintain a healthy and active life), dos quais cerca de 428,000 eram classificados como “*severely food insecure*”<sup>395</sup>.

A situação de pobreza no Chade agravou-se nos últimos cinquenta anos devido a choques climáticos recorrentes e numerosos conflitos, envolvendo por vezes países vizinhos como o Sudão, a Líbia, a República Centro-Africana e a Nigéria. Esta situação provocou uma pressão adicional nos recursos limitados do país.

No Chade predomina a economia familiar que depende principalmente da agricultura e da pecuária para o seu sustento e o acesso à educação básica é muito limitado.

The combination of a lack of infrastructure, limited human resources, and food insecurity has hampered access to basic education in a country where only one-third of adults are literate and two-thirds of school-age are enrolled.<sup>396</sup>

A mais recente avaliação nacional sobre nutrição no Chade indicou que 11,7% das crianças com menos de cinco anos apresentam problemas de desenvolvimento causados pela desnutrição crónica. A taxa de mortalidade materna, embora tenha apresentado melhorias, permanece elevada (980 mortes por 100.000 nados-vivos em 2013). A má saúde materna pode ser atribuída a muitos fatores, incluindo a dificuldade de acesso e a utilização inadequada dos serviços de saúde.

---

<sup>394</sup> WORLD FOOD PROGRAMME, 2017

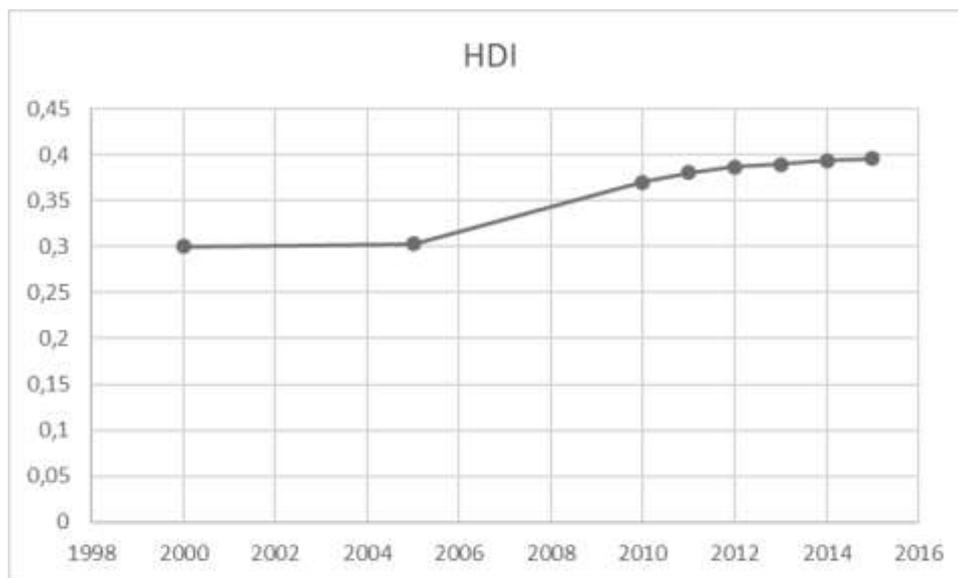
<sup>395</sup> Ibidem

<sup>396</sup> WORLD FOOD PROGRAMME, 2017 (a)

**Quadro 9.1 Chade - Indicadores (1990-2015)**

	<b>Life expectancy at birth</b>	<b>Expected years of schooling</b>	<b>Mean years of schooling</b>	<b>HDI</b>
<b>1990</b>	46,9	3,2	-	-
<b>1995</b>	47,4	3,6	-	-
<b>2000</b>	47,6	4,9	1,4	0,300
<b>2005</b>	48,0	5,5	1,5	0,303
<b>2010</b>	49,9	6,7	1,9	0,370
<b>2011</b>	50,4	7,3	2,0	0,381
<b>2012</b>	50,8	7,3	2,1	0,387
<b>2013</b>	51,2	7,3	2,2	0,390
<b>2014</b>	51,6	7,3	2,3	0,394
<b>2015</b>	51,9	7,3	2,3	0,396

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

**Figura 9.2 Chade – Índice de Desenvolvimento Humano (1990-2015)**

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

Entre 2000 e 2015 o IDH aumentou cerca de 32% (de 0,300 para 0,396) colocando o país na categoria de *baixo desenvolvimento humano* e na posição 186 do «ranking» em 188 países e territórios.

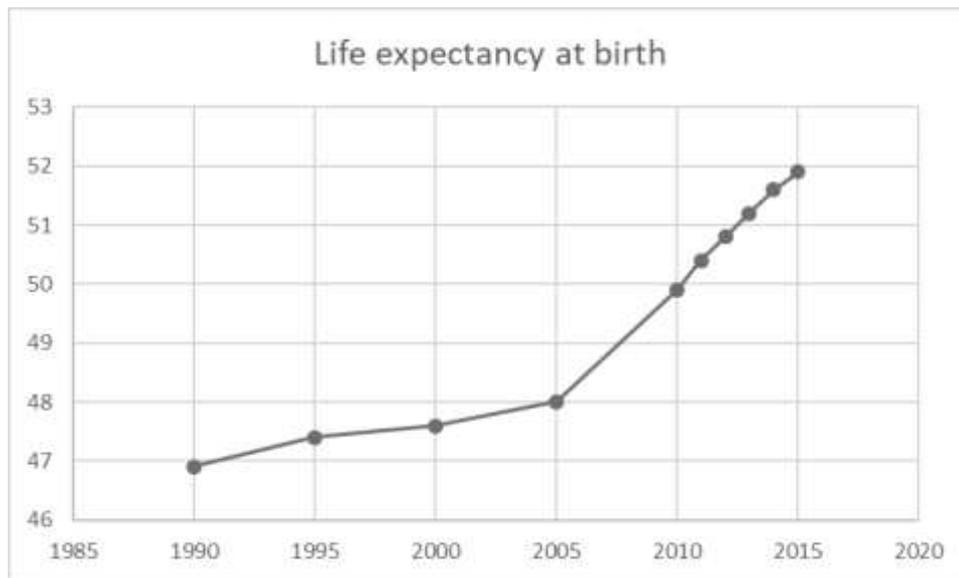
**Quadro 9.2 Indicadores do Chade, Burkina Faso, Nigéria e África subsaariana 2015**

	HDI value	HDI rank	Life expectancy at birth	Expected years of schooling	Mean years of schooling
<b>Chade</b>	0,396	186	51,9	7,3	2,3
<b>Burkina Faso</b>	0,402	185	59,0	7,7	1,4
<b>Nigéria</b>	0,353	187	61,9	5,4	5,4
<b>África subsaariana</b>	0,523	-	58,9	9,7	5,4
<b>Baixo IDH</b>	0,497	-	59,3	9,3	4,6

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O IDH do Chade em 2015 (0,396) encontra-se abaixo da média dos países com baixo desenvolvimento humano (0,497) e abaixo da média dos países da África subsaariana (0,523). Deste grupo de países, o Burkina Faso e a Nigéria são os que se encontram mais próximos do Chade no «ranking», respetivamente nas posições 185 e 187.

**Figura 9.3 Chade *Life expectancy at birth* (1990-2015)**



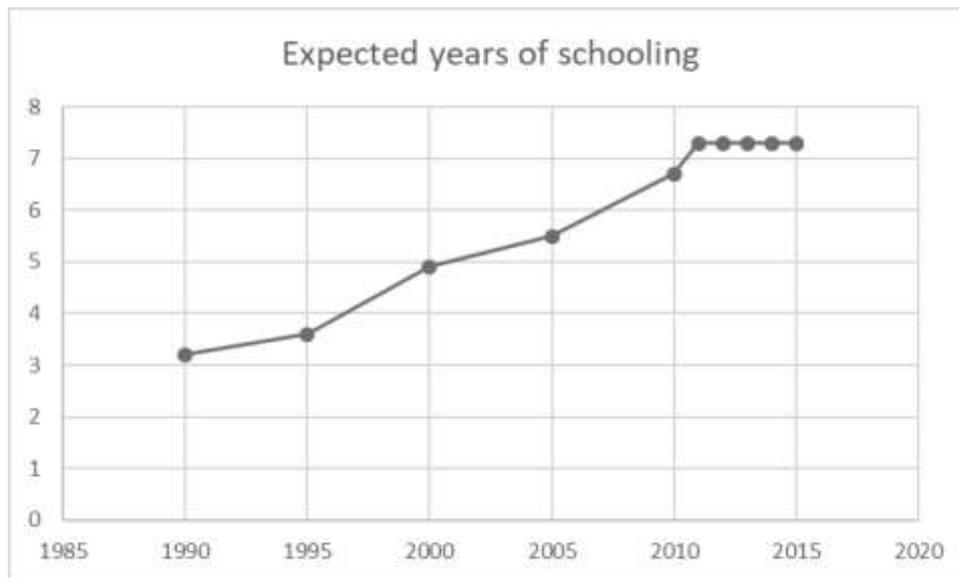
**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

Entre 1990 e 2015, a esperança média de vida à nascença aumentou em 5 anos. Apesar deste aumento, este indicador encontra-se abaixo do valor de referência (71,4 anos em 2015 segundo a OMS<sup>397</sup>).

---

<sup>397</sup> ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2015

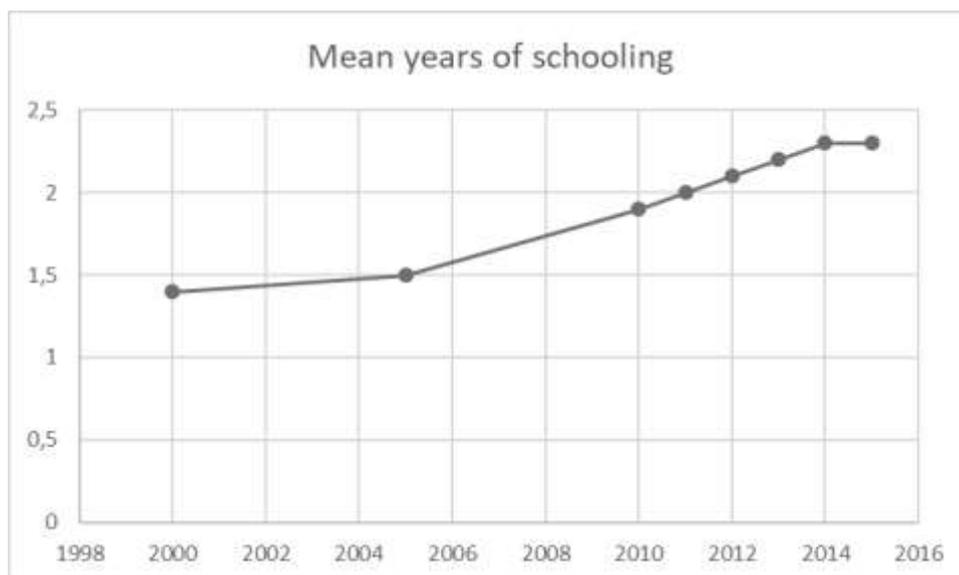
**Figura 9.4 Chade *Expected years of schooling* (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

No mesmo quadro temporal, observamos que o índice de anos esperados de escolaridade aumentou 4,1 anos, estagnando em 2011 (7,3 anos).

**Figura 9.5 Chade *Mean years of schooling* (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O período médio de escolaridade aumentou cerca de 0,9 anos tendo estagnado também em 2013.

#### 9.4 - Síntese conclusiva

A MINURCAT decorreu entre setembro de 2007 e dezembro de 2010 e tinha como principal objetivo contribuir para a proteção dos civis, promover o respeito pelos direitos humanos, pela lei e promover a paz regional. Como já foi mencionado, esta missão pode ser entendida como a primeira operação da ONU de proteção de civis. O Governo Chadiano sempre assumiu uma posição contra qualquer tipo de mandato político da missão.

Aquando da retirada da MINURCAT, no final da 2010, a situação no este do Chade continuava muito grave em termos humanitários:

In that region, some 70 humanitarian organizations continued to provide assistance to some 255,000 refugees, more than 137,500 internally displaced persons and about 43,000 returnees, as well as a host population of 150,000. The destruction of more than 104,000 hectares of crops during the rainy season rendered the population vulnerable in southern, central and eastern Chad. Across the Sahelian belt in Chad, an estimated 1.6 million people now face food insecurity and malnutrition. Areas particularly affected in the east include Assoungha, Djourf Al Ahmar, Kimiti and Ouaddai.<sup>398</sup>

Como pudemos verificar anteriormente, os índices de desenvolvimento humano neste país são muito baixos, refletindo as poucas condições em que a comunidade chadiana vive. Os escassos recursos do país foram sobrecarregados com vários choques climáticos e por um clima de instabilidade que provocou o aumento da insegurança alimentar no país. Após a saída da missão podemos observar um ligeiro aumento nos indicadores, no entanto, consideramos que não têm expressão pois a população continua a viver com sérias privações e não ocorreu, na realidade, a melhoria das suas condições de vida.

A somar aos problemas internos, o conflito em Darfur provocou um grande fluxo de refugiados para o Chade. A MINURCAT foi concebida como uma forma indireta de lidar com a crise de Darfur e levantou algumas resistências por parte do Secretariado da ONU, suscitando, da mesma forma, algumas dúvidas em relação à realização de uma operação que não reunia o consenso geral dentro da própria organização, sem efetivos militares suficientes e com um

---

<sup>398</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010 (b)

mandato sem agenda política. O governo chadiano apenas aceitou a presença internacional quando percebeu que dela poderia retirar dividendos materiais e melhorar a percepção da crise humanitária no este do país.

A missão sofreu vários constrangimentos devido à situação de insegurança que se vivia no país, nomeadamente com os ataques rebeldes em N'Djamena desde o seu início, em janeiro de 2008. Como referimos anteriormente, a falta de recursos (equipamento) da missão causou algumas dificuldades operacionais que foram transversais também à EUFOR.

The idea of deployment EUFOR in the last quarter of 2007 fell victim to a shortage of offers of essential helicopters. There was even some talk of cancelling the mission altogether due to the helicopter gap, which was eventually plugged by an offer of aircraft from Russia. Nonetheless, the slow progress in deployment reflected a lingering mistrust of the mission in the EU.<sup>399</sup>

A missão conjunta UE-ONU não reuniu um consenso claro à sua volta. Se, por um lado, a UE consegue de forma mais rápida proceder ao envio de forças para o terreno, por outro lado, a coordenação operacional de duas forças conjuntas provenientes de duas organizações coloca algumas dificuldades. Não obstante isto, a operação conjunta trouxe novas abordagens à proteção de civis. “MINURCAT and EUFOR remain controversial in both UN and EU circles. Some of those involved with the UN mission argue that it has achieved the unstated goal of preserving the governments of Chad and CAR. But the alternative might have been much greater regional instability”.<sup>400</sup>

Os desafios continuam a ser muitos. Mais de meio milhão de refugiados e deslocados continuam a precisar de assistência e proteção humanitária. Pese embora as pessoas deslocadas expressarem, cada vez mais, vontade em regressar às suas áreas de origem, a insegurança sentida, a fragilidade das estruturas locais do governo e a ausência dos serviços básicos, desencorajaram os movimentos em massa. A situação dos refugiados permanecerá até que a instabilidade e insegurança nos seus locais de origem seja resolvida.

---

<sup>399</sup> NOVOSSELOF et GOWAN, 2002

<sup>400</sup> Ibidem



## CAPÍTULO 10 – BURUNDI

### 10.1 - Enquadramento histórico

**Figura 10.1 Mapa de Localização do Burundi**



**Fonte:** <https://www.google.pt/maps/place/Burundi>

Burundi é um país africano, que faz fronteira a norte com o Ruanda, a leste e sul com a Tanzânia e a oeste com a República Democrática do Congo. É um dos poucos países em África cujas fronteiras não foram definidas pelas potências colonizadoras. A sua população divide-se em duas etnias, os hútus e os tutsis. Apesar de partilharem a mesma língua (Kirundi) e muitos aspetos culturais, a rivalidade entre os dois grupos sempre existiu. A etnia dominante, em termos de população é a hútu, no entanto, a minoria tutsi sempre gozou de um estatuto privilegiado no que diz respeito ao acesso à educação, cargos políticos e nas forças armadas. Na Conferência de Berlim, em 1885, este país foi entregue à Alemanha. O Burundi, que apresenta semelhanças étnicas com o vizinho Ruanda, chegou mesmo a ser unificado com este após a Primeira Guerra Mundial. Posteriormente esteve sob tutela da Bélgica e, mais tarde, em 1946, das Nações Unidas.

Alcança a sua independência em 1962 sob uma monarquia tutsi. As décadas que se seguiram foram pautadas por conflitos étnicos e lutas pelo poder. Apenas em 1996 se inicia um processo de pacificação do país.

A 28 de agosto de 2000, dezoito partidos políticos assinaram o Acordo de Paz de Arusha e o Acordo de Reconciliação Nacional. No entanto, estes não foram acompanhados por um acordo de cessar-fogo.

Foi estabelecido um governo transicional no Burundi por um período de três anos, com partilha de poder, e estava prevista a realização de eleições locais e nacionais antes do fim do período transicional a 31 outubro de 2014. No acordo de paz de Arusha (artigo 8 do Protocolo V) estava previsto o pedido para a constituição de uma força de manutenção da paz da ONU com o objetivo de monitorizar a implementação de um acordo de cessar-fogo, mas os combates contínuos foram-no adiando.

O Governo de Transição assinou, com alguns dos partidos políticos e movimentos armados do Burundi, um primeiro acordo de cessar-fogo, em outubro de 2002, que especificava que seria necessária uma monitorização por parte da União Africana. Este acordo, cujos termos foram rejeitados pela ONU, a somar ao contexto de conflitos persistentes, deixou relutante esta organização em constituir a sua própria missão de apoio à paz no Burundi. Em abril de 2003, a União Africana autoriza a sua primeira força de manutenção da paz, no entendimento que após um período inicial de 12 meses, a ONU iria assumir esta função. A *African Mission in Burundi* (AMIB) estava mandatada para “oversee the implementation of the ceasefire agreements, support disarmament, demobilization, and reintegration (DDR), promote political and economic stability, and prepare the ground for the deployment of a UN peacekeeping operation”.<sup>401</sup>

A 4 de dezembro de 2003, o Vice-Presidente de África do Sul, Jacob Zuma, dirigiu-se ao CS e sugeriu que, tendo em conta que a AMIB tinha conseguido alcançar alguns progressos em termos de cessar-fogo e no que diz respeito à entrega de bens humanitários, seria altura para a sua reconfiguração numa missão da ONU.

---

<sup>401</sup> AGOAGYE, 2004

## 10.2 – ONUB

Em 21 de maio de 2004, o CS, de acordo com o Cap. VII da Carta da ONU, autoriza a constituição de uma operação de apoio à paz no Burundi, por um período inicial de seis meses. De acordo com a resolução, a missão teria o seu início a 1 de junho de 2004 com o objetivo de auxiliar os burundienses no processo de restauração da paz e reconciliação nacional, como estava previsto no Acordo de Paz de Arusha a 28 de agosto de 2000. Com a aprovação da resolução 1545 de 2004, foi constituída a ONUB (United Nations Operation in Burundi) com a força máxima autorizada de 5650 militares<sup>402</sup> e com o seguinte mandato:

- to ensure the respect of ceasefire agreements, through monitoring their implementation and investigating their violations,
- to promote the re-establishment of confidence between the Burundian forces present, monitor and provide security at their pre-disarmament assembly sites, collect and secure weapons and military materiel to dispose of it as appropriate, and contribute to the dismantling of militias as called for in the ceasefire agreements,
- to carry out the disarmament and demobilization portions of the national program of disarmament, demobilization and reintegration of combatants,
- to monitor the quartering of the Armed Forces of Burundi and their heavy weapons, as well as the disarmament and demobilization of the elements that need to be disarmed and demobilized,
- to monitor, to the extent possible, the illegal flow of arms across the national borders, including Lake Tanganyika, in cooperation with the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUC) and, as appropriate, with the group of experts referred to in paragraph 10 of resolution 1533,
- to contribute to the creation of the necessary security conditions for the provision of humanitarian assistance, and facilitate the voluntary return of refugees and internally displaced persons,
- to contribute to the successful completion of the electoral process stipulated in the Arusha Agreement, by ensuring a secure environment for free, transparent and peaceful elections to take place,

---

<sup>402</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2004 (b)

- without prejudice to the responsibility of the transitional Government of Burundi, to protect civilians under imminent threat of physical violence,
- to ensure the protection of United Nations personnel, facilities, installations and equipment, as well as the security and freedom of movement of ONUB's personnel, and to coordinate and conduct, as appropriate, mine action activities in support of its mandate.<sup>403</sup>

O CS da ONU, expressando a sua preocupação com o fluxo ilícito de armas para os grupos armados e movimentos, em particular aqueles que não fizeram parte do processo de paz, solicitou aos países vizinhos para auxiliar nos esforços desenvolvidos para terminar com esta situação, sem prejuízo para o exército nacional do Burundi e as forças policiais cuja integração estava em processo. O CS solicitou também ao SG que estabelecesse acordos com os estados vizinhos do Burundi a fim de permitir que as forças da ONUB pudessem atravessar as suas fronteiras, aquando da perseguição a combatentes armados, na prossecução do seu mandato.

O CS manifestou a importância da implementação total e incondicional dos Acordos de Arusha e solicitou a todas as partes que cumprissem as suas obrigações daí decorrentes e para permitirem que o processo eleitoral, especialmente as legislativas, tivessem lugar antes de 31 de outubro de 2004. Da mesma forma, reafirmou a necessidade contínua de promoção da paz e da reconciliação nacional e de continuar a fomentar o respeito pelos direitos humanos.

The Secretary-General commended the people of Burundi for making decisive efforts to advance the Arusha peace process and called on all of them and their leaders to take advantage of this unique opportunity to further pursue national reconciliation and facilitate the preparation of national elections.<sup>404</sup>

Durante o período inicial de seis meses, a ONUB era, na sua maior parte (2,612), constituída por elementos das forças da AMIB. O seu mandato previa a utilização de “*all necessary means*”, de acordo com o Cap. VII<sup>405</sup>, para assegurar o respeito pelos acordos de

---

<sup>403</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2004 (c)

<sup>404</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2004 (d)

<sup>405</sup> O mandato da ONUB refere explicitamente o Cap.VII: “Having determined that the situation in Burundi continued to constitute a threat to international peace and security in the region and acting under Chapter VII of the UN Charter, the Security Council, by its resolution 1545 of 21 May 2004, decided to establish the United Nations Operation in Burundi (ONUB) in order to support and help to implement the efforts undertaken by Burundians to restore lasting peace and bring about national reconciliation, as provided under the Arusha Agreement.”

cessar-fogo; prosseguir com o desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes; monitorizar as fronteiras; criar as condições necessárias para a distribuição de bens alimentares e o regresso voluntário dos refugiados e deslocados, assim como, auxiliar na realização das eleições livres, transparentes e pacíficas. No entanto, o mandato era omissivo quanto a um papel político da missão “the mandate did not explicitly mention an overt political role for the UN. This role remained with South Africa, who had brokered the ceasefire agreements well before there was an SRSG or a mission in place.”<sup>406</sup>

O primeiro grande desafio para a ONUB era o *deadline* de 31 de outubro de 2004 para o fim do período de transição e para a adoção de uma nova Constituição. Isto deixava pouco tempo para que a missão conseguisse cumprir as tarefas previstas no seu mandato. Foi constituída uma Comissão Eleitoral Independente, mas foi decidido estender o período de transição por mais seis meses, com o objetivo de preparar convenientemente o processo eleitoral.

From the outset, the United Nations played a critical mediation role that led to agreement on the extension of the transitional period, which was to have expired on 31 October 2004, in order to allow the necessary time to prepare, organize and conduct the national elections.<sup>407</sup>

A ONUB desempenhou um importante papel na constituição da referida Comissão Eleitoral Independente, assim como na marcação do calendário eleitoral. Por outro lado, assumiu um papel fundamental de sensibilização e mobilização das mulheres, como votantes e candidatas, no processo eleitoral, incluindo a revisão da Constituição e das leis eleitorais para que passassem a incluir as preocupações referentes à igualdade de géneros.

No Acordo de Arusha estava prevista a integração dos grupos rebeldes armados numa nova força nacional burundiense reestruturada, e apesar das partes concordarem com o princípio, mostravam grande preocupação em confinar as suas forças em quartéis (*barracks*) devido à ameaça que os rebeldes do FNL (*Palipehutu-FNL*) constituíam. De realçar que estes rebeldes permaneceram fora do processo político.

Earlier talks with the FNL had ended when it claimed responsibility for the massacre of 152 Congolese Tutsi refugees in Gatumba (near the border with the Democratic Republic

---

<sup>406</sup> JACKSON, 2006

<sup>407</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006 (c)

of Congo) on 13 August 2004, in spite of the presence of 3,312 ONUB peacekeepers in the country by then.<sup>408</sup>

Neste contexto, a missão revelou-se importante no auxílio das partes no desarmamento e reintegração dos ex-combatentes através da *Joint Ceasefire Commission*, que incluía a criação de unidades de segurança para proteção de líderes políticos e instituições governamentais assim como auxílio ao processo eleitoral. Em última instância, o que aconteceu foi que as modalidades de integração da maioria dos rebeldes Hútus aconteceram através de um acordo bilateral entre o CNDD-FDD e o governo de transição. Em dezembro de 2004, foi aprovada legislação sobre a criação de uma Força de Defesa Nacional, Polícia Nacional e Serviço de Informações, baseada em quotas étnicas de 50/50, como previsto no Acordo de Arusha.

O governo de transição integrou todos os ex-combatentes provenientes dos grupos armados, que tomaram esta opção, nas forças de segurança nacionais com pouco, ou até nenhum, treino e sem um processo de averiguação de antecedentes. Apesar disso, esta situação contribuiu para aumentar a confiança entre as partes em conflito antes das eleições em 2005 e a da população nas mesmas, com as forças da ONUB a desempenharem uma função importante nesta área, monitorizando as eleições e aumentando a segurança nas mesas de voto.

A ONUB, conjuntamente com um programa do Banco Mundial, auxiliou também no processo de desarmamento que, apesar dos atrasos iniciais, começou em 2005 através do transporte de ex-combatentes, assegurando condições de segurança, dando apoio técnico e auxílio na recuperação de armas e munições.

The World Bank program helped to fund the demobilization and reintegration of about 23,000 ex-combatants, and the one-time reinsertion payments for some 28,000 civilian militias, namely the *Guardiens de la Paix* (pro-government Tutsi militia) and *Militants Combattants* (elements associated with rebels' groups mainly CNDD-FNL).<sup>409</sup>

O processo de desarmamento trouxe, a curto-prazo, melhorias nas condições de segurança vividas, mas a componente da reintegração, que durou até finais de 2008, enfrentou inúmeros desafios relacionados com a disputa de terras e a falta de oportunidades económicas para os ex-combatentes que regressaram para as suas comunidades.

---

<sup>408</sup> BOUTELLIS, 2015: 731-741.

<sup>409</sup> MDRP, 2008

O outro grande desafio colocado à missão tratava-se do processo eleitoral. Apesar de alguns adiamentos, das ameaças e esporádicos atos de violência, o mesmo decorreu com relativa tranquilidade e paz, praticamente em todo o país. A ONUB, que por esta altura tinha atingido perto da sua força máxima autorizada de 5,650 efetivos, desempenhou um papel importante na realização das eleições através de um intensivo apoio técnico e logístico à Comissão Eleitoral Independente. “Donors provided US22 million for the elections through a trust fund managed by the United Nations Development Programme.”<sup>410</sup>

As eleições parlamentares foram ganhas, com uma expressiva margem, pelo ex-grupo rebelde Hútu, o CNDD-FDD, com 68,5% dos votos. O ex-rebelde Pierre Nkurunziza tomou posse como Presidente a 25 de agosto, após nomeação pelo Parlamento. Isto concluiu o processo de transição.

A missão teve também um papel significativo na área dos direitos humanos. A sua presença no país permitiu a existência de um mecanismo de monitorização sistemática e, através de parcerias com atores nacionais e internacionais, conseguiu trabalhar no estabelecimento de instituições nacionais que tivessem o objetivo de promoção dos direitos humanos. “The challenges in this area remain significant, but the work done by the ONUB has laid the Foundation upon which more efforts will have to be made to ensure the eradication of the culture of impunity, which persists after more than a decade of conflict.”<sup>411</sup>

Outras das áreas onde a ONUB teve um impacto positivo significativo foi na da monitorização das fronteiras e em providenciar escoltas militares que permitiram criar alguma segurança para a assistência humanitária assim como no apoio logístico para o regresso dos refugiados e deslocados e no treino das forças policiais burundienses. Ao nível da comunidade, a missão ajudou na construção de hospitais, orfanatos e edifícios de cariz comunitário. De realçar também que a ONUB teve uma ligação de cooperação política e operacional com a MONUC de grande importância no que diz respeito a “enhanced regional security and ensured a more eficiente use of United Nations assets.”<sup>412</sup>

A 18 de outubro, a ONUB, após consulta com o Governo e com os parceiros internacionais, ajudou a lançar um novo mecanismo de apoio chamado *Burundi Partners' Forum*. Tinha como objetivo ser uma rede de apoio e de consulta regular por parte dos parceiros internacionais e do

---

<sup>410</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2005 (c)

<sup>411</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006 (c)

<sup>412</sup> Ibidem

Governo do Burundi no que diz respeito à melhor forma de sustentar os esforços de consolidação da paz e de reconciliação nacional.

Logo após ser eleito, o governo de maioria CNDD-FDD optou por uma solução militar contra o seu rival de longa data e o último grupo rebelde ativo, o FNL, que levou a uma série de violações de direitos humanos cometidas pelas forças de segurança nacionais.

The security situation continued to be destabilized by clashes between FNL and the National Defence Forces (FDN), with rising criminality especially in the western provinces... The rise in criminality in the country has been attributed to activities allegedly committed by FNL, particularly the looting of livestock and food items. There were also reports of the involvement of former combatants and uncontrolled FDN elements in armed robbery. Criminal activities are increasingly carried out by uniformed elements, reportedly including FDN and the National Police, and gangs.<sup>413</sup>

Após pressão por parte da *Regional Initiative*, foi assinado em 18 junho de 2006 um acordo de paz que, por sua vez, levou a um acordo de cessar-fogo a 7 de setembro, terminando formalmente com uma década de conflito violento. Estes acordos, que na sua generalidade foram respeitados por ambas as partes, contribuíram para uma melhoria geral da situação de segurança, estimulando o regresso de refugiados dos países vizinhos.

Por outro lado, a morte de 31 civis associados com a FNL no campo militar de Muyinga em julho de 2006, assim como a detenção do Presidente do anterior governo de Transição, Domitien Ndayizeye, e outros políticos da oposição sob a alegada acusação de uma tentativa de derrubar o poder, levantaram várias dúvidas relativamente ao respeito do governo pelos Direitos Humanos.

Em novembro de 2005, o governo do Burundi solicita à ONU a retirada da componente militar da missão, argumentando que as forças de segurança nacionais estavam preparadas para enfrentar os desafios que se colocassem daqui para a frente. Quando a ONUB já tinha reduzido em cerca de 30% a sua presença militar, o Governo solicitou que o Representante Especial McAskie saísse no fim de março de 2016, três meses antes do fim da sua missão. Em agosto de 2006, pressionou de igual forma para que o chefe da missão, Nureldin Satti, saísse na sequência de um desentendimento com a ONU sobre os termos da *Truth and Reconciliation Commission*.

---

<sup>413</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006 (d)

Em resposta, a ONU consegue chegar a um acordo com o governo permitindo que Satti fique até dezembro, aquando da retirada das últimas forças da ONUB. O SG, no seu relatório de março de 2006 refere que “the plan to withdraw ONUB from Burundi by 31 december 2006... has been developed in consultation with the government and the initial tasks of ONUB have been completed, and priorities for support should now start shifting as the peace process moves forward.”<sup>414</sup>

A 13 de abril, o Presidente do Burundi envia uma carta ao SG a solicitar que o sistema da ONU no Burundi fosse reestruturado até janeiro de 2007 com o objetivo de auxiliar o país na reconstrução e no estabelecimento de prioridades.

O SG recomendou o estabelecimento do BINUB (*Bureau Intégré des Nations Unies au Burundi*) por um período inicial de 12 meses, a ter início em janeiro de 2007.

The proposed mandate of the integrated office would include support to the Government in 10 areas, including strengthening the capacity of national institutions to address the root causes of conflict; developing a comprehensive plan for security sector reform (involving the Burundi National Police, the national army, and combating the proliferation of small and light weapons); completing the programme for the demobilization and reintegration of former combatants; facilitating the reintegration of returnees and internally displaced persons into their communities; establishing a national human rights commission and establishing transitional justice mechanisms; and promoting freedom of the press. Others included promoting economic growth and poverty reduction; ensuring environmental protection and the prevention and management of natural catastrophes, including food security; helping to mobilize resources for both emergency and priority programmes; and longer-term activities within the framework of the Poverty Reduction Strategy Paper.<sup>415</sup>

---

<sup>414</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006 (e)

<sup>415</sup> NAÇÕES UNIDAS, 2006

### 10.3 - Indicadores de desenvolvimento humano

Apesar de ser rico em recursos minerais, o Burundi é um dos países mais pobres do mundo. Aliam-se à pobreza, os constantes conflitos étnicos internos assim como com os vizinhos Uganda e Ruanda.

Fifteen years of civil war since 1993, combined with extreme poverty, a fragile political process and recurrent climatic shocks, have had a strongly negative impact on Burundi's economic and nutrition indicators. Only 28 percent of the population are food-secure and as many as 58 percent are chronically malnourished. Food security for the majority of Burundians has not improved in recent years, despite a gradual return to peace<sup>416</sup>.

O Burundi é um país “encravado”, sem saída para o mar e com pouca indústria. A sua economia baseia-se na agricultura que, na sua maioria, é de subsistência. Apesar de potencialmente o país ser capaz de ser autossuficiente na produção de alimentos, na realidade não o é, devido à guerra civil, à superpopulação e a erosão do solo.

A principal produção do país é o café, que o expõe significativamente às crises económicas internacionais. Outras exportações incluem o chá e algodão cru. O Burundi é o maior mercado de banana de África.

---

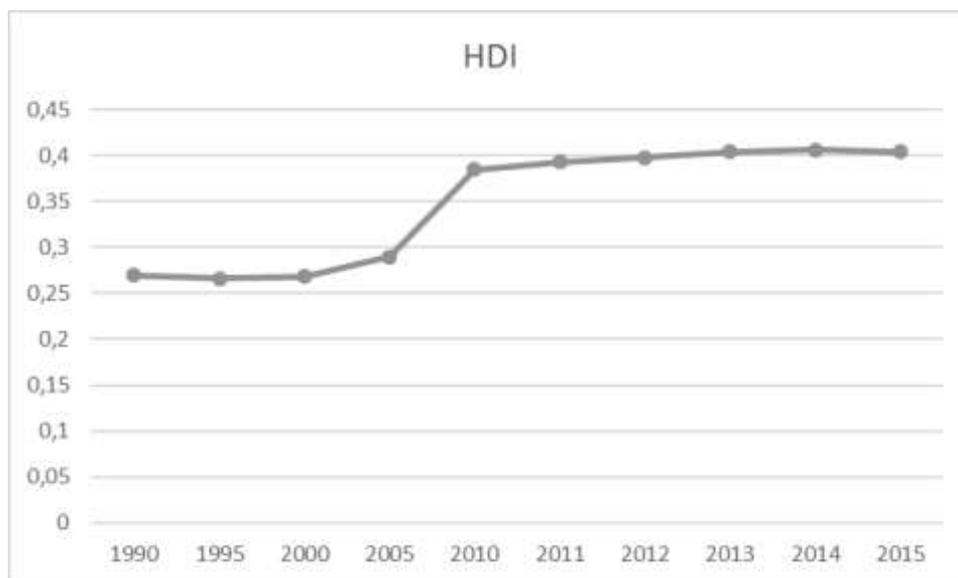
<sup>416</sup> WORLD FOOD PROGRAMME, 2017 (b)

**Quadro 10.1 Burundi - Indicadores (1990 -2015)**

	<b>Life expectancy at birth</b>	<b>Expected years of schooling</b>	<b>Mean years of schooling</b>	<b>HDI</b>
<b>1990</b>	48	4,4	1,4	0,270
<b>1995</b>	48,9	4,6	1,6	0,266
<b>2000</b>	51,5	4,5	1,8	0,268
<b>2005</b>	52,7	5,9	2,3	0,290
<b>2010</b>	54,8	9,9	2,6	0,385
<b>2011</b>	55,3	10,3	2,7	0,393
<b>2012</b>	55,8	10,5	2,8	0,398
<b>2013</b>	56,3	10,6	3	0,404
<b>2014</b>	56	10,6	3	0,406
<b>2015</b>	57,1	10,6	3	0,404

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

**Figura 10.2 Burundi – Índice de Desenvolvimento Humanos (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

Trata-se de um dos países mais pobres do mundo, como já foi referido, sendo o seu IDH em 2015 de 0,404, inserindo-se na categoria de *baixo desenvolvimento humano* e posicionando o país em 184 de 188 países e territórios. Mas se olharmos para o *Inequality adjusted HDI* este ainda desce mais, obtendo apenas 0,276.

Entre 1990 e 2015, o IDH aumentou de 0,270 para 0,404, que corresponde a um aumento de 49,5%.

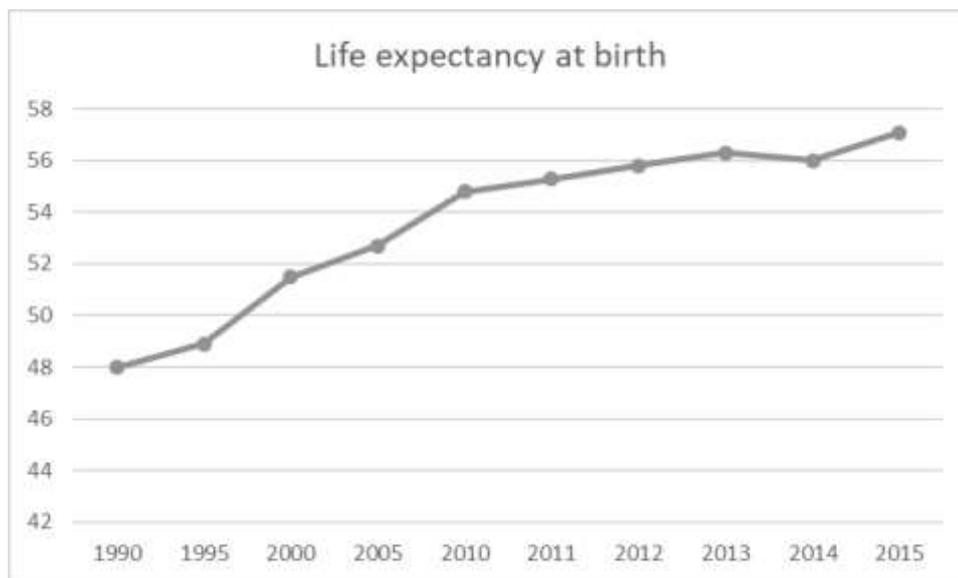
**Quadro 10.2 Indicadores do Burundi, Senegal, Serra Leoa e África subsaariana 2015**

	<b>HDI value</b>	<b>HDI rank</b>	<b>Life expectancy at birth</b>	<b>Expected years of schooling</b>	<b>Mean years of schooling</b>
<b>Burundi</b>	0,404	184	57,1	10,6	3,0
<b>Senegal</b>	0,494	162	66,9	9,5	2,8
<b>Sierra Leone</b>	0,420	179	51,3	9,5	3,3
<b>África subsaariana</b>	0,523	-	58,9	9,7	5,4
<b>Low HDI</b>	0,497	-	59,3	9,3	4,6

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O IDH do Burundi em 2015 (0,404) encontrava-se abaixo da média dos países com baixo desenvolvimento humano (0,497) e abaixo da África Subsaariana (0,523). Deste grupo de países, a Serra Leoa e o Senegal são os que se encontram mais perto do IDH do Burundi, respetivamente na posição 179 e 162 do ranking.

**Figura 10.3 Burundi *Life expectancy at birth* (1990-2015)**



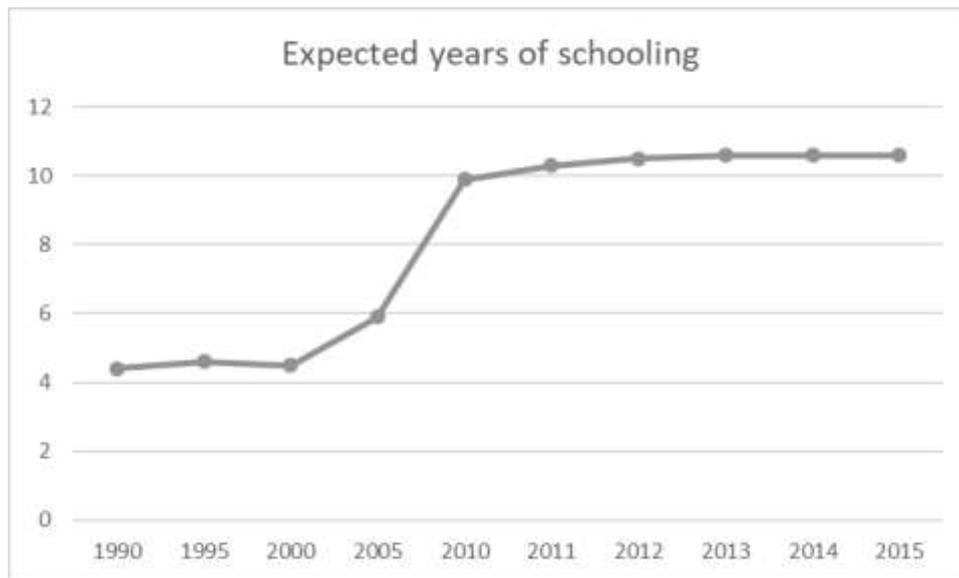
**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

A esperança média de vida à nascença aumentou, entre 1990 e 2015, cerca de 9,1 anos. Apesar deste acréscimo, este indicador (57,1) é baixo tendo em conta que, em 2015, a média mundial era de 71,4 anos, segundo a OMS.<sup>417</sup>

---

<sup>417</sup> ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2015

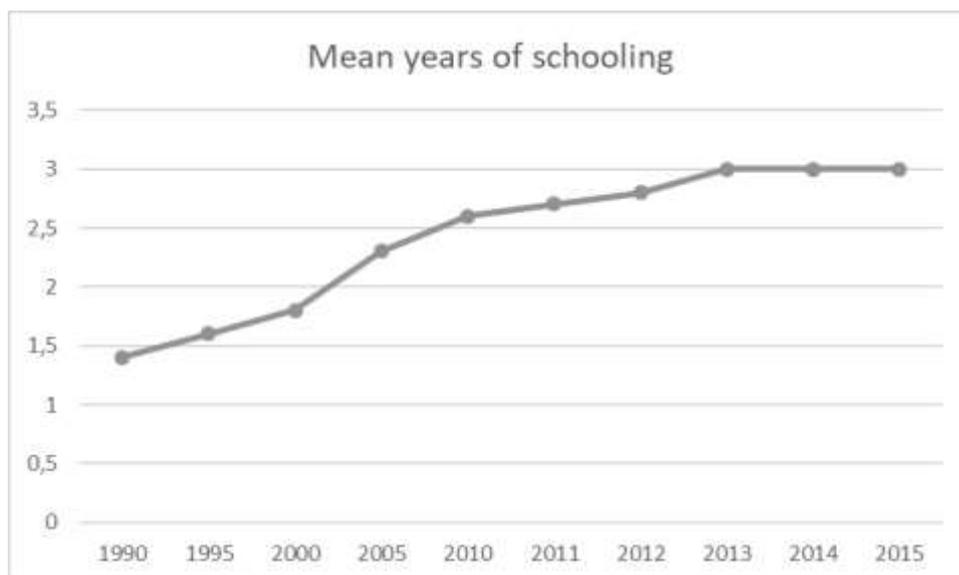
**Figura 10.4 Burundi *Expected years of schooling* (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O índice de anos esperados de escolaridade aumentou, no período já referido, em 6,2 anos. No entanto desde 2011 que tem vindo a estagnar.

**Figura 10.5 Burundi *Mean years of schooling* (1990-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

No mesmo quadro temporal, o período médio de escolaridade aumentou cerca de 1,6 anos tendo vindo a estagnar desde 2013.

O déficit alimentar médio anual no Burundi varia entre 1/5 a mais de 1/3 em relação às necessidades médias anuais de cerca de 1,746,000 toneladas de cereais e a produção de alimentos estagnou nos níveis pré-2013. A taxa de crescimento da população é de quase 3% ao ano e a produção agrícola *per capita* diminuiu cerca de 24% desde 1993. “As a result, the average per capita production now stands at 1,472 kilocalories per day – the recommended minimum requirement is 2,100.”<sup>418</sup> Mesmo durante a época das colheitas, as famílias gastam cerca de 2/3 do seu rendimento em comida.

O Burundi é um dos países identificados pela FAO e pelo WFP como estando entre os mais afetados pela inflação de preços de bens alimentares e, após tantos anos de conflito, a capacidade do governo de responder a esta situação tornou-se muito fraca.

É também um país muito vulnerável no que diz respeito às condições climáticas e desastres naturais:

Like much of Central Africa, Burundi is also prone to natural disasters, with recurrent floods, hailstorms, drought and torrential rain. An unusually high number of natural disasters in recent years have contributed to the displacement of communities, the destruction of homes, the disruption of livelihoods and the further deterioration of food and nutrition security. In 2011, WFP assisted more than 72,000 vulnerable families affected by adverse climate events.<sup>419</sup>

#### 10.4 - Síntese conclusiva

Mais de uma década de conflito interno trouxe consequências sérias no Burundi e na sua economia e população. Como já analisámos, este país, apesar de ser rico em recursos naturais, é um dos mais pobres do mundo. O seu IDH coloca-o na categoria de *baixo desenvolvimento humano*.

A ONUB, que operou entre junho de 2004 e dezembro de 2006, conseguiu desempenhar as tarefas, de uma forma geral, que estavam previstas no seu mandato, principalmente no que diz respeito ao auxílio no processo eleitoral, ao desarmamento e integração de ex-combatentes, regresso dos refugiados e deslocados, monitorização das fronteiras e aumento da segurança na

---

<sup>418</sup> WORLD FOOD PROGRAMME, 2017 (b)

<sup>419</sup> Ibidem

entrega da ajuda humanitária. No entanto, não podemos considerar que foi criado um clima de estabilidade conducente à melhoria das condições de vida da população. Os indicadores demonstram que, apesar de melhorias ligeiras, mantêm-se muito baixos.

Apesar do progresso sentido durante o mandato da ONUB, a situação no Burundi continuou frágil e os desafios em relação à consolidação da paz permaneceram. Não podemos afirmar que a missão contribuiu para a criação de um clima de estabilidade traduzido em tendências positivas de desenvolvimento humano. A população permanece num clima de insegurança, com sérias dificuldades económicas e com poucas oportunidades.

Uma das áreas mais desafiantes foi o cessar-fogo. Apesar de se ter conseguido chegar a um acordo, este nunca foi cumprido na sua plenitude, permanecendo o problema por resolver após a retirada da missão.

Despite the continued efforts of the South African Facilitation to end the impasse, regrettably, there has been no progress in the implementation of the Agreement in the last three months since the ceasefire entered into force on 10 September 2006. I am therefore encouraged by the outcome of the 16 December 2006 meeting between the Government of Burundi and FNL, which was held in Dar-es-Salaam under the auspices of the Government of the United Republic of Tanzania and the South African Facilitation. I hope that the two parties will now move ahead with the early implementation of the Agreement.<sup>420</sup>

---

<sup>420</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006 (f)



## CAPÍTULO 11 – ETIÓPIA E ERITREIA

### 11.1 - Enquadramento histórico

**Figura 11.1 Mapa de Localização da Etiópia e Eritreia**



**Fonte: [www.cnn.com](http://www.cnn.com)**

Eritreia, oficialmente Estado da Eritreia, é um país localizado no Corno de África. Faz fronteira com o Sudão a oeste, a Etiópia a sul, e Djibuti no Sudeste.

Após a II Guerra Mundial, a Eritreia, antiga colónia italiana, passou a ser administrada pelo Reino Unido, sob os auspícios das Nações Unidas, até 1951, quando foi agregada à Etiópia. Em 1962, a Etiópia dissolve a federação e anexou a Eritreia como a sua 14ª província. Esta situação levou ao surgimento de um movimento separatista por parte da Eritreia, que mais tarde se aliou aos rebeldes etíopes da região Tigray. Os dois movimentos aliados conseguem destituir o regime militar etíope “*Derg*” em 1991. O novo líder da Etiópia reconheceu o direito do povo eritreu à autodeterminação. Em 1993 foi realizado um referendo no qual os eritreus votaram

massivamente em favor da independência. No mesmo ano, a Eritreia passou a ser estado-membro da ONU.<sup>421</sup>

Apesar das boas relações entre os líderes governamentais, no decorrer da década de 90, surgiu alguma tensão relacionada com o uso do porto eritreu de Assab e a introdução de moeda própria na Eritreia, em 1997. No entanto, a grande divergência entre os dois países incidiu na ambiguidade sobre a localização exata da fronteira comum. Em maio de 1998, a situação intensificou-se e deflagrou o conflito direto, vivendo-se dois anos de combates recorrentes entre as partes.

## 11.2 – UNMEE

Tal como foi referido, o conflito entre a Etiópia e a Eritreia teve início em 1998 como consequência de uma disputa fronteiriça. O SG da ONU contactou de imediato os líderes de ambos os países com o intuito de auxiliar a resolver a questão e oferecer assistência na resolução pacífica do conflito.

Em julho de 1999, realizou-se a Cimeira da OUA em Algiers, onde ambas as partes aceitaram um documento (Modalities for the Implementation of the OUA Framework Agreement) no qual a Eritreia comprometeu-se em “redeploy, thereafter, its forces from positions taken after 6 May 1998” e a Etiópia a “redeploy, thereafter, its forces from positions taken after 6 February and which were not under Ethiopian administration before 6 May 1998”.<sup>422</sup> Neste documento estava prevista a constituição de uma Comissão Neutra com o objetivo de determinar com clareza as áreas das quais as partes em conflito deveriam retirar-se, assim como, reforçava a importância da desmilitarização e delimitação de toda a fronteira entre os dois países. A Eritreia aceitou o documento, mas a Etiópia solicitou esclarecimentos sobre o mesmo, apesar de afirmar o seu comprometimento com uma solução pacífica do conflito. A mediação internacional continuou, mas a tensão ao longo da fronteira manteve-se alta.

Apesar de todos os esforços, os combates entre os dois países ressurgiram a 12 de maio de 2000. No mesmo dia, o CS adotou a resolução 1297 na qual expressava a sua preocupação sobre a situação e condenava-a:

---

<sup>421</sup> GEBREMEDLIN, 2004

<sup>422</sup> ORGANISATION FOR AFRICAN UNITY, 1999

Deeply disturbed by the outbreak of renewed fighting between Eritrea and Ethiopia, noting with concern that the renewed fighting has serious humanitarian implications for the civilian population of the two countries, stressing that the situation between Eritrea and Ethiopia constitutes a threat to peace and security<sup>423</sup>.

A 17 de maio de 2000, o CS adotou a resolução 1298 na qual impunha medidas com o objetivo de prevenir o fornecimento de armas aos dois países:

Decides that all States shall prevent: (a) the sale or supply to Eritrea and Ethiopia, by their nationals or from their territories, or using their flag vessels or aircraft, of arms and related material of all types, including weapons and ammunition, military vehicles and equipment, paramilitary equipment and spare parts for the aforementioned, whether or not originating in their territory; (b) any provision to Eritrea and Ethiopia by their nationals or from their territories of technical assistance or training related to the provision, manufacture, maintenance or use of the items in (a) above; 7. Decides also that the measures imposed by paragraph 6 above shall not apply to supplies of non-lethal military equipment intended solely for humanitarian use...<sup>424</sup>

A situação humanitária era preocupante estimando-se que “over 370,000 Eritreans and approximately 350,000 Ethiopians had been affected by the war”.<sup>425</sup> Nalgumas partes da Etiópia este cenário foi agravado pela seca severa que se fazia sentir, provocando uma crise alimentar grave que afetou cerca de 8 milhões de pessoas. A 7 de abril, o SG anunciou o estabelecimento de uma *task force* para lidar com a emergência alimentar e com as necessidades de comida a longo-prazo no Corno de África. Com o ressurgimento do conflito em maio de 2000, a situação na região tornou-se mais crítica. A 19 de maio, o SG afirmou que “was deeply alarmed about the impact of the renewed hostilities on the already critical humanitarian situation of hundreds of thousands of innocent people in both countries.”<sup>426</sup>

Na Eritreia, na primeira metade de 2000, ocorreu um rápido êxodo da população para fugir à zona de conflito. A *Eritrean Relief and Refugee Commission* reportou que “the number of internally displaced persons and other war-affected persons increased from 371,910 in January 2000 to more than 1.1 million in June 2000... Furthermore, some 94,000 Eritreans, almost

---

<sup>423</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000 (d)

<sup>424</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000 (e)

<sup>425</sup> *Ibidem*

<sup>426</sup> *Ibidem*

exclusively from the Gash Barka region, have sought refuge in the Sudan since 2000.”<sup>427</sup> O número elevado de deslocados a viver em campos ou instalações provisórias levantou vários problemas, nomeadamente a nível financeiro, para as comunidades de acolhimento.

Na Etiópia, a seca severa que se fazia sentir causou um êxodo migratório significativo aumentou a subnutrição, a morte de gado e uma maior incidência de doenças, levando consequentemente a uma maior vulnerabilidade das comunidades rurais. “As of early July 2000, the Government of Ethiopia estimated that over 10 million people were in need of emergency food assistance.”<sup>428</sup> Com o conflito, várias épocas de plantação foram desperdiçadas e cerca de 70,000 hectares de terra cultivável permaneceram estéreis devido à presença de minas. De acordo com o Relatório do SG de 9 de agosto de 2000, cerca de 500 civis morreram, 750 crianças ficaram órfãs e 641 foram dadas como desaparecidas.<sup>429</sup> A guerra provocou também a destruição de escolas, hospitais e outras infraestruturas importantes para a comunidade. De acordo com a UNICEF, 167 pessoas, na sua maioria crianças, foram feridas ou mortas por minas entre fevereiro e agosto de 2000.

A 18 de junho foi assinado o Acordo de Cessação de Hostilidades entre a Etiópia e a Eritreia. Este documento foi considerado pelo SG “as the first but extremely vital step towards the restoration of peace between the two countries.”<sup>430</sup> e informou também das suas intenções de enviar um número apropriado de “*liaison officers*” para as duas capitais e, posteriormente, um grupo de observadores. Com a assinatura deste acordo, o repatriamento voluntário dos refugiados etíopes foi acelerado, chegando a atingir as centenas por dia. No entanto, o seu regresso ao seu local de origem nem sempre foi possível pela destruição das habitações, das plantações, das infraestruturas básicas, da falta de serviços sociais de apoio e da existência de minas.

A 31 de junho, o CS através da resolução 1312 (2000) decide estabelecer a UNMEE (*United Nations Mission in Ethiopia and Eritrea*) com o seguinte mandato:

- Monitor the cessation of hostilities;
- Assist in ensuring the observance of the security commitments agreed by the parties;

---

<sup>427</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000 (f)

<sup>428</sup> Ibidem

<sup>429</sup> Ibidem

<sup>430</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000 (g)

- Monitor and verify the redeployment of Ethiopian forces from positions taken after 6 February 1999, which were not under Ethiopian administration before 6 May 1998;
- Monitor the positions of Ethiopian forces once redeployed;
- Simultaneously, monitor the positions of Eritrean forces that are to redeploy in order to remain at a distance of 25 kilometres from positions to which Ethiopian forces shall redeploy;
- Monitor the temporary security zone (TSZ) to assist in ensuring compliance with the Agreement on Cessation of Hostilities;
- Chair the Military Coordination Commission (MCC) to be established by the United Nations and OAU in accordance with the Agreement on Cessation of Hostilities;
- Coordinate and provide technical assistance for humanitarian mine-action activities in the TSZ and areas adjacent to it;
- and Coordinate the Mission's activities in the TSZ and areas adjacent to it with humanitarian and human rights activities of the United Nations and other organizations in those areas.<sup>431</sup>

Esta missão foi constituída sob o Cap. VII da Carta da ONU. A 9 de agosto, o SG no seu relatório ao CS recomendou que a UNMEE fosse constituída por 4,200 militares, incluindo 220 observadores, três batalhões de infantaria e as unidades de apoio necessárias para monitorizar o cessar-fogo e a delimitação de fronteiras entre a Etiópia e a Eritreia.

Given the difficult terrain and weather conditions, the significant length of the temporary security zone from East to West and the requirement that the parties be confident that the area is effectively monitored, a combination of military observers and formed troops would be required to carry out the mission's task.<sup>432</sup>

A presença de minas na zona de conflito era um dos maiores perigos e obstáculo à missão. Ambas as partes relataram que haviam removido e/ou destruído um grande número de minas durante o conflito, no entanto, nenhuma delas possuía os meios técnicos adequados para o fazer de acordo com os standards humanitários internacionais e, conseqüentemente, o risco

---

<sup>431</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000 (g)

<sup>432</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000 (f)

permanecia. Neste sentido, a UNMAS (*United Nations Mine Action Service*) preparou um programa de assistência para auxiliar a minimizar o risco provocado por esta situação.

Apesar de ambas as partes terem respeitado o cessar-fogo antes da chegada dos *peacekeepers*, a situação permanecia bastante tensa e tornava-se necessário que a chegada da missão ocorresse o mais rapidamente possível.

De forma a não ferir quaisquer suscetibilidades e, por uma questão de equitatividade, o SG decidiu que a UNMEE tivesse um quartel-general em cada uma das capitais. O ambiente vivido em cada uma das cidades era relativamente diferente, sendo que a proximidade da guerra era muito maior em Asmara e, em Addis Ababa, poucas pessoas tinham sido atingidas diretamente pelo conflito. Ambas as partes envolvidas no confronto colocaram algumas dificuldades operacionais à missão devido à animosidade que existia entre elas e por não quererem demonstrar fraqueza interna. “For instance, UNMEE was never granted a direct high-altitude flight route between Asmara and Addis Ababa, which was essential for regular transport of personnel and supplies.”<sup>433</sup>

Outro grande desafio político e operacional foi a criação da *Temporary Security Zone* (TSZ). No acordo de Algiers esta questão não foi definida para que não se colocasse em causa o cessar-fogo. Apesar da UNMEE ter dado garantias às partes que a TSZ não seria assumida no futuro como a fronteira oficial, havia o receio que a sua parte sul fosse considerada como tal. A TSZ apenas foi estabelecida em abril de 2001.

A UNMEE conseguiu estabelecer uma relação de proximidade com a comunidade humanitária, o que se tornou muito importante tendo em conta o facto de partilharem a mesma área geográfica. A missão coordenava as suas atividades com as agências humanitárias e providenciava assistência logística, nomeadamente na área dos explosivos e minas, e fazia briefings semanais com o objetivo de partilhar informação e coordenar atividades.

It was only last minute that the two governments agreed to the inclusion of a small human rights component within the mission. Its mandate was not fully defined, but it was understood that UNMEE was to address human rights issues related to the war, including deportations, detentions, arbitrary killings, and cross-border abductions. It also provided

---

<sup>433</sup> CAMMAERT et SUGAR, 2015: 671-682

support to the ICRC's repatriation of several thousand prisoners of war and civilian internees<sup>434</sup>.

A missão foi mandatada para uma tarefa muito importante na área da desativação e remoção de minas, especialmente pelo facto de em toda a região fronteiriça existir este tipo de engenhos e explosivos remanescentes da guerra. Mas o problema extravasava em muito esta área e afetava uma parte significativa da população.

Eritrea's landmine/unexploded ordnance (UXO) contamination is the result of the country's long struggle for independence (1962 to 1991) and border war with Ethiopia (1998 to 2000). The Landmine Impact Survey which was completed in 2005 indicates that out of Eritrea's 4,176 communities, 481 of them are mine/ERW affected communities. The 914 suspected hazardous areas cover approximately 130 square kilometres, impacting a population of 655,000 people. The survey identified over 5,000 mines and UXO victims, including 295 new victims within the previous 24 months. The survey's information only covers landmine victims in communities with landmines. It excludes possible victims in communities with no reported landmines. The Ministry of Labour and Human Welfare is compiling this information in its National Survey of People with Disabilities. The survey is being set up in a database linked to the Landmine Impact Survey. There are approximately 100,000 people with disabilities from conflict, and 50,000 internally displaced persons (IDPs) and returnees. Rural inhabitants, nomadic people, IDPs, and refugees are among those most affected by mines. The problem is nationwide, affecting the north and the highlands, along with the Temporary Security Zone. Key humanitarian challenges include making land safe for the resettlement of over 40,000 IDPs in Debub and Gash Barka, freeing land for agricultural use to support food security, building social support systems for the most vulnerable population groups, and creating links to recovery, reconstruction, and the development of social and economic infrastructure.<sup>435</sup>

Foi criado o primeiro *UN Mine Action Coordination Centre* (MACC) que tinha como tarefas: recolha e processamento de informação relativa às minas, levar a cabo ações de sensibilização sobre o perigo das minas, remoção e destruição, coordenação médica e resposta de emergência.<sup>436</sup> O MACC, em março de 2003, ganhou um prémio da ONU (UN 21 Award)

---

<sup>434</sup> CAMMAERT et SUGAR, 2015: 671-682

<sup>435</sup> PORTFOLIO OF MINE ACTION PROJECTS, 2017

<sup>436</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000 (f)

em reconhecimento dos seus esforços, iniciativas e contributos para melhorar a eficácia e eficiência da organização.

A UNMEE tinha também responsabilidade na área da informação pública, devendo divulgar e explicar o seu mandato assim como informar sobre as implicações dos acordos assinados para a população. A UNMEE abriu dois centros de informação, um em cada país. Em 2003, a Eritreia solicitou o seu encerramento alegando que a missão tinha distribuído materiais impróprios para menores.<sup>437</sup> A UNMEE tinha distribuído cópias da Declaração Universal dos Direitos do Homem em língua tigrina que, de outra forma, não estava disponível no país, apesar deste ter assinado vários instrumentos relevantes na área dos direitos humanos.

O SG no seu relatório de 4 de setembro refere alguns constrangimentos impostos pela Eritreia relativamente ao acesso dos seus cidadãos aos centros de informação.

The centres in Ethiopia, located in Addis Ababa and in Mekelle, continue to attract an increasing number of visitors. I regret to report, however, that the centres in Eritrea are facing difficulties. Beginning on 17 June, Eritrean authorities stationed an armed, uniformed Eritrean Defence Force guard at the entrance of the outreach centre at Barentu, in Sector West, checking identification cards and often preventing Eritrean visitors from entering the premises. On 10 July, the armed guard was replaced by an unarmed Eritrean Defence Force military policeman in civilian clothes. On 22 July, two unarmed policemen were placed outside the Asmara outreach centre. In response to repeated demarches by my Special Representative and his staff, the Eritrean authorities have cited their obligation to “protect Eritrean children” from certain information. The matter has also been raised with the Permanent Representative of Eritrea to the United Nations. For the time being, both outreach centres in Eritrea remain open, but if the Eritrean public’s ability to visit them continues to be restricted, their future status will have to be reassessed. I appeal to Eritrea to reconsider its position, allowing UNMEE to continue to provide valuable information to the Eritrean population on the work of the United Nations in general and the peace process in particular<sup>438</sup>.

Os centros de informação na Eritreia acabaram por fechar em setembro de 2003. Na Etiópia, o seu funcionamento permaneceu, registando-se um aumento progressivo no número de atendimentos.

---

<sup>437</sup> CAMMAERT et SUGAR, 2015: 671-682

<sup>438</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2003 (b)

A UNMEE tinha também a responsabilidade de organizar e secretariar os encontros da Comissão de Coordenação Militar (Military Coordination Commission – MCC). Esta era composta pelos representantes militares de ambas as partes e presidida pelo Comandante das Forças da UNMEE e tinha como objetivo resolver questões relacionadas com a implementação do seu mandato e questões militares.

A MCC era o único fórum onde ambas as partes podiam negociar frente a frente e, portanto, o único mecanismo com potencial para criar um clima de confiança. Apesar de ter tido um papel importante na manutenção do cessar-fogo, a MCC nem sempre funcionou da melhor forma. Muitas vezes, os representantes assumiam compromissos neste fórum que mais tarde pediam para alterar por não terem tido aprovação nas capitais. Ainda assim, mesmo nos períodos mais conturbados, era o único canal de comunicação direto entre as duas partes.

As relações da UNMEE com as partes em conflito foram sempre revestidas de alguma dificuldade, especialmente com a Eritreia. Havia alguma desconfiança eritreia em relação à UNMEE, que suspeitava que esta beneficiasse a Etiópia, como por exemplo, na delimitação da TSZ.

Com a implementação do Acordo de Algiers a decorrer, começaram a surgir evidências que a normalização das relações entre os dois países seria difícil de alcançar. A contestação interna em relação à entrada em conflito dos dois países, à forma como este estava a ser conduzido e também em relação à sua decisão de o terminar, começou a surgir. Os esforços de *confidence-building* e de reconciliação nacional tornaram-se infrutíferos num ambiente de contestação.

Em 2001, foi estabelecida a *Eritrea-Ethiopia Boundary Commission* (EEBC). O seu mandato era muito restrito e esta comissão devia basear-se apenas nos tratados coloniais e na aplicação das leis internacionais para definir a fronteira. A EEBC emitiu a 13 de abril de 2002 a sua decisão sobre a delimitação e ambas as partes anunciaram a sua aceitação apesar de terem de fazer algumas cedências em relação ao território que reclamavam. No entanto, um mês depois, a Etiópia começou a questionar alguns aspetos da linha de delimitação, nomeadamente no que dizia respeito à cidade de Badme, que tinha ficado parte da Eritreia. Isto foi o início de uma longa disputa legal entre a Etiópia e a EEBC.

Após algumas tentativas sem sucesso de demarcação física da fronteira, a EEBC decide, em 2006, que se as partes não conseguissem chegar a um acordo no prazo de um ano, a fronteira ficaria automaticamente demarcada com base nas coordenadas definidas e a comissão iria

considerar o seu mandato cumprido. Como não se conseguiu chegar a nenhum progresso, em novembro de 2007 esta situação tornou-se real. A Eritreia aceitou as coordenadas, mas a Etiópia considerou-as inválidas.

Até ao início de 2004, as restrições impostas pela Eritreia à UNMEE diziam apenas respeito à circulação na área adjacente norte da TSZ. A partir desta altura, o governo eritreu decidiu fechar a principal via de abastecimento da missão entre Asmara e o setor oeste, alegando que os *peacekeepers* estavam a espiar as posições eritreias. Em outubro de 2005, foram proibidos todos os tipos de voo de helicópteros no espaço aéreo da Eritreia.

O SG no seu relatório de janeiro de 2006 refere esta situação como uma limitação grave à missão:

Since my last report to the Security Council, there has been a serious deterioration of the security and political situation in the UNMEE Mission area, in particular in and around the Temporary Security Zone, which has become increasingly tense and potentially volatile. This situation is a result of an accumulation of unresolved issues, in particular the stalemate in the demarcation process caused by Ethiopia's refusal to fully accept, without preconditions, the decision of the Eritrea-Ethiopia Boundary Commission of 13 April 2002; the forward deployment of Ethiopian troops since December 2004; violations of the Temporary Security Zone; and the increasing restrictions imposed on UNMEE by the Eritrean authorities, including a ban on all helicopter flights by UNMEE within Eritrean airspace. This action by the Government of Eritrea has severely reduced the Mission's capacity to implement its monitoring mandate as requested by the parties in the Agreement on Cessation of Hostilities signed at Algiers on 18 June 2000 and authorized by the Security Council in its resolutions 1312 (2000) of 31 July 2000 and 1320 (2000)<sup>439</sup>.

A 6 de dezembro de 2005, o governo da Eritreia envia uma carta à UNMEE solicitando a retirada do país, no prazo de 10 dias, de todo o pessoal com nacionalidades provenientes dos EUA, Canadá ou da Europa, incluindo a Federação Russa, sem dar qualquer justificação para esta decisão. Apesar dos esforços diplomáticos feitos, a decisão manteve-se e cerca de 130 elementos civis e militares da missão foram transferidos para a Etiópia. A situação continuou a deteriorar-se e, durante o ano de 2006, a Eritreia limitou a 50% os abastecimentos de combustível da missão.

---

<sup>439</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006 (g)

Em outubro de 2006, a Eritreia, em incumprimento ao acordo de cessar-fogo, entra na TSZ, com o objetivo de efetuar colheitas em fazendas do Estado. Pela primeira vez, desde o estabelecimento da zona segura, os dois exércitos encontraram-se frente a frente.

The military situation in the Temporary Security Zone and the adjacent areas has remained tense and volatile, since over 2,000 troops of the Eritrean Defence Forces (EDF), along with tanks, artillery and air defence equipment, began entering the Zone in Sector West in October 2006.<sup>440</sup>

No final do ano de 2006, a utilidade da missão começou a ser questionada tendo em conta que esta não conseguia cumprir o seu mandato inicial, nomeadamente, manter a integridade da TSZ. Por esta altura, a MCC tinha também deixado de reunir. No entanto, o CS continuou a prolongar o período de funcionamento da UNMEE apesar da diminuição de efetivos. Apenas quando as restrições ao abastecimento de combustível atingiram um nível crítico é que o CS decidiu terminar a missão. A 30 de julho de 2008 o CS decide encerrar o mandato da UNMEE, com efeito no dia seguinte. A missão terminou, não porque cumpriu o seu mandato, mas porque foi impossível a sua implementação.

### 11.3 - Indicadores de desenvolvimento humano – Eritreia

A Eritreia é um dos países menos desenvolvidos do mundo. A pobreza atinge grande parte da sua população, que vive maioritariamente (65%) em zonas rurais e cerca de 80% depende da agricultura de subsistência<sup>441</sup>. Pela sua localização no Sahel,<sup>442</sup> a Eritreia é muito vulnerável a períodos de seca e à escassez crónica de alimentos que criam obstáculos ao desenvolvimento do país. Segundo o Banco Mundial “Even in times of good rainfall domestic food production is estimated to meet 60-70% of the population’s needs<sup>443</sup>”. Em 2003, no último *Participatory Poverty Assessment*, verificou-se que cerca de 2/3 da população vivia abaixo do limiar da pobreza.<sup>444</sup>

---

<sup>440</sup> CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006 (h)

<sup>441</sup> WORLD BANK, 2017 (c)

<sup>442</sup> Região em África ao sul do Sahara que liga o oceano Atlântico ao mar Vermelho.

<sup>443</sup> WORLD BANK, 2017 (c)

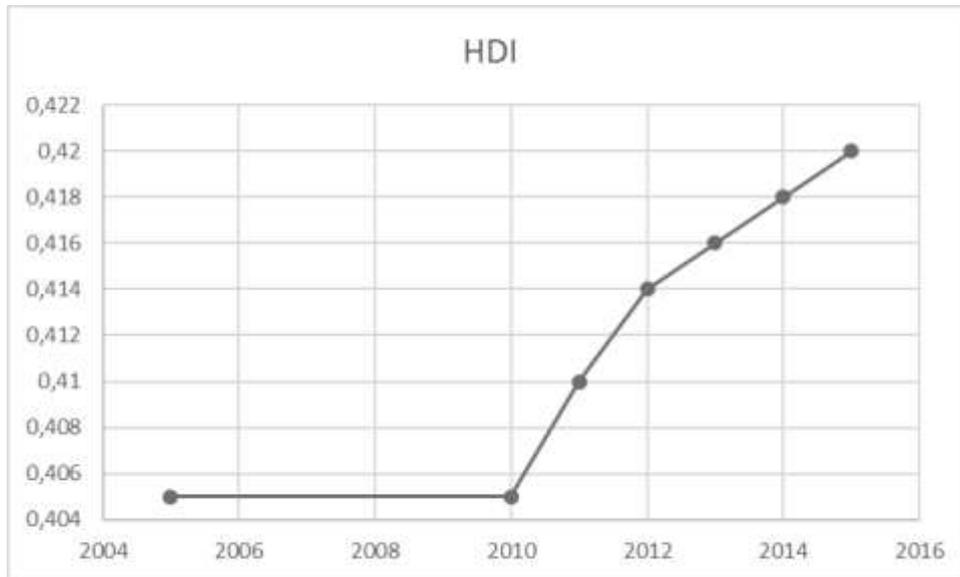
<sup>444</sup> Ibidem

**Quadro 11.1 Eritreia - Indicadores (1990 – 2015)**

	<b>Life expectancy at birth</b>	<b>Expected years of schooling</b>	<b>Mean years of schooling</b>	<b>HDI</b>
<b>1990</b>	48,3	-	-	-
<b>1995</b>	52,4	3,5	3,7	-
<b>2000</b>	56,1	4,3	3,9	-
<b>2005</b>	58,6	5,3	3,9	0,405
<b>2010</b>	61,5	5	3,9	0,405
<b>2011</b>	62,1	5	3,9	0,410
<b>2012</b>	62,7	5	3,9	0,414
<b>2013</b>	63,3	5	3,9	0,416
<b>2014</b>	63,7	5	3,9	0,418
<b>2015</b>	64,2	5	3,9	0,420

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

**Figura 11.2 Eritreia – Índice de Desenvolvimento Humano (2005-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O IDH da Eritreia em 2015 era de 0,420, colocando o país na categoria de “*low human development category*” e posicionando-se em 179 entre 188 países e territórios. Esta posição no ranking era partilhada com a Serra Leoa. Entre 2005 e 2015, o IDH da Eritreia subiu de 0,405 para 0,420 o que corresponde a um aumento de 3,7%.

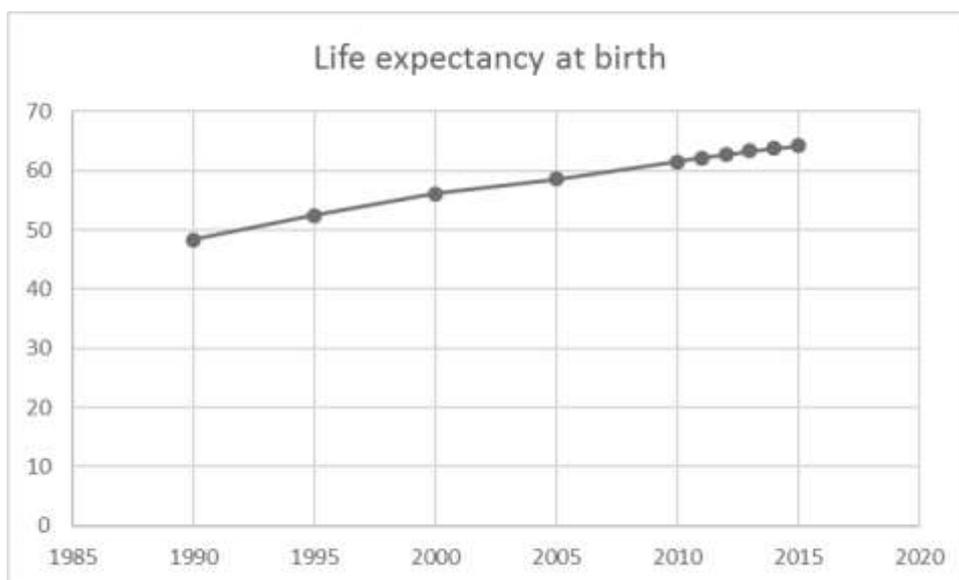
**Quadro 11.2 Indicadores da Eritreia, Rep. Centro Africana, Serra Leoa e África subsaariana  
2015**

	<b>HDI value</b>	<b>HDI rank</b>	<b>Life expectancy at birth</b>	<b>Expected years of schooling</b>	<b>Mean years of schooling</b>
<b>Eritreia</b>	0,420	179	64,2	5,0	3,9
<b>República Centro Africana</b>	0,352	188	51,2	7,1	4,2
<b>Serra Leoa</b>	0,420	179	51,3	9,5	3,3
<b>África subsaariana</b>	0,523	-	58,9	9,7	5,4
<b>Baixo IDH</b>	0,497	-	59,3	9,3	4,6

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O IDH da Eritreia em 2015 (0,420) encontrava-se abaixo da média dos países com baixo desenvolvimento humano (0,497) e abaixo da média dos países da África subsaariana (0,523). Deste grupo de países, a República Centro Africana e a Serra Leoa são os que se encontram mais próximos da Eritreia no «ranking», respetivamente nas posições 188 e 179.

**Figura 11.3 Eritreia *Life expectancy at birth* (1990-2015)**



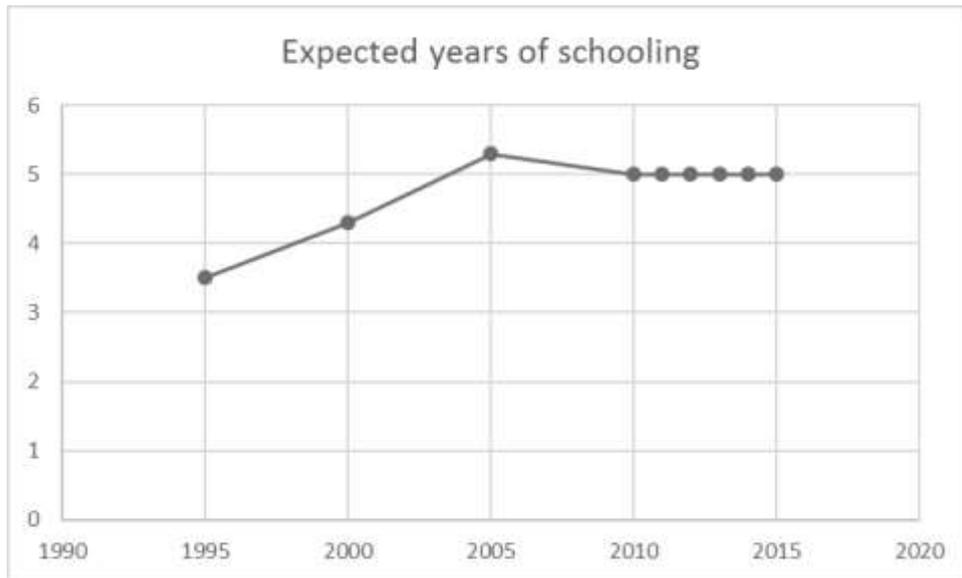
**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

A esperança média de vida à nascença aumentou, entre 1990 e 2015, cerca de 15,9 anos. Apesar deste acréscimo, este indicador (64,2) ainda se encontra abaixo da média mundial que, segundo a OMS, é de 71,4 para 2015<sup>445</sup>.

---

<sup>445</sup> ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2015

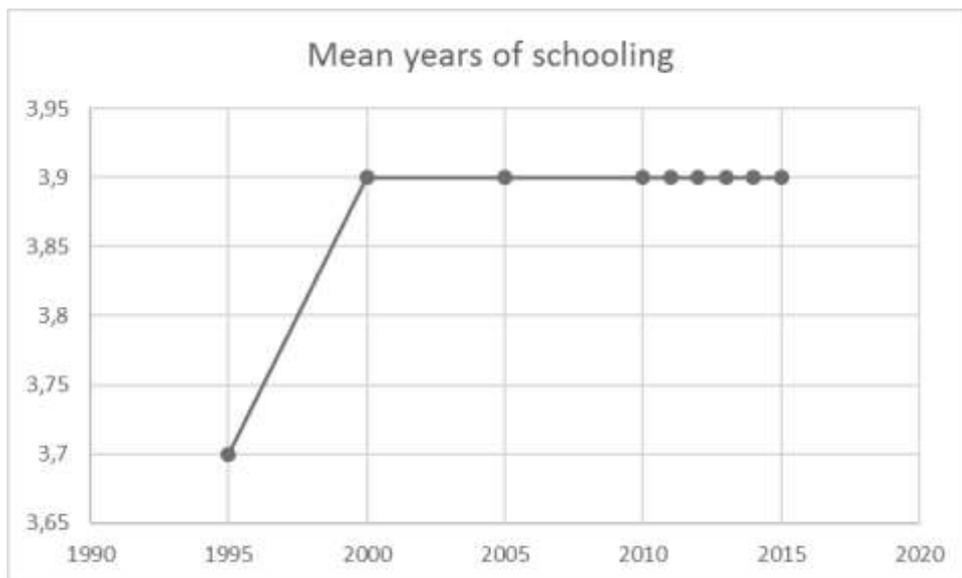
**Figura 11.4 Eritreia *Expected years of schooling* (1995-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

No mesmo quadro temporal, o período médio de escolaridade aumentou cerca de 1,5 anos (de 3,5 para 5 anos).

**Figura 11.5 Eritreia *Mean years of schooling* (1995-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O índice de anos esperados de escolaridade aumentou, entre 1995 e 2015, de 3,7 para 3,9, ou seja, cerca de 0,2.

Em termos de indicadores de saúde, este país apresenta uma evolução após a sua independência em 1991. De acordo com *2011 African Development Indicators Report*<sup>446</sup> a taxa de mortalidade infantil diminuiu de 58 óbitos/1000 em 2000 para 42 óbitos/1000 em 2010; a taxa de mortalidade (crianças com menos de 5 anos) diminuiu de 89 óbitos/1000 em 2000 para 63 óbitos/1000 em 2010, a taxa de vacinação infantil era de 95% em 2009 e o acesso a água potável atingiu os 80% em 2013.

No entanto, e de acordo com o mesmo relatório, há indicadores bastante preocupantes: estima-se que cerca de 46% da população encontra-se subnutrida (2012) e que cerca de 40% das crianças estão abaixo do peso para a sua idade. A taxa de mortalidade materna desceu bastante, mas continua muito elevada (1770 per 100,000 em 1990 para 380 per 100,000 em 2013).

#### **11.4 - Indicadores de desenvolvimento humano – Etiópia**

A Etiópia é o segundo país mais populoso da África subsaariana com 99,4 milhões e com uma taxa de crescimento de 2,5% em 2015<sup>447</sup>. É um país muito vulnerável aos riscos climáticos pela sua posição geográfica e também pela sua dependência do setor agrícola, sendo este o principal setor económico do país e meio de subsistência de grande parte da população.

Nos últimos anos, a economia da Etiópia cresceu cerca de 10% por ano. É uma das taxas de crescimento mais rápidas registadas no mundo e a pobreza desceu de 38,7% entre 2004/5 e 2012/13<sup>448</sup>. Apesar das melhorias económicas e sociais verificadas na última década, cerca de 25 milhões de etíopes encontram-se em situação de pobreza e de vulnerabilidade.<sup>449</sup>

Em termos de educação, o país tem mostrado evolução nos indicadores: “Currently 85,7 per cent of Ethiopian primary age children are attending primary school. Secondary school enrolment has risen too, but remains at quite low levels, especially in rural areas and among the

---

<sup>446</sup> WORLD BANK, 2017 (e)

<sup>447</sup> WORLD BANK, 2017 (d)

<sup>448</sup> PNUD, 2015

<sup>449</sup> Ibidem

poorest income groups.<sup>450</sup>”. A taxa de matrícula no ensino primário subiu de 68,5% em 2004/2005 para 85,7% em 2012/13 e, no mesmo período, a taxa de conclusão do ensino primário aumentou de 42% para 52,8%.

Em termos de saúde, a taxa de vacinação aumentou de 44,5% em 2004/5 para 87,6% em 2012/13 e a taxa de nascimentos assistidos por um profissional de saúde subiu de 12,4 para 23,1.<sup>451</sup>

**Quadro 11.3 Etiópia - Indicadores (1990-2015)**

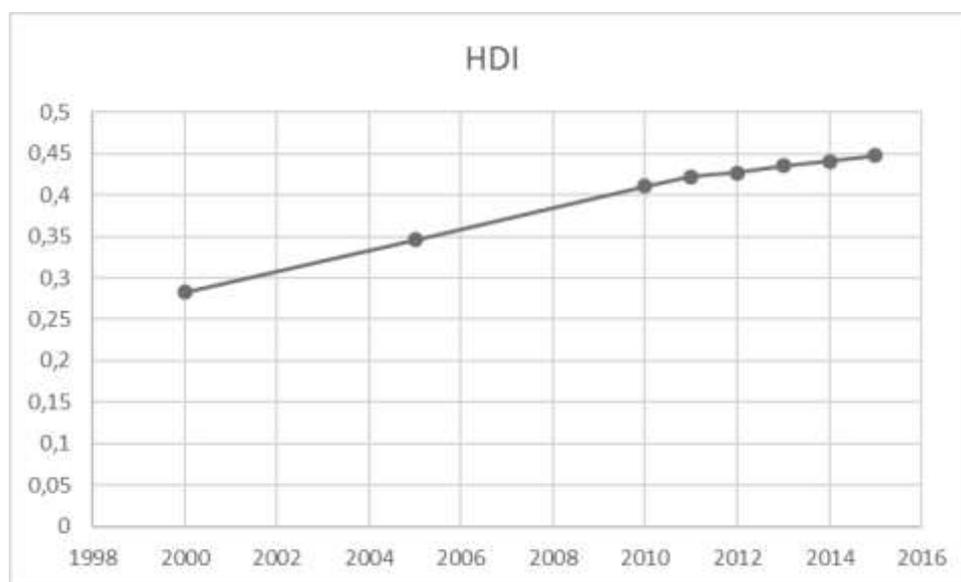
	<b>Life expectancy at birth</b>	<b>Expected years of schooling</b>	<b>Mean years of schooling</b>	<b>HDI</b>
<b>1990</b>	47,1	3,1	-	-
<b>1995</b>	49,3	2,5	-	-
<b>2000</b>	51,9	4,3	1,5	0,283
<b>2005</b>	56,3	6,6	1,9	0,346
<b>2010</b>	61,3	8,2	2,3	0,411
<b>2011</b>	62,1	8,4	2,4	0,422
<b>2012</b>	62,8	8,4	2,4	0,427
<b>2013</b>	63,5	8,4	2,5	0,435
<b>2014</b>	64,1	8,4	2,5	0,441
<b>2015</b>	64,6	8,4	2,6	0,448

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

<sup>450</sup> PNUD, 2015

<sup>451</sup> ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2015

**Figura 11.6 Etiópia – Índice de Desenvolvimento Humano (2000-2015)**



**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O IDH da Etiópia em 2015 era de 0,448 colocando este país na categoria de “*low human development*” e posicionando-se em 174 entre 188 países e territórios. Entre 2000 e 2015, este indicador apresentou uma subida de 0,283 para 0,448 (58,2%). “Ethiopia is one of the 10 countries globally that has attained the largest gains in its HDI over the last several years<sup>452</sup>”.

---

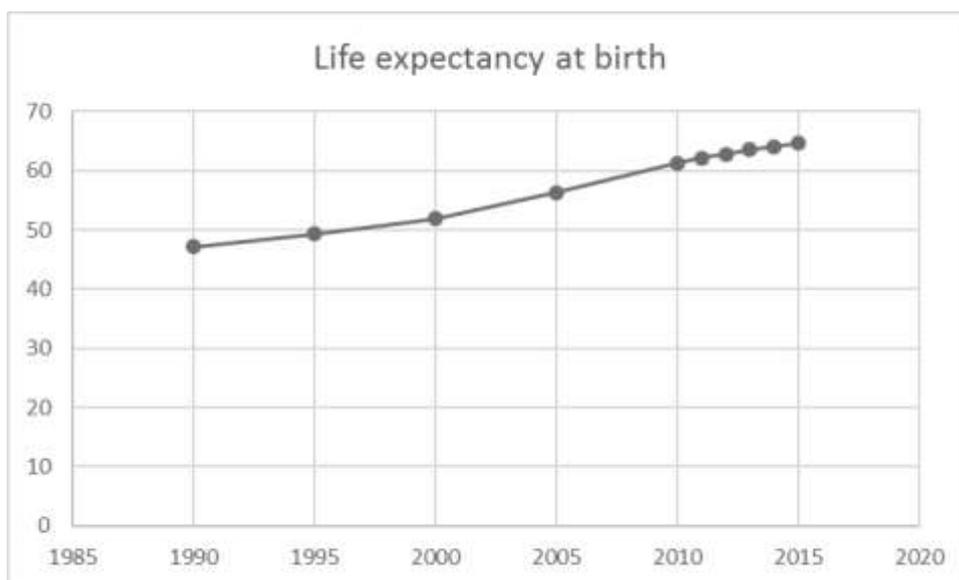
<sup>452</sup> PNUD, 2015

**Quadro 11.4 Indicadores da Etiópia, Ruanda, Uganda e África subsaariana 2015**

	HDI value	HDI rank	Life expectancy at birth	Expected years of schooling	Mean years of schooling
<b>Etiópia</b>	0,448	174	64,6	8,4	2,6
<b>Ruanda</b>	0,498	159	64,7	10,8	3,8
<b>Uganda</b>	0,493	163	59,2	10,0	5,7
<b>África subsaariana</b>	0,523	-	58,9	9,7	5,4
<b>Baixo IDH</b>	0,497	-	59,3	9,3	4,6

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

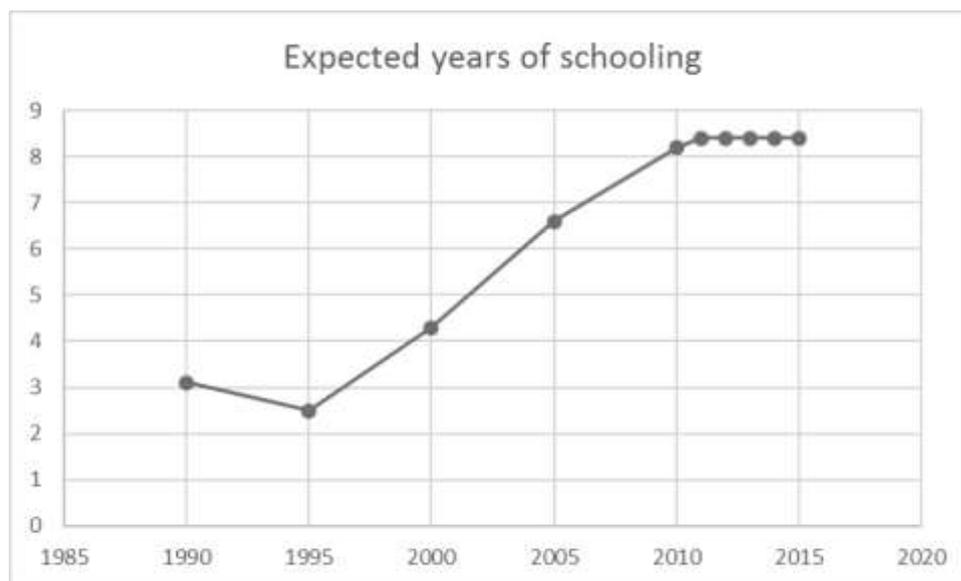
O IDH da Etiópia em 2015 (0,448) encontra-se abaixo da média dos países com baixo desenvolvimento humano (0,497) e abaixo da média dos países da África subsaariana (0,523). Deste grupo de países, o Ruanda e o Uganda são os que se encontram mais próximos da Etiópia no «ranking», respetivamente nas posições 159 e 163.

**Figura 11.7 Etiópia *Life expectancy at birth* (1990-2015)**

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

Entre 1990 e 2015, a esperança média de vida à nascença aumentou em 17,5 anos (47,1 – 64,6). Ainda assim, encontra-se 6,8 anos abaixo da média considerada pela OMS<sup>453</sup> para 2015 (71,4).

**Figura 11.8 Etiópia *Expected years of schooling* (1990-2015)**

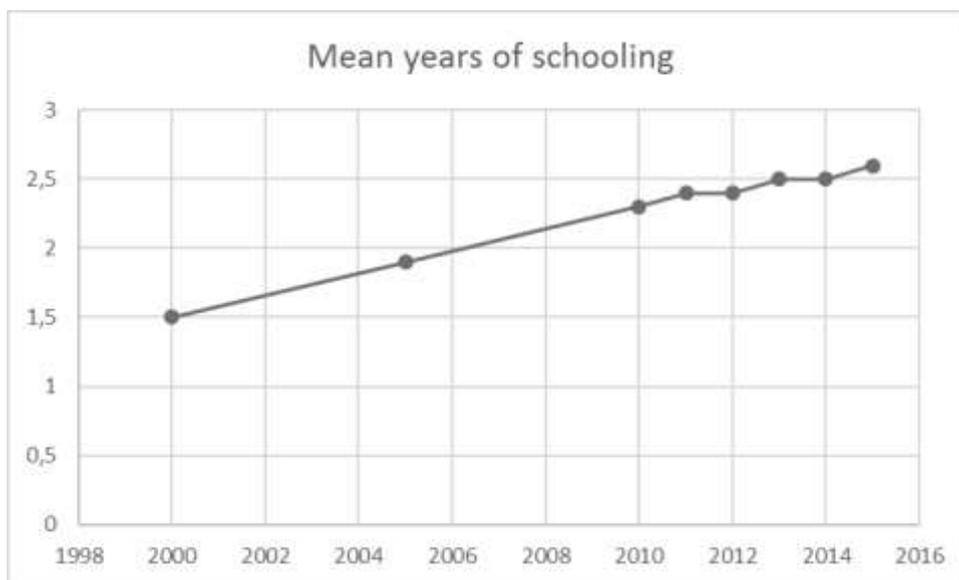


**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O índice de anos esperados de escolaridade aumentou em 5,3 anos entre 1990 (3,1) e 2015 (8,4). Entre 2011 e 2015 este índice manteve-se estagnado no valor 8,4.

---

<sup>453</sup> ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2005

**Figura 11.9 Etiópia *Mean years of schooling* (1990-2015)**

**Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano**

O período médio de escolaridade entre 2000 e 2015 aumentou de 1,5 anos para 2,6.

### 10.5 - Síntese conclusiva

A UNMEE, com prejuízo para ambas as partes em conflito, não conseguiu cumprir o seu mandato. No entanto, podemos afirmar que o insucesso do processo de paz se deveu, em primeiro lugar, aos próprios e ao seu incumprimento do acordado em Algiers. O caso da Etiópia, e da sua rejeição à decisão final de delimitação da fronteira, demonstrou não existir qualquer penalidade ou sanção por este tipo de ação. O CS não conseguiu dar qualquer resposta a esta situação.

A missão decorreu no período entre 2000 e 2008. Ao olharmos para os indicadores de desenvolvimento humano, em ambos os países, verificamos uma melhoria tímida e, nalguns casos, até estagnação. No caso da Eritreia, entre 2010 e 2015 a esperança média de vida aumentou de 61,5 para 64,2; o IDH aumentou de 0,405 para 0,420; o período médio de escolaridade estagnou em 2010 (5 anos) tal como o índice de anos esperados (3,9). Na Etiópia, a esperança média de vida entre 2010 e 2015 aumentou de 61,3 para 64,6; o índice de anos

esperados estagnou em 2011 (8,4) assim como o período médio de escolaridade (2,4) e o IDH aumentou entre 2010 e 2015 de 0,411 para 0,448.

Podemos afirmar que, ambas as partes, optaram por não fazer concessões nas suas posições a fim de chegar a um ponto de equilíbrio que permitisse resolver a situação.

O próprio Acordo de Algiers deixou para a missão resolver algumas ambiguidades, nomeadamente no que diz respeito à TSZ, que não foi definida para que não colocasse em causa o cessar-fogo.

O caso da UNMEE suscitou alguma reflexão sobre o que é aceitável ou não em termos de restrições impostas pelas partes em conflito. Até que ponto é que a missão deve ser terminada quando é posta em causa o seu funcionamento, mesmo que parcial, devido aos constrangimentos impostos pelas partes em conflito? As ações da Eritreia, na sua maioria, foram catalogadas como “inaceitáveis” pela ONU. No entanto, as mesmas acabaram por ser aceites e a UNMEE continuou a tentar operar dentro dos seus condicionalismos. De referir que a missão decorria no âmbito do Cap. VII da Carta da ONU e, portanto, *ab initio* estava mandatada para forçar através de meios coercivos e deveria ter tido a capacidade para tal.

Podemos concluir que, como em outras missões anteriormente analisadas, o sucesso da mesma depende inequivocamente da vontade das partes e no progresso verificado no processo de pacificação. As missões não podem nem conseguem operar no “vácuo”. A vontade dos Estados em normalizar a situação e em fazerem cedências teria sido essencial para o cumprimento do mandato.



## CONCLUSÃO

As Operações de Apoio à Paz, no pós-Guerra Fria, em África a sul do Saara, contribuíram para a criação de um clima de estabilidade traduzido em tendências positivas do desenvolvimento humano? Foi este o ponto de partida para esta investigação. Tendo em conta o quadro de análise foram definidas dezassete missões.

Em primeiro lugar, devemos referir que cada OAP analisada se insere num contexto histórico, cultural, económico, social e político específico e que em cada uma delas a realidade vivida apresenta-se como ímpar. As próprias OAP, quer pela sua composição, mandato ou outra especificidade, assumem contornos diferentes e materializam-se também de forma singular. Quer isto dizer que, do nosso ponto de vista, não existe uma regra que aplicada a todas as OAP assegure com exatidão o seu sucesso.

Tal como referido na parte introdutória deste trabalho, a avaliação efetuada às missões, numa primeira abordagem, será sempre em relação ao cumprimento do seu mandato. Neste contexto, elaboramos este quadro síntese que procura dar resposta, de forma resumida, a esta questão.

### Quadro Síntese das Missões Analisadas

Missão	Mandato	Quadro Temporal	Cumprimento do mandato
UNAVEM I	Verificar a saída das tropas cubanas do território angolano de acordo com o estabelecido entre os dois governos	Janeiro de 1989 a maio de 1991	<b>Sim</b>
UNAVEM II	Verificar o cumprimento do cessar-fogo e monitorizar a polícia angolana	Junho de 1991 a fevereiro de 1995	<b>Não</b>
UNAVEM III	Auxiliar o Governo Angolano e a UNITA no restabelecimento da paz e atingir a reconciliação	Fevereiro de 1995 a junho de 1997	<b>Não</b>

Operações de Apoio à Paz no pós-Guerra Fria em África a sul do Saara

	nacional, tendo por base os acordos de paz		
MONUA	Assistir as partes angolanas na consolidação da paz e reconciliação nacional	Junho de 1997 a fevereiro de 1999	<b>Não</b>
ONUMOZ	Prestar auxílio na implementação do Acordo de Paz	Dezembro de 1992 a dezembro de 1994	<b>Sim</b>
UNOSOM I	Monitorizar o cessar-fogo em Mogadishu e escoltar as entregas de bens humanitários ao centro da cidade	Abril de 1992 a março de 1993	<b>Não</b>
UNOSOM II	Restabelecimento de um clima seguro para a assistência humanitária na Somália.	Março de 1993 a março de 1995	<b>Não</b>
UNOMUR	Monitorizar a fronteira entre o Uganda e o Ruanda e garantir que não chegava nenhuma assistência militar do exterior	Junho de 1993 a setembro de 1994	<b>Não</b>
UNAMIR	Ajudar na implementação dos Acordos de Paz de Arusha	Outubro de 1993 a março de 1996	<b>Não</b>
UNOMIL	Apoiar a implementação dos acordos de paz	Setembro de 1993 a setembro de 1997.	<b>Sim</b>
MONUC	Monitorizar a implementação dos acordos de cessar-fogo	Novembro de 1999 a junho de 2010	<b>Não</b>
UNOMSIL	Monitorizar a situação militar e de segurança na Serra Leoa assim como o	Julho de 1998 a outubro de 1999	<b>Sim</b>

Operações de Apoio à Paz no pós-Guerra Fria em África a sul do Saara

	desarmamento e desmobilização de antigos combatentes		
UNAMSIL	Auxiliar na implementação dos acordos de paz	Outubro de 1999 a dezembro de 2005	<b>Sim</b>
MINURCA	Assistir na manutenção e fortalecimento de um clima de segurança	Abril de 1998 a fevereiro de 2000	<b>Não</b>
MINURCAT	Contribuir para a proteção dos civis, promover o respeito pelos direitos humanos e pela lei e promover a paz regional.	Setembro de 2007 a dezembro de 2010	<b>Não</b>
UNOB	Auxiliar no restabelecimento de uma paz duradoura e reconciliação nacional à luz do Acordo de Arusha.	Junho de 2004 a dezembro de 2006	<b>Sim</b>
UNMEE	Estabelecer ligação entre as partes em conflito e estabelecer um mecanismo para assegurar o cessar-fogo.	Julho de 2000 a julho de 2008	<b>Não</b>

Das dezassete OAP analisadas apenas seis conseguiram desempenhar, com sucesso, as tarefas para as quais estavam mandatadas. Em primeiro lugar, importa referir que os mandatos assumem tarefas de natureza diferente. Como já foi analisado anteriormente, as OAP eram, inicialmente, de pura interposição entre as partes, monitorização e observação, evoluindo, mais tarde, para uma rede complexa de conceitos e políticas desde a manutenção da paz (peacekeeping), restabelecimento da paz (peacemaking) e consolidação da paz (peacebuilding), acompanhada por uma profunda reformulação da filosofia das operações de paz.

Pese embora as missões analisadas ocorressem em diversos contextos, podemos verificar que, na sua maioria, tratam-se de operações que chegam ao terreno após a assinatura de um

acordo de paz, ou cessar-fogo, sendo que o seu principal objetivo é o de auxiliar na implementação dos mesmos ou de monitorização. Isto verifica-se na UNAVEM I, II, III, ONUMOZ, UNOSOM I, UNOMUR, UNAMIR, UNOMIL, MONUC, UNAMSIL e UNOB.

Ao avaliarmos estas OAP vamos, naturalmente, ter em conta se o conflito ressurgiu no país, se a missão conseguiu levar a cabo a implementação dos acordos de paz e se, de facto, foram criadas as condições conducentes a uma paz duradoura.

Apesar de considerarmos pertinente que esta análise seja feita, devemos ter em consideração que, muitas vezes, os próprios acordos feitos, antes da presença dos peacekeepers, carecem de vontade política para serem cumpridos. Esta é, no nosso entender, uma das principais razões dos insucessos das OAP, não só das acima referidas, mas de todas as onze que consideramos terem falhado no cumprimento do seu mandato.

Acresce a isto o facto da maioria dos acordos feitos não abordarem as fontes de conflito, levando à perpetuação do mesmo, como no caso da Serra Leoa, Angola, Ruanda e Somália. Apenas quando as causas endémicas dos conflitos são abordadas nos acordos é que poderá ocorrer, no futuro, a possibilidade de restabelecimento da paz. De realçar que este não é, nem pode ser objetivo de uma OAP, facilmente entendível pelo quadro temporal “eterno” em que se iriam inserir. Ao falarmos de cumprimento de mandato, sucesso de uma missão e criação de climas de estabilidade, não estamos a relacionar com a resolução das causas endémicas do conflito. No entanto, voltamos a reforçar que os acordos devem ter em conta as mesmas e trabalhar sobre as possíveis soluções.

A própria estrutura da ONU, bastante burocratizada<sup>454</sup>, provoca alguns constrangimentos nas missões que se fazem sentir na dificuldade de um envio rápido para o terreno, como se verificou quando da análise referente à MONUC.

Por outro lado, existem condicionalismos financeiros e materiais que limitam a resposta e a amplitude de ação dos peacekeepers. Muitas vezes, as missões estão mal dimensionadas, em termos de recursos humanos e materiais, para a realidade no terreno. Como exemplo disto, podemos apontar a UNAMIR, UNOMUR, MONUC e MINURCA.

No caso do Ruanda, foi notória a falta de capacidade da missão para lidar com os desafios que a realidade vivida no país lhe colocava e, para além de estar mal dimensionada, era

---

<sup>454</sup> UNITED NATIONS PEACEKEEPING, Sem data

demasiado pequena, demorou demasiado tempo a estar completamente operacional no terreno. Por altura do início do genocídio, a missão não estava a funcionar de forma coerente e como um todo e demonstrou falta de liderança política assim como capacidade militar, problemas de comando e falta de coordenação e disciplina.

Podemos afirmar que, e tendo em conta o que já foi analisado em termos de contexto internacional, nomeadamente à sombra do sucedido na Somália, houve falta de vontade política para dotar a UNAMIR dos recursos materiais e de pessoal que esta necessitava para ser bem-sucedida. Mesmo após a decisão do CS de aumentar o efetivo com o objetivo de travar os massacres, isto não foi possível devido à falta de vontade dos países membros para enviar militares para integrar a missão.

No que concerne à MONUC, de referir que esta inseriu-se num difícil contexto de guerrilha com contornos regionais, deparando-se com uma importante fragilidade operacional devido a enormes dificuldades em termos humanos e materiais, à falta de infraestruturas do país e a uma subdimensão das suas capacidades em relação à realidade vivida. Acresce a isto o facto de operar num Estado Falhado, ele próprio com enormes limitações. A responsabilidade de proteção dos civis era do Estado congolês, mas este não o conseguia fazer e, portanto, a população olhava para a missão como responsável por esta tarefa. No entanto, esta expectativa era irreal pois esta tinha também uma capacidade limitada nesta área.

Muitas vezes as expectativas que as populações, e os próprios Estados, têm em relação às missões estão desajustadas em relação aos objetivos delas e, na maioria das vezes, à sua dimensão humana e material.

Uma das grandes fragilidades das operações de apoio à paz é o facto de estarem sempre dependentes da vontade dos estados-membros cederem ou não efetivos. Esta é uma decisão totalmente voluntária. Pese embora os estados-membros não o façam de forma declarada, as suas decisões revestem-se, na maioria das vezes, de interesses políticos.

Por outro lado, nem sempre houve uma posição concertada por parte do CS da ONU, fragilizando a sua posição em relação a determinadas operações, como no caso da Somália ou do Ruanda.

Como já foi analisado, o fim da Guerra Fria afetou a política mundial e, conseqüentemente, as próprias operações de apoio à paz e os seus principais conceitos: intervenção (não), uso da força, soberania dos Estados e multilateralismo. Neste período, a ONU e o seu CS experienciaram um processo de revitalização que se traduziu numa evolução quantitativa e qualitativa das OAP,

que ultrapassaram o domínio da manutenção da paz tradicional para incluir uma agenda emergente de consolidação da paz e reconstrução pós-conflito.

Isto provocou, em certa medida, uma complexificação dos mandatos, procurando, acima de tudo, que fossem integrados com todo o sistema da ONU. Quer isto dizer que as tarefas da OAP passavam também por uma proximidade a outras agências da ONU a operar no mesmo território.

Com a exceção do papel de monitorização da UNMEE, entre a Etiópia e a Eritreia, as missões levadas a cabo nesse período, revestiram-se de um carácter multidimensional. Verificamos também uma tendência, principalmente em África, para a constituição de missões a trabalhar conjuntamente com forças de outras organizações, como por exemplo, com a União Africana ou a ECOWAS.

Nalguns casos a ONU operou no mesmo território com outras forças, como é o caso da UNAMSIL e as tropas britânicas na Serra Leoa ou na RDC com as forças da UE. Noutras situações, foi de forma sequencial, como é o caso da MINURCAT que se seguiu às tropas da UE no Chade e RCA.

Gostaríamos ainda de referir, em matéria de complexificação dos mandatos, que a proteção de civis foi uma abordagem inovadora, no que se refere a OAP. Podemos apontar como exemplos de missões que tinham explicitamente no seu mandato a proteção de civis, o caso da MONUC na RDC e da MINURCAT no Chade e RCA.

Das operações analisadas, três em particular são geralmente consideradas como exemplo de insucesso da ONU e sintomáticas das suas falhas estruturais: UNAVEM II, UNOSOM II e UNAMIR. Apesar de terem ocorrido em diferentes contextos podemos apontar algumas razões, que consideramos comuns, como causas para o seu insucesso.

Em primeiro lugar, as missões foram confrontadas com situações de violência contínua ou retomada, no caso do Ruanda tratou-se de genocídio, que ilustravam a falta de vontade de optar por uma resolução pacífica e a baixa (ou não) cooperação das partes em conflito.

Em segundo lugar, consideramos, de acordo o que pudemos analisar que as missões não estavam preparadas, logística e materialmente, para cumprir os seus mandatos. Acresce a isto o facto do Secretariado da ONU não ter capacidade de gerir este tipo de atividades operacionais de forma eficaz.

Por último, e como já foi referido, os Estados Membros e o CS não se comprometeram de forma consistente com estas operações. Isto é ilustrado pelo caso do Ruanda, em que houve bastante relutância em intervir.

No caso da UNAVEM II e III, os seus mandatos não estavam adaptados para o facto do país se encontrar numa situação muito grave de devastação causada por décadas de conflito assim como para a descrença e desconfiança crescente por parte da população. As missões estavam mal equipadas e subdimensionadas para a realidade existente.

De referir também que os Acordos de Bicesse não incluíam a desmilitarização como uma pré-condição para se chegar a um acordo político. O longo conflito armado em Angola deixou, como já foi analisado, duras sequelas nas estruturas económicas e sociais do país, refletindo-se nas condições de vida da população.

No início deste trabalho de pesquisa e análise foram definidas quatro perguntas de investigação (caminhos percorridos por este esforço) e quatro hipóteses que procuravam sugerir resposta à pergunta de partida anteriormente referida.

Em relação à primeira pergunta de investigação (*As operações de apoio à Paz no quadro da ONU, depois da Guerra Fria, têm como objetivo imediato contribuir para a criação de climas de estabilidade nos Estados intervencionados?*) verificamos que a resposta é afirmativa. Podemos aferir isto pela análise dos seus mandatos, que procuram responder a situações de conflito ou disputa e, acima de tudo, auxiliar no estabelecimento da ordem e da paz: implementação e monitorização de acordos de paz e cessar-fogo, assistir na manutenção e fortalecimento de um clima de segurança, auxiliar na reconciliação nacional ou desmobilização e desarmamento.

No que concerne à segunda pergunta (*O desenvolvimento humano é fomentado através da criação de climas de estabilidade?*) aferimos também que a resposta é sim pela análise que efetuamos aos indicadores de cada país. Verificamos que, nos casos em que a OAP cumpriu os seus objetivos, os indicadores demonstraram alguma tendência positiva. No entanto, em todos os casos essa melhoria foi bastante tímida. Consideramos que, apesar do clima de estabilidade ter trazido condições para que no futuro as condições de vida das populações pudessem melhorar, isso não se reflete de forma imediata.

E aqui entramos na terceira questão, que no fundo está interligada com a resposta à segunda: *em todos os Estados africanos a sul do Saara em que ocorreu uma operação de apoio à Paz no quadro da ONU houve uma melhoria do índice de desenvolvimento humano?*

Concluiu-se da análise feita que não houve melhoria do IDH em todos os Estados intervencionados. Em primeiro lugar, das dezassete missões analisadas apenas seis cumpriram o seu mandato, a relembrar: UNAVEM I, ONUMOZ, UNOMIL, UNAMSIL, UNOB, UNOMSIL. De realçar que a UNAVEM I cumpriu o seu mandato, que era especificamente monitorizar a saída das tropas cubanas de Angola, sendo seguida por mais três missões que falharam nos seus objetivos, deixando o país numa situação de conflito. Ora, neste caso não foi criado um clima de estabilidade. O IDH em Angola apresenta valores muito baixos e, apesar de ter melhorado ao longo dos anos, principalmente após o fim do conflito, está longe de ter atingido o desejado. Entre a primeira missão, 1989, e o término da MONUA, 1999, decorreram cerca de 10 anos. O IDH de Angola em 1990 era de 0,304 apresentando uma descida significativa nos anos posteriores e em 1993 era de 0,143. Em 1999, aquando da retirada das forças da ONU este tinha subido para 0,396 e em 2011 era de 0,486. Apesar de ter ocorrido uma melhoria, na nossa opinião, foi bastante tímida. Atualmente este valor situa-se em 0,533 (2016).

No caso da ONUMOZ, e sendo este considerado como um caso de sucesso das OAP da ONU, verificamos que o IDH aumentou cerca de 99.8% entre 1990 e 2015 e a economia moçambicana apresentou, entre 1992 e 1997, um crescimento na ordem dos 8.1%. No entanto, o país posiciona-se ainda na categoria de baixo desenvolvimento humano. De recordar que a ONUMOZ operou entre 1992 e 1994. De realçar que a missão de apoio à paz em Moçambique cumpriu o seu objetivo principal, e isto pode ser verificado desde logo pelo facto de, aquando do término da missão, não existir guerra no país. Esta situação manteve-se nas décadas seguintes.

No que se refere à UNOMIL, de igual forma, verificamos uma melhoria nos indicadores. A Libéria integra o grupo dos países que registam o aumento mais significativo do IDH, na ordem dos 2% desde 2000.

Não podemos, no entanto, afirmar que isto se deveu ao cumprimento do mandato da UNOMIL, por dois fatores: em primeiro lugar, como já foi referido, os objetivos da missão não foram idealizados para a construção de uma paz duradoura, mas sim resolver o conflito no imediato, e em segundo lugar, porque sem dados anteriores a 2000 não conseguimos observar se esta tendência já era anterior à missão.

Apesar dos progressos verificados nalguns indicadores, entre 1980 e 2013 (a esperança média de vida aumentou 14,6 anos; a média de anos de ensino subiu 2,4 anos; os anos de escolaridade esperados subiu 4,1 anos; e o PIB cerca de 68,2%), a Libéria continua a ser um

dos países mais pobres do mundo com um IDH de 0,412. Em suma, a missão não contribuiu para a criação de um clima de estabilidade sustentável, tendo ressurgido o conflito em 2003. No caso específico da Libéria, não existe correlação entre a criação de um clima de estabilidade e a melhoria das condições de vida das populações.

Em relação à UNAMSIL e UNOMSIL, apontada como um exemplo de sucesso na área do peacebuilding, verificamos que, com o fim do conflito, a Serra Leoa conseguiu alcançar alguma estabilidade que lhe permitiu dar passos concretos na consolidação de uma paz sustentável que se refletiu de forma positiva, embora de forma ainda tímida, nos IDH entre 2000-2005. Pese embora esta evolução, continua a ser um dos países com um IDH mais baixo do mundo.

No que se refere à ONUB, a análise é similar. Apesar de apresentar melhorias ligeiras nos indicadores, estes mantêm-se muito baixos. A população permanece num clima de insegurança, com sérias dificuldades económicas e poucas oportunidades. Mais de uma década de conflito interno trouxe consequências sérias no Burundi e na sua economia e população. Como já analisámos, este país, apesar de ser rico em recursos naturais, é um dos mais pobres do mundo. O seu IDH coloca-o na categoria de *baixo desenvolvimento humano*.

Concluiu-se, portanto, que não ocorreram melhorias nos IDH em todos os Estados intervencionados, mas naqueles que efetivamente a missão cumpriu o seu mandato, verificou-se uma tendência positiva nos indicadores, pese embora de forma ligeira, como já foi referido.

No que respeita à última pergunta (*Existe uma correlação direta entre operações de apoio à Paz e melhoria das condições de vida da população?*) aferimos que esta não existe. Não se verifica uma melhoria das condições de vida da população diretamente após o decorrer de uma missão naquele território. Devemos considerar que existem muitos fatores externos às missões, conjunturais e estruturais de cada país, que não estão relacionados com o seu mandato ou tarefas e que não podem ser diretamente relacionados como causa-efeito. Os países analisados têm em comum IDH muito baixos e situações económicas e sociais precárias.

Respondidas as perguntas de investigação, debruçemo-nos sobre as hipóteses formuladas no início deste trabalho, com base no conhecimento prévio que detínhamos sobre a temática e que tiveram como objetivo balizar a recolha de dados e a sua análise, com ordem e rigor.

Relativamente à primeira hipótese, *as operações de apoio à paz criam climas de estabilidade devido ao seu contributo para a construção / reconstrução de Estados*, consideramos que tal se verifica pela análise dos mandatos que, na sua maioria, têm como objetivo o restabelecimento da paz, de um clima de segurança, da lei e da ordem, por um lado

e, por outro, o contributo para o bom funcionamento das instituições do Estado. Este último aspeto assumiu grande importância no âmbito das OAP no pós-Guerra Fria.

No que diz respeito à segunda hipótese, *as operações de apoio à paz asseguram condições para a criação de uma paz duradoura devido ao seu contributo para a implementação de instituições eficazes*, consideramos, de igual forma, que, quando as missões cumprem com sucesso o seu mandato, tal se verifica. Reforçamos a ideia que a reconstrução de Estados passa, obrigatoriamente, pela existência de instituições eficazes e credíveis ao serviço da população. Com a Agenda para a Paz a tónica passa a ser colocada na reconstrução pós conflito e consolidação da Paz (*post-conflict peace-building*) visando fortalecer o processo de reconciliação nacional através da reconstrução das instituições, da economia e das infraestruturas do Estado intervencionado. Uma das ideias centrais deste documento é a associação entre as intervenções militares e a reconstrução, ou construção, de Estados. Nesta abordagem, o *peacebuilding* parece ser um mecanismo para se chegar a uma forma de paz sustentável.

No que concerne à terceira hipótese, *o índice de desenvolvimento humano apresenta uma evolução positiva nos Estados intervencionados devido à promoção da segurança no território*, consideramos que esta não pode ser provada. Efetivamente podemos afirmar que ocorreu uma melhoria, ainda que ligeira, nos indicadores, mas tratando-se de algo tão incipiente, não podemos correlacionar diretamente com a promoção de segurança no território pois nada obsta a que se tivesse devido a qualquer outro fator. E isto apenas se considera, mais uma vez, para as missões que cumpriram o seu mandato. Acresce a isto o facto de não existir uma referência teórica ou conceptual do que se pode considerar como “evolução positiva”, ou seja, não é estabelecido qualquer valor referência para esta aferição.

Por último, a quarta hipótese, *o Índice de Desenvolvimento Humano dos Estados intervencionados melhorou como consequência das operações de apoio à Paz*, também não pode ser provada, tal como a terceira, e pelas mesmas razões. Consideramos não ser possível provar uma relação causal entre a melhoria do IDH e a existência de uma OAP.

Pese embora todas as dificuldades e constrangimentos enunciados devemos ter em conta que as OAP têm sido um instrumento fundamental na gestão internacional de crises. Fica em aberto a possibilidade e até a necessidade em prosseguir esta investigação tendo em conta a magnitude do tema, a existência de outras perspetivas de abordagem, a evolução dos indicadores e conceitos inerentes, eventuais alterações de natureza política e, sem prejuízo da

convivência de outras razões, outra tipologia de ensinamentos recolhida através da experiência nos respetivos «teatros».



## BIBLIOGRAFIA

- ACNUR, (1999), *Liberian Repatriation and Reintegration Operation*, (online) consultado em 17 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.unhcr.org/3e2d4d5f15.pdf>
- ACNUR, (2000), *A Situação dos Refugiados no Mundo*, Lisboa, A Triunfadora – Artes Gráficas.
- ACNUR, (2006a) *Chief Calls for Stronger International Presence in Chad*, de 21 de dezembro (online) consultado em 14 junho de 2014. Disponível em: <http://reliefweb.int/node/222078>
- ACNUR, (2006b) *Chad: rebel infiltration of Oure Cassoni Camps*, de 26 de maio (online) consultado em 14 de junho de 2014.  
Disponível em: <http://www.unhcr.org/news/briefing/2006/5/4476dbd94/chad-rebel-infiltration-oure-cassoni-camp.html>
- Acordo Geral de Paz de Moçambique, publicado no Suplemento do Boletim da República, I Série, nº 42, de 14 de outubro de 1992 (online) consultado em 5 de maio de 2013. Disponível em <http://www.macua.org/blog/AGP.pdf>
- Agências das Nações Unidas em Angola, (2003) *Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*, Relatório de Progresso MDG/NEPAD, Angola
- Almeida, João Marques de (2007) *Failed States in Western Africa, International security and the European Union*, working paper 37-54, Lisboa: IPRI.
- Amnesty International, (2009) *Chad: 'No Place for us here': Violence against refugee women in western Chad* (online) consultado em 20 de agosto de 2014. Disponível em <https://www.amnesty.org/en/documents/afr20/008/2009/en/>
- Annan, Kofi, (2000) *Secretary General salutes international workshop on Human Security in Mongolia*” two-day session in Ulaanbaatar, May 8-10 in Germany, in Commission on Human Security (2003) *Human Security Now*, chapter 1, 1-19 New York: CHS.
- Araújo, Raúl, (2002) *O Processo Eleitoral em Angola*, (online) consultado em 2 de junho de 2013. Disponível em [http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/upd12\\_02araujo.pdf](http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/upd12_02araujo.pdf)
- Assembleia da República, (2005) *Constituição da República Portuguesa* (online) consultado em 07 de abril de 2013. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Baylis, John, Steve Smith e Patricia Owens, (2008), *The Globalization of World Politics*, Oxford Press.

- Baylis, John e Steve Smith (2001), *The globalization of world politics - an introduction to international relations*, Oxford: Oxford University Press
- BBC News, (2017) *Central African Republic Profile*, (online) consultado em 14 de junho de 2014. Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-africa-13150040>
- Bellamy, A (2006), *Just Wars: From Cicero to Iraq*, Cambridge: Polity Press.
- Berdal, Mats (2015) “United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)” em Koops, Joachim et al (org), *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*, Oxford University Press, pp 416-422.
- Bodin, Jean, (1992). *Los seis libros de la Republica*, 2.ed. Tradução de Pedro Brava Gala. Madrid: Tecnos.
- Bolinhas, Inês (2006), “Das causas da guerra às razões da paz: a mediação da Comunidade de Santo Egídio no conflito moçambicano”, *Revista Militar*, 2439, Lisboa.
- Boutellis, Arthur (2015), “United Nations Operation in Burundi (ONUB)”, em Koops, Joachim et al (org), *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*, Oxford University Press, pp 731-741.
- Boutros Boutros-Ghali, (1992), *An Agenda for Peace, Preventive diplomacy, peacemaking and peacekeeping*, Report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992, United Nations (online) consultado em 2 de janeiro de 2013. Disponível em <http://www.un-documents.net/a47-277.htm>
- Branco, Carlos Martins (2015) “Portugal e as Nações Unidas, A participação portuguesa em missões de paz da ONU”, *Revista Relações Internacionais*, nr47, 101-126
- Browlie, Ian (1997), *Princípios de Direito Internacional Público*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Cammaert, Patrick e Andreas Sugar, (2015) “United Nations Mission in Ethiopia and Eritrea (UNMEE)”, em Koops, Joachim et al (org), *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*, Oxford University Press, pp 671-682
- Carta das Nações Unidas, 1945, publicado no Diário da República I Série A, n.º 117/91, mediante o aviso n.º 66/91, de 22 de maio de 1991.
- Centro de Documentação 25 de Abril, (1974), *O Acordo de Lusaka*, (online), Universidade de Coimbra, consultado em 02 de setembro de 2013. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon06>

Centro de Documentação 25 de Abril (1975), *O Acordo de Alvor*, (online) Universidade de Coimbra, consultado em 03 de abril de 2013.

Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21> consultado em abril de 2013.

Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal, (Sem data) *Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça*, (online) consultado em 12 de dezembro de 2012. Disponível em [www.unric.org](http://www.unric.org)

Chachiua M. (2000) “Segurança interna em Moçambique: preocupações contra políticas” em *African Security Review*, 9 (1), consultado em 15 de fevereiro de 2013. Disponível em <http://www.iss.co.za>

Chesterman, S. (2001), *Just War and Just Peace: Humanitarian Intervention in International Law*, Oxford: Oxford University Press.

Christian Reus-Smit, (2004) *International Law, The Globalization of World Politics*, Oxford: Oxford University Press.

CLARKE, Walter e Jeffrey Herbst (1996), “Somalia and the Future of Humanitarian Intervention”, *Foreign Affairs*, March/April

Coelho, Teresa Leal (2003), “O Direito Internacional e a Ingerência Humanitária: o poder / dever da intervenção armada”, *Revista Nação e Defesa*, n.º 105 – 2.ª Série, pp.103-119.

Comité Internacional da Cruz Vermelha (2009), *Violência e o Uso da Força*, (online) consultado em 20 de maio de 2013. Disponível em: [www.cicr.org](http://www.cicr.org).

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1997a), Report of the Secretary General on the United Nations Angola Verification Mission UNAVEM III, Security Council document S/1997/115, (online) consultado em 20 de junho de 2014. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/1997/115](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/1997/115)

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1992b), *Resolução 751 de 24 abril* (online) consultado em 15 de setembro de 2014. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/011/10/IMG/NR001110.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1993a), *Resolução 814 de 26 de março S/RES/814* (online) consultado em 02 de março de 2015. Disponível em: [www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unosom2mandate.html](http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unosom2mandate.html)

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1993b), *Resolução 837 de 6 de junho S/RES/837* (online) consultado em 10 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/837>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1993c), *Resolução 846 de 22 de junho, S/RES/846* (online) consultado em 12 de março de 2014. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/846>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (199(d), *Resolução 891 de 20 de dezembro S/RES/891* (online) consultado em 23 de junho de 2014. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/719/88/PDF/N9371988.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1993e), *Resolução 872, S/RES/872 de 5 de outubro* (online) consultado em 10 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/540/63/PDF/N9354063.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1994a) *Final Report Of the Secretary General on the United Nations Operation in Mozambique, S/1994/1449*, (online) consultado em 27 de março de 2014. Disponível em [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/1994/1449](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/1994/1449)

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1994b), *Second Progress Report of the Secretary-General on the United Nations Observer Mission Uganda-Rwanda, S/1994/715*, (online) consultado em 15 de setembro de 2014. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/252/63/IMG/N9425263.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1994c), *Resolução 950 S/RES/950*, (online) consultado em 17 de setembro de 2014. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/410/29/PDF/N9441029.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1997b), *Final Report of the Secretary-General on the United Nations Observer Mission in Liberia, Security Council document, S/1997/712*, (online) consultado em 20 de setembro de 2014.

Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/1997/712](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/1997/712)

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1997c) *Twenty-Third Progress Report of the Secretary-General on the United Nations Observer Mission in Liberia, Security Council document, S/1997/478*, (online) consultado em 25 de setembro de 2014. Disponível em: [http://www.un.org/en/sc/repertoire/96-99/96-99\\_Intro.pdf](http://www.un.org/en/sc/repertoire/96-99/96-99_Intro.pdf)

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1997d), *Press Release SC/6407* (online) consultado em 23 de setembro de 2014.

Disponível em: <http://www.un.org/press/en/1997/19970806.SC6407.html>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1998b), *Resolução 1159 S/RES/1998*, (online) consultado em 27 de setembro de 2014.

Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1159>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1998c), *Resolução 1182, S/RES/1182* (online) consultado em 06 de outubro de 2014. Disponível em <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1182>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1999a), Report of the Independent Inquiry into the actions of the United Nations during the 1994 genocide in Rwanda (online) consultado em 07 de outubro de 2014. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/POC%20S19991257.pdf>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1999b), *Resolução 1270 S/RES/1270* (online) consultado em 02 de novembro de 2014. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/315/02/PDF/N9931502.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2000a), *Resolução 1291, S/RES/1291* (online) consultado em 10 de novembro de 2014. Disponível em <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1291>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2000b), *Statement by the President of the Security Council. S/PRST/2000/5* (online) consultado em 11 de novembro de 2014. Disponível em: <https://documents-dds-y.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/291/00/PDF/N0029100.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2000c), *Ninth report of the Secretary-General on the United Nations Mission in the Central African Republic, S/2000/4*, (online) consultado em 15 de novembro de 2015. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/239/78/IMG/N0023978.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2000d), *Resolução 1297 S/RES/1297* (online) consultado em 05 de dezembro de 2014. Disponível em <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1297>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2000e), *Resolução 1298, document S/RES/1298* (online) consultado em 07 de dezembro de 2014. Disponível em <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1298>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2000f), *Ethiopia and Eritrea Report of the Secretary-General, document S/2000/785* (online) consultado em 02 de janeiro de 2015. Disponível em [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/2000/785](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2000/785)

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2000g), *Resolução 1312, documento S/RES/1312* (online) consultado em 10 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1312>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2003a), *Resolução 1484, S/RES/1484* (online) consultado em 15 de janeiro de 2015. Disponível em <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1484>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2003b), *Progress Report of the Secretary-General on Ethiopia and Eritrea, documento S/2003/257* (online) consultado em 6 de março de 2015.

Disponível em <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/EE%20S2003257.pdf>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2004a), *Resolução 1565 S/RES/1565* (online) consultado em 22 de dezembro de 2014.

Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1565>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2004b), *Press Release SC/8101* (online) consultado em 23 de março de 2015. Disponível em <http://www.un.org/press/en/2004/sc8101.doc.htm>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2004c), *Resolução 1533 S/RES/1533* (online) consultado em 03 de abril.

Disponível em: [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1533%20%282004%29](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1533%20%282004%29)

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2004d), *Report on the Secretary-General on Burundi, S/2004/210* (online) consultado em 20 de abril de 2015. Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/269/25/IMG/N0426925.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2005a), *Resolução 1592 S/RES/1592* (online) consultado em 19 de abril de 2015. Disponível em <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1592>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2005b) *Twenty-Seventh Report of the Secretary-General on the United Nations Mission in Sierra Leone*, Security Council document, S/2005/777, (online) consultado em 19 de abril de 2015.

Disponível em [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/2005/777](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2005/777)

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2005c), *Fourth Report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Burundi, S/RES/328* (online) consultado em 20 de abril de 2015. Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/347/67/IMG/N0534767.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2006a), *Twenty-second report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of Congo, S/2006/759* (online) consultado em 15 de junho de 2015.

Disponível em [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/2006/759](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2006/759)

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2006b), *Resolução 1706 S/RES/1706* (online) consultado em 17 de janeiro de 2015. Disponível em:

<http://responsibilitytoprotect.org/files/Resolution%201706%20Darfur%20July%202006.pdf>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2006c), *Ninth report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Burundi, S/2006/994* (online) consultado em 20 de junho de 2015. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/661/19/PDF/N0666119.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2006d), *Seventh report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Burundi, S/2006/429* (online) consultado em 2 de fevereiro de 2015.

Disponível em:

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/396/26/PDF/N0639626.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2006e), *Sixth report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Burundi, Security Council document S/2006/163*, (online) consultado em 14 de março de 2015. Disponível em:

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/268/00/PDF/N0626800.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2006f), *Letter dated 22 December 2006 from the Secretary-General addressed to the President of the Security Council S/2006/1030* (online) consultado em 3 de junho de 2015. Disponível em:

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/201/98/PDF/N0720198.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2006g), *Report of the Secretary General on Ethiopia and Eritrea, documento S/2006/1* (online) consultado em 2 de setembro de 2015. Disponível em:

[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/2006/1](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2006/1)

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2006h), *Report of the Secretary General on Ethiopia and Eritrea, documento S/2006/992* (online) consultado em 10 de setembro de 2015. Disponível em:

[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/2006/992](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2006/992)

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2007a), *Resolução 1778 S/RES/1778* (online) consultado em 10 de setembro de 2015.

Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/CAR%20SRES1778.pdf>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2007b), *Report of the Secretary General on Chad and Central African Republic, S/2007/488* (online) consultado em 5 de outubro de 2015. Disponível em:

<http://undocs.org/en/S/2007/488>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2008), *Report of the Secretary-General on the United Nations Mission in Central African Republic and Chad, S/2008/601* (online) consultado em 5 de outubro de 2015.

Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/2008/601](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2008/601)

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2009a), *Resolução 1861 S/RES/1861* (online) consultado em 6 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/CAR%20SRES1861.pdf>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2009b), *6121st meeting S/PV.6121* (online) consultado em 2 de novembro de 2015.

Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Chad%20SPV%206121.pdf>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2010a), Letter dated 21 may 2010 from the Chair of the Security Council Committee established pursuant to resolution 1533 (2004) concerning the Democratic Republic of the Congo addressed to the President of the Security Council, S/2010/252 (online) consultado em 2 de janeiro de 2016.

Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/DRC%20S2010%20252.pdf>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2010b), Report of the Secretary-General on the United Nations Mission on the Central African Republic on Chad, S/2010/611 (online) consultado em 5 de janeiro de 2016. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/2010/611](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2010/611)

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2010c), *Resolução 1923*, S/RES/1923 (online) consultado em 10 de fevereiro de 2016. Disponível em <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1923>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2010d), Report of the Secretary-General on the United Nations Mission in the Central African Republic and Chad, S/2010/529, (online) consultado em 11 de fevereiro de 2016.

Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/2010/529](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2010/529)

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2010e), Letter dated 7 September 2010 from the Permanent Representative of Chad to the United Nations addressed to the President of the Security Council, S/2010/470 (online) consultado em 25 de setembro de 2014.

Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/CAR%20S2010%20470.pdf>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2014), *Resolução 2149* S/RES/2149 (online) consultado em 2 de março de 2015. Disponível em:

[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/2149%20%282014%29](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2149%20%282014%29)

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1992a), *Letter from UN Secretary-General to President of the Security Council S/24868*, (online) consultado em 25 de janeiro de 2014. Disponível em:

<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/SOMALIA%20S24868.pdf>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1999), Report of the Secretary General on the United Nations Observer Mission in Angola (MONUA), Security Council document S/1999/49 (online) consultado em 15 de setembro de 2013. Disponível em:

[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/1999/49](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/1999/49)

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1998a), *Resolução 1213* (online) consultado em 17 de setembro de 2013. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1213>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1978) *Resolução 435* (online) consultado em 15 de setembro de 2017. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/435\(1978\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/435(1978))

Conselho de Segurança das Nações Unidas (1999c), *Eight Report of the Secretary-General on the United Nations Mission in the Central African Republic, S/1999/1038*, (online) consultado em 10 de outubro de 2015. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/248/66/IMG/N9924866.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2002), *Eleventh Report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of Congo, Security Council document, S/2002/621*, (online) consultado em 17 de março de 2014. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/2002/621](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2002/621)

Dinh, Nguyen Quoc, Patrick Daillier e Alain Pellet (2003), *Direito Internacional Público*, 2ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian.

Doornbos, Martin (2006) - *Fragile States or Failing Models? Accounting for the Incidence of State Collapse*, Madrid, FRIDE. p. 19

Doss, Alan, (2015) “United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUC)”, em Koops, Joachim et al (org), *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*, Oxford University Press.

Dunn, David J. (2005) *The first fifty years of peace research: a Survey and Interpretation*, Ashgate.

Esmenjaud, Romain, (2015) “United Nations Mission in the Central African Republic (MINURCA)”, em Koops, Joachim et al (org), *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*, Oxford University Press, p.593

EUR-LEX, (2012) *Tratado de Funcionamento da União da Europeia*, (online) consultado em 12 de junho de 2013. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=OJ:C:2012:326:TOC>

Festus Agoagye, (2004) *The African Mission in Burundi: Lessons Learned from the First African Union Peacekeeping Mission*, Pretoria: Institute for Security Studies.

Fride (2007), *Presente y futuro de las operaciones de paz. Seminario de Madrid*, Conference Report, 02, Madrid, junho.

Fund for Peace (2005), *Methodology*, (online) consultado em 12 de junho de 2013. Disponível em <http://fundforpeace.org/fsi/>

Galtung, Johan (1964), “An Editorial”, *Journal of Peace Research*, 1(1): 1-4;

Galtung, Johan, (1969), “Violence, Peace and Peace Research”, *Journal of Peace Research* 6(3): 167-191;

Galtung, Johan (1971), “A Structural Theory of Imperialism”, *Journal of Peace Research*, 8(2):81-117.

Garcia, Francisco Proença (2010), *A Guerra de Moçambique 1964-1974*, Quidnovi.

Gebremedlin, Yohannes (2004), *The Challenges of a society in transition, Legal development in Eritrea*, The Red Sea Press, Eritrea

Global Education Cluster (2015), *Central African Republic: Humanitarian Situation Overview* (online) consultado em 25 de agosto de 2015. Disponível em <http://educationcluster.net/country-coordination/high-priority-countries/car/>

Global Policy Forum (2012) *Changing Patterns In the Use of the Veto in the Security Council*, (online) consultado em 18 de outubro de 2013. Disponível em: <https://www.globalpolicy.org/component/content/article/102-tables-and-charts/32810-changing-patterns-in-the-use-of-the-veto-in-the-security-council.html>

Griffiths, Martin e Terry O’Callaghan (2002) - *International Relations – The Key Concepts*. Routledge. Londres. p.105

Guyot, Caroline e Alex Vines (2015),” United Nations Angola Verification Mission (UNAVEM I)”, em Koops, Joachim et al (org), *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*, Oxford University Press

Helen M. Hintjens (1999), “Explaining the 1994 genocide in Rwanda”, *The Journal of Modern African Studies*, 37, pp 241-286.

Hendrickson, D., (1998), *Humanitarian Action in Protracted Crises: The New Relief Agenda and its Limits*, RRN Network Paper N°. 25, London: ODI

Hill, J. (2005), “Beyond the Other? A postcolonial critique of the failed state thesis”, *African Identities*, 3(2), 139-154.

Hobbes, Thomas (1651) *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um estado Eclesiástico e Civil*, tradução de João Paulo Morais e Maria Beatriz Nizza da Silva, 2.ª Ed., Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda

- Holsti (1996), *The State, War and the state of War*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Holzgrefe, J.F. e Keohane R. (eds) (2002), *Humanitarian Intervention: Ethical, Legal and Political Dilemmas*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Huggins, Chris, (2003) “*The Challenges of Land Scarcity and Protracted Social Conflict in Rwanda: A discussion papper*”, African Centre for Technology Studies, Nairobi
- Human Rights Watch (1999), *U.N. Failed to Avert Angola Disaster*, (online) consultado em 02 de julho de 2013. Disponível em <https://www.hrw.org/news/1999/09/13/un-failed-avert-angola-disaster>
- Human Rights Watch (2008), *Killings in Kiwanja: The UN’s inability to protect civilians*, (online) consultado em 12 janeiro de 2013. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2008/12/11/killings-kiwanja/uns-inability-protect-civilians>
- Human Rights Watch (2009) *You Will Be Punished - Attacks on Civilians in Eastern Congo* (online) consultado em 25 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2009/12/13/you-will-be-punished/attacks-civilians-eastern-congo>
- INE/UNICEF (2003), *Inquérito de Indicadores Múltiplos*, Luanda, Angola
- INE-BM-UNICEF (1996), *Perfil da Pobreza em Angola*, Gabinete de Monitorização das condições de vida da população, Angola.
- International Commission on Intervention and State Sovereignty (2001) *Report Responsibility to Protect* (online) consultado em 25 de janeiro de 2013.  
Disponível em: <http://responsibilitytoprotect.org/ICISS%20Report.pdf>
- International Monetary Fund, (2007) *IMF Country Report nr.07/60, Liberia: Interim Poverty Reduction Strategy Paper*, Washington
- Jackson, Stephen (2006) *The United Nations operation in Burundi (ONUB) – Political and Strategic Lessons Learned*, Conflict Prevention and Peace Forum, New York July 2006 (online) consultado em 2 de abril de 2013. Disponível em:  
[www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/PBPS/Library/NUB%20Lessons%20Learned.pdf](http://www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/PBPS/Library/NUB%20Lessons%20Learned.pdf)
- Jennings, Kathleen, (2015) “United Nations Observer Mission in Liberia (UNOMIL)” em Koops, Joachim et al (org), *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*, Oxford University Press, p.457.
- John Karlsrud e Diana Félix da Costa (2013) “Invitation Withdraw: Humanitarian Action, UN Peacekeeping and State Sovereignty in Chad”, *Disasters* 37 nr.º4, pp.171-187.

- KALDOR, Mary e James Vincent (2006) *Case Study Sierra Leone*, UNDP Evaluation Office, USA.
- Karlsrud, John, (2015) “United Nations Mission in the Central African Republic and Chad I and II” em Koops, Joachim et al (org), *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*, Oxford University Press, pp.791-802
- Macrae, J. e N. Leader, (2000), *Shifting Sands: The Search for Coherence Between Political and Humanitarian Responses to Complex Emergencies*, HGO Report n.º 8, London; ODI
- MDRP - Multi-Country Demobilization & Reintegration Programme, (2008) *Burundi Fact Sheet*, (online) consultado em 15 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://tdrp.net/mdrp/burundi.htm>
- Meisler, Stanley (1995) *United Nations: A History*, New York, Grove Press
- Mendes Dias, Carlos (2010) Sobre a Guerra, Prefácio, Lisboa.
- Moita, Madalena (2005) *Portugal nas operações de apoio à paz em Angola, 2005* (online) consultado em 25 de fevereiro de 2013. Disponível em: ([www.janusonline.pt/arquivo/2005/2005\\_4\\_3\\_6.html](http://www.janusonline.pt/arquivo/2005/2005_4_3_6.html))
- Nações Unidas (2008) *United Nations Peacekeeping Operations, Principles and Guidelines* (online) consultado em 25 de outubro de 2015. Disponível em: [http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/capstone\\_eng.pdf](http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/capstone_eng.pdf)
- Nações Unidas (2010a)), *Second Generation, Disarmament, Demobilization and Reintegration, Practice in Peace Operations*, United Nations Department of Peace Operations, New York.
- Nações Unidas (2010b), *UN Peacebuilding: an Orientation*, Peacebuilding Support Office, New York.
- Nações Unidas (2000a), *Report of the Secretary-General on the Implementation of the Report of the Panel on United Nations Peace Operations*, United Nations, New York.
- Nações Unidas (1991) *Resolution 696* (online) consultado em 22 de fevereiro. Disponível em: <http://unscr.com/files/1991/00696.pdf>
- Nações Unidas (1996) *United Nations Assistance Mission for Rwanda – Background* (online) consultado em 15 de março de 2014. Disponível em [http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unamir\\_b.htm](http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unamir_b.htm)
- Nações Unidas (2000b), *Sierra Leone – UNOMSIL – Background* (online) consultado em 14 de setembro de 2015. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/unomsil/UnomsilB.htm>
- Nações Unidas (2001) *Implementation of the recommendations of the Special Committee on Peacekeeping Operations and the Panel on United Nations Peace Operations*, Report of the Secretary-General, (online) consultado em 12 de março de 2014.

Disponível em: <https://conduct.unmissions.org/sites/default/files/keydoc6.pdf>

Nações Unidas (2005) *Sierra Leone – UNAMSIL Background*, (online) consultado em 20 de março de 2015.

Disponível em <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/unamsil/background.html>

Nações Unidas (2006) *Burundi – ONUB Background*, (online) consultado em 15 de junho de 2015.

Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/onub/background.html>

Nações Unidas, Sem data(a), *Angola UNAVEM I Mandate*, (online) consultado em 12 de maio de 2013.

Disponível em <http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unavem1/UnavemIM.htm>

Nações Unidas, Sem data(b), *Angola UNAVEM I Background*, (online) consultado em 12 de maio de 2013.

Disponível em <http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unavem1/UnavemIB.htm>

Nações Unidas, Sem data(c) (online), *Angola – UNAVEM II* (online) consultado em 21 de maio de 2013.

Disponível em <http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unavemii.htm>

Nações Unidas, Sem data(d), *Angola UNAVEM II Background* (online) consultado em 23 de maio de 2013.

Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/mission/past/Unavem2/UnavemIIB.htm>

Nações Unidas, Sem data(f), *Angola UNAVEM II Facts and Figures* (online) consultado em 15 de junho de 2013.

Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/Unavem2/UnavemIIF.html>

Nações Unidas, Sem data(g), *Angola UNAVEM III* (online) consultado em 15 de junho de 2013. Disponível em [https://peacekeeping.un.org/en/mission/past/unavem\\_p.htm](https://peacekeeping.un.org/en/mission/past/unavem_p.htm)

Nações Unidas, Sem data(h), *Angola MONUA Mandate* (online) consultado em 15 de junho de 2013.

Disponível em: <http://peacekeeping.un.org/mission/past/monua/monuam.htm>

Nações Unidas, Sem data(i), *Angola MONUA Background* (online) consultado em 15 de junho de 2013.

Disponível em: <http://peacekeeping.un.org/mission/past/monua/monuab.htm>

Nações Unidas, Sem data(j), *Mozambique ONUMOZ Background* (online) consultado em 22 de junho.

Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/onumozFT.htm#General>

Nações Unidas, Sem data(k), *Somalia UNOSOM I Background* (online) consultado em 02 de agosto de 2013.

Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/unosom1backgr2.html>

Nações Unidas, Sem data(l), *Somalia UNOSOM II Background* (online) consultado em 22 de setembro de 2013. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/unosom2backgr.html>

Nações Unidas, Sem data(m), *Uganda-Rwanda UNOMUR Background* (online) consultado em 22 de setembro de 2013. Disponível em:

<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/unomurbackgr.html>

Nações Unidas, Sem data(n), *UNMIL – United Nations Mission in Liberia Background* (online) consultado em 03 de outubro de 2013. Disponível em <https://unmil.unmissions.org/background>

Nações Unidas, Sem data(o), *United Nations Mission in Central African Republic and Chad – MINURCAT Background* (online) consultado em 23 de março de 2014. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/minurcat/background.shtml>

NATO (2001), *Allied Joint Publication - 3.4.1 - Peace Support Operations*, North Atlantic Treaty Organization, Brussels.

NATO (2001), *NATO Handbook*, North Atlantic Treaty Organization, Brussels.

NATO (2005), *Allied Joint Publication - 3.4. - Non-Article 5 Crisis Response Operations*, North Atlantic Treaty Organization, Brussels.

Newitt, Malyn (2002) “Mozambique”, em Chabal, Patrick et al., *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, London: Hurst

Novosselof, Alexandra e Richard Gowan, (2002), *Security Council Working Methods and UN Peace Operations: The Case of Chad and the Central African Republic, 2006-2010*, Center on International Cooperation, New York University.

Olonisakin, ‘Funmi (2015) “United Nations Observer Mission in Sierra Leone (UNOMSIL)”, em Koops, Joachim et al (org), *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*, Oxford University Press, p.597

Organisation for African Unit (1999) *Eritrea-Ethiopia: Technical arrangements for the implementation of the OAU framework agreement and its modalities*, (online) consultado em 15 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/eritrea/eritrea-ethiopia-technical-arrangements-implementation-oau-framework-agreement-and>

Organização Mundial de Saúde, Sem data (a) *Country Profile Mozambique* (online) consultado em 10 de agosto de 2013. Disponível em <http://www.who.int/countries/moz/en/>

Organização Mundial de Saúde (2015) *Global Health Observatory Data* (online) consultado em 25 de agosto de 2013.

Disponível em [http://www.who.int/gho/mortality\\_burden\\_disease/life\\_tables/en/](http://www.who.int/gho/mortality_burden_disease/life_tables/en/)

Organization for Economic Cooperation and Development and African Development Bank (2004/2005) African Economic Outlook, (online) consultado em 02 outubro de 2014. Disponível em: [www.oecd.org/dev/aeo](http://www.oecd.org/dev/aeo).

Stewart, Patrick (2006), *Weak States and global threats: assessing evidence of “spillovers”*, n. ° 73, Washington, p 29.

Payanzo, Ntsomo *et.al* (2017), *Democratic Republic of the Congo*, (online) consultado em 05 de agosto de 2017. Disponível em [www.britannica.com](http://www.britannica.com)

Perrin, Benjamin, (2005), *Humanitarian Assistance and the Private Security Debate: an international humanitarian law perspective*, *On the Edges of Conflict*, Liu Institute for Global Issues

PNUD e Governo da Libéria (2004), *Liberia’s Millenium Development Goals Report* (online) consultado em 5 março de 2015. Disponível em:  
[http://www.undp.org/content/dam/undp/library/MDG/english/UNDP\\_MDG\\_Report\\_2015.pdf](http://www.undp.org/content/dam/undp/library/MDG/english/UNDP_MDG_Report_2015.pdf)

PNUD Sierra Leone, Sem data, *About Sierra Leone*, (online) consultado em 6 de março de 2015. Disponível em: <http://www.sl.undp.org/content/sierraleone/en/home/countryinfo/>

PNUD Somália 2012) *Somalia Human Development Report, Empowering Youth and Peace and Development* (online) consultado em 6 de março de 2015. Disponível em  
<http://www.pnud.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/Arab%20States/HDR-Somalia-2012-E.pdf>

PNUD (1998a) *Development Report Somalia* (online) consultado em 20 de junho de 2014. Disponível em  
[http://hdr.undp.org/sites/default/files/nhdr\\_1998\\_somalia-en.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/nhdr_1998_somalia-en.pdf)

PNUD (2015) *Accelerating Inclusive Growth for Sustainable Human Development for Ethiopia*, National Human Development Report 2015, Ethiopia

PNUD (2017), *About Somalia* (online) consultado em 15 de agosto de 2014. Disponível em  
<http://www.so.undp.org/content/somalia/en/home/countryinfo/#Successes>

PNUD, Human Development Report (1994), Oxford University Press, New York.

PNUD (2017), *Human Development Reports 1990-2016* (online) consultado em 12 junho de 2012. Disponível em: [www.undp.org](http://www.undp.org)

PNUD, Sem data, *About Liberia* (online) consultado em 15 julho de 2015. Disponível em  
<http://www.lr.undp.org/content/liberia/en/home/countryinfo/>

Portfolio of Mine Action Projects, Nações Unidas (2017) *Eritrea* (online) consultado em 22 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.mineaction.org/taxonomy/term/1006>

Prendergast, J., (1996) *Frontline Diplomacy: Humanitarian Aid and Conflict in Africa*, Lynne Rienner, Boulder CO.

Provost, Claire (2014) *Rwanda: a puzzling tale of growth and political repression – get the data*, The Guardian.

Prunier, G., (1995) *The Rwanda Crisis: History of a Genocide*, Hurst, Londres.

Pureza, José Manuel et al (2005) “As novas operações de paz das Nações Unidas. Os casos de Angola, Timor Leste e Moçambique”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 71, p. 21-42.  
Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, novembro de 2007, Oficina n.º 290

Reynaerd, Julie, Sem data, Monuc/Monusco and Civilian Protection in the Kivus, IPIS

Roberts, Adam (2000) “The So-Called ‘Right’ of Humanitarian Intervention”, em *Yearbook of International Humanitarian Law*, vol.3, pp.3-51

Rodríguez, Romina e Fiona Samnuels (2011) *Rwanda's Story: Progress on health in Rwanda: Leadership, performance and health insurance*, Londres, Overseas Development Institute.

Rotberg, Robert (2004) *When States Fail: Causes and Consequences*, New Jersey, Princeton University Press. p. 1-6.

Rousseau, Jean-Jacques (2008) *Du contrat social ou Principes du droit politique*. Editado por Sálvio M. Soares. MetaLibri.

Sen, Amartya K. (1999) *Development as Freedom*, Oxford: Oxford University Press, pp.8.

Teresa Nogueira Pinto (2012) *Poder e Sobrevivência: Modelos de Justiça no Ruanda Pós Genocídio*, Working Paper 12/20, Contraditório.

Tesón F. (2003), “The Liberal Case for Humanitarian Intervention”, em Holzgrefe J.L. e R.O. Keohane (eds), *Humanitarian Intervention: Ethical, Legal and Political Dilemmas*, Cambridge: Cambridge University Press: 93-129.

U.S. Department of State (1994), Bureau of International Organizational Affairs, Clinton Administration Policy on Reforming Multilateral Peace Operations, (PPD25)

UNDAF, (2015) *United Nations Development Assistance Framework, Annual Progress Report Mozambique*, UN Mozambique

Unicef Somália, Sem data, *Child and Maternal Health* (online) consultado em 15 de maio de 2014. Disponível em <https://www.unicef.org/somalia/health.html>

United Human Rights Council (2017) *Genocide in Rwanda*, consultado em 14 de maio de 2015. Disponível em [http://www.unitedhumanrights.org/genocide/genocide\\_in\\_rwanda](http://www.unitedhumanrights.org/genocide/genocide_in_rwanda)

United Nations (2004), *A more secure world: our shared responsibility*. New York: UN

United Nations Peacekeeping, Sem data, *Forming a new operation*, (online) consultado em 22 de maio de 2013. Disponível em <https://peacekeeping.un.org/en/forming-new-operation>

Utle, Rachel (2002) “*Not to do less but to do better...’:Franch Military Policy in Africa*”, *International Affairs* 78, no.1,129-146.

Vines, A. (1998) “A luta continua: destruição de armas ligeiras em Moçambique” *Basic Papers* nr.25

WALLENSTEEN, Peter (1988) “The Origins of Peace Research” em Wallenstein, Peter (ed) *Peace research: achievements and challenges*, London, Westview Press

Weiss, Thomas G. (2003), *The Illusion of the UN security council reform* in *The Washington Quarterly*, v.26, n.4, p.147-161.

Weiss, Thomas G. (2007), *Humanitarian Intervention: Ideas in Action*, Cambridge: Polity Press.

Welsh, J. (ed) (2004), *Humanitarian Intervention and International Relations*, Oxford: Oxford University Press.

Wheeler, N.J. (2000), *Saving Strangers: Humanitarian in International Society*, Oxford: Oxford University Press.

Williams, Paul D. (2015) “United Nations Operation in Somalia II (UNOSOM II)” em Koops, Joachim et al (org), *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*, Oxford University Press, p. 429

Williams, Paul D. (2015), “United Nations Operation in Somalia I (UNOSOM I)” em Koops, Joachim et al (org), *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*, Oxford University Press p.409

Woodward, Susan (2005), “*Fragile states: exploring the concept*” paper presented at the international seminar *Failing States or Failed States? The Role of development models*, Madrid, December 2005 (online) consultado em 2 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.fride.org/eng>.

Woodward, Susan (2000) *Humanitarian Principles*, HGO Report n.º 8, London; ODI

World Bank (2012) *Results Profile: Rwanda*, documento 93829 (online) consultado em 13 de outubro de 2013. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/pt/522601468187451049/pdf/93829-2012Jul19-P114931-P124785-P064965-Rwanda-Results-Profile-see-also-63257-Box-385404B-PUBLIC.pdf>

World Bank (2017a) *The World Bank in Sierra Leone*, (online) consultado em 26 de abril de 2014. Disponível em <http://www.worldbank.org/en/country/sierraleone/overview>

World Bank (2017b) *The World Bank in Central African Republic*, (online) consultado em 15 de junho de 2014. Disponível em <http://www.worldbank.org/en/country/centralafricanrepublic/overview>

World Bank (2017c), *Eritrea*, (online) consultado em 27 de julho de 2014. Disponível em <https://data.worldbank.org/country/eritrea>

World Bank (2017d), *Ethiopia* (online) consultado em 15 de julho de 2014. Disponível em <https://data.worldbank.org/country/ethiopia>

World Bank (2017e) *Africa Development Indicators* (online) consultado em 02 de Agosto de 2014. Disponível em <https://data.worldbank.org/data-catalog/africa-development-indicators>

World Bank (2017f) *Central African Republic: Country Profile* (online) consultado em 27 de setembro de 2014. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/central-african-republic?view=chart>

World Food Programme (2012) *Operations: Liberia Country Programme (2013-2017)*, Draft Country Programmes

World Food Programme (2017a), *Chad* (online) consultado em 15 de setembro de 2015. Disponível em <http://www1.wfp.org/countries/chad>

World Food Programme (2017b), *Burundi* (online) consultado em 15 de dezembro de 2014. Disponível em <http://www1.wfp.org/countries/burundi>

Zippelius, Reinhold (1971) *Teoria Geral do Estado*, Fundação Calouste Gulbenkian